

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

**ATRAVESSAMENTOS ENTRE O AFIRMAÇÃO NA PÓS, PESSOAS NEGRAS E A  
UFMG: POR UMA ONTOLOGIA DO CRUZO**

**Elisângela de Jesus Furtado da Silva**

**Belo Horizonte**

**2023**

**Elisângela de Jesus Furtado da Silva**

**ATRAVESSAMENTOS ENTRE O AFIRMAÇÃO NA PÓS, PESSOAS NEGRAS E A  
UFMG: POR UMA ONTOLOGIA DO CRUZO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Administração.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais, Trabalho e Pessoas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva.

**Belo Horizonte**

**2023**

#### Ficha Catalográfica

S586a  
2023  
Silva, Elisângela de Jesus Furtado da.  
Atravessamentos entre o afirmação na pós, pessoas negras e a  
UFMG [manuscrito] : por uma ontologia do cruzo / Elisângela de  
Jesus Furtado da Silva. – 2023.  
285 f.: il. e tábs.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.  
Inclui bibliografia ( f. 252-271), apêndices e anexos.

1. Administração – Estudo e ensino (Pós-graduação) - Teses. 2.  
Negros – Educação – Teses. 3. Programas de ação afirmativa –  
Brasil -Teses. 4. Administração – Teses. I. Saraiva, Luiz Alex  
Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-  
Graduação e Pesquisa em Administração. III. Título.

CDD: 658.007

Elaborado por Adriana Kelly Rodrigues CRB-6/2572  
Biblioteca da FACE/UFMG. – AKR/022/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE TESE**

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **ELISÂNGELA DE JESUS FURTADO DA SILVA**, REGISTRO Nº 305/2023. No dia 03 de fevereiro de 2023, às 14:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 03 de janeiro de 2023, para julgar o trabalho final intitulado "**Atravessamentos entre o Afirmção na Pós, pessoas negras e a UFMG: por uma Ontologia do Cruzo**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutora em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2023.

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva  
ORIENTADOR - CEPEAD/UFMG

Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos  
CIAGS/UFBA

Profª. Drª. Josiane Silva de Oliveira  
PPA/UEM

Prof. Dr. Luiz Rufino Rodrigues Junior  
FEBF/UERJ

Profª. Drª. Maíra Neiva Gomes  
UEMG

Prof. Dr. Rubens Alves da Silva  
PPGCI/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alex Silva Saraiva, Professor do Magistério Superior**, em 02/02/2023, às 22:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Neiva Gomes, Usuário Externo**, em 03/02/2023, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Alves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 04/02/2023, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 13/02/2023, às 23:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Rufino Rodrigues Junior, Usuário Externo**, em 14/02/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Nascimento dos Santos, Usuário Externo**, em 24/02/2023, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2006342** e o código CRC **F14D3B54**.

---

## AGRADECIMENTOS

Ao transitar por diferentes empresas e grupos sociais, ouvi de forma reiterada que eu deveria ser considerada uma “heroína”, um “case de sucesso”, entre amigos e familiares. Isso não é real. A realidade é que, em uma favela, entre pessoas pobres, o investimento em educação é algo extremamente duvidoso. Na prática, isso significa que convivi com a falta de apoio e com a descrença de pessoas muito próximas. Dizer que isso não me afetou é não ser honesta. Para pessoas que, como eu, tem origem na pobreza, sem familiares com trajetória parecida, talvez seja importante pontuar que um dos maiores desafios para concluir a pós-graduação seja superar o pessimismo e a descrença de pessoas próximas.

Meu percurso na pós-graduação me fez compreender que essa descrença tem sua razão para existir. Mas isso não muda o peso de lidar com essa situação. Eu resisti à crítica, ao desdém e à falta de compreensão de pessoas próximas. Sou grata a mim mesma por concluir a pós-graduação. Meu percurso não reflete uma trajetória especial em meio aos milhares de discentes que concluem seus estudos. Ele serve mais para reforço do triste quadro no qual se encontra a educação no país, sobretudo nos últimos quatro anos de um governo que tem tudo para ser o mais desastroso dentre os considerados democráticos no Brasil. Mesmo com toda a dificuldade, sou grata por ter a oportunidade de redigir esse estudo e registrar parte desse processo. Tenho consciência que esse é somente um passo, para uma vida de busca ao conhecimento. Mas é um passo do qual me orgulho. Meus primeiros textos produzidos refletem minha busca para me desenvolver, como acadêmica socialmente engajada e como pessoa, e que em alguma medida, me trazem satisfação por ser uma construção que considero coerente.

Neste momento, assim, reservo ao reconhecimento, ainda que parcial, de todas as pessoas que possibilitaram a realização desse estudo.

Em primeiro, agradeço aos meus ancestrais, aqueles que vieram antes de mim, e que travaram lutas que fizeram a minha existência e construção ser uma possibilidade. Sou grata a Exu por me permitir, rever crenças, preconceitos e concepções que eram impedimento para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora e como pessoa. Também sou grata às divindades que me presentearam com almas generosas.

Ao professor doutor Luiz Alex Silva Saraiva, meu orientador, devo a oportunidade de me encontrar na academia, e por me fazer perceber que a partir do meu lugar posso ler, analisar, pesquisar, teorizar... Enfim, que posso existir. Durante toda a vida e até esse momento, desenvolvi verdadeira obstinação com uma atividade profissional que me desafiasse. O trabalho sempre significou algo importante para mim. Na favela na qual cresci, era comum ouvir que o trabalho salva. Fosse nos cultos aos domingos na igreja, fosse minha mãe repetindo isso ao se justificar por levantar ainda pela madrugada, fosse os vizinhos para descrever os meios que os possibilitaram algumas aquisições. A oportunidade de refletir sobre as minhas vivências, sobre meu lugar no mundo, me fez ressignificar o sentido do trabalho que adquiri ainda na infância. A oportunidade de trabalhar com o professor Luiz mudou a minha vida. Pude estar próxima e aprender com um docente cujo trabalho combina expertise em ciência social, perícia em pesquisa qualitativa, engajamento social e um insaciável apetite pelo conhecimento – e isso ampliou minhas perspectivas.

À professora doutora Manolita Correia Lima devo a amizade, a atenção e o cuidado que me alcançaram em momentos em que única certeza que eu tinha era a solidão, em meio a uma cidade desconhecida, em meio a uma pandemia e com uma filha pequena. Conheci a professora Manolita em uma sessão de trabalhos no SEMEAD, em 2018. Desde aquele ano, ela passou a ser minha referência de uma intelectual que mobiliza seu vasto repertório para aproximar e se comunicar com as pessoas, independentemente de sua origem. Manolita é uma daquelas raras pessoas capazes de acessar a alma das demais, tamanha sua sensibilidade. Pessoas como ela renovam minha esperança por uma ciência plural, transdisciplinar e acima de tudo, humana.

Aos professores que compõem a minha banca, devo os apontamentos tão valiosos e necessários para essa construção. Na ocasião da banca de qualificação, realizada no dia 9 de dezembro de 2021, além de meu orientador, professor doutor Luiz Alex Silva Saraiva, contei com as professoras doutoras Josiane Silva de Oliveira e Maíra Neiva Gomes, e com os professores doutores André Luis Nascimento dos Santos e Cristiano dos Santos Rodrigues. A eles sou grata por transformarem a defesa do projeto de qualificação da tese em um momento raro e precioso de troca. No meio acadêmico, as bancas são eventos que reúnem profissionais com alta *expertise* e, de modo geral, aprecio esses momentos como meio potente de aprendizado.

Quando o trabalho sob análise é o próprio, os afetamentos tornam esse momento ainda mais intenso. Sou grata a cada deles pelas indicações, pelos apontamentos tão necessários no processo de construção da tese.

Eu também gostaria de manifestar minha gratidão aos colegas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Após o primeiro ano de doutorado, fui aprovada em um cargo de professora substituta nessa universidade, o meu primeiro como docente em uma instituição de ensino superior federal. Atuei nesse cargo entre os anos de 2020 a 2022. Sou infinitamente grata pela experiência. Eu atuei na área de Estudos Organizacionais, sendo essa justamente a área na qual me especializei na pós-graduação. Infelizmente, essa experiência foi marcada pela pandemia pela Covid -19. Eu assinei contrato dia 13 de março de 2020, lecionei as primeiras e últimas aulas presenciais na tarde e noite do dia 16 e nesse mesmo dia, a instituição teve suas aulas suspensas. Estar em uma cidade desconhecida, com uma criança pequena, diante de uma pandemia foi uma situação que me levou a extremos. Nesse momento, contei com a generosidade e a amizade dos professores Angelo Brigato Ésther e sua esposa, e Regina Coeli Moraes Kopke. À professora Ana Paula Bauer sou grata pela amizade, pelas trocas diárias que tanto me ajudaram no desenvolvimento do meu trabalho. Aos professores Adriana Barreto Lima Miranda, Renata de Almeida Bicalho Pinto, Elcemir Paço Cunha e Rodrigo Oliveira da Silva sou grata pelas orientações e direcionamentos fundamentais para que eu pudesse lecionar em uma situação tão adversa. Aos demais colegas, sou grata pela oportunidade, confiança e companheirismo, que se fez presente mesmo na possibilidade de ensino remoto emergencial. Sou imensamente grata pelas trocas e interações com os discentes da UFJF e com meus orientandos.

À Laysse Fernanda Macêdo dos Santos devo o companheirismo diário, o ouvido paciente e as trocas tão reconfortantes em momentos difíceis. Nossa amizade teve início no ano de 2010. Desde então, Laysse é a pessoa com quem mais converso. Eu me sinto privilegiada por ter uma amizade como essa. Desde que a conheci, ela tem sido fonte de apoio e compreensão. Minhas conquistas também são dela porque em todas ela me apoiou de todas as formas possíveis.

À minha filha, Ana Caroline, que me acompanha com sua alegria, carinho e doçura, nos últimos oito, dos 12 anos de estudos ininterruptos, devo o sentido da vida. A Edgar Prado Costa



devo a segurança afetiva. Mesmo após um período no qual mergulhei em profunda confusão e preferi me afastar, ele permaneceu lúcido e seguro do que sentia.

À Isabel Prado Costa, minha sogra desencarnada em 2020, devo o amor materno. Ela sempre acreditou e torceu por mim, com a força de quem tomou para si minhas dores e as alegrias. Dedico a Bel essa e todas as conquistas dela, decorrentes. Perdê-la foi um duro golpe em fevereiro de 2020. As últimas semanas de sua vida no hospital coincidiram com o período de preparação e realização do concurso para professor substituto na UFJF. Mesmo que estudar enquanto estava no hospital fosse algo penoso, sinto que, onde quer que ela esteja, eu a deixei orgulhosa por eu cumprir o que prometi: não desistir.

À minha mãe, sou grata por sua luta pela minha vida. Ter e criar filhos em estado de miséria é um gesto de sacrifício. Ela fez o que pôde, no limite das forças, para que eu e meus irmãos tivéssemos o necessário para sobreviver. Aos meus irmãos, sou grata pela alegria, a inspiração e até as tretas que tanto já me divertiram.

Ao Taquaril, sou grata por me lembrar, em meio a tantos problemas, a força da solidariedade. Em uma situação de insuficiência, encontrar afeto em pessoas, muitas vezes antes desconhecidas, aquece a alma. Por lá, encontrei pessoas e relações que moldaram a forma como eu encaro o mundo. Eu escolho acreditar e reconhecer a importância das pessoas, porque são nada mais que presentes que temos. Os momentos e as relações que nos fazem bem, que nos tornam pessoas melhores são presentes, dádivas, e devem sempre ser reconhecidos.

Sou grata aos professores da Universidade Federal de Minas Gerais, aqueles que servirão de eterna inspiração, por sua atuação e preocupação com questões sociais mais amplas. Também sou grata por aqueles que, em função da sua conduta, servirão como lembrete de que a defesa da universidade pública e de qualidade é um ideal sob ameaça constante, mesmo entre pessoas deveriam defendê-la.

Aos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff sou grata por criarem políticas públicas que me possibilitaram ter acesso ao ensino superior pelo Prouni e cotas na pós-graduação. Considerando as nuances em torno do acesso às oportunidades, devo reconhecer que a obtenção de um título acadêmico não garante inclusão social. Po-

rém, é um elemento importante nessa direção e esses governos foram importantes para criação de um movimento de democratização do ensino superior.

Ao Afirmação na Pós e ao Ações Afirmativas, devo a possibilidade de aprender e de também contribuir. Acompanhar o grupo foi uma experiência marcante, que me possibilitou ampliar o sentido de universidade e de ciência. A cada participante da pesquisa, sou grata pelo compartilhamento das histórias, das memórias e das visões. A história de construção do Ações Afirmativas e do Afirmação na Pós são exemplos de iniciativas pioneiras de luta e promoção de inclusão e igualdade, e por isso, devem ser reconhecidas por sua relevância e contribuição social.

À UFMG, sou grata por me proporcionar os melhores e mais desafiadores anos da minha vida. Obter um título, nessa organização que, em um dia, foi um sonho distante para mim, é algo que não consigo dimensionar. A possibilidade de concluir a pós-graduação, em um cenário tão complexo, reflete o esforço de técnicos administrativos, docentes e discentes, em criar condições para que pessoas em situações adversas possam permanecer na universidade.

A todos, gostaria de registrar minha eterna gratidão.

## Da gira

*sou mulher  
sensível  
e meu sagrado  
não aceita mais seu desacato  
se atente*

*e não se esqueça  
a delicadeza do meu ventre  
tem herança africana  
é alquimia  
que goza e sangra  
na mesma medida  
e não morre  
renasce*

*é nas gírias do mundo  
que renova o meu ciclo  
de beleza  
plenitude  
e celebração.*

(FAUSTINO, 2020, p. 85).

## RESUMO

A questão que norteou a realização dessa pesquisa foi a de como se dá a produção e a disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós enquanto um coletivo negro universitário. O **objetivo geral** foi o de analisar o cruzo, enquanto possibilidade de acesso à dimensão política de produção e disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós, um coletivo negro universitário. A **tese** que defendo é a de que no Afirmação na Pós, enquanto coletivo negro universitário, a produção e a disseminação do conhecimento indicam a existência de uma Ontologia do Cruzo. Foi realizado um estudo sob o método de inspiração indutiva, de abordagem qualitativa, reflexivo e descrito em capítulos teórico-empíricos. O primeiro objetivo específico foi o de **conhecer** as práticas do Afirmação na Pós, o que foi feito por meio de entrevistas em profundidade e escriturais. Foi possível perceber que os movimentos sociais negros geralmente são apresentados no singular, o que sugere erroneamente se tratar de um processo social homogêneo, pois na verdade são práticas amplamente distintas, fluídas e plurais. O segundo objetivo específico foi o de **problematizar** os atravessamentos das vidas paridas no cruzo organizadas na academia, o que foi feito por meio da Análise dos Cruzos, por ser ótica analítica tão plural quanto às práticas e os sujeitos do grupo em questão. Foi possível perceber que os sujeitos, considerados ativistas, em função de que compartilham um determinado ideário político, o e enegrecer a universidade, reconhecem seus próprios atravessamentos, em meio a quizumba contextual, local e individual, e que a malandragem, entendida como arranjos criativos inventados no cotidiano, para os sujeitos paridos no cruzo aponta para as possibilidades organizativas e de agenciamento. O último objetivo específico realizado foi o de **analisar** a construção e disseminação do conhecimento presentes no Afirmação na Pós enquanto possibilidade de sistema de saber singular, originado e significado no cruzo. Foi observado que os sujeitos acessam capacidades, atributos associados a Exu, e que são capazes de ver e compreender as encruzilhadas, como também os dilemas, os paradoxos em si mesmos e nas relações sociais. Esses fatores conferem aos sujeitos uma possibilidade distinta de agenciamento, segundo a qual, as diferenças sociais, que anteriormente estavam associadas à subalternização, desontologização e desumanização, são deslocadas e se tornam a base para uma produção científica politicamente engajada com mudança social. Os dados produzidos a partir da observação e da análise da vida social organizada dos membros permitiram identificar elementos que apontam uma gnose distinta, um campo distinto, a forma de acesso e como esse campo se apresenta enquanto real. O repertório que compõe o quadro de referência para leitura e análise dos fenômenos é plural, na medida em que considera os saberes tradicionais, a religiosidade, os ditados populares, as expressões artísticas e culturais e o conhecimento científico. A cientificidade é fruto do ebó epistêmico que concilia responsabilidade, ética e estética com valores ancestrais e tradicionais ligados à encruzilhada. Esse estudo não procura se tornar expressão última de um fenômeno observado em um grupo. A intenção é justamente a de perceber quais as possibilidades vislumbradas partem dos achados aqui apresentados e, nesse sentido, problematizar novos sistemas de pensamento, que contribuem para construirmos outra ciência e outra universidade, mais próximas e sensíveis às singularidades do nosso país.

**Palavras-chave:** Coletivos negros universitários. Ontologia do Cruzo. Afirmação na Pós. Escriturais.

## ABSTRACT

The question that guided this research was how knowledge is produced and disseminated in *Afirmção na Pós* as a black university collective. The **general objective** was to analyze the cross, as a possibility of access to the political dimension of production and dissemination of knowledge in *Afirmção na Pós*, a black university collective. The **thesis** I defend is that in the Affirmation in the Post, as a black university collective, the production and dissemination of knowledge indicate the existence of an Ontology of the Cross. A study was carried out using the method of inductive inspiration, with a qualitative, reflective approach and described in theoretical-empirical chapters. The first specific objective was to get **to know** the practices of *Afirmção na Pós*, which was done through in-depth interviews and writings. It was possible to perceive that black social movements are usually presented in the singular, which erroneously suggests that it is a homogeneous social process, since in fact they are widely distinct, fluid and plural practices. The second specific objective was **to problematize** the crossings of the lives given birth at the cross organized in the academy, which was done through the Analysis of the Crosses, as it is an analytical perspective as plural as the practices and subjects of the group in question. It was possible to perceive that the subjects, considered activists, due to the fact that they share a certain political ideology, the blackening of the university, recognize their own crossings, in the midst of contextual, local and individual *quizumba*, and that trickery, understood as invented creative arrangements in everyday life, for the subjects born at the cross, it points to organizational and agency possibilities. The last specific objective carried out was **to analyze** the construction and dissemination of knowledge present in the Affirmation in the Post as a possibility of a singular knowledge system, originated and meaning in the cross. It was observed that the subjects access capabilities, attributes associated with *Exu*, and that they are able to see and understand the crossroads, as well as the dilemmas, the paradoxes in themselves and in social relations. These factors give subjects a distinct possibility of agency, according to which social differences, which were previously associated with subalternization, deontologization and dehumanization, are displaced and become the basis for a scientific production politically engaged with social change. The data produced from the observation and analysis of the members' organized social life allowed identifying elements that point to a distinct gnosis, a distinct field, the form of access and how this field presents itself as real. The repertoire that makes up the frame of reference for reading and analyzing the phenomena is plural, as it considers traditional knowledge, religiosity, popular sayings, artistic and cultural expressions and scientific knowledge. Scientificity is the result of the epistemic *ebó* that reconciles responsibility, ethics and aesthetics with ancestral and traditional values linked to the crossroads. This study does not seek to become the ultimate expression of a phenomenon observed in a group. The intention is precisely to understand which possibilities are envisaged based on the findings presented here and, in this sense, to problematize new systems of thought, which contribute to building another science and another university, closer and more sensitive to the singularities of our country.

**Key words:** Black university groups. Ontology of the cross. *Afirmção na Pós*. *Escrivivências*.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Mercado de Trabalho</b>	<b>30</b>
<b>Quadro 2: Razão de Rendimentos das pessoas ocupadas</b>	<b>31</b>
<b>Quadro 3: Entrevistas Realizadas</b>	<b>43</b>
<b>Quadro 4: Grade de disciplinas do Curso Afirmção na Pós</b>	<b>68</b>
<b>Quadro 5: Mudança na Composição dos Ingressantes da UFMG, por Raça</b>	<b>135</b>
<b>Quadro 6: 50 Maiores Beneficiárias da Fundação Ford no Brasil (em dólares de 2022)</b>	<b>208</b>

## Lista de Figuras

Figura 1: Convite para cerimônia de certificação do Afirmção na Pós em promoção da Igualdade Racial.....	74
Figura 2: Sankofa Pássaro.....	275
Figura 3: Sankofa União.....	276

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO: MEUS ATRAVESSAMENTOS RUMO À TESE.....</b>	<b>15</b>
<b>1 ABRINDO CAMINHOS.....</b>	<b>23</b>
1.1 Problema de pesquisa.....	28
1.2 Objetivo geral.....	28
1.3 Objetivos específicos.....	28
1.4 Justificativa de pesquisa.....	29
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>33</b>
2.1 Caracterização da dimensão empírica.....	42
2.2 Os coletivos negros: Minha aproximação.....	49
2.3 Escrevivência: uma possibilidade metodológica para Estudos Organizacionais.	52
2.4 Apresentando o Afirmação na Pós: antecedentes e descrição do grupo de interlocação.....	59
2.5 Por uma Análise dos Cruzos.....	75
2.6 Memórias de um coletivo negro universitário.....	91
<b>3 AFIRMAÇÃO NA PÓS ENQUANTO UM COLETIVO NEGRO UNIVERSITÁRIO.....</b>	<b>101</b>
3.1 O Afirmação na Pós na perspectiva histórica dos movimentos negros e dos negros em movimento.....	102
3.2 Atualização das lutas negras e da vida social organizada na academia.....	119
3.3 Afirmação na Pós: vida social organizada parida no cruzo da academia.....	139
<b>4 CAMINHOS QUE SE CRUZAM: A UFMG E A O AFIRMAÇÃO NA PÓS.....</b>	<b>157</b>
4.1 Universidade: lógica de ordenamento social por meio da produção e disseminação do conhecimento científico.....	158
4.2 A dimensão da produção e disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós.....	175
4.3 Raqueando a estrutura: a nuance política a partir das vidas organizadas no cruzo acadêmico.....	188
<b>5 MALANDRO QUE É MALANDRO SE CRIA NA QUIZUMBA.....</b>	<b>205</b>
5.1 Quem é a Fundação Ford no Rolê? .....	207
5.2 Institucionalização: os paradoxos em torno do financiamento.....	225
5.3 Os tons da política: os sujeitos e seus paradoxos no Afirmação na Pós.....	230
<b>SOBRE AS POSSIBILIDADES DE FECHAMENTO.....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>252</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>272</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>277</b>
Apêndice A.....	277
<b>ANEXOS.....</b>	<b>279</b>
Anexo A.....	279



## **PRÓLOGO: MEUS ATRAVESSAMENTOS RUMO À TESE**

A Universidade Federal de Minas Gerais pode ser vista como um símbolo interpretado de modo distinto pelos diversos grupos. Digo isso motivada por minha própria experiência. A imponência das estruturas, o paisagismo e as obras espalhadas pelo campus, há alguns anos na minha percepção, formavam a narrativa de um lugar fantástico, onde coisas incríveis aconteciam, mas que, ao mesmo tempo, correspondiam a um ambiente inacessível.

Meu acesso à UFMG não era óbvio. Ao menos para mim, uma jovem negra, pobre e periférica. Durante a infância, a escola era o lugar diferente, no qual eu me divertia. Aprendi a encarar como diversão a presença na sala de aula ao ouvir, opinar e aprender e, nesse sentido, a sala de aula sempre foi uma paixão. Ali eu esquecia da precariedade, da violência, da incerteza que me cercava. Ao final do turno matutino, no qual eu estava formalmente matriculada, por volta dos 10 anos, por diversas vezes eu permanecia na escola. Preferia imensamente estar lá do que na minha própria casa.

Meu vínculo com uma organização social chamada Associação Projeto Providência, aos 12 anos, marcou profundamente meu amor pela educação. A proposta pedagógica e a liberdade de ensino presentes naquela instituição criaram em mim verdadeiro fascínio pelos estudos. Eu não conseguia conter meu entusiasmo em estar ali. Eu me matriculei em todos os cursos possíveis. Concluí o curso profissionalizante de corte e costura com uma carga horária maior do que a necessária para o título de Bacharelado em Administração. Os feriados e fins de semana eram tediosos por eu ter que ficar em casa, mas eram compensados com os eventos, os passeios organizados pela escola e pelo Projeto. Esses passeios eram minha principal fonte de lazer durante a adolescência.

Por ser uma organização social, o Projeto estava em uma crise constante de financiamento. O meu entusiasmo pelo lugar e a ameaça constante de ausência de recursos me empurraram para um lugar de profundo engajamento por tudo que significasse manutenção daquele espaço. Seja no trabalho voluntário, na divulgação da instituição em grupos economicamente favorecidos, na busca de doações, sempre me dispus a fazer de tudo e a qualquer tempo para ajudar.

Completar 18 anos foi um marco dramático porque eu não poderia permanecer como aluna na instituição. A oportunidade de trabalhar lá veio e continuei naquele que havia se tornado meu mundo. Se estar ali, em uma organização social em uma zona periférica, por um lado, representava estar e trabalhar em um lugar que me dava satisfação, por outro, essa clausura me fez perceber que o Taquaril, bairro no qual cresci, era um limite que eu precisava superar.

A dificuldade de frequentar o ensino médio, por não haver escola no meu bairro, me fez abandonar a escola formal sem concluir o nível secundário. Porém, os dilemas relacionados à necessidade de trabalho me fizeram repensar algumas posições e procurei realizar todos os cursos possíveis, não mais em função do prazer do desafio decorrente dos novos aprendizados, mas por conta da urgência em obter renda, o que me faria ser independente. Após os 20 anos, meu sonho dourado de empregabilidade em função da profissionalização sofreu o primeiro golpe. O mercado de confecção de vestuário era extremamente precário. As oportunidades de trabalho nesse campo que surgiram tinham em comum uma carga de trabalho descomunal e rendimento ínfimo por peça produzida.

No Projeto, transitei por diversas atividades, e acabei na clínica odontológica instalada na unidade como auxiliar de dentista. Fui treinada pela ex-funcionária e, após algum tempo, procurei me profissionalizar na atividade. Optei por realizar um curso profissionalizante na Faculdade de Odontologia da UFMG. Durante a realização do curso, com duração de seis meses, novamente me senti provocada a retomar os estudos formais. Eu não conseguia conter a curiosidade, o entusiasmo em estar naquele ambiente, tendo aula com professores considerados referências nacionais em Odontologia e Saúde Pública.

Ainda está muito vivo em minha memória o momento em que uma professora deste curso afirmou que o nível de questões que eu apresentava em aula eram interessantes, e que eu seria uma excelente profissional de nível médio. O que ela considerou um elogio me soou mais como subestimação. Por que eu não poderia ser uma profissional de nível superior?

Após seis anos como auxiliar de dentista no Projeto e a conclusão do curso de Agente de Serviço Bucal, fui aprovada em um concurso para atuar em centros de saúde em Belo Horizonte. Na época, a tristeza de romper definitivamente o vínculo com o Projeto foi compensada pela satisfação de conseguir um emprego estável e bem remunerado.

A euforia inicial durou pouco no cargo público. A liberdade, a autonomia e a finalidade, sempre pintadas pelas mais belas, nobres e elevadas cores descritas nos princípios normativos do Sistema Único de Saúde (SUS) rapidamente deram lugar aos dramas de uma organização atravessada por questões crônicas, como a falta de recursos e as disputas ideológicas.

Os profissionais de saúde que atuam em centros de saúde em regiões majoritariamente precárias e marginais são encarados como a personificação do Estado e isso representa um peso e um enorme desgaste. Não são somente as questões de saúde que levam as pessoas às unidades de saúde, mas todo tipo de necessidade. Os centros de saúde alcançam, por meio da assistência, pessoas que a dignidade não alcança, por estarem abandonadas na miséria e na invisibilidade. Além da pressão acerca dessa representação, paira nessas organizações uma tensão contínua que identifiquei como política, pois diversos dos seus profissionais não acreditam no ideal de saúde pública. Isso significa que as decisões e ações são influenciadas por perspectivas amplamente distintas, e que nem sempre representam cuidado e compromisso com a manutenção do SUS.

Logo me vi impulsionada a voltar a estudar, pois já acumulava muita insatisfação e frustração com a minha atividade. A carga de trabalho e o cansaço físico e mental, porém, eram verdadeiros empecilhos. Concluí o ensino médio em 2009, aos 27 anos. No ano seguinte consegui ingressar no curso de Administração na PUC Minas pelo Prouni. Embora as circunstâncias à época para realizar o curso representassem sérias questões limitantes, eu me vi tomada por novo entusiasmo. A promessa decorrente das políticas públicas criadas com a intenção de democratizar o ensino superior no início do Século XXI era a de que a formação superior seria suficiente para garantir empregabilidade e inserção social.

As aulas à noite, na PUC Coração Eucarístico, na maior parte do tempo, significaram tempos difíceis para mim. Por vezes, eu era objeto de divertimento de meus colegas, fosse pelas minhas perguntas complexas durante as aulas, muitas das quais permaneciam sem respostas, ou ainda pelas muitas minhas sacolas, compras em supermercado que eu costumava fazer antes da aula, as quais eu simplesmente espalhava pelo chão à minha volta, já pensando em poupar tempo disponível no fim de semana. A ilusão de ascender economicamente me levou até à conclusão do curso, mesmo após engravidar no sexto período.

A obtenção do título de Bacharela em Administração me encorajou. Decidi procurar um novo emprego pertinente à minha área. A essa altura, eu já acumulava forte frustração com o tédio da minha função e a esfera tensa de uma unidade de saúde, o que aumentava o desejo de mudança por outra atividade. A distribuição de currículos não resultou em nenhuma entrevista. A divulgação de processos seletivos internos na Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, para o cargo de gerente adjunto em centros de saúde, era a oportunidade que eu buscava, pois eu preenchia todos os requisitos formais. Eu fui muito estimulada pelo meu gerente à época, e participei de todos os processos que surgiram.

Enquanto isso, continuei os estudos. Ainda durante o último ano de graduação na PUC, ingressei no curso de Gestão Pública na UFMG. Minha intenção era a de me especializar para aumentar minha empregabilidade. Após frequentar dois semestres, de ter contato com egressos desse curso, percebi que ele seria um investimento arriscado demais. A minha percepção ruim aumentou no segundo período. Uma das professoras, durante suas aulas, reiterava sua postura contrária à gratuidade da permanência dos estudantes na universidade. Segundo ela, todos que estavam ali tinham condições de pagar pelos estudos, e se fizessem isso, o recurso público seria poupado. O mal-estar provocado pela postura da professora se somou à angústia causada pelos relatos de egressos, que relataram dificuldades de ter acesso à oportunidade de trabalho no campo de gestão pública, já que até aquela época não havia demanda por esse cargo de forma específica e conseqüentemente, de concursos.

À época, eu só queria ser invisível em sala de aula. Eu tinha dificuldade com textos em outros idiomas, dedicação abaixo do ideal por conciliar os estudos com o trabalho e ainda mãe de uma bebê, que diversas vezes fui obrigada a levar para a sala de aula. Se eu tinha uma certeza, era a de que eu não era bem-vinda ali. As falas desta professora sem noção, reforçaram essa sensação. Eu não concordava com ela, mas ao confrontá-la, estaria sujeita a todo tipo de retaliação, por eu ter inúmeras vulnerabilidades em relação aos demais colegas. Decidi trocar a graduação pela especialização em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Por toda a minha vida, a educação foi um símbolo que sofreu alterações de sentido. Ora eu a via como o oásis capaz de conferir passagem a novos horizontes, ora eu a reduzia a uma retórica a serviço da legitimação de grupos já estabelecidos. Mas, durante todo o meu percurso,

até o ano de 2016, ano do ingresso na especialização, eu jamais tinha me dado conta dessas questões de forma ampla.

Ao todo, foram sete a quantidade de processos seletivos internos que realizei na Secretaria Municipal de Belo Horizonte. Na maior parte deles, eu era a única candidata com formação superior em administração, o que provavelmente contribuiu para que eu chegasse até a fase final dos processos. No entanto, eu não fui aprovada em nenhum deles. O *feedback*, quando existiu, foi muito vago, já que fui avaliada como ansiosa e que eu não tinha perfil para o cargo.

Durante o curso de especialização, fui tomada pela inquietação de saber o motivo real de eu não ser bem-sucedida em processos seletivos e quais habilidades e conhecimentos eu precisava desenvolver para me tornar uma candidata mais forte. A sensação gerada por eu sequer ter a oportunidade de participar de uma entrevista em cargos em empresas se repetiu em cada processo interno a que me submeti na Secretaria da Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Eu não conseguia entender o que havia de errado comigo e o que eu sentia ao pensar sobre isso é algo que não consigo expressar. Aquilo me causava um sofrimento tão grande, que passei a ficar obcecada em encontrar respostas. Essa inquietação me levou ao mestrado e ao doutorado.

A essa altura, não posso dizer que tenho uma resposta única para os fatores que influenciaram em minha trajetória no campo da Administração. O conjunto de informações que tive acesso por meio da universidade, as leituras e as pesquisas que realizei até agora e as relações que estabeleci me indicam fortemente que o domínio da técnica, que caracteriza a formação profissional embasada no conhecimento científico, está longe de ser determinante para explicar o percurso que cada pessoa trilha na sociedade, incluindo a esfera profissional.

O processo para me tornar mestra marcou profundamente minha relação com a educação e, conseqüentemente, com a minha visão romanceada da universidade, algo muito capturado por Perdigão (2015) em seu estudo bastante necessário sobre as construções sociais produzidas subsequentes à ampliação do acesso ao ensino superior. Em suma, ele percebeu que a formação profissional pode ser encarada como um discurso que reivindica, na superfície, tal como

um *iceberg*, o argumento do domínio da técnica e do saber, constituída por processos sociais mais amplos ligados à legitimação das pessoas a uma determinada profissão.

Não basta ter acesso ao conhecimento, e não é suficiente o ingresso em uma universidade para um sujeito se tornar um profissional legitimado na e pela sociedade na qual está inserido. Esse foi um duro aprendizado, já que essa face da educação de alguma forma se comunica com o adestramento mencionado por Bourdieu (2019). Em geral, o conhecimento formal não pode ser considerado meio para a emancipação evocada na ascensão do Iluminismo, justamente porque institucionalizar o conhecimento será sempre um exercício de seleção de determinados conhecimentos em detrimento de outros, com base em interesses e desdobramentos distintos para as pessoas. Assim, a profissionalização é influenciada pelos conhecimentos selecionados e considerados suficientes para o domínio da técnica, mas também pelo conjunto de experiências e de relações individuais.

A questão dramática neste duplo aspecto é que a sociedade brasileira é permeada por profundas diferenças, dentre as quais destaco as étnico-raciais, as socioeconômicas e as de gênero. O meu próprio percurso de vida, sendo mulher, negra, mãe solteira e periférica, me sensibilizou para tais questões que não dizem respeito somente a mim. São fartos os estudos que apontam uma aproximação entre essas diferenças e a experiência de vida dos sujeitos e que me motivam a afirmar que ao longo da história da sociedade brasileira, milhares de pessoas têm sido empurradas para a miséria com base na manifestação de determinadas diferenças (ALMEIDA, 2018; GOMES; LABORNE, 2018; CARNEIRO, 2015). Produzimos miséria enquanto reproduzimos um projeto de educação apolítico e determinamos quem são as pessoas submetidas a essa lógica. Reduzimos o acesso às oportunidades de mudança social a determinados grupos de acordo com características que não os definem enquanto sujeitos.

Se, no mestrado, conhecer os processos que oprimem grupos com base nas diferenças me ocupou, no doutorado, a minha preocupação se voltou para o conhecimento, mais especificamente, para a sua produção e reprodução. Considerando os ideais nos quais a ciência foi concebida, como ela retratado os processos de opressão? O que ela gerou de avanços? A universidade ocidental moderna se constitui em uma organização baseada na produção de um conhecimento que, na luta pela legitimação por um lugar privilegiado de enunciação de verdade, outrora ocupado pela religião, utilizou a neutralidade e a objetividade como estratégia discurs-

siva, o que teve como desdobramento o silenciamento e a reprodução de lógicas violentas e opressoras. Compreender esse aspecto foi fundamental para eu transitar entre as formas e implicações das diferenças sociais para a produção do conhecimento.

A princípio, eu acreditei que a universidade continha a única chave dos processos que legitimam determinados conhecimentos. Porém, algumas situações representavam um dilema. Uma delas foi minha participação em movimentos sociais e, de forma mais intensa, fazer parte do Afirmação na Pós, um coletivo formado por discentes e professores, voltado à preparação de pessoas negras, indígenas ou quilombolas aos processos de seleção de pós-graduação na UFMG. Os candidatos passavam por um processo de seleção composto por inscrição, carta de intenções e autodeclaração étnico-racial e, por fim, entrevista. Os selecionados participam de aulas com a abordagem instrumental acerca dos conhecimentos necessários ao atendimento dos editais e questões mais genéricas sobre elaboração de projetos de pesquisa.

Outros dois processos eram os de orientação individual na construção do projeto de pesquisa e a formação política, as quais eram compostas com aulas cujos temas, bibliografia e discussão, denotavam o “desencantamento pela universidade”. Entre as discussões estavam temas como abordagem étnico-racial, políticas de ação afirmativa, diferenças na universidade, relações de poder, racismo estrutural, entre outros. As aulas de formação política, entre outras questões, possibilitam as pessoas conhecerem e se reconhecerem em um ambiente não amigável ao acolhimento da diferença, no qual a universidade pode ser incluída, e após refletirem sobre essa dinâmica, teriam maior possibilidade de pensar em estratégias para transitar em espaços homogêneos, ainda que em um ambiente hostil.

Ao refletir sobre essa lógica, me ocorreu a possibilidade de existirem práticas sociais, imperceptíveis pelo nível de seu enraizamento no cotidiano, e poderosas, por esse mesmo motivo, capazes de moldar o que vemos, percebemos e compreendemos do mundo que nos cerca. No caso específico da universidade, os estudos e aprendizados em comunidades tradicionais e a experiência com movimentos sociais, incluindo o coletivo, me levaram a questionar aspectos ligados à produção do conhecimento e às especificidades relacionadas à dimensão política.

Oscilando entre os polos de desilusão e esperança tanto no nível pessoal, quanto profissional, eu me dei conta de que, sendo a dimensão política o tema que tanto me instigou em minha

relação com a educação, minha interlocução não era diretamente com a universidade, mas com os coletivos negros. Sendo a universidade uma organização social que institucionalizou e normalizou a neutralidade e parâmetros obtusos relacionados a mérito, os coletivos representam um espaço de acolhimento e promoção das diferenças sociais, do reconhecimento da política e de seu caráter paradoxal e conflituoso, bem como da solidariedade e da dimensão coletiva, razão pela qual a eles me volto.

Procuro, neste prólogo, ainda que em um esforço que está longe de expor o que desejo exprimir, sinalizar que a pesquisa sobre a qual me lanço é uma inquietação que me acompanha há muito tempo. A oportunidade de me debruçar sobre essa investigação é algo que, para mim, não pode ser medido em termos de valor. Isso não significa ausência de percalços, e, devo pontuar, todos eles fazem parte do processo do trabalho que desenvolvo, como procurarei demonstrar ao longo do texto.

Nesse sentido, acredito ser importante dizer que minha elaboração tem como ponto de origem uma mulher preta, favelada, mãe solteira e com uma longa, rígida e radical educação evangélica. Para a realização desse estudo, eu tive que realizar um processo incômodo de entendimento que essas características são também atravessamentos. Incômodo por que, ao invés de ignorar meus atravessamentos, tive que assumi-los, acolhê-los, para, então conseguir dialogar com outras pessoas também atravessadas por questões sociais, acolhê-las em seus dramas e conseguir perceber o que elas construíram como possibilidades a partir de seus lugares.

Tudo isso me indicou a necessidade de eu estranhar a ficção de mim mesma, de me reinventar, de eu me parir no cruzo. É a partir desse lugar que encarno a possibilidade de construção deste estudo. Encarno porque essa construção representa a possibilidade criada pelas lutas dos que vieram antes de mim e se liga ao meu compromisso com quem enfrenta dores parecidas com as minhas e com quem virá depois.



## 1 ABRINDO CAMINHOS

Neste capítulo, a minha proposta é a de enunciar as questões que tangenciaram a realização desse estudo. Considero que seja um momento particularmente interessante para pensar as tensões sofridas pela Universidade nos tempos atuais, iniciando a discussão um passo atrás. Um dos principais traços dessa organização é ter se tornado referência da ciência e da técnica. A supremacia do conhecimento técnico representaria uma espécie de caminho seguro, livre da controvérsia inerente às esferas de negociação de interesses, como a política. Um representante desse pensamento é Weber (1982), já que procura de forma ativa estabelecer um abismo entre a política e a ciência.

Para ele, a explicitação de posicionamento político é incompatível com a prática intelectual. O que o autor não explica é quais os fatores são importantes para que estudiosos se lancem em estudos que mobilizaram suas vidas inteiras. Ao contrário do que ele afirma, o interesse pela pesquisa pode ser considerado a primeira camada no processo de construção de conhecimento. Sem esse interesse, não iríamos dispor de diversas tecnologias, que atualmente nos parecem tão familiares e naturais e são decorrentes do interesse pessoal de um pesquisador em anos de dedicação. Otto Lilienthal, por exemplo, um dos pioneiros na aviação, realizou e construiu 18 modelos, e conseguiu lançar-se no ar, voar e pousar em segurança. Otto foi apaixonado por aviação durante toda a sua vida, e dedicava grande parte do seu tempo ao estudo. Porém, o engenheiro alemão faleceu em 1896, após cair de uma altura de 17 metros, em função da dificuldade de controle de seu planador (OTTO LILIENTHAL MUSEUM, 2013).

Marie Curie, nascida em Varsóvia em 1867, é outro caso peculiar. Ela dedicou a vida à pesquisa, e seu legado inclui a teoria da radioatividade e a descoberta de elementos químicos. A polonesa naturalizada francesa teve uma vida modesta economicamente na juventude, mas teve acesso aos estudos. A paixão pela Física e pela Química aproximou Marie de Pierre Curie e juntos desenvolveram diversos estudos e publicações. Apesar dos interesses comuns, Marie tinha suas próprias ideias e publicou trabalhos importantes, como o artigo apresentado à *Académie des Sciences*, que garantiu seu pioneirismo no estudo da radioatividade e lhe rendeu um Prêmio Nobel. Mesmo enquanto cientista reconhecida, Marie foi vítima de xenofobia, de machismo e de intolerância religiosa. A manipulação e os experimentos com materiais

radioativos por toda vida, em abundância e de forma contínua, acarretaram-lhe problemas de saúde, culminando em sua morte em 1934 (EUROPEANA, 2021). A pesquisadora enfrentou o preconceito no campo científico e problemas de saúde ligados à realização de seus estudos, e mesmo diante dessas questões, levou à diante seu trabalho, cuja contribuição é inestimável.

Os casos dos dois cientistas indicam que a dedicação à pesquisa fora levada ao limite da capacidade humana, já que o fim de suas vidas teve relação com o que pesquisavam. Minha intenção com estes casos não é a de romancear os custos pessoais no desenvolvimento do conhecimento, mas a de reconhecer que nossa dedicação para mergulhar em uma pesquisa tem início em um interesse pessoal muito forte. E é por esse aspecto que afirmo que, ao se pensar a construção do conhecimento como um processo feito em camadas, o interesse pessoal seria a primeira delas.

O questionamento em torno do sentido das organizações perante a sociedade sinaliza que tal discussão tem como *background* a dimensão política, panorama no qual se incluem as universidades. Com relação a elas, a atualidade é marcada por volume, velocidade de produção de informação nunca experimentados pela humanidade e, paradoxalmente, também pelo surgimento de diversos movimentos sociais negacionistas, cujo elo comum é a negação ao conhecimento de cunho científico (CAPONI, 2020).

Para Danowski (2012), o negacionismo possui várias faces, como a referente ao aquecimento global que indica, por vezes, que o inegável também é intolerável. Mas é ao mencionar a tensão exercida por esferas como a econômica, que a autora demonstra como interesses políticos são centrais na compreensão das universidades. De acordo com Freitas e Ésther (2018), embora a universidade seja uma organização antiga, seria plausível considerar que seu sentido fosse ponto pacífico nas diferentes sociedades. Porém, sua existência tem sido cada vez mais questionada, e isso não é exclusividade dos tempos atuais. Desse modo, considero que a dimensão política represente um fator importante no desenvolvimento não de uma, mas da pluralidade de universidades ao longo do tempo, pois informam demandas e contextos distintos.

A negação da dimensão política da produção do conhecimento científico pode estar relacionada com a crise de sentido pela qual passa a universidade idealizada no ocidente, considerada hegemônica, entendida como uma determinada operação de caráter político, que se presta à

construção da dimensão social (LACLAU; MOUFRE, 2015). A incapacidade de o conhecimento técnico representar as diferenças (DELEUZE, 2018), o aprofundamento de questões sociais como desigualdade, intolerância e violência, associadas ao alinhamento de interesses econômicos, representam aspectos que desafiam o argumento da neutralidade científica e da intelectualidade comprometida com o progresso social. *Pari passu*, a partir de uma ótica ampliada de produção e reprodução do conhecimento, é possível demarcar a importância de outras organizações sociais na luta por direitos sociais. Em específico, trato neste estudo de coletivos negros universitários, permeados por dinâmicas específicas, encaradas no âmbito dos Estudos Organizacionais como possibilidade de vida social organizada no cruzo que, ao contrário da ciência, tem na política sua ótica fundamental, e que constitui uma forma peculiar de conhecimento que relaciono à ontologia do cruzo.

Considerando-se que o presente trabalho foi desenvolvido no Brasil, país no qual a desigualdade é um problema crônico, creio que beire o absurdo a comunidade científica permanecer apoiada na muleta da neutralidade como forma de isenção e descomprometimento com as questões sociais que aqui se perpetuam. É importante dizer que o questionamento do sentido da universidade, feito de modo ético e responsável, se coloca em situação diametralmente oposta ao posicionamento do presente projeto de governo no país, que procura destruí-la. Na minha visão, uma postura ética começa pela crítica à própria conduta, os ideários que temos coragem de pôr à luz além de indicar a quem serve nossos estudos.

Em um momento em que a ciência sofre duros ataques à sua legitimidade, o ato de defendê-la passa pela capacidade, mais do que nunca, de reconhecer seus limites, por parte daqueles que a produzem. Tendo em vista a importância histórica dos movimentos sociais no Brasil para a denúncia de graves problemas, na criação de conceitos que tornaram visíveis nossas desgraças além do seu caráter educador por meio de um conhecimento politizado, creio que a análise de um grupo localizado na encruzilhada acadêmica e ativista tenha potencial de contribuição enquanto torna opacas as inviabilidades de projetos políticos totalitários e universalizantes, cujo meio de compreensão do real se dá unicamente por uma operação de simplificação.

A pertinência desta discussão para o campo de Estudos Organizacionais pode ser encarada por vias distintas. A primeira delas é demarcar os coletivos negros universitários como uma orga-

nização social contra-hegemônica<sup>1</sup>, já que se voltam para questões sociais a partir de uma posição crítica à lógica econômica e economicista (SULLIVAN; SPICER; BÖHM, 2011). Isso significa que tais grupos são, simultaneamente, organizações não assistidas pela *mainstream* da Administração, mas que carregam grande potencial para compreensão de aspectos sociais, graças às proposições que representam alternativas às práticas de violência e opressão.

Debruçar-se sobre processos alternativos é ponto comum entre Teoria Crítica, segundo a tradição frankfurtiana, a Teoria Crítica em Estudos Organizacionais e Análises Críticas em Estudos Organizacionais, segundo Faria (2009). Para ele, reflexões críticas se ocupam em “desvendar o mundo do poder e as formas de controle econômico, jurídico-político, ideológico e psicossocial sobre o processo e a divisão do trabalho para se sentirem autorizados a compreender as organizações e suas finalidades” (Faria, 2009, p. 512). Em seu estudo, ele delinea a tradição crítica enquanto corrente teórica marcada por ideal político comprometido com mudança social.

Assim, é possível considerar que coletivos negros universitários são passíveis de tratamento por meio dos Estudos Organizacionais na perspectiva crítica. Eles representam um campo de conhecimento a ser explorado, justamente pelo que é negligenciado no *mainstream* da Administração. Os coletivos podem ser encarados como uma organização potente enquanto *locus* produtivo de alternativas políticas dotada de processos, ideias e saberes próprios (MISO-CZKY; FLORES; MORAES, 2010; SPICER; BÖHM, 2007).

O conhecimento a que me refiro não deve ser interpretado como aquele inexplorado e passível de “extração” por mim. Isso significaria reproduzir a pretensa condição de um sujeito mais esclarecido, que ignora a validade e legitimidade dos conhecimentos de outras instâncias sociais que não a científica. Isso se aproximaria muito do epistemicídio tratado por Santos (2010). O autor identificou processos de destruição de saberes, conhecimentos e culturas considerados

---

<sup>1</sup> No campo da Administração, as organizações gerenciais são consideradas as hegemônicas, e a elas se destinam a grande maioria dos estudos considerados *mainstream*. Por meio da ótica política, é possível identificar as organizações contra-hegemônicas, já que o ideário que as constitui representa uma posição de criticidade às hegemônicas, como os sindicatos e os movimentos sociais. Existem ainda aquelas consideradas não-hegemônicas. Essas não são gerenciais e a sua formação está ligada a busca de condições melhores de vida, como as comunidades nativas e as tradicionais, sendo as indígenas, extrativistas, e os quilombos, como em Silva (2019).

diferentes daquilo que é tomado como a norma, no caso, o modo de vida e ideias provenientes de nações colonizadoras e a dinâmica capitalista.

A ausência de reconhecimento da legitimidade, da importância e da contribuição dessa produção, ocorre mesmo diante do fato de que muitas das ideias provenientes desses campos simplesmente foram e são apropriadas por sujeitos considerados investidos de autoridade e autoria para enunciar aquilo considerado como conhecimento legítimo. Essa dinâmica que hierarquiza os conhecimentos produz barreiras que impedem o diálogo, a troca, a pluralidade, próprios de uma política agonística, tal como previsto por Santos (2010). Outra consequência do epistemicídio é o reforço da intolerância a tudo aquilo que difere, manifesta em qualquer forma de expressão social.

Pensar em coletivos negros universitários como instância social produtora e disseminadora de conhecimento, neste trabalho, portanto, é ponto de partida coerente como os Estudos Organizacionais de vertente crítica. Mais que isso, a proposta aqui é a de entender como as diversas escolhas e perspectivas adotadas neste estudo poderão articular um diálogo com os saberes provenientes do Afirmação na Pós enquanto um coletivo negro universitário, para compreender como o compartilhamento de um ideário, e as interações entre sujeitos atravessados por diversas questões sociais representam uma dinâmica de produção e disseminação de conhecimento singular.

Os estudos críticos em Estudos Organizacionais, conforme Faria (2009), são aderentes a objetos políticos, já que abordam aspectos da diferença humana. Desde os estudos realizados pelas distintas gerações de Frankfurt, é possível perceber que os autores estão preocupados e atentos aos processos de violência e seus mecanismos de naturalização. Isso pode ser considerado um ponto em comum com esse estudo, já que proponho uma perspectiva política como lugar de produção e de disseminação de conhecimento.

Os estudos críticos desenvolvidos, em sua maioria, tendem a enfatizar as relações de poder e dominação estabelecidas pelo capitalismo, seja pela exploração das relações de gênero, raça ou classe social (FARIA, 2009). A questão nesses estudos é que a política está pronunciada, e é vista como ponto de partida. Considerando-se a racionalidade hegemônica na ciência que neutralizou a política (PAULA, 2020), isso é um avanço importante. No entanto, é uma postu-

ra limitada ao tomar a política enquanto campo, ao invés de se tratada como dimensão analítica.

A discussão aqui proposta é ponto sensível na medida em que realça aspectos ligados à fronteira daquilo que pode ser considerado científico, algo cujo processo de construção e de delimitação demarcou o próprio lugar da ciência. No entanto, abordar a dimensão política não pode ser encarado como destruição da ciência, mas uma postura capaz de desvelar estratégias discursivas que mascaram relações de poder e de dominação. Pelas questões presentes em Faria (2009), acredito que evidenciar um grupo enquanto possibilidade de vida social organizada no cruzo acadêmico, que apresentam produção e disseminação de conhecimento, marcado pela política, aponte para a existência de uma ontologia específica.

### **1.1 Problema e pesquisa**

Como se caracteriza a dimensão política na produção e disseminação do conhecimento em coletivos negros universitários?

### **1.2 Objetivo geral**

O objetivo deste trabalho é analisar o cruzo, enquanto possibilidade de acesso à dimensão política de produção e disseminação do conhecimento no Afirmção na Pós, um coletivo negro universitário.

### **1.3 Objetivos específicos**

- Conhecer as práticas do grupo responsável pela oferta do Curso de Extensão Formação Pré-Acadêmica: “Afirmção na Pós”, o que será feito por meio de entrevistas em profundidade e escritórias;
- Problematizar os atravessamentos paridos no cruzo da vida social organizada na academia, o que será feito por meio da Análise dos Cruzos;
- Analisar a construção e disseminação do conhecimento presentes no Afirmção na Pós enquanto possibilidade de sistema de saber singular, originado e significado no cruzo.

### 1.4 Justificativa de pesquisa

A investigação acerca da dinâmica da produção e a disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós, enquanto um coletivo negro universitário, tem como ponto de partida um lugar em que algumas questões. Considerando que a universidade:

- É uma forma de organização social;
- É voltada ao desenvolvimento da potencialidade humana;
- É idealizada na tríade ensino-pesquisa-extensão e gestão acadêmica;
- Abriga o conhecimento legitimado socialmente;
- Reflete um ideal de civilização;
- Pode ser entendida como uma ideologia;
- É um lugar de disputas de narrativas sobre o real;
- Gravita entre os polos subordinação x emancipação;
- É meio para legitimação;
- É legitimada por outras esferas sociais tais como a economia e a política;
- É um projeto político, permeado por noções hierarquizadoras das diferenças;
- Se mantém coerente com interesses dominantes;
- É um mecanismo de adestramento e docilização dos corpos;
- É lugar de reprodução de lógicas opressoras;

Já que a realidade não pode ser alcançada, conhecida e compreendida em sua totalidade, seu acesso se dá por meio de fragmentos do real (CHAUI, 2001), decorrentes de decisões motivadas pela conciliação de diversos interesses. São esses justamente que demarcam a dimensão política do conhecimento (SCHWARTZMAN, 2008). Gradativamente, a ciência enquanto discurso se consolidou como campo da técnica ao mesmo tempo em que se afastou da política (WEBER, 1993). No entanto, como descrito por Demo (1995), diversas outras instâncias sociais produzem conhecimento e, para alguns, a dimensão política é basilar.

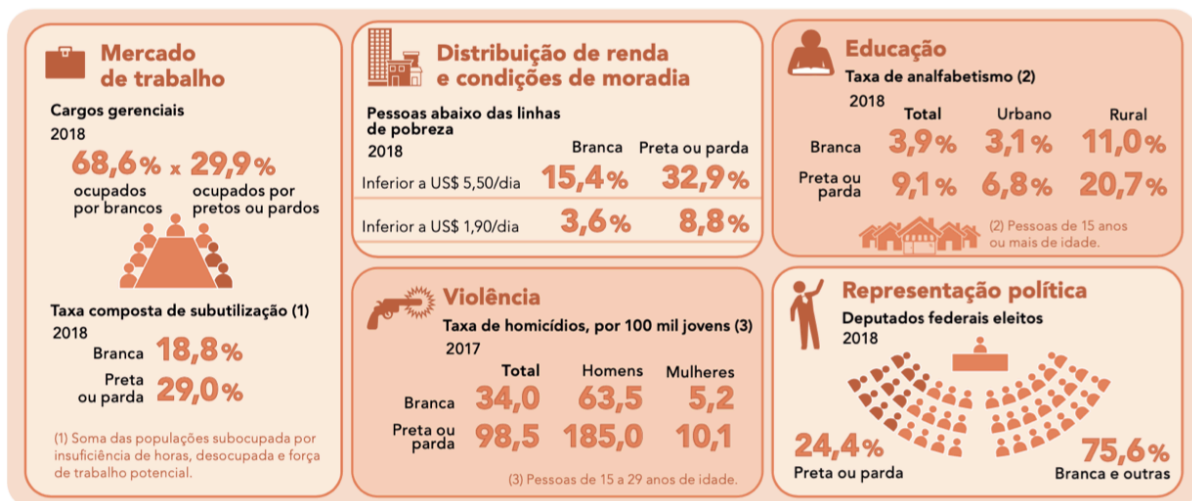
O conhecimento é um processo de significação e ressignificação do real, que ocorre por meio da linguagem (BONH, 2006; WITTGENSTEIN, 1978). Diversos grupos na sociedade se deparam com problemas, buscam uma solução e tendem a generalizar as informações encontradas. Essa lógica seria comum a todas as instâncias sociais e denota que o processo de constru-

ção do conhecimento e a disseminação está ligada ao meio pelo qual ele é compartilhado socialmente (DEMO,1995).

Problematizar os sistemas de conhecimento existentes na sociedade é uma forma de dar visibilidade a conflitos, paradoxos e ainda contradições nos ideários assumidos pelas organizações. No caso brasileiro, o acesso à educação de qualidade é considerado um grave empecilho ao desenvolvimento social, e grupo mais afetado é o povo negro. Se o índice de desigualdade já era alarmante, após a Pandemia pela Covid 19 aprofundou-se ainda mais.

De acordo com estudo do IBGE (2019), pessoas negras representam 15% das pessoas com nível superior ou mais, e dentre aqueles sem instrução ou com o nível fundamental incompleto, representam 32,9%. O índice de ocupação entre jovens no Brasil atingiu o menor patamar desde o início da série, em 1998 com 51%, que em 2019 foi de 40%. Dentre a população mais pobre, 32,% são pessoas pretas ou pardas. Com relação ao mercado de trabalho, a situação é melhor descrita no quadro:

**Quadro 1: Mercado de Trabalho**



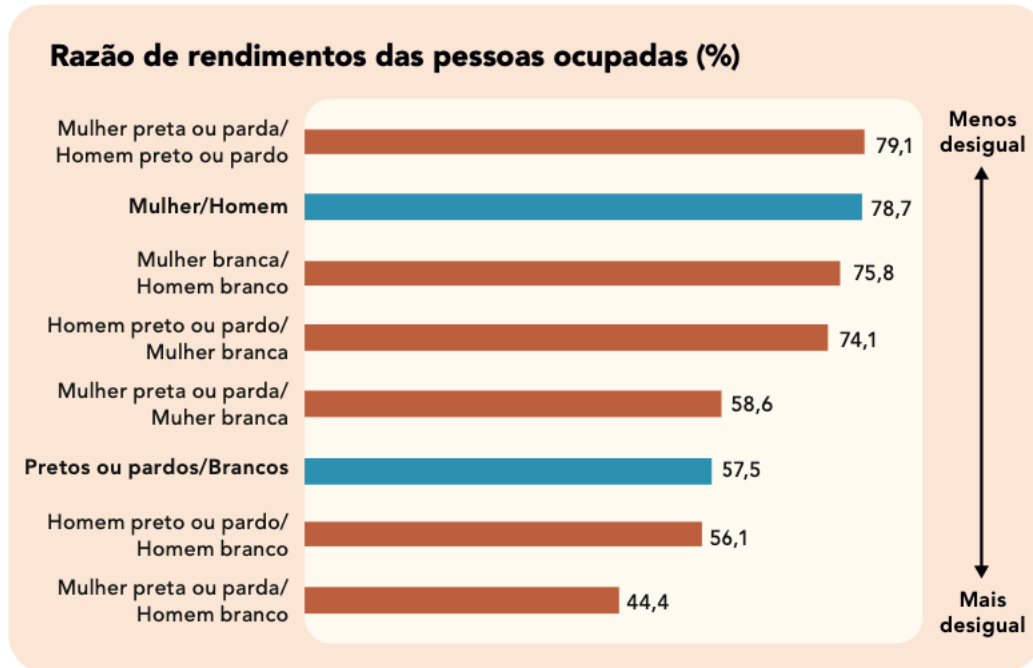
Fonte: IBGE (2019, p. 1).

De acordo com os dados, pessoas negras têm menor acesso ao ensino superior, representam apenas 29,9% dos cargos gerenciais no país e desses, dentre o grupo com maior rendimento, a participação cai para 11,9%. São o maior grupo em situação de subutilização, o maior grupo abaixo da linha da pobreza (32,9%). Pessoas negras possuem a menor representação política (representam 54% da população total frente a 24,4% entre os políticos). No que tange a vio-



lência, uma pessoa preta ou parda tem 2,7 mais chances de ser assassinada do que uma pessoa branca. O grupo é maioria entre propriedades sem infraestrutura ou em condições precárias (32,9%). Os dados que relacionam diferenças sociais (gênero e raça/etnia) são ainda mais específicos:

**Quadro 2: Razão de Rendimentos das pessoas ocupadas**



Fonte: IBGE (2019, p. 3).

Os dados indicam que a desigualdade no Brasil está fortemente associada a questão da raça e etnia. Eles indicam que os efeitos do racismo estão relacionados à violência, à pobreza, à má qualidade da habitação, ao baixo acesso à educação de qualidade, a menor ocupação de cargos de maior nível hierárquicos nas empresas e de cargos políticos. Os dados referentes aos rendimentos relacionados aos marcadores sociais revelam uma verdadeira hierarquia das desgraças sociais, já que os grupos que constituem os extremos da desigualdade são homens brancos e mulheres pardas ou pretas.

O movimento de ampliação do acesso ao ensino superior promovido pelo governo do Presidente Lula entre 2003 a 2010, trouxe resultados positivos para pessoas pretas, pardas, quilombolas e indígenas, no que tange o acesso ao ensino superior. Porém, os dados sinalizam que a situação no país é muito mais ampla e complexa. Muitos, após se profissionalizar, não conseguem colocação profissional, porque enfrentam o racismo nos processos seletivos das empre-

sas. Em 2020, 37,9% dos homens negros e 32,2% das mulheres negras com ensino superior completo, trabalhavam em cargos para os quais não era necessário ter ensino superior (SOUZA, 2020). A situação de sobre qualificação pode estar relacionada à dificuldade de esses profissionais terem acesso a cargos para os quais se prepararam.

Essas questões, ainda que de forma parcelar, indicam que os problemas sociais no Brasil estão fortemente associados a diferenças sociais, como gênero e raça/etnia. Isso sinaliza outro dilema: a capacidade da ciência de alcançar problemas localizados em atravessamentos sociais. É nesse ponto que interessa compreender no detalhe, os limites do Positivismo, bem como seu uso como ancoramento do conhecimento considerado legítimo, por isso hegemônico pelas universidades. Por essas questões, procuro compreender os movimentos negros no Brasil, das ramificações que geraram condições para o surgimento dos coletivos negros universitário, as questões relacionadas aos sentidos da universidade, para compreender a interface do processo de produção e disseminação do conhecimento.

O Afirmção na Pós, enquanto um coletivo negro universitário, possui um lugar atravessado pela necessidade de pessoas negras acessarem a universidade, um ambiente com características díspares em relação aos grupos subrepresentados. As nuances relativas ao processo de implementação das cotas sociorraciais na UFMG, a atuação de grupos organizados na universidade, bem como as estratégias articuladas sob o ideário de enegrecer a universidade foram tratadas nesse estudo como a forma de compreender e reconhecer uma dinâmica peculiar de produção e disseminação do conhecimento no Afirmção na Pós, e que parecem viabilizar uma ontologia do cruzo. O percurso adotado para levar a cabo a dimensão empírica do estudo será detalhado no capítulo seguinte.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse capítulo descrevo o caminho que percorri para a construção desse trabalho. Relembrar as minhas expectativas e as minhas escolhas desde o momento inicial, me provoca um misto de sensações. Desenvolver um estudo dessa magnitude não passa por outro caminho, que não seja o de nossos afetos. Talvez por isso que para algumas pessoas essa experiência seja algo tão intenso e sôfrego. Falar de método em pesquisa qualitativa significa indicar as condições de nossas escolhas dentro de uma produção de saber científico. Devo adiantar que não guardo compromisso com a descrição de um caminho linear. Entre o momento inicial e o atual, vivenciei provocações diversas que mudaram os rumos para a execução desse estudo.

Partindo da noção de que em coletivos negros a produção e a disseminação de conhecimento são intrinsecamente associadas a uma perspectiva política específica, uma vez que se tratam de sujeitos que percebem e experienciam o real a partir de uma visão marcada pela diferença racial, conferindo-lhes possibilidades de conhecer o mundo a partir da condição de ser negro e que pode ser tomada como ontologia negra, fiz algumas definições iniciais, elaborei um arranjo metodológico inicial, que remetia ao método de pesquisa, a técnica para construção de dados e o grupo participante. Como a proposta estava relacionada com a compreensão de um fenômeno em profundidade, a pesquisa qualitativa me pareceu uma decisão imperativa.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia pela Covid 19 e isso representou uma forte tensão frente às possibilidades de desenvolvimento de pesquisa. Durante essa época, compreendi que um coletivo negro reunia questões importantes para análise, porém a construção dos dados primários poderia tornar a pesquisa inviável. Em função disso, realizei uma pesquisa em busca de coletivos negros e conclui que o maior e mais antigo ainda em funcionamento era o Geledés, grupo com vasto material disponibilizado e acessível por redes sociais.

De acordo com Gomes (2017), possivelmente o Movimento Negro Unificado (MNU) é a organização social mais importante pela constituição de uma geração de intelectuais negros, essenciais na construção de saberes, no compartilhamento de ideias, na mobilização política na luta antirracista e na luta para a conquista de direitos sociais. Alguns dos ativistas dos quais se refere a autora iniciaram a carreira acadêmica a partir dos anos de 1980, e um dos movi-

mentos sociais surgidos nessa década foi justamente o Geledés - Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988, em São Paulo, por um grupo de mulheres ativistas intelectuais que participaram no Movimento Negro na década de 1980, dentre as quais Sueli Carneiro.

O nome remete a *Geledé*, que em yorubá significa sociedade secreta feminina. O termo indica o protagonismo feminino associado à fertilidade, à reprodução e ao bem-estar. Historicamente o grupo promove discussões sobre questões relacionadas às mulheres negras, bem como alternativas sociais, como a necessidade de criação de políticas públicas capazes de promover inclusão e igualdade. Os atos políticos realizados pelo grupo envolvem os âmbitos regional, nacional e internacional. A organização mantém diálogo com diversas outras, e é gerenciada de forma exclusiva por mulheres negras. Em termos de estrutura, a atuação é feita por diversos grupos de trabalho, que conta com a colaboração de sujeitos distintos, considerados aliados políticos. Atualmente as áreas de atuação do Geledés são Direitos Humanos, incluindo aspectos econômicos, sociais e culturais, Educação, Comunicação, Capacitação e Profissionalização e Saúde (GELEDÉS, 2009).

A organização possui diversos projetos e foi premiada no Concurso Desafio de Impacto Social Google/Brasil em 2014. Também promove formação, com oferta de cursos, palestras, realização de eventos, mesas redondas e debates. Além do portal Geledes.org.br, a organização possui contas nas principais redes sociais, e por meio desses canais divulga informações, dados, entrevistas e notícias produzidas pelos mais diversos grupos sociais, mas com temática relacionada aos interesses da organização. O Geledés recebe textos produzidos por qualquer pessoa, que são analisados e publicados. A organização mantém um grande fluxo de movimentação de informações. Ao mesmo tempo em que a partir dela conteúdos são criados, outros também são recebidos, o que indica a atualidade das questões e dos debates promovidos.

A produção e disseminação de conhecimento promovida pelo Geledés ocorre por diversas formas, mas dentre elas, as que ocorrem por meio digital são especiais por sua capilaridade, tipo de linguagem e por promoverem um fluxo interativo, no qual um tema é exposto e os interessados deixam posts, posicionando-se em relação ao conteúdo.

Diversos autores, ao definirem coletivos negros, citam elementos que eu percebi estarem presentes no Geledés (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020; CARNEIRO; GOMES, 2018;

VALK, 2002; ROTHSCHILD-WHITT, 1979). O fato de ser uma organização historicamente importante, umas das mais influentes a nível nacional e de contar com uma rede de interação virtual me fez acreditar que ela era a mais adequada para realizar o estudo.

Como método para construção dos dados, a ideia era tratar os conteúdos e posts dos leitores como dados secundários. Esses elementos disponíveis em plataformas digitais seriam tratados como ambientes, lugares nos quais seria possível observar “modos particulares de vida”, e que representam uma continuidade das relações ‘off-line’ (LEITÃO; GOMES, 2017, p. 42). Estas autoras propuseram uma etnografia que estabelece um paralelo entre as cidades e plataformas digitais, reconhecendo que o uso do ambiente digital em pesquisas científicas é tributário das investigações urbanas e esse arcabouço conferiu bases para tratar fenômenos no campo virtual.

Dentre as três sensibilidades etnográficas propostas por Leitão e Gomes (2017), avaliei que a Perambulação fosse a mais adequada para adoção nesse estudo. Na visão delas, o ambiente virtual pode ser entendido com um físico, como uma praça. Nele há pessoas conversando, e ali elas recorrem facilmente a todo tipo de informação, seja foto, vídeo, música, meme, *charge* ou qualquer outro elemento carregado de sentido e que considerem importantes. O pesquisador, atua como um *flâneur*, um observador errático que se entrega a experiência da observação e daí vem a inspiração para essa forma de apreensão, já que o *flâneur* perambula pela cidade, movido por curiosidade. O percurso é criado ao longo do caminho, na navegação nos debates, ao se misturar à multidão de interações sem ter um ponto fixado de início, pela busca dos hiperlinks, das referências externas, das ironias e das manifestações que o guiam e o estimulam, atento que está a tudo a cada labirinto encontrado.

A lógica desse método encontraria afinidade com as plataformas digitais, sendo que o criador do Twitter, Jack Dorsey, por exemplo, teria relatado que sua inspiração para criar a rede social seria decorrente de sua paixão pelo pulsar da vida urbana, na qual todas as comunicações são rápidas, curtas e pontuais. Os 140 caracteres do Twitter possibilitaram que a rede fosse acessada por uma ampla gama de dispositivos. A rede incorporou novas linguagens, mas o limite de caracteres permanece.

O grande ponto que me fez perceber a proposta metodológica das autoras interessante para esse estudo é a possibilidade de acompanhar um debate sem necessariamente interferir na dinâmica que o originou. As manifestações, interações e os dilemas ocorreram em um momento posterior ao da observação. Além da possibilidade de acessar os conteúdos e os posts em resposta a eles, também seria possível seguir as *hashtags*, já que são marcadores e indexadores de conteúdo digital. Buscas específicas podem ser utilizadas para acessar ambientes complementares, como o *Trend Topics* do Twitter, e que foram incorporados no Facebook e Instagram.

As perambulações se ocupam dos ciberacontecimentos, entendidos como episódios ligados a grande fluxo de informação, a partir de fatos importantes que causam mobilização, seja por material sonoro, visual ou audiovisual (JUNGBLUT, 2015). Dito de outra forma, trata-se de conteúdos virais. O dilema nesse conteúdo de alta propagação, é que, na mesma medida que ascende, desaparece. Observar uma discussão que circunda um conteúdo viral remete a uma efemeridade, um calor e fluidez que na etnografia não é retratado. Assim, a ideia era a de acompanhar os posts feitos no portal, e ler os conteúdos, publicações e interações feitas pelos internautas nas redes sociais. Em termos de acesso, eu iria criar um perfil de pesquisador para acessar as informações.

Considerei que esse esboço representava uma solução adequada para diversos dilemas, sendo o mais dramático o da dificuldade de construir dados primários durante um período pandêmico. Porém, esse esboço não resistiu à qualificação da tese, realizada em dezembro de 2021. O professor André e o professor Cristiano afirmaram que o Geledés não poderia ser considerado um coletivo negro e que a organização é considerada uma *think tank*. Sendo muito honesta, até hoje não sei o que me surpreendeu mais nessa situação. Ainda não sei se foi descobrir que meu levantamento de informações continha um erro crasso ou o de ver ruir a imagem que eu criei em torno do Geledés.

Ainda no episódio da realização da banca, meu orientador me interrogou acerca do Afirmção na Pós e, a partir de então, analisei a atuação do grupo e concluí que a iniciativa é, de fato, sustentada pela atuação de um coletivo negro. Narrar esse processo, a meu ver, é algo que considero coerente com um trabalho reflexivo. Isso porque descrever um processo perfeita-

mente encadeado, no qual somente as escolhas acertadas são descritas, silencia para os percalços que são parte do processo de construção da tese.

Quem lê o texto não alcança a realidade sob a qual foi elaborado, ou nos termos dos saberes construídos por grupos LGBTQIA+, “quem vê close, não vê o corre”. Essa é a razão para que descrever rigorosamente as curvas, os desacertos e os tropeços sejam não somente importantes, mas crucial para indicar tal processo de forma honesta e ética.

A partir da realização da banca e principalmente pelas provocações feitas pelo professor Luiz Alex, percebi que minha elaboração até aquele momento não continha “alma”. A minha experiência em um coletivo negro universitário, sinalizava que os conceitos “universidade”, “coletivos negros” e “negritude”, eram importantes para analisar as práticas ali desenvolvidas. Porém, faltava um elemento que desse sentido a esses conceitos, pois até aquele momento eram uma aglutinação que eu elaborei de forma pouco refletida.

Isso se tornou ainda mais perceptível após eu adotar o Afirmção na Pós como grupo interlocutor para a construção da pesquisa. Essa foi a primeira mudança que realizei após a banca e a responsável por promover um redirecionamento radical no desenvolvimento dessa tese. O fato de eu já ter participado do grupo era um fator que facilitaria a aproximação, mas retomar contatos feitos há anos não era exatamente uma tarefa fácil.

Outra tensão que a banca me provocou foram os teóricos com os quais eu escolhi dialogar. Bibliografias construídas essencialmente por autores brancos escondem uma face perversa da ciência, o epistemicídio, termo criado por Santos (2010, p. 183), que o define como:

à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas.

A partir dele, os desdobramentos dessa prática passaram a ser evidenciados. Pessanha (2018), argumenta que o epistemicídio provoca a perda da identidade da pessoa negra. Para Carneiro (2020), tal processo provoca uma indigência cultural, por mutilar a racionalidade da pessoa subjulgada e cita o conceito de biopoder de Michel Foucault, para sinalizar uma estratégia de

eliminação dos povos negros. Pessanha (2018), por sua vez, denomina tal prática como necropolítica, cujo mecanismo de operação, ao negar a condição racional em pessoas negras, termina por justificar o controle e o genocídio. Por fim, Carneiro (2020) é precisa ao indicar a negação da condição humana pelo sepultamento de saberes.

A discussão desses autores para mim se coloca como incontornável e o primeiro desafio é como eu produzo conhecimento em uma organização que, historicamente, foi *locus* originário e legitimador do epistemicídio, sem reproduzir essa lógica. Muitos pesquisadores têm pensado em alternativas. A monografia em Filosofia de Ribeiro (2013) foi o primeiro estudo com bibliografia exclusivamente africana, produzido na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa escolha foi considerada uma estratégia de enfrentamento ao epistemicídio.

A proposta de Ribeiro (2013) reflete uma das principais estratégias políticas contidas na Decolonialidade. Essa corrente é formada por diversos autores e autoras, dentre as quais Lugones (2014, p. 944), que ao propor o Feminismo Descolonial, sustenta a necessidade de ler o “social a partir das cosmologias que o informam”. De fato, o Positivismo, a partir dos princípios de neutralidade e objetividade, legitimou práticas usadas para produção de estudos que representam justamente o epistemicídio.

A produção de muitos estudos realizadas por pessoas marcadas por diferenças sociais que são subalternizadas na atual conjuntura apresenta uma preocupação política de combate às noções que desumanizam pessoas. Tal movimento evidenciou a presença do machismo, racismo, xenofobia, LGBTfobia e tantas outras ideologias iníquas presente em estudos científicos. Não se trata de um problema simples. Isso porque as formas de desumanização presentes na ciência se mantêm ativas na medida em que se apresentam e são tomadas como mundo possível e natural. Assim, a necessidade de combater tais processos se relaciona inclusive com a legitimação dos estudos produzidos a partir de pessoas marcadas pela interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) e que nesse trabalho, considero aquelas com atravessamentos distintos.

Ao expor essa discussão, não tenho a pretensão de apresentar um quadro geral acerca do problema. Meu exercício se deve, em primeiro lugar, ao reconhecimento da importância e da complexidade envolvida na decisão de com quem escolhemos dialogar nos trabalhos. Ciente



dos desdobramentos nefastos produzidos sob a ciência, adotar uma estratégia de combate a esse processo se liga a meu compromisso de produzir um saber politicamente engajado.

Uma das estratégias utilizadas por pesquisadores críticos é o uso de autores negros, como forma de filtrar as lógicas capazes de produzir apagamento de humanidades, tal como o fez Ribeiro (2013). Por essa razão, por um período em minha trajetória procurei me aproximar dos estudos Pós-Coloniais, Decoloniais e Contra-Coloniais. Durante esse período de imersão teórica, que coincide com o meu primeiro ano no mestrado, aconteceu o II Congresso de Pesquisadores Negros do Sudeste – COPENE, realizado entre os dias 28 de fevereiro a 02 de março de 2018, na Faculdade de Educação da UFMG. Eu participei desse evento e em uma sessão, presenciei algo que me provocou profunda inquietação. Tratou-se dos comentários feitos a uma mulher branca que produziu um trabalho acerca de comunidades quilombolas, sendo duramente criticada.

Aquele episódio me incomodou profundamente. Percebi que, em alguma medida, os princípios das correntes teóricas críticas ao colonialismo ao ser mal interpretados, poderiam ser usados como argumento para novos sistemas de repressão<sup>2</sup> e negação. Não me vi representada nesse posicionamento. Desde então, passei a pensar que o comprometimento de autores politicamente engajados não pode se resumir a produzir estudos cuja referências são autores negros.

Isso é uma solução rasa e temerária por dois motivos. O primeiro deles é o de que a cor da pele, a naturalidade, o gênero, a sexualidade, ou qualquer outro marcador social não informa absolutamente nada do nível de consciência dos sujeitos. O fato de Hanchard (2001) ser um acadêmico negro, não o impediu de reduzir a importância dos movimentos negros, observados principalmente no Rio de Janeiro, frente às iniciativas que ele acompanhou nos Estados Unidos. No momento em que aceitarmos atributos físicos como condição *sine qua non* de consciência, deslocamos a discussão da ciência para outro campo de produção social de conhecimento. Isso não significa negar que a presença dos marcadores afeta a trajetória de vida das

---

<sup>2</sup> A menção ao episódio e o alerta sobre posições radicais não tem a intenção de equiparar situações. De acordo com a Dr<sup>a</sup>. Josiane Silva de Oliveira, durante a realização na banca de defesa da tese, não se pode confundir a reação do oprimido com a violência do opressor. De acordo com Valk (2002), a esfera política também pode dar origem a posições radicais, que terminam reproduzindo a ideologia que procuram combater. O ponto que procuro destacar é cuidado na romantização de posições ou ideias que emergem de esferas políticas.

peçoas, e que isso as tensiona para produzir estratégias de vida em um contexto que a elas se impõe como opressor e violento.

O outro motivo é que tal radicalismo reproduz a lógica que se propõe a combater. Promover os conhecimentos e saberes de grupos subalternizados na sociedade ao custo da descredibilização, da negação ou de que qualquer proposta de desconsiderar os saberes produzidos por grupos considerados hegemônicos, a meu ver parece ser uma construção semelhante no argumento da supremacia social<sup>3</sup>. Ora, o conceito de Eugenia cunhado por Galton (1883) não tem outra base se não a da existência de uma supremacia social, baseada nas características raciais.

A bibliografia deve refletir uma decisão coerente com a proposta do pesquisador para o estudo que ele realiza. Decidir dialogar somente com autores negros deve ser uma decisão que faça sentido na proposta do estudo. Entendo que a decisão de Ribeiro (2013) está alinhada ao escopo de seu estudo, assim como percebo a importância desse trabalho no processo geral de valorização e promoção de saberes outros que não os de origem europeia ou anglo-saxônica em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo. Porém, a minha postura crítica à produção bibliográfica negra como única alternativa ao epistemicídio, aplicada de forma deliberada, não continha uma alternativa. Creio que esse seja um dilema demasiadamente complexo para o qual, novamente, não tenho a pretensão de apresentar uma solução. Diante dessa e de outras questões, novas possibilidades se apresentaram para a construção de um estudo ético e politizado. E uma delas foi a de desenvolver um estudo reflexivo.

Sob essa abordagem, sensível às questões éticas que permeiam o desenvolvimento do saber científico produzido sob a vertente positivista, sobretudo com a pretensão em dissociar sujeito e objeto, a noção da influência do pesquisador sobre o que produz é transcendida. Trata-se de incluir-se no *hall* de elementos passíveis de investigação. Segundo Amoureux (2016, p. 3), “estendemos a teorização e a observação empírica a nós mesmos, como estudiosos”. Não se trata de uma construção perspectivista, mas de interrogar a si mesmo, acerca das leituras, interpretações, de quais e como nossas visões de mundo, nossos repertórios informacionais pré-

---

<sup>3</sup> Na minha concepção, as crenças que procuram regular como os corpos negros devem comparecer na sociedade, não respeitam a individualidade. Argumentos de que pessoas negras devem ser relacionadas apenas com pessoas negras, por exemplo, ilustra a questão que aponto. Não existe supremacia negra, mas é preciso reforçar que tal ideia, impressa em qualquer tipo de regulação social, não pode ser considerada como alternativa à superação do racismo.

vios ao estudo influenciam nossa produção. Para ele, a reflexividade é uma metaprática, já que envolve outras práticas sociais, a começar pela identidade do próprio pesquisador. Uma série de questões, antes desproblematizadas, passam a ser encaradas como importante no processo de construção do conhecimento científico, sobretudo o que anunciadamente crítico.

É preciso pontuar que a realização de um trabalho reflexivo pode causar estranheza, por não seguir um percurso convencional do ponto de vista metodológico. Nesse estudo, meu esforço de produzir um estudo reflexivo está refletido no posicionamento político e epistemológico. A partir de Amoureux (2016), entendo que meus aprendizados e vivências anteriores à realização da pesquisa são parte do processo que me torna capaz de perceber e acessar determinados fenômenos, como os atravessamentos de pessoas em um coletivo negro universitário. Assim, parte da minha trajetória pessoal comparece nesse estudo por ser entendida como mais um elemento de dimensão analítica. Essas interseções estão presentes ao longo do texto e nas escrevivências.

Assim, recuso a existência de uma moral universal. Aliás, no campo científico, os universalismos somente se sustentam em função dos apagamentos que operam. Face ao meu percurso acadêmico, considerando as experiências desde a graduação, o trabalho com comunidades quilombolas no mestrado e o processo de tratar de coletivos negros no doutorado, inscrevo esse esforço de modo situado em um contexto específico e estritamente ligado à minha capacidade cognitiva no momento.

A realização de uma pesquisa reflexiva abraça minha experiência por diversas razões. A primeira delas é a redefinição do grupo de interlocução para pesquisa. O Afirmção na Pós é um grupo potente em diversos aspectos, e um dos desafios iniciais era o de escolher estratégias metodológicas que não significassem uma mutilação da interação em pesquisa. Diante disso, realizei duas definições iniciais para a fase empírica. A primeira foi a realização das entrevistas com os participantes do coletivo e a outra, a de relatar minha própria experiência enquanto participante do Afirmção na Pós, me valendo da Escrevivência (EVARISTO, 2018).

## 2.1 Caracterização da dimensão empírica

Após a realização da banca de qualificação do doutorado, procurei pessoas com as quais mantive contato de forma mais próxima no Afirmação. Busquei compreender qual era a dinâmica atual do grupo, de forma que eu pudesse adequar a estratégia de construção de dados. Diante das mudanças ocorridas no grupo ao longo dos anos, das diversas atividades desempenhas por meio da iniciativa e pelo número de pessoas com experiência na iniciativa, me pareceu que as entrevistas em profundidade fossem adequadas. Saraiva (2007, p. 125) as descreve como:

O formato de história oral estruturada, o que dá ao pesquisador a possibilidade de desenvolver um survey que dê ao entrevistado um tempo para explicar suas experiências de histórias de vida. Deixa de fora aspectos mais amplos, como política, economia, estrutura e fatores tecnológicos.

Por meio dessa técnica, criei um roteiro (Apêndice A), de forma que ele pudesse orientar os assuntos que eu precisava abordar. Ele é formado por eixos que tratam do perfil do participante, introdução, descrição do Afirmação na Pós, organização interna, conhecimento e política, Afirmação na Pós e a Universidade e os desafios e possibilidades. Após a construção do roteiro, realizei o desenho de pesquisa, algo fundamental para o processo de formalização junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP). Para essa etapa, foram necessários a produção de diversos documentos. O primeiro é o projeto de pesquisa, um documento constituído por desenho (uma espécie de síntese da proposta), introdução, resumo, hipótese, objetivo primário, objetivo secundário, metodologia, critérios de inclusão, critérios de exclusão, riscos, benefícios, análise de dados, desfecho primário, desfecho secundário, tamanho da amostra, TCLE, cronograma, orçamento e por fim as referências.

Além do projeto, era preciso um Termo de Anuência, uma declaração de que o representante do grupo participante da pesquisa estava ciente e que estava de acordo com a realização do estudo. Procurei o professor doutor Natalino Neves da Silva, docente na Faculdade de Educação da UFMG e atual responsável pelo Afirmação na Pós, e fui muito bem acolhida. Realizamos uma reunião por meio do Google Meet, na qual eu expliquei a proposta do estudo, ele levou a proposta ao grupo, a fim de conhecer a posição dos demais integrantes e sinalizaram de forma positiva.

Após obter esses dois documentos, meu orientador e eu nos ocupamos de criar o projeto na plataforma Brasil. Nessa fase ainda não tínhamos todos os documentos necessários, mas é preciso cadastrar o projeto para obter outro documento necessário; a folha de rosto. De posse desse arquivo, submetemos a pesquisa, composta pelos documentos projeto de pesquisa, folha de rosto, parecer consubstanciado, roteiro e carta de anuência para apreciação do Departamento de Ciências Administrativas da UFMG. Após a aprovação, incluímos o parecer consubstanciado na Plataforma Brasil, finalizando a fase de juntada de documentos. O projeto foi avaliado e aprovado sob o número 59336422.8.0000.514. Para finalizar o processo, após a realização da pesquisa é necessário produzir um relatório final com as atividades desenvolvidas.

Inicialmente, idealizei conversar com 20 pessoas que passaram pelo Afirmção na Pós, dentre professores da UFMG, técnicos administrativos, pessoas que atuaram de alguma forma na oferta da formação além de cursistas. Realizei contato com 30 pessoas diretamente, dentre as quais eu já havia tido alguma interação quando participei. Dessas obtive retorno de 21 pessoas, e 19, no final, participaram do estudo.

Entre os participantes, as idades variam entre 30 e 61 anos. Seis pessoas se declararam homens, 12 mulheres e uma pessoa não binária, 17 pessoas se declaram negras (pretos e pardos) e duas, como brancas. Todos relataram terem origem desfavorecida em termos econômicos. Além disso, 10 pessoas mencionaram residir em região periférica como marcador social. Dos 19 participantes, 18 relataram passagem em movimentos sociais diversos, além da participação no Afirmção na Pós. A fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, a quem também denomino interlocutores, optei por representá-los por meio de nomes de origem africana. A realização das entrevistas está descrita no quadro a seguir:

**Quadro 3 – Entrevistas Realizadas**

<b>Nome atribuído na pesquisa</b>	<b>Marcadores sociais e titulação</b>	<b>Data e forma da realização da Entrevista</b>	<b>Duração</b>
Akin	Entre 30 e 40 anos, natural de Belo Horizonte, MG, homem, negro, hétero, mestre	9 de março de 2022. Entrevista presencial	1 hora e 34 minutos
Adisa	Entre 40 e 50 anos de idade, natural de Belo Horizonte, homem, doutor.	05 de maio de 2022 Entrevista via Google Meet.	1 hora e 8 minutos
Zuri	Entre 30 e 40 anos, natural de Belo Horizonte, MG, mulher negra, pobre, mestra.	18 de maio de 2022. Entrevista via Google Meet.	41 minutos
Ayana	Entre 30 e 40 anos, natural de Belo Horizonte, MG, mulher, negra, hétero, trabalhadora, mestra.	18 de maio de 2022. Entrevista via Google Meet.	50 minutos
	Entre 30 e 40 anos, natural de Montes	23 de maio de 2022. Entrevista	1 hora e 9

Nala	Claros, MG, mulher, negra, casada, mãe, trabalhadora, doutora.	ta via Google Meet.	minutos
Núbia	Entre 30 e 40 anos, mulher, negra, mestra.	1 de junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	46 minutos
Amara	Entre 30 e 40 anos, nascida em Belo Horizonte, mulher hétero, cisgênero, mestre.	06 de junho de 2022. Entrevista Presencial. Entrevista via Google Meet.	52 minutos
Chissomo	Entre 60 e 70 anos, mulher, negra, mestra	9 de junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	3 horas 11 minutos
Alika	Entre 40 e 50 anos, natural de Contagem, mulher, negra, hétero, mãe solo, trabalhadora, mestre.	9 junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	45 minutos
Habib	Entre 30 e 40 anos, nascido em Abadia de Goiás, GO, branco, gay, classe média, mestre.	19 de julho de 2022. Entrevista via Google Meet.	1 hora e 11 minutos
Abayomi	Entre 50 e 60 anos, natural de Belo Horizonte, MG, mulher, preta, periférica, ativista antirracista, mestra.	20 de junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	40 minutos
Maisha	Entre 30 e 40 anos, natural de Santa Luzia, MG, mulher, preta, mãe, trabalhadora, mestra.	21 de junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	1 hora e 47 minutos
Fayola	Entre 40 e 50 anos, mulher, preta, mestra.	21 de junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	1 hora e 40 minutos
Senaki	Entre 40 e 50 anos, nascido em Belo Horizonte, homem, negro, mestre.	25 de junho de 2022. Entrevista via Google Meet.	1 hora e 27 minutos
Dyami	Entre 30 e 40 anos, nascidx em Maranguape, CE, não binária, doutorx.	3 de julho de 2022. Entrevista Presencial	47 minutos
Zaire	Entre 40 e 50 anos, natural de Cuiabá, MT, homem, negro, mestre.	9 de julho de 2022. Entrevista via Google Meet.	31 minutos
Leke	Entre 40 e 50 anos, natural de Belo Horizonte, MG, homem, negro, mestre, ativista do movimento Negro e LGBTQIA+	11 de julho de 2022. Entrevista via Google Meet.	37 minutos
Diara	Entre 30 e 40 anos, natural de Belo Horizonte, MG, mulher, preta, bissexual, trabalhadora, educadora social, ativista antirracista, contracolonial e antipatriarcal, mestra	29 de julho de 2022. Entrevista via Google Meet.	1 hora e 14 minutos
Zalika	Entre 50 e 60 anos, natural de Belo Horizonte, MG, mulher, doutora.	15 agosto de agosto. Entrevista via Google Meet.	43 minutos

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Alguns participantes aceitaram participar da entrevista logo que foram convidados. Com outros, foi necessário marcar um encontro prévio. Esses encontros foram realizados com três participantes, sendo que dois desses encontros ocorreram via Google Meet e um de forma presencial. Essa conversa inicial foi solicitada pelos participantes para que eu pudesse explicar a natureza da pesquisa as condições de participação. Esses momentos também foram oportunidades de me atualizar sobre as mudanças e os rumos de cada pessoa, já que eu tive contato com alguns dos participantes durante minha passagem no Afirmação na Pós.

Eu manifestei o desejo de participar da edição desse ano (2022) para algumas pessoas responsáveis pela organização. Para mim, seria uma oportunidade de acompanhar o grupo em ativi-

dade neste momento, de estar em contato com mais pessoas que poderiam participar do estudo. Para o Afirmção na Pós, a adesão de pessoas de outras áreas é algo positivo porque amplia a possibilidade de orientar projetos em áreas distintas. A minha participação deveria ser aprovada pelo grupo, e como não recebi retorno, creio que minha participação não tenha sido aprovada. Também pedi que uma das pessoas responsáveis pela iniciativa divulgasse a pesquisa no grupo de WhatsApp dos participantes, com alcançar novas pessoas interessadas em participar da pesquisa. Porém, não obtive nenhum retorno. A fase de construção de dados teve duração de cinco meses, desde o primeiro contato com um integrante com quem eu tinha mais contato até a realização da 19ª participação. Inicialmente eu havia previsto que dois meses seriam suficientes para a consolidação dessa fase.

Essas situações me provocaram certa estranheza. A minha expectativa inicial era a de que, por eu ter participado da iniciativa, que eu seria tratada como uma “pesquisadora interna”. Ledo engano e pretensão. Sobre isso, Chan (2017, p. 30)<sup>4</sup> considera que:

Acredita-se que pesquisadores internos da mesma comunidade que os participantes estejam em melhor posição para aplicar o conhecimento contextual para decifrar os significados culturais (muitas vezes implícitos) das respostas dos narradores, analisar as narrativas em detalhes e minimizar interpretações errôneas da vida histórias... As identidades são multifacetadas, e compartilhar a mesma identidade cultural com os participantes pode ainda conceder ao pesquisador apenas um status de “partial-insider”...

Inicialmente, acreditei que o fato de eu ser uma mulher, negra, periférica e ex-participante da iniciativa seriam facilitadores para a realização do estudo. Em alguma medida, isso realmente me aproxima do grupo, já que o público do Afirmção na Pós é majoritariamente formado por pessoas negras. Porém, os elementos que mencionei ligados a mim não me tornaram uma pesquisadora interna.

De acordo com Chan (2017), ao realizarmos pesquisas, sempre teremos atributos que nos aproximam e que nos afastam do grupo. Idealizar a posição de pesquisador interno como sendo a via mais adequada para realizar um estudo inviabiliza trabalhos com grupos com os quais não temos contato. Em cada estudo, os benefícios e os desafios relativos ao grau de aproxima-

---

<sup>4</sup> Tradução minha.

ção existente entre o pesquisador e o grupo social de interlocução deve ser avaliado. Não é possível, assim, fixar o lugar de “pesquisador interno” como condição suficiente e necessária para realizar um estudo.

De toda forma, os elementos que me aproximam do Afirmação na Pós foram fundamentais para eu criar associações entre o foi dito durante a fase empírica pelos participantes e o quadro de significação de onde partiam. O fato de eu ser uma estudante do campo da administração representou um imenso afastamento. Isso porque, em diversos momentos posso ter explicitada a minha estranheza acerca da dinâmica do grupo, pois se trata de uma lógica de funcionamento totalmente alheia à estrutura formal que constituem as organizações hegemônicas.

Esse fator representa um afastamento justamente pelas questões que eu não pude alcançar naquele momento. Até então, o meu maior repertório era o acessado por meio da graduação em Administração pela PUC Minas, pela especialização em Gestão de Pessoas e pelas disciplinas iniciais no mestrado na Faculdade de Ciências Economicas da UFMG. Por vezes, cheguei a pensar que eu poderia contribuir com o grupo ajudando-os a estruturar processos, a organizarem-se de forma mais objetiva. Foram necessários anos de envolvimento com grupos sociais subalternizados, muitas disciplinas dialógicas, leituras de abordagens reflexivas para que eu pudesse me dar conta do nível de pretensão que eu agregava ao *ethos* de pesquisadora.

As entrevistas aconteceram entre os meses de março e agosto de 2022. Para a realização da fase empírica, embora eu tenha criado um roteiro (Apêndice A) para que eu pudesse ter noção dos conteúdos necessários, ele não foi usado como programação rígida. Os tópicos nele contidos foram acionados considerando-se a necessidade de conhecer o grupo participante e suas práticas específicas. Como o grupo é constituído por pessoas que desempenharam papéis distintos no coletivo, os assuntos tratados em cada encontro respeitaram essa particularidade, bem como as características individuais.

Ao propor um assunto, as pessoas reagiram de formas muito diferentes. Alguns produziram respostas altamente elaboradas, usando seu repertório teórico para contextualizar as questões. Já outras foram extremamente sucintas. Nessas situações em específico, procurei assumir uma



postura mais dialógica, criando um ambiente no qual a pessoa tivesse mais elementos para se lembrar de situações específicas.

O que chamo de postura dialógica é a forma como tratei o momento de entrevista, privilegiando a interação. O ambiente de conversa criado em uma entrevista pode romper com a rigidez geralmente associada a momentos de um inquérito. A essa altura, minha experiência ao participar de pesquisas, ora como entrevistada, ora como entrevistadora, me disse que essa situação é permeada por um conjunto de expectativas, tanto dos participantes quanto do pesquisador. A forma como lidamos com essas expectativas se reflete na qualidade dos dados que produzimos.

No caso dessa pesquisa, como o grupo participante é majoritariamente composto por acadêmicos, esse cuidado se fez ainda mais necessário. Isso porque facilmente as conversas poderiam ser tornar uma meta-análise. Considerei cada participante como interlocutor, já que meus registros seriam fruto da interação no momento de pesquisa e o roteiro foi um apoio em termos do estabelecimento de pontos de contato necessários à execução dos objetivos de pesquisa.

Afim de considerar a disponibilidade e preferências de cada participante, o meio para a realização das entrevistas foi negociado de forma individual. Três deles optaram por encontros presenciais. Desses, dois aconteceram nas dependências da Faculdade de Educação (FAE) da UFMG, e um deles em minha casa<sup>5</sup>. Os demais encontros ocorreram de modo virtual, por diversas razões, envolvendo limitações de agenda e alterações de domicílio. Os encontros foram precedidos de conversas, que tanto serviram para que eu pudesse explicar a proposta da pesquisa, quanto também foram uma forma de me atualizar os percursos traçados pelos participantes após o ano de 2018, considerando que a maioria das pessoas foram meus colegas. O registro dos encontros presenciais foi feito por meio da gravação de áudio usando meu celular e os virtuais, pela gravação nativa do Google Meet.

Durante as entrevistas, por vezes, alguns fizeram referências a palavras, símbolos e práticas que ligadas ao Candomblé, com os quais eu não tinha a menor familiaridade. Esta questão

---

<sup>5</sup> Uma das entrevistas e alguns encontros prévios ocorrem em minha residência. Isso se deve ao tipo e nível de proximidade que eu mantinha com alguns integrantes do grupo.

para mim era um limite importante porque não se tratava de um mero desconhecimento. Eu tive uma educação rigorosamente evangélica. Entre os anos de 1996 e 2000, cheguei a ser “obreira” da Igreja Universal, uma espécie de trabalhador voluntário, função atribuída a poucos reconhecidos como “coerentes” com a imagem e visão da organização.

Esse histórico não somente indicava a minha ignorância em relação ao universo do Candomblé, mas o potencial de que minhas análises pudessem ser realizadas a partir de uma visão preconceituosa. Até aquele momento, eu já havia tido contatos espaçados com expressões ligadas a religiões de matrizes africanas. Meu companheiro é natural de Matozinhos, MG, mais precisamente de uma comunidade chamada Mocambeiro. Nesse lugar, ocorre todos os anos o Reinado, uma festa religiosa que mistura elementos do catolicismo tradicional e expressões de fé mais específicas, com a participação do Candombe e guardas de Moçambique vindas de diversas cidades de Minas Gerais, evento em que participo há mais de 15 anos.

Durante o mestrado, também tive contato com o quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, localizado no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Esse quilombo possui a especificidade de assumir a religiosidade de matriz africana, sendo Pai Benedito o padroeiro do lugar. Participei da festa em homenagem a ele no ano de 2019 e foi uma das experiências mais intensas que vivi.

Porém, nenhuma dessas vivências poderia servir de base suficiente para eu conhecer o Candomblé. Após a terceira entrevista, percebi que alguns termos eram usados para descrever aspectos ligados a processos coletivos, de compartilhamentos de saberes, de energia, de crenças. A banca de doutoramento de Rezende (2022), colega de linha de pesquisa, acendeu em mim a curiosidade em relação a presença de elementos religiosos, mais precisamente de matrizes africanas em blocos de carnaval em Belo Horizonte. De acordo com achados de seu estudo:

Outras características marcantes do arrastão do Magia Negra são os instrumentos utilizados pelos integrantes da bateria do bloco, esses são exclusivamente de percussão e de sopro, além disso, ao longo do arrastão, as casas de candomblé que estão pelo caminho também são saudadas. A respeito dessa saudação, Abidemi/ Magia Negra conta que essa prática de passar na porta de três casas de candomblé e reverenciá-las, vai além de uma manifestação de respeito, um aprendizado também, pois as pessoas que estão acompanhando o bloco e não conhecem tal prática perguntam o que

está sendo feito naquele momento e, de forma indireta, são educadas a respeito das manifestações religiosas do bairro (REZENDE, 2022, p. 88).

Percebi, por meio de Rezende (2022), que não há como dissociar os elementos religiosos de matriz africana das práticas organizativas do Magia Negra. E essa questão não é exclusiva pela proposta desse bloco, já que a etnografia por ela realizada compreende a raça e etnia não somente como categorias de análise, mas como sociabilidades que se estabelecem a partir de diferenças: essa é a dimensão que lhes denota singularidade em relação a outros grupos.

Compartilhei essas questões com meu orientador, em uma madrugada. Naquele momento, estava nítido para mim que não conhecer o Candomblé seria um limite teórico e analítico drástico em meu estudo. Mais que isso, a minha formação radicalmente evangélica poderia ter criado em mim resistências e preconceitos a tudo que se refira às religiões de matriz africana. Eu me senti encurralada com a ideia do esse limite poderia representar para a realização do estudo. E para isso não havia resposta simples. Meu orientador recomendou que eu lesse e acompanhasse a banca de outro colega de linha, Júlio Márcio Alves Gomes, Mestrando na época. O estudo de Gomes (2022), revela toda uma dimensão no Candomblé vinculada a construção de mundo, um corpo de saberes, de transmissão de conhecimento, da cosmovisão, de organização social e da circularidade do tempo.

Conhecer os estudos e acompanhar as bancas de meus colegas me ajudou a compreender alternativas para o meu próprio percurso. E isso foi fundamental para repensar o caminho metodológico e analítico do meu estudo. Assim, durante as entrevistas, adotei uma postura que pudesse ser a mais sensível possível às referências ligadas às dimensões culturais, religiosas e artísticas. Em termos analíticos, a mudança foi radical, já que em Gomes (2022), pude perceber que o método usado para compreender as práticas observadas no Afirmação na Pós poderia potencializar o seu conhecimento ou visibilizá-las na área turvada pelo meu limite cognitivo. A seguir, passo a apresentar um dos métodos que usei para construção de dados, que nesse trabalho é apresentado também como uma proposta de método possível.

## **2.2 Os coletivos negros: minha aproximação**

Em minha adolescência, participei de movimentos estudantis por meio da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Durante a década de 1990, as discussões promovidas pela

organização me sensibilizaram para questões sociais e que estavam ligadas a grupos específicos da sociedade, como pessoas pobres. Pude perceber que, embora houvesse uma pauta mais geral defendida pelos estudantes, que remete à defesa do ensino público gratuito, laico e de qualidade, haviam micro pautas sugeridas por subgrupos no interior do movimento, e isso era um dos motivos pelos quais alguns debates se transformavam em embates intensos. Por vezes, percebi nas sugestões propostas com princípios antagônicos ao movimento.

Posteriormente, durante o ano 2017, as Conferências de Promoção da Igualdade Racial me proporcionaram o contato com coletivos negros de forma mais efetiva. As conferências são compostas por diversos grupos existentes na sociedade e, desse modo, vários deles são coletivos negros, justamente pelo interesse em formas propositivas ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

O evento foi organizado com a divisão de diversos grupos de discussão, que tinham o objetivo de debater os eixos estruturantes para a construção de um documento final, que sintetizaria as propostas para combate ao racismo. Das discussões em grupos, surgiram os primeiros alinhamentos, que foram apresentados em plenária final. Essa dinâmica ocorreu em esferas regionais em Belo Horizonte, em um evento municipal, outro estadual e, por fim, um nacional. Esse processo, estruturado no estilo *down-top*, procura elevar o grau de participação social em políticas públicas voltadas ao combate de questões crônicas e com importantes desdobramentos ao nível social e econômico, como o racismo.

Participar das rodas de discussões foi um importante aprendizado para mim. Foi a oportunidade de conhecer e ouvir pessoas negras intelectuais e ativistas, que dedicaram grande parte de suas vidas à luta política pelo combate ao racismo, à desigualdade e à exclusão. Nesses momentos em que pude ouvir acerca de suas vivências, me identifiquei em problemas para os quais eu não tinha resposta, e me senti representada em muitas dificuldades compartilhadas ali.

Pude perceber que muitas situações que eu enfrentei não eram um fato isolado e não diziam respeito somente a mim, mas estavam endereçadas a todo um grupo social. Estar em uma esfera de debate em que eu me sentia representada e acolhida naquilo que era a centralidade das discussões me proporcionou a sensação de pertencimento, de existência e importância. Ao

ouvir, pude refletir sobre muitas questões da minha própria vida. O bairro em que passei a minha infância e juventude é um lugar em que a grande maioria da comunidade era pobre e negra. Ali, minha cor nunca foi uma questão. As recordações que guardo a esse respeito são os comentários de minha mãe, sobre as características da negra de “traços finos”. Guardei tal ideia e somente a repensei já adulta, durante os anos de 2016 e 2017. Foi um processo doloroso ressignificar crenças antigas, dentre as quais, a noção de que bastava se esforçar que o mérito no mercado de trabalho seria suficiente para ter acesso às oportunidades.

Muitos não compreendem porque pessoas pardas não se identificam como negras. A primeira questão é que negro é uma categoria sociopolítica, o que indica que se reconhecer nesse grupo implica os sujeitos a uma luta específica, a antirracista. O processo de se reconhecer negro é desconfortável. Eu tive que reconhecer que eu carregava muitas diferenças, não somente ligadas à raça e etnia, que não eram aceitas em muitos espaços.

Por meio daquelas discussões, pude perceber que, até aquele momento, eu estava me esforçando para me encaixar, ser aceita e isso por meio da assimilação. A partir daquelas discussões, percebi que minha referência estética não me representava. Isso era somente um aspecto de uma série de elementos que eu assumia como referência, mas ligados a ideais inatingíveis. Além dessas questões pessoais, também pude perceber que os desdobramentos do racismo eram maiores e bem mais complexos que as manifestações inferiorizantes, tal como previsto por Fanon (2008), e que dizem respeito à pobreza, desigualdade social e cultural. Tais aprendizados foram extremamente importantes para mim, porque me proporcionaram a possibilidade de desnaturalizar muitas práticas e crenças que eu apresentava até aquele momento.

Porém, durante os debates com coletivos negros, percebi uma outra nuance. Algumas ideias refletiam crenças que pareciam estar em rota de colisão como um movimento marcado pela promoção da diferença. Algumas narrativas pareciam sustentar uma lógica que, embora construída sob o apelo da luta antirracista, representam novas formas de opressão. Esses momentos denunciaram que algumas posições refletem que a reflexividade, a consciência de si e de mundo, não é um lugar ou um *status* permanente, mas um aprendizado contínuo.

Os conflitos, paradoxos e contradições os quais percebi durante as rodas de conversa, interpreto como um sinal da construção do ser negro, da própria negritude, um processo, e, nessa

condição, é um aprendizado contínuo. Não me parece ser possível estabelecer um lugar de emancipação completa. Até porque a assimilação é uma estratégia de acesso para sujeitos em uma esfera dominada pelo discurso que se mantém eficaz justamente em função da crescente sutileza da opressão, o que faz com que ela se torne cada vez mais sutil e por isso, mais facilmente incorporada nas práticas cotidianas.

Dessa forma, o contato que tive com esses coletivos me indicaram que ali existe uma produção de conhecimento realizada por intelectuais e que ocorre de forma única, algo destacado da operação acadêmica. Os conhecimentos produzidos por essa esfera são importantes para a construção da negritude em um contexto em que a censura ao debate racial é fator histórico importante para a possibilidade inventiva de Brasil. O ponto de partida para esse conhecimento específico está ligado às trajetórias de vidas dos intelectuais e à legitimidade das elaborações ocorre por meio da coletividade, da negociação e do debate. O conflito, os paradoxos e dilemas são nuances dessa mesma dinâmica, pois trata-se do confronto de visões de sujeitos constituídos de processos únicos de elaboração e compreensão da sua própria negritude.

### **2.3 Escrivência: uma possibilidade metodológica para Estudos Organizacionais**

“Vó Rita dormia embolada com ela. Vó Rita era boa, gostava muito dela e de todos nós” (EVARISTO, 2018, p. 10). Quem é vó Rita, onde ela vive, porque ela é importante na perspectiva de quem narra, são questões que são apresentadas em um processo que não guarda o menor compromisso com referências consideradas importantes para o registro ocidental, como temporalidade, localização, identidade e formalidade. Mas por que?

A narrativa usada por Evaristo é uma representação da ambiência de uma favela, mais precisamente de um beco. Ou seja, é uma descrição, carregada de símbolos e significantes que somente são acessados por quem conhece o que é um beco. O que farei, a partir da minha visão enquanto mulher preta e periférica, é tentar descrever como a autora estabelece um modo narrativo a partir da dinâmica presente em um beco, para então identificar a estética de um registro associado a um dado repertório, no caso, o mnemônico.

Essa empreitada nos leva, de início, ao beco. No Taquaril, onde vivi e ainda frequento, existem muitos. Mas é do Alto Vera Cruz, outra favela também localizada na região leste de Belo

Horizonte (MG), que alguns sobressaem nas minhas memórias de infância. Vou recorrer a isso porque não conheço forma de descrição mais rica, rigorosa e exaustivamente detalhada do que a que a produzida pela percepção de uma criança vislumbrada e encantada pelo estranho, tal como o “eu, menina”, a fase da qual brotam as memórias de Evaristo (2018, p. 14).

No bairro Alto Vera Cruz, como em qualquer bairro, existem algumas vias consideradas principais, denominadas ruas. Porém, dessas surgem algumas ramificações menores, os becos. A sensação de estar no cruzamento de uma rua com um beco equivale à provocada pela visualização de um rio e um pequeno afluente.

Dando início à passagem por um beco, inicialmente ele pode apresentar uma extensão mais alargada, que diminui ao avançar da caminhada. As casas no início de um beco geralmente são as mais imponentes. Estão em uma esquina, em um cruzamento. A partir do início, vêem-se portões estreitos, muros construídos com materiais diversos, e que apresentam uma estranha des-conexão. Isso porque todos se ligam, mas cada um apresenta uma forma de edificação. Alguns materializam o requinte, o esmero e o capricho de quem ali mora, e que exploram a aplicação de acabamentos diversos combinados com base unicamente no senso estético de quem os concebeu. Cores, formas e texturas são aplicadas de forma livre e despreocupada com convenções paisagísticas e arquitetônicas.

Outros, a maioria, apresentam uma aparência precária, em que a alvenaria aparente deixa à mostra as pedras, tijolos e a base cimentícia usada na edificação. Geralmente o portão de acesso ao beco também é o de acesso direto ao interior da residência. Obviamente, essas estruturas revelam as possibilidades econômicas dos moradores. Porém, não somente isso. A ausência da adoção de requisitos básicos para edificações, como nível, enquadramento, taxa de ocupação, parametrizadas por normas técnicas específicas, está ligado ao fato de que muitas dessas residências foram construídas por mulheres e crianças.

Essa é uma das minhas memórias mais antigas: eu, por volta dos seis anos, ajudando a minha mãe a fazer a mistura de cimento, areia e pedras que dariam origem ao alicerce da nossa casa. Como a maior parte das famílias é monoparental feminina, muitas mulheres em periferias aprendem a realizar no cotidiano formas de edificação, hidráulica e elétrica. A partir daí o que cada uma consegue fazer é o que sua própria capacidade e seus recursos permitem. Assim, os

muros geralmente acompanham a forma do solo. Observá-los remete a diversas questões, e uma das mais imediatas é a assimetria. Não é possível para alguém estranho a esse lugar, conceber qual é a lógica que determina a forma e os limites de cada casa.

Em becos, o espaço é sempre reduzido porque se trata, em grande parte, de terrenos em encostas de morros, com aclives e declives que o tornam pouco atrativo do ponto de vista do mercado imobiliário. O espaço restante aproveitável é disputado por muitas pessoas que geralmente compartilham características étnico-raciais e socioeconômicas. Isso resulta em arranjos que utilizam todo espaço possível com os limites sendo acordados entre os vizinhos.

As casas são pequenas, e a tentativa de se adequar às possibilidades resulta em estruturas criativas, caóticas e, muitas vezes, provisórias. Esse último aspecto, inclusive, se liga à dor do personagem tio Totó de Evaristo (2018), um idoso já cansado por uma vida de trabalho duro, e sem energia para uma iminente necessidade de mudança de moradia. Por mais que ali não fosse seu lugar de origem, para ele, naquele momento era uma estrutura que lhe dava segurança.

Caminhar por um beco, pode ser uma experiência visual intensa, dada a quantidade de informação ajuntadas, amontoadas e des-conectadas. Esse caminhar também provoca outros tipos de estímulos, como o auditivo e olfativo. A pequena dimensão das casas, a fragilidade acústica dos materiais faz com que a pessoa que o percorre tenha a sensação de estar entrando “na vida” de quem ali mora.

Os fins de semana são especialmente animados nesse sentido, porque muitas pessoas estão em casa. Uma mulher, vestindo um sutiã com rasgos aparentes está na porta e grita algo para os filhos. Mais adiante, um grupo de homens papeia animadamente enquanto carrega latas de massa para “encher uma lage”, ocasião em que geralmente o beneficiário do esforço coletivo se confunde com um anfitrião, oferecendo, além de doses de cachaça, uma generosa feijoada no almoço para repor as energias. Esta poderia ser a descrição de histórias de um beco em um sábado à tarde, por exemplo.

O difícil é se concentrar em uma história porque, ao andar, a gente acaba mergulhando em várias. São *flashes* do cotidiano dessas pessoas. A presença de um estranho não as faz se



comportar de forma diferente, como diminuir o tom de voz, buscando alguma privacidade. Elas seguem envolvidas em suas tarefas, agindo como estão acostumadas. Pelo contrário, é o visitante quem pode se sentir constrangido pela sensação de estar invadindo a privacidade das pessoas. Isso porque os muros estabelecem o limite das casas, mas não das vivências. Os vizinhos sabem exatamente quem são os parentes e amigos que eventualmente transitam pelo local. Também acompanham as agruras e as dificuldades. Qualquer coisa que acontece no beco, como uma briga, uma separação, alguém que comprou um sofá novo, por exemplo, pode se tornar fato conhecido por todos. Porém, isso faz com que em um beco haja uma rede muito forte de cooperação e solidariedade. Ali, as pessoas compartilham espaços, histórias, comida, roupas, serviços e até a própria casa para ajudar outras. Mas nem só de afetos se faz um beco. Uma vez, passando por um, vi uma menina arrastar outra pelos cabelos, e pude ouvir que o motivo da briga era o namorado de uma delas.

Outro fato marcante a partir do beco é os aromas que dele exalam. Já adianto que são os mais diversos possíveis. Podem haver aqueles desagradáveis, como uma rede de esgoto precária, a céu aberto. Em alguns pode haver pontos nos quais as pessoas amontoam entulhos, que podem ser descarte de obras, roupas e móveis velhos e até restos de alimentos. Porém, há também aqueles que revelam o quanto a culinária pode ser rica e diversa. A vó Rita, a mãe preta que aparece em Evaristo (2018), facilmente pode ser identificada nos becos como sendo uma das senhoras idosas, atentas e cheias de histórias para contar e que dominam a arte culinária com habilidade notável. Aliás, as mães pretas são figuras centrais na construção da sociedade brasileira, já que, na visão de Gonzalez (2020), estão presentes em todas as camadas sociais. Na visão da autora, a influência das mães pretas é tamanha que estão relacionadas com a construção e disseminação do pretuguês. Seu olhar supera a noção de mulheres em funções subalternizadas, já que identifica que, mesmo nesses lugares, essas mulheres provocaram mudanças significativas na sociedade por meio da linguagem.

Voltando ao beco, percorrê-lo significa adentrar a intimidade de um grupo que, de alguma forma, compartilha possibilidades de se proteger e viver. Haja vista as aproximações, devo admitir haver larga diferença entre os becos dos quais emergem as memórias de Evaristo (2018) e os que me referencio. Ela própria reconhece que o lugar do qual fala já não existe. Trata-se da favela conhecida como "Pindura Saia", que era localizada no atual Cruzeiro, bairro em região nobre de Belo Horizonte. A redação da obra foi feita em 1988, e por diversas

razões não foi publicado logo em seguida. Porém, há aspectos atuais dos becos de Evaristo (2018) e a estética de sua obra literária deixa isso evidente. Escrevivência é, para a autora, uma forma de registro universo existencial des-conexo, atemporal, criativo e caótico. Em alguma medida, a descrição da autora procura traduzir as sensações provocadas ao se percorrer um beco pela autora.

Há ainda outro beco a qual a autora faz referência, que ela inscreve no título da obra. O repertório narrativo está embasado nas memórias de Evaristo (2018). Ao narrar o passado distante em sua infância, ela registra os *flashes* de forma tão orgânica quanto surgem em sua mente. No texto é perceptível que o relato das personagens é alheio à ideia de progressão ou de qualquer lógica de temporalidade ocidental.

Fragmentos das vivências surgem entrecortados por citações dos personagens. Suas histórias se inter cruzam em uma espécie de rede, e são iluminados na medida em que a autora percorre os becos de sua memória. Essa, também tem seu caráter des-conexo, atemporal e caótico. Isso poderia ser um impedimento para escrever um passado tão distante, já que partes desse repertório poderiam ter sido esquecidos. Ela resolve esse aparente dilema recuperando o elemento criativo presente nos becos. “Invento sim e sem o menor pudor”, afirma a autora (EVARISTO, 2018, p. 11). As histórias presentes em *Becos da Memória* são ficcionais. Escrever para ela, passa a ser uma experiência inventiva, por meio da qual ela vive e convive com seus personagens, de forma tão próxima e íntima quanto a criada pela esfera do beco.

Os becos são muitos. Um signo e diversas significações, sejam as das favelas, com seus contornos sinuosos e estreitos, sejam as da memória, em um jogo de lembrança e esquecimento, circularidade e reconstrução. Seja ainda na forma de registro, a escrevivência, que procura reproduzir a organicidade da qual emerge o cotidiano em que se inspira.

*Becos da Memória*, assim, a partir do campo literário, apresenta potencial singular de aproximação e representação do cotidiano de grupos sociais minorizados. Evaristo (2018) fala de um lugar conhecido, familiar e poderia incorrer na identificação de pessoas a ela ligadas. A inventividade, ou ainda o caráter ficcional das escrevivências resolve esse impasse, garantindo a possibilidade de revelar aspectos considerados íntimos dos personagens, respeitando a confidencialidade.

A essa altura e por esses elementos, escrevivência pode ser defendida como uma técnica de para construção de dados de pesquisa. Em pesquisa qualitativa, o que há de mais próximo a ela, são as notas de campo, próprias da etnografia (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2014). Segundo os autores:

A pesquisa de campo etnográfica envolve o estudo de grupos e pessoas enquanto elas conduzem suas **vidas cotidianas**. A realização desse tipo de pesquisa envolve duas atividades distintas. Primeiro, o etnógrafo adentra um determinado **cenário social** que, em geral, não é previamente conhecido de forma íntima, e começa a conhecer as pessoas envolvidas nele. O pesquisador participa das **rotinas diárias** no ambiente, desenvolve relações contínuas com as pessoas que nele se encontram e observa nesse meio-tempo o que está acontecendo. De fato, o termo “observação participante” é, via de regra, usado para caracterizar essa abordagem básica de pesquisa. Segundo o pesquisador **põe no papel, de forma regular e sistemática**, aquilo que ele observa e aprende durante sua participação nas rondas diárias da vida dos outros (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2014, p. 355).

Ora, é possível reconhecer elementos particulares da prática etnográfica na construção das escrevivências de Evaristo (2018). A narrativa evidencia a observação do cotidiano de moradores de uma favela, especialmente em momento de processo de remoção e, que de acordo com as informações da própria autora, se refere a uma comunidade de Belo Horizonte durante a década de 1980 localizada em uma região de auto valor imobiliário. Tem-se aqui, quatro elementos indicados: as (i) vidas cotidianas, o (ii) cenário social e as (iii) rotinas diárias, e uma forma de (iv) registro.

Para a Etnografia, as notas de campo representam o compromisso do pesquisador em registrar, de forma rigorosa e fiel, o que pode observar a partir da socialização estabelecida no momento do estudo. Nesse sentido, elas são entendidas pelos autores como um relatório composto pela descrição das experiências e observações. Geertz (1973, p. 19) resolve a imprecisão da tarefa, ao afirmar que “o etnógrafo inscreve o discurso social, ele o põe no papel”.

Embora as notas de campo estejam relacionadas a abordagem etnográfica, sua importância e aplicação em Ciências Sociais são amplas, já que por meio delas, o pesquisador tem a oportunidade de registrar o contexto particular que se desenrola durante a pesquisa. Essas informações são importantes e complementam o quadro do qual emergem os dados e auxiliam a com-

preensão do que foi ouvido/visto e sentido pelo pesquisador durante a realização da fase empírica.

A partir de Evaristo (2018), compreendo a possibilidade de ampliação das notas de campo. A escrevivência confere um meio de validar as vivências do próprio pesquisador relacionadas ao campo, em um relato criado sob uma estética outra que a positivista. Em Estudos Organizacionais mais precisamente a vertente crítica, essa abordagem se mostra potencialmente eficaz para alcançar questões de difícil tratamento relacionadas à desigualdade social, machismo, sexismo, racismo, LGBTfobia e outras manifestações de lógicas opressoras e violentas.

Recentemente Silva e Carrieri (2022) propuseram a Gestão nas Lacunas a partir de Evaristo (2018), o que sinaliza o nível de contribuição de seu pensamento ao campo de Estudos Organizacionais. A ideia é alcançar práticas de grupos sociais que escapam à racionalidade instrumental, já que, ao atuar como filtro, apaga, do ponto de vista científico, questões que lhes são específicas. A proposta aqui presente não se confunde com a apresentada pelos autores.

Há outro aspecto interessante em Evaristo (2018). A representação de becos construídos em planos distintos, mas associados a um único cenário social, dialoga com esse trabalho na possibilidade de identificar os cruzamentos e de compreendê-los como potência também em termos de produção e disseminação de conhecimento. Esse esforço está presente em Rufino (2019), já que se ocupa de compreender como atravessamentos que viabilizam e credibilizam outras formas de saber, na perspectiva das encruzilhadas. Machado (2019, p.111) faz coro a esse processo, ao perceber que elementos comuns ao ela denomina “cosmovisão da cultura afro-brasileira”, é constituída por saberes distintos, mas que apontam e se integram na natureza, pois têm nela, sua unidade mais elementar de conhecimento.

A noção que procurei apresentar é de outra ordem, pois endereça-se a dimensão empírica dos estudos. Ao pensar no meu processo de desenvolvimento enquanto pesquisadora, desde a relação construída com os quilombos urbanos em Belo Horizonte até a interação realizada com o Afirmação na Pós, penso ser necessário interrogar os instrumentos que usamos para acessar as realidades sociais, nas quais me incluo. É diante dessas reflexões, que me valho da inspiração em Evaristo (2018) para apresentar minhas próprias escrevivências sobre minha participa-

ção no coletivo durante o ano de 2018. E é por eu estar no cruzo que se torna possível fazer escrevivências.

Por fim, resta dizer que a possibilidade de adoção das escrevivências como método de produção de dados confere um meio de tratar situações transcorridas e que não podem ser reproduzidas em situação de uma pesquisa convencional. Esse é exatamente o caso de alguém que viveu um processo de desocupação de uma comunidade que já não existe e pode ser a situação de pesquisadores ligados a grupos minorizados com trajetórias distintas na sociedade.

#### **2.4 Apresentando o Afirmação na Pós: antecedentes e descrição do grupo de interlocução**

As lutas sociais ocorridas no Brasil até o Século XX, produziram um nível de tensionamento que é irreversível. É justamente por isso que nesse estudo procurei teorizar acerca dos movimentos sociais, mais especificamente os ocupados com a temática étnico-racial, ao compreender que expressões politicamente engajadas surgidas no Século XXI são herança ancestral desses processos. Aciono o termo ancestral, para localizar percursos unidos em torno de compromissos de continuidades, que não somente histórica, mas sociais, culturais, políticas e religiosas.

A partir de Risério (2012), é possível agrupar as movimentações de pessoas negras em torno da condição de escravizado até a segunda metade do Século XX. A partir daí, considerando as organizações pessoas pretas e pardas em São Paulo, a percepção do autor é de que até o início do Século XXI, os grupos negros passaram a buscar ascensão social.

Nesse contexto, a Conferência de Durban, realizada no ano de 2001, é um marco importante. O evento nomeado “3º Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância”, realizada entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro, na cidade de Durban, província KwaZulu-Natal na África do Sul, sendo a terceira maior cidade do país. Essa conferência se tornou a mais conhecida em função de seus desdobramentos, mas foi antecedida por diversos outros eventos regionais e globais, cuja pauta era

o imediatismo em torno de ações concretas de reparação histórica aos povos negros dispersos no mundo a partir do evento nomeado diáspora africana (KNIGHT; TALIB; CURTIN, 2010).

Os eventos deram ampla visibilidade às formas de manutenção de desigualdades impostas às populações negras. Além da subcondição imposta pela diáspora a partir do Século XVI, já que às pessoas escravizadas foi negado o *status* de seres humanos, perpetuaram-se formas de organização social de exploração e subjugação dos descendentes da diáspora, manifestas em diversas formas, mas sempre alinhadas em sua dimensão racista.

A discussão em torno do racismo em eventos de nível global foi fortemente condicionada a existência do *apartheid* na África do Sul. Na década anterior à Durban, aconteceram eventos importantes, como a Rio 92 que é a Conferência do Meio Ambiente e que foi realizada no Rio de Janeiro, a de Direitos Humanos em Viena no ano de 1993, a conferência Habitat-II ou Cúpula das Cidades, realizada em Istambul<sup>6</sup> em 1994, sobre questões relativas à população. Já em 1995 a Habitat ocorreu em Copenhague, com o tema de desenvolvimento social e em Pequim, A Conferência Internacional do Direito da Mulher, também em 1995 (ALVES, 2002). O regime aparteísta terminou em 1994, com Nelson Mandela empossado como presidente na África do Sul. Todos esses eventos institucionais sinalizaram o crescente amadurecimento em torno de questões relativas a direitos humanos e mais precisamente, indicaram o racismo como fenômeno e questão mundial.

A atualização das formas de opressão e violência, como movimento micronacionalistas facistas, impostas às populações negras foi acompanhada pelo amadurecimento das movimentações sociais em torno das questões étnico-raciais e Durban concretizou o momento histórico de viabilidade dessa discussão ao nível mundial. Porém, cabe ressaltar a complexidade da proposta e das questões que incidiram sobre o evento, encarada de forma “onírica”, dado o nível de expectativa que a perceberam como encerramento perfeito aos eventos ocorridos até aquele momento.

Os conferencistas tinham a missão de construir um documento que, em face às formas contemporâneas de racismo, xenofobia e intolerância, sintetizasse práticas de combates efetivas.

---

<sup>6</sup> Cidade altamente representativa por ser um lugar com mais de 3 mil anos de história marcada pelo confronto entre as culturas advindas do oriente e ocidente. O evento foi o primeiro realizado pela ONU com participação de organizações não governamentais.

Essa intenção esbarrou em grandes dilemas, segundo Alves (2002). O primeiro deles é a insistência dos países árabes em equiparar sionismo ao racismo. O segundo, a resistência de povos ocidentais à ideia de reparação em função da escravização. Outra questão menor era a recusa de alguns representantes europeus ao termo raça. Embora pareça uma questão pequena, na prática tal resistência representava um esvaziamento de sentido da própria conferência, já que na inexistência da raça, por consequente não se cabe tratar de racismo. Essas questões culminaram na desistência dos Estados Unidos e de Israel das negociações.

A própria noção de reparação não era símbolo com sentido único dentre os conferencistas. Para alguns, ela se traduzia em um pedido de remissão pelo colonialismo. Os árabes apresentavam questões de temática única, já os países africanos reivindicavam indenização, perdão das dívidas e maior assistência financeira, já os povos negros americanos propunham o estabelecimento de cotas, ações baseadas em discriminação positiva e de indenização individual aos descendentes.

Todas essas questões refletiram o nível de complexidade para identificar quem seriam os grupos sociais destinatários, bem como das ações que a eles deveriam ser destinadas. Ainda assim, a Convenção de Durban, que reuniu 163 países, 2.300 delegados, 4.000 representantes de organizações não governamentais, além de 1.100 jornalistas, foi importante, dando origem à Declaração e o Programa de Ação de Durban, anexados ao Relatório da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, pela ONU (A/CONF.189/12).

O Brasil foi signatário das propostas acordadas em Durban. No país, também aconteceram movimentos que antecederam a participação da conferência realizada pela ONU em 2001. Por aqui, os grupos que participaram do evento podem ser divididos em dois, sendo os governamentais e os não governamentais (GELEDÉS, 2021). Em nível institucional foi criado um Comitê Preparatório à Conferência Mundial, em março de 2000. O intuito era o de conhecer e reunir as ideias que fundamentariam a proposta da representação no Brasil em Durban, por meio do planejamento das ações necessárias. Foram realizadas a Conferência Nacional Preparatória, seminários regionais, além da criação de estudos do IPEA especializados em indicadores sócio-econômicos desagregados por raça no país. Com relação às organizações não governamentais é possível destacar a participação do Geledés, ENZP e Comunidade Bahá'í, por

contribuírem para a criação de eventos, como o Seminário Mídia e Racismo, realizado em agosto de 2001 no Rio de Janeiro. Além disso, essas organizações eram formadas e estavam conectadas com ativistas dos movimentos negros de diversas regiões do país.

Segundo o Geledés (2021), diversas agências de fomento ajudaram a viabilizar financeiramente a articulação das organizações não governamentais para a convenção de Durban, dentre as quais se destacou a Fundação Ford. Esse apoio foi observado desde os anos de 1990, sendo que entre os anos de 1990 a 2001, a Fundação direcionou US\$ 5.271.819.00 para organizações negras brasileiras. De acordo com a própria organização:

A fundação [Ford] também voltou sua atenção para a discriminação racial fora dos Estados Unidos com apoio à longa luta contra o apartheid na África do Sul, os esforços de longa data dos afro-brasileiros para obter direitos iguais e o movimento crescente para abordar abertamente questões de raça e etnia em novas constituições sendo elaboradas na África e na Ásia. Somente no ano de 2000, o programa de Paz e Justiça Social da fundação fez cerca de US\$ 80 milhões em doações para direitos humanos em todo Brasil e Durban – 20 anos depois 31 o mundo, incluindo US\$ 26 milhões para direitos das minorias e justiça racial (GELEDÉS, 2021, p. 30).

O apoio de organizações como a Fundação Ford foi importante para alcançar e fomentar a participação da sociedade civil no evento organizado pela ONU, já que em termos governamentais não houve ações concretas nesse sentido. Ainda assim, a participação do Brasil na Conferência evidenciou os efeitos do racismo, e produziu mudanças na esfera das políticas públicas bem como das organizações dos movimentos negros. Um dos desdobramentos foi a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do decreto nº 4.886/2003, promulgada pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, além da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que preveem a realização de ações concretas em curte, médio e longo prazos para redução das desigualdades no país, e que tem os objetivos de promover:

- Defesa dos direitos
  - Reconhecimento da cultura indígena e afro-brasileira como elementos integrantes do processo civilizatório brasileiro;
  - Mudança no currículo escolar, que reflita a pluralidade racial, por meio da Lei 10.639/2003.



- Tombamento de todos os documentos e sítios reminiscentes ligados às comunidades quilombolas.
- Ação afirmativa;
- Eliminação de qualquer fonte de discriminação e desigualdade raciais direta ou indireta, mediante a geração de oportunidades;
- Articulação temática de raça e gênero;
- Adoção de políticas que objetivem o fim da violação dos direitos humanos.

As movimentações de grupos e os eventos ocorridos no Brasil e no mundo até o final do Século XX, culminando em Durban em 2001, sinalizam que a busca por ascensão social por movimentos negros, reforçam as ideias de Risério (2012), e que deram origem a demandas mais complexas em torno de novas formas de inclusão social. Essa complexificação pode ser pontuada pela diversidade de organizações ativistas e pelos desdobramentos sociais ocorridos em função da tensão por elas criadas, observadas ao longo do tempo.

Durante a primeira década dos anos 2000, e em face a PNPIR, as questões relativas ao acesso e à permanência no ensino superior passaram a ser evidenciadas. Até esse momento foi possível perceber que a qualificação superior era considerada um fator importante em termos de empregabilidade e, mais que isso, a presença de pessoas negras na produção do conhecimento científico era fundamental para lançar luz às questões étnico-raciais.

Durante esse período, ocorreram diversos eventos em torno da pressão por implementação das ações afirmativas no ensino superior. A adesão teve início em universidades estaduais, dentre as quais Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (ERNF). De acordo com Miranda, Praxedes e Brito (2016) essas instituições realizaram vestibulares em 2001 com a adoção do sistema de cotas. Em 2007, houve registro de oito universidades estaduais, dentre elas a Universidade do Estado de Minas Gerais. Com relação às instituições federais, a pioneira foi a Universidade de Brasília. Em 2008, 53 universidades já haviam adotado o sistema de cotas no processo de ingresso.

Ao mesmo tempo em que as instituições de ensino discutiam e buscavam promover acesso aos grupos subrepresentados no meio acadêmico, outras iniciativas se desenvolveram na esfera social voltadas à pós-graduação. A Fundação Ford criou o *International Fellowships Pro-*

gram (IFP), em 2001 para concessão de bolsas de estudos de pós-graduação *stricto sensu* direcionados a 22 países: Rússia, China, Vietnã, Índia, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Palestina, Egito, Quênia, Moçambique, África do Sul, Senegal, Gana, Nigéria, Tanzânia, Uganda, México, Guatemala, Peru, Chile e Brasil (ROSEMBERG, 2013).

A Fundação Ford estabeleceu parceria com a Fundação Carlos Chagas, maior em termos de dotação orçamentária até então, para possibilitar a versão brasileira da iniciativa, nomeada como Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford (IFP). Ao longo dos 12 anos do programa, foram concedidas 4.348 bolsas de pós-graduação entre os 22 países. No Brasil, o grupo-alvo definido foram pessoas negras e indígenas, originárias das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, com o total de 8.722 candidatos, 343 bolsas concedidas, 268 bolsistas titulados, com tempo médio de titulação no mestrado de 27,3 meses e doutorado de 46,3 meses. As áreas predominantes eram Educação, Antropologia, Artes e Cultura, Sociologia e Antropologia.

O conhecimento produzido pelos bolsistas é considerado o maior legado do IFP. Nos Estados Unidos, a Fundação Ford estabeleceu parceira com a Columbia University como gestora do Arquivo Global. Em cada país, a Fundação Ford solicitou às instituições parceiras a criação de relatórios finais, a fim de avaliarem a experiência.

No Brasil, a coordenação do IFP inicialmente esteve a cargo de três pesquisadoras da FCC, Regina Pahim Pinto, Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, além da participação de profissionais e “ativistas autóctones, particularmente envolvidos com os temas das relações de gênero e étnico-raciais, das ações afirmativas, da pós-graduação e do fomento à pesquisa” (ROSEMBERG, 2013, p. 7). Na visão da autora, embora a experiência tenha ocorrido sob uma parceria internacional, ela pode ser considerada uma experiência brasileira de ação afirmativa na pós-graduação.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2001, surgiu uma iniciativa denominada Programa Ações Afirmativas na UFMG, que tem por objetivo promover ações de ensino, pesquisa e extensão com vistas à permanência de estudantes negros e negras na universidade (MIRANDA; PRAXEDES; BRITO, 2016). Durante uma live realizada pela Faculdade de Educação da UFMG, intitulada “Conferência de DURBAN - 20 Anos, Programa Ações Afirmativas

na UFMG”, com a participação dos professores Dr. Natalino Neves da Silva, Dra. Patrícia Santana, Dra. Yone Gonzaga, M.Sc. Benilda Silva, M.Sc. Marcos Cardoso e Dra. Nilma Lino Gomes, que, por sua vez, compartilhou algumas informações sobre as origens os Ações Afirmativas.

De acordo com a Prof<sup>a</sup>. Nilma, o programa foi criado no dia 20 de agosto de 2002, aniversário da sua mãe. O programa surgiu como legado do Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro Brasileiros em atividade durante os anos de 1991 a 1995, constituído por estudantes negros, sendo a maior parte mulheres, quando ela estava no início do mestrado e os demais integrantes, na graduação. Todos no grupo compartilhavam o desejo de fazer pesquisas envolvendo as relações étnico-raciais, porém se depararam com a ausência de professores que pudessem orientá-los. As pessoas desse grupo não tinham proximidade com os movimentos negros, mas perceberam que essa aproximação seria importante para se fortalecerem dentro da UFMG. Decidiram então orientar-se uns aos outros para construírem estudos étnico-raciais. Pediram ajuda ao professor e diretor da Faculdade de Letras, Jacyntho Lins Brandão, que autorizou o uso de uma sala e de uma infraestrutura básica para o desenvolvimento dos estudos do núcleo de pesquisa.

Segundo a Prof<sup>a</sup>. Nilma, após a criação do núcleo de pesquisa, o grupo passou a promover seminários para se aproximar dos movimentos negros, sendo um dos primeiros o “Negritos sobre a Escrita Negra”, no centro cultural da UFMG. Houve grande participação de ativistas interessados na iniciativa, alguns refletindo ranços antigos em relação a acadêmicos negros serem “embranquecidos”. O núcleo conseguiu ultrapassar essas diferenças, pois compreendeu que havia um interesse em comum entre elas a partir da academia e os movimentos negros, em sua discussão política.

O grupo começou a gerar uma situação desconfortável dentro da UFMG, já que apresentavam crescente autonomia. Eles se candidataram e conseguiram duas bolsas da Fundação Mendes Pimentel, que eram revezadas entre os estudantes da graduação, sendo que Nilma contava com a bolsa do CNPq para pós-graduação. O grupo percebeu que poderia estudar, acessar a pós-graduação e se tornar os futuros professores para mudar a universidade.

Em diversas outras universidades, surgiram iniciativas parecidas na época, que não se confundem com os Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) atualmente. Esses grupos foram as primeiras iniciativas para o acesso de estudantes negros e negras à pós-graduação. Esses movimentos culminaram na realização do Seminário Nacional de Estudantes Negros (SENUN), entre 3 e 7 de setembro de 1993, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e teve como objetivo discutir a universidade que o povo negro queria<sup>7</sup>. Para ela, foi a primeira vez na Bahia e a primeira a ter contato com o Ilê Aiyê, primeiro bloco afro do Brasil. Ouvir os tambores no cruze, proporcionaram a ela um encontro com sua ancestralidade, tamanha a emoção que a acometeu. O evento também proporcionou o encontro entre estudantes de diversas regiões do país, que puderam perceber questões em comum.

Desde o SENUN, o núcleo de pesquisa realizou diversas atividades. Aprovaram um estatuto na Procuradoria Jurídica da UFMG e a partir de então diversos professores começaram a se interessar pela iniciativa, ofertando tutorias. Mas o grupo recusou tais ofertas ao priorizar a formação exclusivamente constituída por estudantes. Ao mesmo tempo, se aproximou dos movimentos sociais negros, sendo que a Prof<sup>a</sup>. Nilma passou a frequentar reuniões do MNU. Alguns dos integrantes do Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro Brasileiros fizeram a pós-graduação e se tornaram professores da educação básica e do ensino superior, ao passo que outros se tornaram editores especializados em temáticas étnico-raciais. Ela concluiu seu mestrado em 1994 e foi aprovada na Faculdade de Educação da UFMG como docente em 1995, juntamente com outros colegas em outras instituições, eventos que se tornaram festas coletivas em torno da ideia de enegrecer as universidades. Para ela, o sentimento era o de que cada vitória não era pessoal, mas coletiva o que provocava uma euforia.

Após a entrada da Prof<sup>a</sup>. Nilma e, posteriormente, do Prof. Luiz Alberto, em conversa, eles passaram a pensar alternativas de ações afirmativas na UFMG. É nesse contexto que surge o edital da Fundação Ford em parceria com a UERJ, intitulado “Concurso Nacional Cor no Ensino Superior”, com recursos destinados ao acesso e permanência de pessoas negras na pós-graduação. Até aquele momento, final do ano de 2001, não havia política pública no Brasil com objetivo semelhante e eles passaram a encarar o edital como uma oportunidade. Foi então que os professores oriundos de três unidades acadêmicas da UFMG, a Faculdade de Educação, a Escola de Ciência da Informação e o Centro Pedagógico, redigiram um projeto com

---

<sup>7</sup> De acordo com folheto divulgado sobre o evento disponível em: <https://www.enfpt.org.br/acervo/jornadas/jnfc-racismo/timeline/media/documentosacervo/1993ISENUN163.pdf>

demanda de recursos no valor de 60 mil reais. O processo teve 300 propostas e dessas, 27 foram aprovadas. Diversos grupos no país enviaram propostas voltadas ao acesso de discentes negros à universidade e a proposta feita por professores da UFMG se destacou por prever a permanência dos estudantes com vistas à pós-graduação.

O projeto, que contou com a participação dos professores Nilma e Luiz Alberto, foi aprovado no IFP inicialmente com um bolsista e logo depois, os professores aprovaram um projeto de extensão na UFMG intitulado “Identidades e Corporeidades Negras: Formação de Professores Voltada para a Diversidade Étnico-Racial” (GOMES; SANTOS; SILVA; FERREIRA, 2004), e começam a se desligar dos recursos provenientes da Fundação Ford. A Profa. Nilma disse que apesar de ser crítica a ele, em um dado momento foi a única alternativa para financiar as atividades do grupo. O que inicialmente foi idealizado como projeto com duração de dois anos, se transformou em um programa de ensino, pesquisa e extensão.

A partir de 2002 o já denominado Ações Afirmativas passou a agrupar diferentes projetos, com financiamentos do governo federal e da UFMG. O Ações Afirmativas disputou e obteve aprovação no Programa Ações Afirmativas para População Negra nas Instituições Públicas de Educação (UNIAFRO), com orçamento de 200 mil reais voltados ao financiamento do projeto Percursos e Horizontes de Formação – Ações Afirmativas para Universitários Negros.

Ao longo dos anos, o Ações Afirmativas se consolidou com um programa fortemente atuante, com desenvolvimento de pesquisas relacionadas à temática étnico-racial, à oferta de disciplinas voltadas ao desenvolvimento acadêmico e crítico de estudantes negros, ao desenvolvimento de projetos de extensão voltados à sociedade, mais especificamente que representavam desafios ao acesso de pessoas negras à universidade. Por meio do programa foram ofertadas atividades como oficinas de escrita acadêmica, metodologia de pesquisa e computação. Além disso, o grupo desenvolveu atividades de pesquisa e formação continuada de professores da educação básica. Dentre os diversos projetos, existe ainda o Saberes em Conexão, com proposta financiada pelo Ministério da Educação (MEC) e que envolve outras 11 universidades públicas e a pesquisa Memórias de Gerações Negras na UFMG. O grupo realiza seminários, conferências e simpósios, reunindo intelectuais negros com reconhecida trajetória (DIVERSA, 2005).

Em 2012, o Programa Ações Afirmativas na UFMG e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-raciais (NEPER) da UEMG firmaram uma parceria para participar do Edital público do “Programa de Formação Pré-acadêmica: Equidade na Pós-graduação”. A parceria foi institucionalizada por um consórcio, com previsão de compartilhamento de infraestrutura, informações e de colaboração. O consórcio foi ampliado, passando a envolver o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) além de outros grupos da UFMG, como o Conexão de Saberes, o Observatório da Juventude e o Observatório da Educação Escolar Indígena (MIRANDA; PRAXEDES; BRITO, 2016). Além disso, a iniciativa contou com dois professores ex-bolsistas da Fundação Ford, o professor Dr. José Eustáquio de Brito (também ex-vice-reitor da UEMG) e a professora Dra. Silvani Valentim (CEFET/MG). A proposta criada foi nomeada como Afirmção na Pós e tinha como objetivo principal preparar pessoas interessadas na pós-graduação *stricto sensu*. O curso era estruturado da seguinte forma:

**Quadro 4 – Grade de disciplinas do Curso Afirmção na Pós**

<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
1. Metodologia de pesquisa	45 horas
2. Leitura e produção de textos acadêmicos em português	45 horas
3. Leitura de textos acadêmicos em língua inglesa	45 horas
4. Cultura informacional, Fontes de informação científica e Pesquisa Acadêmica em ambientes digitais: aspectos teóricos e metodológicos	30 horas
5. Introdução à Metodologia Quantitativa	30 horas
6. Análise crítica da prática pedagógica e tutoria, Seminários e rodas de conversa	45 horas

**Fonte:** Miranda, Praxedes e Brito (2016, p. 67).

A iniciativa foi aprovada pela Pró-reitoria de Extensão (Proex) da UFMG, como curso de extensão em nível de aperfeiçoamento, com duração de 240 horas. A emissão de certificados era condicionada a frequência mínima de 75% e 60% de aproveitamento, considerando as avaliações realizadas em cada disciplina. Além da estrutura formal, a elaboração do Afirmção na Pós contou com a experiência de atuação de uma década do Ações Afirmativas.

Esse histórico ficou evidente no planejamento das atividades, que refletia seu caráter político em torno do ideal de enegrecer a universidade. A aula inaugural foi pensada como forma de sensibilizar os cursistas para a importância e a necessidade urgente de implementação das ações afirmativas na pós-graduação. O exercício de contextualizar os cursistas era fortalecido pelo compartilhamento das histórias pessoais dos cursistas, muitos com marcas pelo racismo, exclusão desigualdade social.

A formação pode ser dividida em duas dimensões, sendo os conteúdos voltados à instrumentação acadêmica e os relacionados ao aspecto político. As de cunho acadêmico estão descritas no quadro 4 (enumeradas de 1 a 5), e refletem o ferramental necessário à compreensão e construção de textos acadêmicos. Já as de cunho político são desenvolvidas na sexta atividade descrito, já que, por meio dos seminários, das rodas de conversas, das interações dialógicas nas tutorias e da análise crítica da Educação, são apresentados aspectos mais amplos, históricos, culturais e sociais relacionados ao racismo, seus desdobramentos na sociedade e mais especificamente na universidade.

Os destinatários do programa são grupos sub-representados na pós-graduação da UFMG, algo que sinaliza as relações de poder na interface racial e de gênero. Assim, inicialmente o perfil dos cursistas foi definido prioritariamente pessoas que se identificam “como negro/a ou indígena” (MIRANDA; PRAXEDES; BRITO, 2016, p. 71). Esse desenho especificamente criado no âmbito do Programa Equidade na Pós-graduação, foi a base da oferta do curso entre os anos de 2012 a 2014, para as turmas 1, 2, 3 e 4. Já o processo de seleção dos cursistas no Afirmção na Pós tinha *desing* semelhante ao criado pelo IFP (ROSEMBERG, 2013) que compreendia algumas etapas:

- Divulgação da iniciativa por meio de edital público;
- Recebimento dos memoriais, uma espécie de carta com uma breve descrição da trajetória do candidato, auto-declaração étnico-racial e interesse de pesquisa
- Leitura dos memoriais e seleção dos candidatos para as bancas;
- Realização das bancas;
- Aprovação dos cursistas;
- Oferta da formação;
- Seleção e realização das tutorias.

A oferta do curso na UFMG foi realizada nas dependências da Faculdade de Educação. Os encontros eram realizados sempre às sextas-feiras, entre as 19h às 22h30min e aos sábados entre 8h e 17h30min. A escolha desses dias e horários refletia a preocupação de concentrar as atividades de modo que possibilitasse a participação de estudantes oriundos da região metropolitana de Belo Horizonte ou mesmo cidades vizinhas, de acordo com os autores.

De acordo com o planejamento das atividades, durante a semana os cursistas teriam a formação e cada receberia o apoio de um tutor para a escrita do projeto de pesquisa. Nesse processo, o cursista era orientado a submeter a proposta para até três processos seletivos distintos. Uma das estratégias que os tutores utilizavam foi o acompanhamento da leitura dos editais dos processos seletivos, como forma dos cursistas compreenderem quais elementos implícitos seriam informações importantes para a redação da proposta.

O grupo responsável pela oferta do curso, no período financiado com recursos do Programa Equidade na Pós-graduação, foi formado por docentes e discentes bolsistas da graduação, que se identificaram com a causa “enegrecer a universidade”. Segundo Miranda, Praxedes e Brito (2016, p. 85), isso foi um desafio para compor a equipe, “dado o número reduzido de profissionais engajados/as nessa temática em nossas universidades ou ainda em virtude das atribuições acadêmicas desses/as poucos/as docentes”.

As atividades do Afirmção na Pós durante os anos de 2012 a 2014 realçaram alguns aspectos mal resolvidos na universidade e no próprio grupo. O primeiro deles é a resistência da UFMG à adoção das cotas, segundo Miranda, Praxedes e Brito (2016). O ano de 2008 marcou os 120 anos de abolição da escravização enquanto modelo de organização produtiva no Brasil. Nesse mesmo ano o IPEA divulgou os primeiros índices desagregados por raça, o que escancarou os efeitos do racismo na produção da pobreza e desigualdade socioeconômica no Brasil.

A essa altura, vale lembrar que 53 universidades pelo país já haviam adotado o sistema de cotas raciais no vestibular, de acordo com os autores. Ignorando os dados do IPEA e a tendência das demais instituições, a UFMG, por meio da Pró-Reitoria de Graduação implementou a proposta de bonificação adicional à nota de candidatos egressos do ensino público. Após uma fase de discussão, com a participação de alunos, técnicos administrativos da UFMG e ativistas de movimentos sociais, a proposta foi modificada, passando a agregar 10% à nota dos candidatos com, no mínimo, sete dos últimos anos cursados em escola pública e mais 5% a aqueles que, ao atender esse pré-requisito, também se autodeclarassem pessoas pretas ou pardas.

O sistema de bônus perdurou até ser decretada a Lei 12711 de 2012, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, prevendo que no mínimo 50% das vagas, em cada turno e curso, de



instituições de ensino federais fossem reservadas aos estudantes que tenham cursado de forma integral o ensino médio em escolas públicas. Essa resistência também se fez refletir nos programas de pós-graduação, já que, segundo os autores, durante a oferta do Afirmção na Pós, foram realizados seminários e debates, com envio de convites a coordenadores e colegiados de programas de pós-graduação da UFMG, mas o grupo só obteve retorno da Faculdade de Educação e do curso de Psicologia.

Interessante pontuar que essa resistência estava muito bem circunscrita à universidade. Na matéria divulgada pela Revista Diversa da UFMG (2005), a iniciativa foi anunciada como Afirmção na Pós **da** UFMG. A substituição do termo “na” pelo “da” desloca a universidade enquanto apenas referência de localização, e marca uma relação de apropriação da iniciativa. Questões como essa, sinalizam que, em termos de informações externas, era interessante a demonstração da institucionalidade da iniciativa, muito embora a conduta em termos de organização interna da universidade não refletisse tal processo.

Outro dilema que o grupo enfrentou foi o estabelecimento dos critérios para seleção dos cursistas (MIRANDA, PRAXEDES, BRITO, 2016). A ideia era a de que a seleção pudesse refletir o nível dos sujeitos mais acometidos pelas desigualdades sociais, criando uma ordem, um espelho da *hierarquia das desgraças sociais*<sup>8</sup>, como meio de estabelecer justiça na priorização dos cursistas. Na visão dos autores, essa intenção não foi totalmente resolvida nos critérios seletivos. Um exemplo é a questão do gênero. De acordo com Rosemberg (2013), a presença das mulheres é maior que as dos homens no ensino superior, o que não impede as iniquidades no mercado de trabalho. Diante dessas questões, o grupo desconsiderou o fator gênero para compor os critérios de grupos sub-representados. Porém, percebeu-se que isso também estava relacionado com as ausências de pessoas LGBTQIA+. Embora não fosse um critério para priorização, para os autores, isso não inviabilizou a participação de pessoas desses grupos, já que houve cursistas gays e lésbicas.

Ainda sobre a composição do perfil sub-representado, na seleção da primeira turma, em 2012, o grupo decidiu priorizar pessoas com trajetória em movimentos sociais, já que representavam uma parcela importante excluída do ambiente acadêmico. Isso levou à formação de uma turma com alta composição de militantes, com idades muito distintas, mas com alto índice de

---

<sup>8</sup> Costumo usar essa expressão para denotar a situação de grupos interseccionais tendo em perspectiva as desigualdades socioeconômicas.

ausências nas atividades do curso. Em geral, tratava-se de pessoas há muito tempo distantes de salas de aula, com dificuldade de frequentar as aulas. Isso fez com que poucos concorressem de fato aos processos seletivos de mestrado. Diante dessa situação, de acordo com os autores, o grupo priorizou a disponibilidade para frequentar as aulas e para redação do projeto de pesquisa para as turmas 3 e 4.

Outra questão foi a disponibilidade de recursos oriundos do Programa Equidade na Pós-graduação, insuficiente para pagamento de bolsas para discentes da pós-graduação, que poderiam ampliar a equipe. Nesse período inicial também não havia bolsas institucionais da UFMG. Ainda segundo Miranda, Praxedes e Brito (2016), a equipe estava limitada ao número de bolsas cobertas pelo programa da Fundação Ford, o que representou limitação de atividades, como a realização de tutoria a todos os cursistas para a construção do projeto de pesquisa.

O Afirmção na Pós foi registrado como “Projeto – Formação Pré-acadêmica de Jovens Negros para a Entrada na Pós-graduação – Fase 2”, sob o número 401250, no Sistema de Informação da Extensão (SIEX) da UFMG. O período informado corresponde março de 2012 a dezembro de 2019. A unidade responsável indicada é FAE. De acordo com o arquivo, a descrição da ação foi:

O projeto de extensão Formação Pré-acadêmica de jovens negros para da entrada na Pós-Graduação fase 2, surge com o intuito de contribuir para a formação pré-acadêmica já ofertada em algumas universidades, para maior equidade e diversidade no acesso à pós-graduação em Universidades brasileiras.

O Projeto pretende ainda em consonância com as propostas do Programa Ações Afirmativas na UFMG, criar mecanismos que possibilitem a institucionalização de experiências de formação preparatória para o processo seletivo na pós-graduação em universidades brasileiras no contexto de práticas de ação afirmativa.

2 -Justificativa: Nos últimos anos, a constatação da persistente desigualdade racial entre negros e brancos no Brasil, sobretudo nos níveis mais elevados de ensino e no mercado de trabalho tem mobilizado o Estado e os movimentos sociais em prol de mudanças efetivas e, uma delas, são as políticas de ações afirmativas que visem o acesso e a permanência da população negra no ensino superior, bem como a continuidade de seus estudos na pós-graduação.

Objetivos gerais: Ofertar Cursos em nível de Extensão visando estimular pessoas provenientes dos segmentos subrepresentados no ensino superior a prosseguir os es-

tudos, como estratégia para o aprimoramento profissional e fortalecimento dos movimentos sociais

Caracterização do público-alvo: alunos egressos da graduação provenientes de segmentos sociais sub-representados no ensino superior (pretos/as; pardos/as; indígenas; povos do campo, pessoas com deficiência); estudantes egressos de graduação oriundos da UFMG e de universidades públicas que ingressaram por mecanismo de bônus, cotas em suas distintas modalidades e para estudantes egressos de graduação de universidades particulares preferencialmente que ingressaram através do PROUNI.

A estrutura do projeto é constituída por uma coordenadora, a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Shirley Aparecida Miranda, pela sub-coordenadora Vanda Lúcia Praxedes, além de sete participantes: Eduardo Levi de Souza, Evandro Nunes de Lima, o professor Dr. José Eustáquio de Brito, Heloisa Helena da Costa, Silvia Regina de Jesus Costa Galvão, Ridalvo Felix de Araújo e Kelly Cristina Cândida de Souza. No documento foi relatado que o público estimado era de 200 pessoas e as atingidas, 170.

Em dezembro de 2017, o Afirmação teve sua importância reconhecida por meio do recebimento do Selo Especial 120 anos de BH por meio do Programa de Certificação em Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2018). O Selo “BH sem Racismo” foi criado com o intuito de estimular e reconhecer organizações empresariais ou sociais que desenvolvem ações de promoção à igualdade racial, combate ao racismo e a discriminação. A certificação ao Afirmação na Pós ocorreu no mesmo dia da cerimônia de entrega do Monumento à Iemanjá e do Portal Memória (FIGURA 1).

Figura 1 – Convite para cerimônia de certificação do Afirmção na Pós em Promoção da Igualdade Racial



Fonte: Belo Horizonte, 2017.

Em setembro de 2021 a atividade foi novamente registrada no SIEX, sob o número 102856, intitulada como “Curso – Formação Pré-acadêmica: Afirmção na Pós”, com término previsto para dezembro de 2026. A unidade responsável é a FAE e o coordenador é o professor Dr. Natalino Neves da Silva. O curso apresenta caráter de atualização e, embora em outro formato diferente do anteriormente registrado, a descrição da iniciativa apresenta semelhanças. Porém, o objetivo geral foi definido como “Preparar candidatos (as) para a seleção em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, em nível de mestrado, tendo por referência as ações afirmativas para população negra e indígena” (p. 2). Além disso, houve o detalhamento de um plano de atividades e da estrutura curricular, composta de tutoria, disciplinas, oficinas, seminários e lives.

A pandemia pela COVI-19 impactou na organização e oferta do curso, sendo que a partir de 2021 o grupo optou pela realização do curso de forma virtual, o que também produziu mudanças consideráveis no alcance e público assistido pela iniciativa. Os objetivos do curso, sua

grade, a carga horária, a definição do público-alvo, os documentos necessários para inscrição e a processo de seleção relativos ao ano de 2022 estão previstos no edital próprio (Anexo A).

## **2.5 Por uma Análise dos Cruzos**

Analisar é o processo pelo qual o pesquisador interpreta o fenômeno sustentado por teorias sobre as quais se debruçou. O problema de pesquisa aponta uma questão de tratamento possível dada a amplitude de explicação teórica. É na análise que o pesquisador fragmenta os dados, possibilitando extrair elementos que serão tratados à luz dos conceitos adotados. Durante a análise se tem a oportunidade de confrontar o conhecimento produzido sobre uma questão frente ao caso específico estudado. Sendo a revisão de literatura um dos primeiros passos para a elaboração do corpo teórico, esse que opera como uma lente usada para a realização da análise, o pesquisador deve ser capaz de, ao mesmo tempo, aplicar os conceitos estudados e interrogar lacunas e inconsistências identificadas.

O trabalho realizado na análise é complexo porque implica a necessidade de conhecer o fenômeno estudado e como esse estudo dialoga com o quadro teórico mais amplo. Ou seja, trata-se de um olhar voltado a um aspecto em profundidade, nos fragmentos dos dados em busca de sua compreensão, concomitantemente a uma postura reflexiva e contextualizada. Embora essa descrição remeta a algo corriqueiro no processo de investigação, na prática, é um desafio, já que a atenção se divide entre os ambientes micro e macro investigados. Talvez essa seja a razão para a crítica mais comum em trabalhos científicos: análise de baixa qualidade e densidade (BENJUMEA, 2015). Reforçando essa ideia, Gephart (2004) considera que diversos autores possuem dados com grande potencial, mas parecem não saber como analisá-los.

Ao analisar, o pesquisador expõe o quanto se apropriou de conhecimento acerca do tema. Por vários motivos, muitos terminam chegando a conclusões rigorosamente óbvias ou insustentáveis. O primeiro caso, pode ocorrer quando a insegurança ou o posicionamento ontológico impedem o autor de dar o passo à frente, o que seria o avanço teórico. A insegurança se relaciona à qualidade da revisão de literatura realizada e ou da leitura desse material. No que se refere ao posicionamento, as conclusões óbvias podem ser decorrentes de o pesquisador tratar a dimensão teórica com tamanha subserviência, que se torna incapaz de tensioná-la. É o caso, por exemplo, da expressão “estado da arte” que, em última instância, sinaliza que

as teorias produzidas em uma temática são encaradas e tratadas tal como cristais, portanto, não passíveis de crítica, mudança ou superação.

As análises insustentáveis se resumem a aquelas em que o pesquisador produz inferências descoladas da dimensão teórica de seu trabalho. Após todo um esforço de demonstrar a justificativa, relevância e pertinência de um trabalho, o percurso teórico realizado, o autor simplesmente abandona seus conceitos ao analisar os dados, todo seu esforço pode resultar em uma elaborada empreitada rumo ao senso comum.

Além desses aspectos, para Casey (2002a), muitos autores críticos derrapam na produção de análises coerentes à sua posição política. A maior parte procura promover a diferença e a heterogeneidade humana, mas reproduz ideais durkheimianos, ainda que em novas e mais sofisticadas formas. Existe ainda aqueles para os quais a crítica deve ser feita implacavelmente a tudo, momento em que ele se refere aos autores que adotam Karl Marx como referência absoluta em análise.

Dentre os diversos tipos de análise, acreditei inicialmente que a mais adequada para o desenvolvimento do estudo fosse a Análise Crítica do Discurso, desenvolvida no âmbito daquilo que Casey (2002a) denomina Pós-modernismo nos Estudos das Organizações. Segundo o autor, “a mudança de foco para análises pós-modernas das organizações enfatiza práticas discursivas, teorização sobre narrativas, bem como identidade pós-estrutural e movimentos expressivistas” (CASEY, 2002, p. 13, tradução minha). Tal abordagem se justificava em função de que a racionalidade instrumental amplamente utilizada como premissa científica tem desenvolvido processos sociais excludentes e opressores, daí a necessidade de perceber práticas sociais em seu potencial emancipatório. A quantidade de material produzido sobre o discurso e as diferentes formas de seu tratamento é imensa, o que indica o desafio de compreendê-lo e analisá-lo. Porém, as diferentes abordagens contêm especificidades que, se bem aplicadas, considerando-se o objetivo do estudo, reflexividade e coerência nos níveis ontológico, epistêmico, teórico, metodológico, ético, político e analítico, podem conferir grande potência aos estudos.

Essa adoção é decorrente da limitação dos modelos analíticos baseados em relações causais no que diz respeito à pesquisa qualitativa. Reconheço o referido método de análise possui

como potência a valorização da abordagem qualitativa já que confere liberdade para combinar diferentes métodos para construção dos dados. Outra questão é que as práticas sociais são sustentadas por ideologias, essas que por sua vez apresentam crenças, paradoxos e contradições, além de mecanismos de persuasão e dessa forma, o processo analítico deve ser capaz de tensionar os sentidos e os significados compartilhados socialmente, algo possível por meio da ênfase nos discursos.

A ideia foi adotar a Análise Crítica Histórico Discursiva (WODAK, 2001) como forma de analisar as relações turvas e transparentes ligadas à dominação, poder e controle, acessíveis por meio da linguagem. É possível compreender as interseções entre o poder, a história e ideologias, analisando os processos de naturalização e contestação de poderes desiguais que emergem nas relações e práticas discursivas. Além disso, é possível perceber como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada bem como as alternativas criadas no interior do coletivo negro.

O método analítico proposto por Ruth Wodak é apoiado teoricamente pela *Grounded Theory* (GLAUSER; STRAUSS, 1967). A construção do estudo é realizada por meio do diálogo entre a teoria e os dados. O papel da teoria é auxiliar a compreensão dos dados, do ponto de vista teórico, como também interrogá-la por eles. Além do amparo teórico, da observação dos dados, o discurso encarado como prática social deve ser analisado de forma crítica e contextualizada.

Por derradeiro, resta descrever a postura que procuro adotar enquanto analista de um fenômeno. Considerando os dilemas observados por pesquisas positivistas realizadas na Antropologia e Sociologia, a figura intérprete-redescritor, ligado a uma nova lógica de inteligibilidade, parece ser coerente com a proposta desse estudo. Segundo Sodré (2013), na atualidade, o exercício metafísico não é exclusividade de historiadores e filósofos, mas daqueles que assumem sensibilidade para reler, redescrever o real, que dialogam com formas de pensamento distintas em um sistema de inteligibilidade sinóptica. Nesse sentido, o analista intuitivo é aderente ao que é inesperado, indeterminado e autônomo, todos elementos necessários à criação e invenção. A ideia do autor significa uma tensão à hegemonia interpretativa reivindicada pelas ciências sociais positivistas, e diz respeito a uma postura mais modesta, que assume uma versão

das diversas interpretações possíveis, bem adota linguagens e meios de comunicação visam extrapolar a comunidade acadêmica.

Após a realização da minha banca de qualificação em 9 de dezembro de 2021, percebi que as proposições de Sodré (2013) faziam sentido para a construção da dimensão analítica desse estudo, e me motivaram a realizar algumas mudanças. A primeira delas que irei tratar é o desafio de construir um estudo reflexivo, algo com profunda reverberação na análise. Um dos elementos mais marcantes desse processo, é que ele não é algo isolado. Construir um trabalho reflexivo se liga, a meu ver, a um ethos de pesquisador diferenciado e essa preocupação se mantém como *background* na elaboração do trabalho.

Inicialmente, em função do meu percurso até a pós-graduação, o aprendizado proporcionado pela relação com meu orientador, os conteúdos ministrados em disciplinas, a maior parte delas de cunho crítico (Marxismo, Pós-estruturalismo, Pós-colonialismo, Decolonialismo, Contra-colonialismo), a aproximação de comunidades quilombolas e de coletivos universitários durante o mestrado, me conferiram de início, uma postura anti-positivista e alguns conceitos teóricos que considerei fundamentais para compreensão do tema. A tudo isso, há a questão que me acompanha desde os primeiros momentos na academia, que sempre me inquietam a interrogar o lugar da universidade frente às questões sociais.

Diante desse repertório, defini o problema de pesquisa em “como se caracteriza a dimensão política na produção e disseminação do conhecimento em coletivos negros universitários?” Teoricamente me pareceu que um caminho analítico poderia ser iniciado a partir do aprofundamento do tratamento conceitual acerca da “universidade”, “coletivos negros” e “negritude”. Esse foi basicamente o esforço que apresentei na ocasião da banca de qualificação, em dezembro de 2021. Após essa etapa, novas questões se colocaram. Uma delas foi a de me aprofundar no exercício de construção de um estudo reflexivo. Segundo Koch e Harrington (1998, p. 887) um percurso possível seria:

Defendemos que os pesquisadores trazem para o produto de pesquisa o seguinte: dados gerados; uma gama de literatura; um posicionamento dessa literatura; um posicionamento de si mesmo; e contextos sócio-políticos morais. Sugerimos que a pesquisa reflexiva é caracterizada por autocrítica e autoavaliação contínuas. O produto da pesquisa pode ser moldado pelas políticas de localização e posicionamento e é



justamente isso que o torna um processo crítico. Ressaltamos que na criação de um texto (o produto da pesquisa) é desejável que o pesquisador seja um escritor habilitado. Por fim, afirmamos que se o produto da pesquisa estiver bem sinalizado, os leitores poderão viajar facilmente pelos mundos dos participantes e criadores do texto (os pesquisadores), e decidir por si mesmos se o texto é crível ou plausível (nossos termos por rigor)<sup>9</sup>.

À luz de Koch e Harrington (1998), percebi que as minhas posições e elaborações iniciais constituem um lugar a partir do qual eu leio, compreendo e analiso o fenômeno que me propus estudar. Porém, esse lugar também é tensionado pelo meu processo de amadurecimento e, nesse sentido, será ir a sofrer modificação até o meu último instante com capacidade de pensamento preservada. Assim, devo indicar que esse percurso reflete minhas posições e leituras possíveis nesse momento. Isso indica limitações, como também possibilidades de incompreensão. De algumas delas, em função da decisão de construir um trabalho reflexivo, pude tomar consciência e buscar alternativas, de modo que meus limites e questões pessoais mal resolvidas não produzissem efeitos indesejados por mim, já que assumo a postura de acadêmica politicamente engajada, alinhada com o projeto de universidade inclusiva.

Ao refletir sobre o repertório teórico e as provocações feitas pela banca, senti que eu havia construído uma lente razoável, mas ainda não apurada para compreender a dinâmica em coletivos negros. A decisão de dialogar com o Afirmação na Pós novamente produziu necessidade de ajuste conceitual, mas a questão era mais central. Faltava-me um elemento que justificasse a necessidade de agrupar conceitos tão distintos em uma tese. Eu sentia que isso era necessário, mas não sabia explicar o motivo. Sobre isso, fui interrogada diretamente na ocasião da banca de qualificação pelo professor Cristiano, sobre trabalhos acadêmicos são monográficos. É difícil eu eleger o que me desconcertou mais naquela tarde de 9 de dezembro, em função das descobertas que fiz. Para aqueles que se identificam com o caminho acadêmico, a sensação é de prazer intenso ser desafiada em níveis tão elevados. Obviamente, não se trata de um processo simples, porque é justamente em processos como esse que somos levados a confrontar nossos limites de forma direta e daí vem a sensação de desconcerto.

Escrever um trabalho monográfico. Esse é um dilema para mim. Isso simplesmente não faz sentido em minha forma de pensar. Para tudo que escuto, imediatamente me surgem uma

---

<sup>9</sup> Tradução minha.

constelação de fatores associados e que de alguma forma dialogam ou influenciam com o assunto. Talvez o exercício de demonstrar essas constelações estivesse ligado a um comportamento pretensioso, baseado na crença de que é possível tratar em profundidade um tema. Não terei resposta a tudo e nem posso garantir que esse percurso seja totalmente livre de posições pretensiosas. O que farei será seguir a proposta de Koch e Harrington (1998), explicitar da forma mais minuciosa e honesta possível os percalços e as decisões, bem como as condições em que ocorreram.

Como mencionei, a princípio planejei adotar a Análise Crítica do Discurso, proposta por Wodak, que recorri na elaboração da dissertação do mestrado. Porém, as novas questões apontaram essa abordagem como inadequada. O processo de realização das entrevistas, as bancas dos meus colegas já citados, o contato que tive inicialmente com Rufino (2019), seguido de Simas, Rufino e Haddock-Lobo (2020), Martins (2021), Machado (2019), Sodré (2019) e Jagun (2015) me indicaram novos caminhos. Durante as entrevistas, percebi que o Candomblé foi citado por ser não somente algo importante, mas central em uma dinâmica de construção de conhecimento diferenciada. Sodré (2019, p. 57) lança luz à questão, sendo que a compreensão das culturas negro-africanas brasileiras deve dar conta de que orixás, voduns ou inquices, essa de origem banto:

não são entidades apenas religiosas, mas principalmente subo *suportes simbólicos* – isso é, condutores de regras de trocas sociais – para continuidade de um grupo determinado. “Zelar” por um orixá, ou seja, cultuá-lo nos termos da tradição, implica aderir a um sistema de pensamento, uma “filosofia”, capaz de responder a questões essenciais sobre o sentido da existência do grupo<sup>10</sup>.

O autor me fez perceber que as referências ao Candomblé indicam mais que somente o atravessamento religioso de alguns integrantes. Enquanto um coletivo negro, o grupo compartilha diversas crenças, valores e práticas perpassadas por um sistema filosófico próprio. Daí, compreender as referências como suportes simbólicos me ascendeu a possibilidade de demarcar uma ontologia singular. Passei a perceber estreita relação entre os relatos do grupo e as ideias de Rufino (2019, p.76-77), segundo o qual:

---

<sup>10</sup> Grifos conforme original.

A pedagogia das encruzilhadas buscar o tempo certo da rasteira, a crítica e as proposições demandam mais do que um mero banho na beirada, por isso invoca Exu como aquele que é o elemento que fundamenta, epistemiza e enigmatisa o mundo. [...] A pedagogia proposta tem sua marca política em seu nome, encruzilhada. É em seu princípio, um modo fiel ao movimento, ao cruzo e à transgressão. Assim, ela não nega existência de uma de múltiplas formas, mas a reivindicação de uma possibilidade como sendo a única credível.

Uma pedagogia construída sob o cruzo. A ideia do autor não é criar uma forma de enquadrar e normatizar as pessoas pela via da educação teológica, mas a de reconhecer a dinâmica orgânica de “seres paridos no entre” (RUFINO, 2019, p. 16). Ele compreende a pedagogia<sup>11</sup> enquanto ato, que neste estudo é lido nas formas como as pessoas negras educam. Essa compreensão proporciona a superação do lugar estabelecido para o negro. O cruzo revela Exu, a representação do ser que constrói, interroga e reconstrói o mundo, por meio de sua boca. Esse princípio formador e informador é indicado na verbalização do termo episteme.

Existem diferentes formas de discriminação e preconceito e isso cria lugares de exclusão reiterada (CRENSHAW, 2012; 2002; 1993; 1989). A autora é reconhecida por evidenciar o que chamo de sujeitos interseccionais. Ao pensarmos as construções preconceituosas como vias, é possível perceber que existem sujeitos atravessados por diversas delas e ao mesmo tempo. A partir do feminismo crítico negro foi possível identificar as questões provocadas pelos efeitos das camadas de marginalização social, em outros termos, a formação de uma verdadeira “hierarquia das desgraças”.

A autora procura defender um processo teórico de desmarginalização, em que os sujeitos interseccionais sejam o centro. Para tanto, os pesquisadores devem assumir uma perspectiva de ciência politicamente engajada e produzir conhecimento de uma forma não positivista. O que Crenshaw (1989) indica como caminho, persiste como desafio mais de 30 anos depois. A intenção de [des]fazer algo no plano teórico sempre me provocou incômodo e isso está evidente ao longo do texto. Eu não assumo esse compromisso. Mas me parece que em Rufino (2019) existem pistas importantes para avanço na trilha iniciada na autora, a de uma ciência construída na interseção, no cruzo.

---

<sup>11</sup> Durante a realização da arguição na defesa da tese, o Dr. Luiz Rufino, Prof., salientou que não existe um problema secundário à educação que o da presença. Por meio de sua proposição, é possível reconhecer a presença de pessoas negras no espaço acadêmico enquanto ato de caráter educativo e político.

Acionar o termo raça no Brasil, para o autor, funciona como um demarcador de posição crítica e, por consequente, política, ante às lógicas provenientes da exploração e dominação colonial. Ela estaria ligada a existência das mentalidades assombradas pelos fantasmas criados pelo cartesianismo. A noção de margem contida em Crenshaw (2012), sinaliza que dinâmicas de marginalização não se resume aos inaugurados pelo colonialismo. Ele próprio enquanto ordenamento de sociedade, somente foi reconhecido por haver um contexto alinhado e coerente com uma *rationale* que segrega e hierarquiza, como a dominação e a exploração baseada nas diferenças de gênero.

Uma das formas de manutenção do privilégio de leitura e análise de mundo é a construção de uma narrativa de uma suposta hegemonia do saber. Ao mesmo tempo em que se coloca como única via possível, pavimenta as demais como precárias, insuficientes e que em razão disso são postas à margem. A isso Rufino (2019) denomina de destituição ontológica. Ao olharmos para esse processo, o que saltam aos olhos é a produção de desigualdade e injustiça social. Porém, essa é a dimensão materializada de uma lógica que, além de negar a condição de humano aos sujeitos marginalizados, ainda lhes interdita a possibilidade de reconhecer sua própria lógica de ler e interpretar o mundo. A desumanização não se dá somente no plano socioeconômico, mas se dá, e para mim, parece ter sua mais profunda raiz, na incapacidade construída de se reconhecer uma racionalidade diferente daquela que produz tal processo, formando um sistema que atualiza a coisificação de sujeitos.

A construção da hegemonia positivista se dá pela primazia da escassez. Interessa o ponto, o recorte, o que pode ser extraído da totalidade, sob o argumento da universalidade contida na média, no recorrente, ao preço do descarte de tudo considerado *outsider* (BECKER, 2008). Ao se colocar como única leitura e possibilidade de análise, não ocorre somente negação de humanidades, mas da impossibilidade desses sujeitos refletirem sobre si mesmos.

Pensar a partir da encruzilhada representa esculhambar com “a escassez, ao desencantamento e a monologilização do mundo” (RUFINO, 2019, p. 11). O mundo, a forma como as pessoas interagem, os reflexos de suas crenças, dos seus sistemas de produção de conhecimento, tudo isso se apresenta de forma emaranhada, inter cruzada. Pensando nos sujeitos interseccionais, isso fica ainda mais evidente. Talvez tenhamos passado tempo demais observando os efeitos

opressores sobre esses sujeitos e tenhamos esquecido de observar o que há de próprio desses lugares marcados pelos cruzos. Essa é minha proposta a partir do que Crenshaw (1989) indica como alternativa de centralizar os sujeitos marginalizados, entender como percebem a vida, como lidam com problemas e questões sociais mais amplas, como coletivizam saberes e experiências a partir de lugares que existem exclusivamente sob o cruzo.

Para Rufino (2019), a Pedagogia das Encruzilhadas não representa uma negação ou tentativa de subtrair as criações coloniais, aí compreendida as dimensões da cultura, da ciência, da religiosidade ou qualquer outra instância social. Na sua visão:

O termo descolonização será reivindicado não como a subtração da experiência colonial, mas como ação que encarna força utópica, política e pedagógica para transgressão da obra/efeitos/heranças coloniais (colonialidade) e a remontagem dos seres/saberes em prol de outro projeto mundo (RUFINO, 2019, p. 11).

A meu ver, a ideia de [des]fazer comparece aqui não como propósito primeiro, mas como desdobramento de uma prática transgressora, subversiva. Para ele, a criação de um limite entre o centro e o que é alternativa, reforça a manutenção dessas distinções. Isso sinaliza a quantidade de energia teórica já foi depreendida de forma infrutífera nessa empreitada. Um exemplo disso é desenvolvimento da corrente teórica contrária a adoção de autores anglo-saxões e europeus. Mignolo (1998), considerado um dos principais autores da abordagem decolonial, denunciou o “imperialismo” em estudos que se pretendiam inovações políticas e epistêmicas, a maioria versando sobre diferenciações culturais, pós-colonialismo e grupos subalternos, por terem superado os autores eurocêntricos. Para ele, a crítica fundamentada em autores indianos como Renajit Guha, Homi Bhabha e Gayatri Spivak significam atualizações da dominação europeia manifesta na colonialidade.

Estou alinhada a Mignolo (1998) com a noção de haver uma imperialidade em curso, mas distingo de onde ela se aplica. A competição para determinar quem é mais “colonizado” em termos teóricos é algo tão bizarra e desprovida de sentido, que a única situação que me ocorre para compreendê-la é situação descrita por Martin e Frost (2009). Os autores criaram uma associação entre o jogo infantil denominado “Rei da montanha” e a discussão teórica no campo dos Estudos Organizacionais, sobretudo após a década de 1970.

O curioso dilema indicado por Mignolo (1998) continua atual. Há alguns dias um colega publicou em sua rede social, sendo irônico ao apontar o estranho caso “da colonialidade dos estudos ditos decoloniais”. Ora, a questão se mantém porque é um *nonsense*. Até o momento, não há nenhuma teoria séria e exequível para extirpar aquilo que é o considerado o 'colonialismo que habita em nós'. A forma como nos comunicamos, aquilo que conservamos como história, até nossas memórias do passado e a forma como nos socializamos tudo isso e bem mais do que preciso indicar para me fazer entender, refletem os processos que nos trouxeram até o momento. Isso inclui as heranças e as marcas da colonização.

Considero a proposta política<sup>12</sup> contida na Decolonialidade não exequível e esse fator pode provocar uma competição de 'quem é mais colonizado', algo sem sentido e pouco frutífero em termos teóricos, analíticos e sociais. Procurei reunir aqui poucas pistas, mas suficientes para indicar que dialogo com autores que desenvolveram perspectivas que considere importantes para a construção desse estudo. A naturalidade desses autores, a idade, o idioma em que enunciam, a posição onto-epistêmica que assumem ou em que são enquadrados são elementos importantes para compreender o contexto do que foi dito, mas que de forma alguma são para mim, características para inclusão ou exclusão neste trabalho.

E isso me leva a outro aspecto apontado em Martin e Frost (2009). Segundo os autores, a falta de conflito teórico, de embates de ideias no campo tem sido amortizada, ao que me parece, boa parte acobertada pela ideia de “coerência epistemológica”. Eles indicam que os autores simplesmente evitam confrontos, posições polêmicas, ao silenciar e marginalizar perspectivas que não reforçam as suas próprias posições assumidas. É possível perceber que tal processo se faz presente no ideal de Mignolo (1998).

Por isso, nessa tese o potencial de contribuição analítico não foi considerado somente em autores considerados escolhas óbvias. Ao observar a dinâmica humana, me interessa todo o saber humano enquanto possibilidade. Logo, autores europeus como Max Weber foram acionados nesse estudo como forma de apresentar de onde deriva a noção de universidade, de ciên-

---

<sup>12</sup> É preciso salientar que a crítica à corrente Decolonial é endereçada exclusivamente ao seu aspecto político, compreendido na busca pela descolonização. A análise teórica deve considerar possibilidades de avanço e isso não deve ser confundido como tentativa de descredibilizar autores e suas produções. Acredito que estudos que silenciam pontos de tensão comprometem o fortalecimento de teorias, sobretudo aquelas comprometidas com mudança social.

cia e conhecimento que procuro tencionar. Essa dinâmica procura se aproximar ao "jogo opositivo" tratado por Sodré (2019, p. 118).

Parte dessas questões estão refletidas em Rufino (2019). A encruzilhada não é um meio de negação daquilo que Mignolo (1998) chama de modernidade. A complexidade do cruzo, das vivências, a riqueza das possibilidades são anteriores ao empreendimento colonial. Porém, a partir dessa cosmovisão é possível interrogar visões de mundo que se enunciam totalizantes. A encruzilhada é lugar de atravessamentos. Ela expressa a potencialidade, a possibilidade de vir a ser e por isso celebra a vida como produto inacabado. Abraça a incompletude humana, a busca, a abertura ao diferente, ao novo. O devir realça aquilo que é encarado como não acabado, caótico, desordenado e por isso aparentemente incompreensível à lógica cartesiana. Ela é aderente ao movimento e por isso remete à pluriversalização do mundo. Enquanto sistema de saber, ela revela a impossibilidade de dissociar-se o "ser, saber e suas formas de produção de linguagem (RUFINO, 2019, p. 20).

A condição interseccional passa a ser vista não como lugar reduzido ao assujeitamento, mas como possibilidade de agência dos seres paridos no entre. O sujeito do cruzo vê e percebe realidades distintas de forma simultânea em uma temporalidade circular. Esse sujeito está ligado aos seus antepassados pela ancestralidade e tal como o Sankofa, para avançar precisa se voltar aos que o antecederam. Para dar conta das simultaneidades, esse sujeito transita entre atravessamentos, faz bricolagens, contamina, catalisa, improvisa, cria, movido por Elegbara e Enugbarijó. O sujeito do cruzo incorpora as potências de Exu. Não é alguém com poderes que o coloca acima dos demais, mas alguém que permite ser afetado em corpo e mente pelo Axé.

A encruzilhada guarda o poder da transmutação. É nela que ocorrem as transformações e esse poder emana de Exu. Esse, considerado o senhor das possibilidades, como Yangí, o Exu primordial, representa a força ancestral e resiliente. Nessa energia, o tempo é largo. As linhas rígidas que dividem a noção ocidental de passado, presente e futuro não são suficientes para explicar laços e enlaços que transcendem épocas e lugares. Em Yangí, surge a possibilidade de outras filosofias, horizontes e temporalidades simultâneas, que já emergem transgressivas. A transgressão em Exu emana da esculhambação dos regimes de verdade. Ele zomba das certezas, divertindo-se com as crenças e os apegos, já que traz a dúvida onde há certeza. Exu tudo engole, sua fome de mundo é insaciável. Esse apetite indica não de uma tentativa de ex-

terminar o que é engolido, mas que tudo pode nutri-lo. Ao engolir, Exu acolhe os acontecimentos, os transforma, os ressignifica, para então cuspi-los. Não se trata de um processo subversivo, já nele a intenção não é a de destruir, mas a de transgredir.

É possível pensar a diáspora a partir da noção dos cruzos. As movimentações forçadas realizadas em continente africano a partir do Século XVI, para diversos grupos sociais, significou o aniquilamento da vida livre de corpo e capacidade de expressão. A brutalidade da escravização é tamanha para pessoas negras que foram escravizadas, que Risério (2012, p. 329) chega a considerar que “quem furta, não é cosificável”. Na condição de escravizado, às pessoas negras foi negada a condição humana. Ao serem esvaziados da livre determinação, da própria vontade, foram reduzidos a um objeto. Nesse cenário violento, o primeiro ato humano a partir da condição de escravizado foi a possibilidade do crime. Isso é revelador para pensar a dimensão das marcas provocadas pela escravização, para os grupos sociais que a mais simples reivindicação de vontade humana era considerada criminosa. A perspectiva de Rufino (2019) não é a de produzir uma lente ingênua e resignada aos acontecimentos, mas a da inquietude, de se perceber as possibilidades a partir dos acontecimentos. Para ele, “uma terra alimentada pelo sangue do sacrifício é uma terra que pulsa invenção de outras possibilidades de vida. Yangí, o exu ancestral, está em tudo e, mesmo despedaçado, se levanta, se reconstrói e se põe a caminhar” (RUFINO, 2019, p. 26).

A pluralidade contida e aceita em Exu é princípio de mundo. Aos sujeitos do cruzo, interseccionais, no Brasil, não se cabe dizer que seu ideal se resume a um processo civilizatório em específico, ainda que africano. A partir da diáspora, um novo estado de contingência e possibilidades se coloca. Aos povos negros, resta a alternativa, em Exu, de engolir os desdobramentos, ressignificá-los e de cuspi-los de volta. Apropriar-se desse lugar, do cruzo, da interseção, é se reconhecer enquanto sujeito atravessado por diversos acontecimentos, saberes, crenças, questões sociais, mas também indica sua capacidade, sua força e potência de transmutação, de transgressão e mudança. Esse me parece ser um novo caminho para grupos que passaram pelo processo de desontologização reconstruírem sua humanidade.

Reconhecer a existência de uma pedagogia que nomeia uma prática já existente, centrada no devir, na complexidade do mundo, nas singularidades dos cruzos nas possibilidades transgressivas expressa da linguagem e que adota as antidisciplinas como práticas transgressivas, me



sinalizam a possibilidade de haver em Rufino (2019) também um método de análise de dados em Estudos Organizacionais.

Exu possui diversos nomes, e que indicam a forma como a entidade se manifesta e o que provoca no mundo. Uma das nomeações é Obá Oritá Metá. Em iorubá, Metá Metá pode ser entendido como “três em um”, daí Oritá Metá ser “Encruzilhada de três caminhos”. Rufino compreende que os caminhos são inúmeros, mas indica três traçados que orientam a ação política e poética. O **primeiro** traçado remete à ideia de que o “conhecimento é diverso e corresponde à pluralidade de formas de ser no mundo (RUFINO, 2019, p. 41). O **segundo** traçado demarca que a diáspora significou um processo imposto aos povos originários do continente africano e aos seus descendentes um “assentamento comum”, um lugar específico nas sociedades e que os levou a repensarem em alternativas de construção de humanidade, de sociabilidades, “territorialidades, saberes e identidades” (RUFINO, 2019, p. 42). Por fim, o **terceiro** traçado vincula a nossa capacidade de desestabilizar sistemas de pensamento que se pretendem universais, sem que nós mesmos somos incapazes de reconhecer a credibilidade de outros saberes.

Esses traçados podem ser encarados como formas de ler e interpretar dados em pesquisa. A linguagem, enquanto prática social, reflete as existências. Ao refletir sobre as ações cotidianas, as pessoas relatam situações e acontecimentos atravessados por diversas questões sociais. Ao invés de selecionarmos desses relatos temas ou mesmo sub-temas específicos, a ideia é respeitar os atravessamentos contidos no enunciado.

Durante a realização das entrevistas, o que cada uma das 19 pessoas que entrevistei compartilharam comigo é fruto de uma decisão muito particular. Eu não tenho acesso aos fatores que influenciaram o que foi dito, da forma como foi dito. Porém, os acontecimentos compartilhados e as associações que os participantes fizeram foram consideradas importantes no momento da pesquisa. Não cabe a mim, processar essas narrativas e delas capturar apenas elementos específicos. Os trechos selecionados para análise devem refletir a organicidade com que foram enunciados. E, nesse processo, compreendi que, assim como eles apontam atravessamentos díspares, o repertório teórico também deve assumir a pluralidade como meio de leitura e compreensão.

Se os enunciados emergem de situações carregadas de sentido e complexidade cotidiana, compreendo que o exercício analítico deve ser capaz de fragmentar esses enunciados, indicar os atravessamentos, as conexões, sejam elas históricas, econômicas, sociais e teóricas, inter-relacionar os achados, em lógica de construção de conhecimento integrado, do qual trata Machado (2019), e que reconhece a natureza, o cotidiano como unidade básica e de sentido para o conhecimento.

Na minha percepção, o segundo traçado apontado por Rufino (2019) reforça a ideia de que os agrupamentos de pessoas negras são constituídos por seres paridos no entre, no cruzo. A cada grupo que além da questão étnico-racial, compartilha outras questões, existem atravessamentos, problemas, dilemas, desafios, mas também estratégias, artimanhas e saberes também coletivizados de forma específica. O processo analítico deve ser sensível ao ponto de capturar as especificidades dos assentamentos comuns ao grupo, mas específicos quando encarados em perspectiva na sociedade. Segundo o autor, os estratagemas, as artimanhas, gingas, dribles, não são comportamentos inatos, mas estão ligados a processos educativos singulares de seres construtores de temporalidades e possibilidades.

Durante as entrevistas, pude perceber que, em algumas situações, o momento de conversa comigo foi uma oportunidade para a pessoa refletir sobre si mesma, o que em alguma medida, reflete descrições de eventos e sensações íntimas e particulares. Porém, existem aqueles atravessamentos percebidos de uma forma mais ou menos comum. A atenção a aspectos considerados reiterados durante as narrativas dos participantes não se confunde com um critério movido pela quantidade de menções. É preciso um olhar atento para dissociar o que as singularidades que endereçam a individualidade dos sujeitos a que demarcam o que é próprio do grupo. Esse traçado também informa o caráter político, assim, a aproximação e análise de narrativas em pesquisa, deve respeitar e considerar as posições do grupo participante e do pesquisador como dados empíricos, o que ele cinscunscribe por “política traçada na diáspora africana” (RUFINO, 2019, p. 62).

O terceiro traçado, na minha compreensão, pode ser incorporado em uma analítica radicalmente comprometida com a concepção de construção plural e integradora de conhecimento (MARTINS, 2021; MACHADO, 2019). A elaboração de um estudo crítico a sistemas de conhecimento que produzem assimetrias não é capaz de romper com a lógica, reproduzindo-a. A

noção de neutralidade sustentou a produção de saberes sob a ciência em que pesquisadores reivindicam autoridade e legitimidade para falar do outro, mas totalmente alheios às percepções e visões de mundo do outro. Reconheço em Mignolo (1998) essa preocupação, mas atualmente, penso que o vasto repertório teórico crítico anti-positivista, tenha evidenciado a complexidade dessa tarefa. Mais que isso, a tentativa de criar soluções simplistas para esse dilema, termina dando origem a um triste quadro de competição teórica, identificado por Martin e Frost (2009).

Um caminho que me parece adequado para operacionalizar a proposta de Rufino (2019) é acolher a ideia de Crenshaw (1989) ao propor que as pesquisas sejam centradas nos participantes. Aqui proponho uma leitura não literal da centralidade. A fase empírica desse estudo foi realizada em processo de interação com o outro, no caso, com cada participante. Nessa relação, não os percebo como informantes, mas como interlocutores. Os acontecimentos, temas e teorias que farão contato com as narrativas não são determinação minha, mas são fruto de um momento dialógico, na medida do que foi possível para a construção dos dados.

Na fase analítica, creio que o terceiro traçado indique a capacidade do pesquisador de reconhecer os sujeitos participantes da pesquisa como interlocutores. Isso indica o respeito no tratamento dos enunciados, pois indicam processos de construção de conhecimento que, embora não parametrizado pela ciência, com ela dialogam em uma interação não hierárquica.

Nesta perspectiva, o sujeito que analisa deve procurar a ética de Exu, unidos na tarefa de interpretar o mundo. Ele engole os acontecimentos, tanto os teóricos, quanto os sociais. Esses elementos, se misturam aos seus próprios atravessamentos sendo as diferenças que carrega (EVENS; HANDELMAN; ROBERTS, 2016; FINLAY, 2003), as posições que assume no momento (BALDI, 2009; GUILLEMIN; GILLAM, 2004) e os afetos nutridos (CHAN, 2017; D'SILVA, *et al.*, 2016; NENCEL, 2014, CUNCLIFFE, 2004).

É na encruzilhada que esse emaranhado caótico se converte em potência. O sujeito que analisa é alheio à lógica de pulverização do conhecimento, que por meio do recorte, da escassez, enquadra e reduz os saberes e as possíveis contribuições a algo predeterminado, alinhada a cadeia de superespecialização. O sujeito analítico, ao definir o problema de pesquisa, o repertório teórico e o grupo social de interlocução, reconhece que o caráter provisório de sua percepção. Assumir tais construções como definições e não como planejamento, demarca a predis-

posição desse sujeito às possibilidades, às mudanças que ocorrem durante o processo de construção da pesquisa. Essa postura não é compatível com um processo rigidamente concebido.

O sujeito analítico não é alguém com características excepcionais ou especiais. Trata-se da convergência entre a condição de sujeito interseccional, já familiarizado com uma ótica que percebe o real por meio de fragmentos que se cruzam e que, diante de um novo fazer, a análise, sua forma de ler e compreender o mundo é imanente. A consciência de uma existência marcada pelos cruzos e pelas interseções, confere ao sujeito a possibilidade de se apropriar do lugar interseccional como força, potencialidade, que lhe conferem características favoráveis a construção de uma análise específica, criticamente reflexiva e sensível a complexidade do mundo. Ele encarna Exu, senhor das possibilidades, da interpretação, que a tudo interroga e testa, operando jogos, zombando das certezas, das verdades universais, das leituras preconcebidas e de toda forma reducionista concebida e reproduzida também pela ciência.

Os traçados compõem direções básicas a partir de Rufino (2019), e que penso ser possível reuni-los em uma proposta de **Análise dos Cruzos**. Essa analítica, ao que me parece, é um ato que se equivale a um ebó epistêmico, ocupado de compreender fenômenos a partir da linguagem e que é parte de uma ciência encantada pela macumba. Tal proposta de análise pode ser entendida como parte de um “ébo” epistemológico (RUFINO, 2019, p. 43), permeado por outras práticas, no âmbito da construção de um estudo científico. Neste estudo adotei a construção de capítulos teórico-empíricos como forma de explorar em profundidade e de forma reflexiva os conceitos teóricos, os dados provenientes da pesquisa e minhas próprias posições. O desenvolvimento dos capítulos reflete o esforço teórico inicial, que influenciaram os tópicos das entrevistas, como também indicam os tensionamentos surgidos após o término da fase empírica.

Eu realizei todas as entrevistas e as transcrevi. A transcrição é uma fase lenta e exaustiva, mas fundamental para que eu pudesse selecionar os trechos para análise. Agreguei aos registros das entrevistas, comentários que contextualizam situações que considere necessárias e que por vezes, podem ser uma informação importante para compreensão do que foi dito. Assim, o *corpus* analítico desse estudo é formado pelos trechos de entrevistas e as minhas escrituras, importantes por indicarem o repertório que aciono para compreender referências, associações, elaborações feitas enquanto particularidades do grupo Afirmação na Pós, consideran-

do-se as leituras possíveis a partir do meu lugar. A esse processo, somei a Análise dos Cruzos, por entender a necessidade de assumir uma analítica que reconheça e privilegie a complexidade inscrita no cotidiano de grupos interseccionais, como o é um coletivo negro universitário. Na sequência, passo a apresentar as escrevivências elaboradas com base na minha aproximação com o grupo, e logo depois passo a apresentação dos capítulos metodológicos.

## 2.6 Memórias de um coletivo negro universitário

Eu conheço a sensação de estar sentada em uma sala, a frente de pessoas que estão em uma situação de avaliadores. Isso é bem tenso. Uma das etapas do processo de seleção do edital é entrevista. É nela que a gente conhece os candidatos, suas motivações, sua familiaridade com a linguagem acadêmica e, o mais importante, se eles possuem marcadores sociais responsáveis por ela ser lida como negra no Brasil. Tivemos que fazer muitas entrevistas. E eu quis participar do máximo em que fosse possível. Ao todo foram nove bancas, com tempo máximo de 20 minutos para cada uma. Eu me lembro bem das expressões. Sentar em uma cadeira, numa condição de avaliar o outro, é algo que representa muita coisa. Já estive nessa condição algumas vezes, mas nada se equipara a sensação no ambiente acadêmico.

A gente vai criando *fanfic*<sup>13</sup>, enquanto espera. E se der ruim? Mas essa é a maior probabilidade. No meu processo seletivo para o Mestrado em Administração, me recordo de ver o candidato anterior a mim saindo da entrevista. O blazer cinza entregou seu nível de nervosismo, já as marcas de suor em baixo do braço iam até a cintura.

Sei que é tenso, então procuro pensar em tudo que eu vou falar, tudo que eu vou fazer. Tudo aqui já serve como intimidação aos candidatos. Para começar, são vários, para poucas vagas. Depois, não para negar o que uma sala de aula representa. Ao menos para mim, ela é como um símbolo e um lembrete de tudo que eu não sei. A partir disso, cada pessoa é lida de forma diferente. Uns a encaram como oportunidade de se promover e mostrar o quanto estão “acima da carne seca”. Outros já pensam que, quanto mais calado ficar, menor a chance de “dar manota”. Acho que era isso que eu via em algumas pessoas. Um medo terrível de errar. Eu compreendo, e sei que raciocinar estando amedrontado torna a coisa em algo tão tenso e marcante,

---

<sup>13</sup> Narrativa ficcional criada por fã.

que automaticamente o evento em questão passa a figurar entre as experiências mais intensas que vivemos.

Observar os comportamentos diferentes era o aspecto mais leve dessa situação, para mim. Alguns candidatos não conseguiam falar, tinham dificuldade para descrever o que buscavam. Tinham aqueles que arrasavam na escrita da carta, mas na hora da entrevista, a coisa desandava. A única coisa que eu não queria era ser mais um elemento que fosse ruim nessa composição. Eu sabia exatamente o peso e a responsabilidade de avaliar alguém, ainda mais na situação de entrevista. Naquela época, eu pensava que o fato de eu me preocupar em não falar nada que pudesse tornar aquela situação mais tensa, era suficiente para eu conseguir isso. Estava muito enganada.

Não tinha como ser de outra forma. Nas entrevistas, ficava muito nítido quem eram os candidatos, se já tinham algum contato com o universo da pós-graduação. Tornar o processo mais ameno, no sentido de diminuir as etapas que funcionavam como filtro, poderia resultar em uma seleção distante do perfil de estudantes que o grupo desejava contribuir.

\*\*\*\*\*

Era noite. Nós chamamos a próxima pessoa para participar da entrevista. Eles ficavam aguardando em cadeiras, no corredor. Carla entrou na sala, uma figura linda, imponente, cumprimentou a “banca” e se sentou. Uma mulher trans, branca e de origem pobre, com histórico de participação em movimentos sociais. E daí? Para mim, ficou nítido o quanto ela era alguém que faria todo sentido na pós-graduação. Mas a decisão não era tão simples. Éramos três pessoas na banca, e deveríamos chegar em um consenso.

Ai, o consenso... Palavra tão simples. O Afirmção na Pós deu outro sentido para esse termo. Em alguns casos, chegávamos a uma posição muito parecida, mas em outras, não. Algumas, como essa moça, não conseguimos decidir. Abdias, meu colega de banca e com quem eu adorava conversar pela quantidade e nível de reflexões, acreditava que ela tinha que entrar.

– Nenhum a menos! Ele dizia.

Eu achava que se havia seleção, não era possível atender a todos. E daí a gente precisava decidir. Mas eu concordei com Abdias sobre ela. Imagina o potencial dela, de questionar a estrutura universitária? Eu vibrava com a possibilidade de estar à frente de futuros intelectuais, pessoas que se tornariam grandes referências, que estranhariam a dinâmica dada da ciência brasileira e que pudessem, dado o seu passado de luta, construir um novo ethos científico, um que fosse nosso, só nosso.

O fato de Carla ser branca foi uma questão.

\*\*\*\*\*

O fato de eu ser administradora, em um coletivo negro universitário, realçava o quanto eu era “quadrada”. Durante a fase de leitura das cartas, eu percebi que não tínhamos informação suficiente para saber se as pessoas que se autodeclararam negras o eram de fato. De acordo com a classificação do IBGE, era fácil identificar pessoas pretas, mas e as pardas? Em 2018 essa discussão em torno da autodeclaração estava bombando. E nunca foi um tema fácil. No edital estava previsto que a iniciativa era direcionada a pessoas negras. Mas havia demandas de outros grupos e que também reivindicavam a necessidade de suporte para lidar com os processos seletivos de pós-graduação das universidades.

Pela leitura das cartas não era possível filtrar se autodeclaração correspondia a um perfil de pessoas que sofrem dificuldade de trânsito social em função de sua aparência. Naquele momento era possível, além da autodeclaração, perceber a forma como a pessoa se comunicava, a passagem por movimentos sociais, e alguma informação que apontava para uma postura política.

\*\*\*\*\*

Dia de reunião. Ia começar com atraso. Isso me deixava angustiada, mas faz parte de mim. A essa altura, eu já nem sabia se minha rigidez e apego a regras e acordos foi uma herança da graduação em Administração ou da doutrinação evangélica que recebi na infância. Continuo sem saber. Eu procurei não demonstrar comportamentos que pudessem soar como reprovação à dinâmica do grupo.

Uma das pautas era discutir os casos nos quais em que as bancas não conseguiram decidir se os candidatos deveriam ou não participar da formação. Quanto mais casos para discutir, mais longa a reunião. Geralmente, esses casos estavam relacionados ao perfil do candidato e aos requisitos previstos no edital. Naquela época, havia pessoas brancas que se autodeclaravam pardas, e pessoas pardas que não se declaravam como negras. Como isso era algo explicitado no edital, era preciso se ter uma posição objetiva.

Em outros casos de dúvida, o motivo gravitava em torno do quão distante a pessoa estava da escrita acadêmica. Para algumas pessoas do grupo, pessoas com grande dificuldade de escrita, há muito tempo afastadas da academia apresentavam um nível de demanda que a formação não seria capaz de suprir. Para outros, o fato de a pessoa apresentar desenvoltura para se apresentar e para escrever, ter participado de programas de iniciação científica ou grupos de pesquisa, era uma trajetória suficiente em termos de preparo para disputar vagas na pós-graduação.

Na prática, relacionar o perfil dos candidatos e os ideais de cada um dos membros do grupo era um processo permeado de muita energia. Além dos aspectos formais, debatidos durante a reunião, havia outras situações e que eu não acessava o contexto completamente. No grupo do Afirmção na Pós, haviam pessoas que eram amigas, colegas de longa data e até parentes. Era um grupo relativamente grande, sendo que em algumas reuniões éramos mais de 20 pessoas.

Era comum e esperado que, entre os candidatos para o processo, estivessem pessoas com algum grau de vínculo com alguém do grupo. Para mim, é compreensível imaginar que essas aproximações geravam algum tipo de expectativa e que também indicariam frustrações. Daí, percebi que em algumas situações as posições acerca da viabilidade de um candidato tinham como pano de fundo essas relações afetivas prévias. Às vezes a formação ou o rompimento de pares românticos também influenciavam em alinhamento ou divergência na tomada de decisão.

\*\*\*\*\*



A leitura das cartas foi uma fase muito interessante. Uma pessoa do grupo era responsável por receber as inscrições e as cartas foram adicionadas em uma pasta na nuvem. Durante a reunião, decidimos quantas e quais cartas iríamos ler, e destas, deveríamos selecionar as pessoas que iriam para as bancas.

O modo como as pessoas redigiram esse documento era bem diferente. Algumas se expressavam muito bem, e mostraram desenvoltura para falar de si mesmas, de seus interesses, do percurso de vida e como o interesse de pesquisa se ligava a isso. Em algumas que eu li, senti que a pessoa encarava o processo seletivo do Afirmção na Pós como uma luz, uma esperança de ser reconhecida. Algumas narrativas apresentavam pessoas marcadas pela falta de oportunidade. Mães sozinhas, lutando por condições melhores de emprego, para sustentar seus filhos. Jovens que após terminar a graduação não conseguiam uma colocação profissional. Idosos com o sonho de estudar, de ter a chance de compreender problemas que os acompanharam por toda a vida.

Eu me vi em muitos desses relatos.

Até aquele momento, eu acumulava frustrações profissionais e depositava enormes expectativas na universidade. Desfazer-me desses lindos quadros que pinteí foi um processo doloroso. E, de alguma forma, eu via com angústia a universidade representada nas expectativas de alguns dos candidatos.

\*\*\*\*\*

O ano de 2018 foi para mim, um período intenso em termos acadêmicos. Eu estava faminta por qualquer interação feita por lá. Queria aproveitar tudo. Eu conciliei as aulas do mestrado na FACE, a uma aproximação de grupos na FAE. A FACE para mim representava um mundo ordenado, limpo, organizado e que me encantou por ser radicalmente diferente da paisagem que eu tinha em favelas de Belo Horizonte. Também foi o lugar que me proporcionou momentos intensos, em disciplinas, e conversas e que me ajudaram a me compreender enquanto pessoa, a repensar meus ideais e o sentido do percurso acadêmico. Foi o lugar que eu pude conhecer o professor Luiz Alex, que se tornou meu orientador e a pessoa que acompanhou todo o meu percurso acadêmico. Porém, eu vivia um dilema. Amava estar naquele espaço, mas ele também me lembrava o quanto eu era alheia àquilo. Eu me viajava a todo momento, e

não conseguia me sentir à vontade, com medo de ser taxada. E eu sempre destoei. Por mais que eu quisesse me misturar aos demais, eu não conseguia.

A FAE já me encantou por outros motivos. Eu me senti abraçada por aquele lugar. As pessoas eram espontâneas de uma forma que eu me reconhecia. Os risos eram livres. As cores das roupas alegres e vibrantes de algumas pessoas me recordavam do quanto o corpo é capaz de se expressar e transmitir sensações. O espaço Paulo Freire e o jardim são lugares mágicos, dada a energia que emanam. Os bancos e a área ampla na região da cantina, tudo ali era um convite para sentar e bater um papo. E as pessoas, que delícia! Por ali me emocionei diversas vezes com histórias que alguns contavam com a alma.

Não me recordo o que aconteceu primeiro, mas passei a participar de tudo que era possível na FAE. Meu parâmetro foi a professora Shirley Miranda. Participei de uma oficina que ela lecionou na Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) daquele ano sobre quilombos. Participei de uma disciplina de saberes transversais, com a professora Shirley Miranda, Gil Amâncio e Gabriela Guerra. Essa disciplina não tinha plano de aula. No primeiro dia, houve uma acolhida, sentamos em roda, e os professores responsáveis compartilharam a proposta. A ideia era a de que, a partir da compreensão do saberterreiro, repensássemos as possibilidades de trocas naquele lugar. Essa disciplina me fez repensar a forma como construímos e compartilhamos conhecimento na universidade. E nessa experiência tudo foi novo. Fazíamos lanches coletivos em cada encontro. A partilha de saberes de experiências se dava em diversos níveis. Os cheiros das ervas usadas nos chás, as reflexões acompanhadas pelo toque de tambores, as músicas que embalsaram nossas danças em roda, as texturas dos materiais que usamos para criar representações, coletados na grama do CAD 1 da UFMG. Tivemos contato com o Oriki Ciberberreiro, com *performances* e poemas. Por fim, a desconstrução foi a do lugar da sala de aula. O ambiente branco e frio deu lugar à Estação Ecológica da UFMG. Na última aula que por lá ocorreu, fizemos uma refeição e o fechamento da disciplina.

Embora envolvida em atividades diferentes, percebi que as pessoas que estavam no Afirmção na Pós também transitavam em outros grupos, iniciativas e disciplinas na FAE. Muitos que estavam no Afirmção na Pós, também estavam no Ações Afirmativas. E acabei adotando

essa dinâmica. Havia muitos coletivos e era comum que os membros estarem em mais de uma iniciativa.

\*\*\*\*\*

Fiquei responsável pela tutoria de duas pessoas. A Amanda não tinha trajetória em movimentos sociais, tinha um cargo em um órgão federal e sua proposta de estudo pretendia compreender melhor os percursos profissionais de pessoas negras. Já o Daniel era um advogado, trabalhando em um escritório há algum tempo. O alinhamento com que se vestia também estava estampado na forma como redigia. Sua ideia de pesquisa era pesquisar a interface que questões do direito e a pobreza no Brasil.

O processo de tutoria começava com a leitura de editais anteriores que Amanda e Daniel tinham interesse. Com Amanda essa fase foi mais tranquila. Pude compartilhar com ela nuances no processo de construção do projeto de pesquisa e que não são questões óbvias para pessoas sem um contato prévio com a dinâmica da pós-graduação. O prazo para a escrita do projeto para o processo que ela escolheu era muito curto. Às vésperas do processo seletivo, eu a aconselhei a não se candidatar. Na minha visão ela tinha um ótimo problema de pesquisa, mas, até aquele momento, o projeto carecia de mais repertório teórico. Submeter-se ao processo com uma proposta não madura seria o equivalente a “queimar cartucho” à toa. Ela recebeu meu conselho com imensa frustração, mas optou por declinar do processo. Ela pesquisou um novo processo, que iria ocorrer no ano seguinte, em outra instituição. Eu a apoiei na construção do projeto, fazendo revisão textual e indicação de bibliografia. Ela se submeteu ao processo seletivo, foi aprovada e no ano passado concluiu seu mestrado.

Com Daniel eu já tive uma dificuldade maior. Eu considerei o edital do processo seletivo do Direito da UFMG muito enrijecido. Nele, havia a previsão de que 20% da bibliografia fosse de língua estrangeira. Para mim, isso terminava direcionando os problemas considerados pesquisáveis no Direito. Em alguma medida, isso significa que somente para a banca conhecer o projeto, o tema proposto pelo candidato deve ser chancelado na corrente anglo-saxã. Esse nível de interdependência e filiação não é cenário que privilegia pesquisadores com abordagens de questões regionais.

Daniel foi reprovado e eu fiquei revoltada. Todos os critérios formais foram satisfeitos. Mas, obviamente, eu não alcanço as nuances da pós-graduação no campo do Direito. Eu resolvi fazer a tutoria do Daniel porque os colegas não se sentiram à vontade para acompanhá-lo sendo de áreas muito diferentes. Mesmo assim, senti que a reprovação era minha também.

\*\*\*\*\*

Em uma das reuniões, a pauta envolvia a definição dos seminários para a turma 6 em 2018. Carla e eu estávamos no grupo do Afirmção, mas nós também eramos colegas de pós-graduação na FACE. Eu propus a ela darmos uma aula juntas, sobre processos de produção do conhecimento. O conteúdo foi preparado com base nas obras de Pedro Demo “Metodologia Científica em Ciências Sociais” e Djamila Ribeiro com seu “O que é lugar de fala”.

Aquele encontro, foi minha primeira experiência docente a nível de graduação/pós-graduação. Carla e eu apresentamos o conteúdo para uma sala com mais de 50 pessoas, uma sala mais que lotada. A professora Monique da UFMG nos acompanhou. Eu estava muito ansiosa. Tivemos muitas participações de pessoas que compartilharam relatos e que enriqueceram o momento.

\*\*\*\*\*

Uma das questões que apareciam nas reuniões de forma recorrente era a necessidade de institucionalizar o Afirmção na Pós. Um dilema bem grande.

Para alguns, parece que o fato de registrar o Afirmção como uma atividade de extensão era algo óbvio, o caminho natural. Formalizá-lo era o meio para o grupo disputar recursos de editais de extensão, para remunerar as pessoas que trabalhavam, já que isso era feito até aquele momento de forma voluntária. Para mim, que já trabalhei muito na condição de voluntária em uma Organização não governamental (ONG), esse termo é sempre complicado. O voluntariado é uma possibilidade que constrange pessoas que precisam do recurso advindo do trabalho para fazer frente às despesas básicas. A UFMG não é exatamente um lugar acessível para a maior parte dos bairros carentes de Horizonte. Para muita gente, tanto para os cursistas quanto entre

pessoas que integravam o grupo, ir à UFMG demandava no mínimo duas conduções. Então me parecia que buscar o financiamento das atividades, de fato era importante.

Outra questão era a da certificação. Sem a chancela formal da UFMG, os participantes do curso, as pessoas que atuaram na oferta de seminários, disciplinas e a realização das tutorias estavam confinadas ao registro mnemônico. A importância da experiência é inegável, mas ela também precisava ser reconhecida por meio de certificação. Em se tratando de um processo voltado ao fortalecimento de pessoas negras, pobres, mulheres, mães, além de outros marcadores sociais sem experiência prévia em programas de iniciação científica, com vistas aos processos seletivos de pós-graduação em instituições públicas de ensino, a certificação também era um meio de aumentar a pontuação dos candidatos.

Mas havia aqueles que viam com preocupação a formalização da iniciativa. Ela poderia significar uma mudança radical na lógica de funcionamento do grupo. Para mim, nitidamente a questão não era fácil. Eu me ofereci para participar do grupo de discussão, com o objetivo de compreender as alternativas e a estrutura possível para registro do Afirmção na Pós. Naquele momento, eu já havia feito diversas leituras sobre a natureza das atividades de extensão, os processos formais da extensão na UFMG, por conta do desenvolvimento do projeto de extensão vinculado a pesquisa que eu desenvolvia no mestrado, envolvendo o Quilombo Luizes.

Em função dessa situação, acreditei que esse conhecimento poderia ser válido para a discussão. Para mim, após meses de contato com o grupo e de compreender as atividades, ficou nítido que, embora o Afirmção na Pós fosse visto como um braço menor oriundo do Ações Afirmativas, ele acabou se tornando um braço com complexidade suficiente para compor um programa de extensão, já que apresentava diversas atividades simultâneas além de diversos atores com atribuições amplamente distintas. Na minha mente, isso era algo facilmente resolvido, mas eu não era totalmente sensível aos dilemas que a formalizam impunha ao grupo.

\*\*\*\*\*

Na minha infância, o ditado “pra inglês ver” era muito usado quando algo aparentava ser algo diferente do que realmente era. O ditado está ligado às estratégias do governo brasileiro de

manter a escravização, ao mesmo tempo em que assinava uma sequência de acordos para diminuição do tráfico negreiro com a Inglaterra. Daí a expressão...

A aprovação das cotas na pós-graduação em abril de 2017 foi uma conquista árdua, coletiva e muito comemorada. Mas, quando passei a estudar os editais em 2018, a fim de ajudar candidatos dos quais eu era tutora, além das impressões compartilhadas pelos colegas em reunião, passei a perceber que os editais revelavam que efetividade das cotas dependia da disposição e sensibilidade de cada unidade.

Exigências como o uso de bibliografia em inglês na redação dos projetos, a exigência de provas de suficiência realizadas por instituições certificadoras privadas, no caso da Administração com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e da Economia com a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), funcionam como barreiras, pois desencorajam possíveis candidatos.

Afora essas questões, mais especificamente ligadas aos processos seletivos de pós-graduação em Administração, Economia e Direito, existem as barreiras menos explícitas. As cotas estavam lá, previstas em editais suplementares. Mas era comum perceber que as vagas remanescentes da reserva de cotas poderiam ser convertidas para as de ampla concorrência, sendo que o contrário não era possível. De forma ainda mais velada, alguns programas da universidade não eram favoráveis ao posicionamento da UFMG. Apesar da deliberação favorável, cada programa tem autonomia para definir as condições de implementação da reserva de cotas e isso pode estar relacionado aos resultados amplamente distintos em termos de diversidade e inclusão nos programas.

### 3 AFIRMAÇÃO NA PÓS ENQUANTO UM COLETIVO NEGRO UNIVERSITÁRIO

Desde a infância, recebi diversas instruções que tinham como pano de fundo a busca de condições mais favoráveis para viver, e creio que essa busca seja algo que nos une enquanto seres humanos. A partir daí, construir grandes generalizações tende a ser um exercício que se constitui na medida que apaga as singularidades de cada pessoa. Isso porque cada um de nós tem uma condição originária, uma determinada margem socioeconômica, uma possibilidade de trânsito social e um repertório comunicacional, para citar alguns dos vários marcadores que nos singularizam.

Ao observar as relações sociais, é possível perceber que, em alguma medida, essa busca por condições mais favoráveis pode ser lida como elemento aglutinador, já que as pessoas, por diversas razões, podem apresentar interesses em comum com outras. Aqui, busco localizar o Afirmação na Pós em um processo de movimentação de pessoas unidas em torno da proposta a de enegrecer a universidade e porque essa mobilização pode ser entendida como um coletivo negro universitário.

Esse percurso começa na ideia de que essa organização é expressão de movimentos sociais, como também endereça as movimentações das pessoas, discussão que desenvolvo no próximo tópico intitulado “O Afirmação na Pós na perspectiva dos movimentos negros e dos negros em movimento”. O reconhecimento das diversas implicações e manifestações do racismo e das formas responsáveis por sua perpetuação tensiona a luta antirracista que também se modifica. Em uma perspectiva ancestral, na qual os sujeitos se sentem implicados com um ideário político e que isso os une aos que vieram antes, isso contribui para o surgimento de novas estratégias organizativas, discussão presente no “Atualização das lutas negras e da vida social organizada na academia”. Os dois tópicos iniciais procuram realizar um esforço de contextualização e que entendo como ponto de partida crucial para compreensão do grupo Afirmação na Pós enquanto um coletivo negro universitário. Por fim, no último tópico desse capítulo intitulado “Afirmação na Pós: vida social organizada parida no cruzo na academia”, procuro destacar as práticas que realçam no grupo o que Saraiva (no prelo) enuncia um tipo específico de organização que abraça o real em sua pluralidade e possibilidade e que também são ele-

mentos importantes para Rufino (2019) caracterizar a as vidas paridas no cruço, e que juntos, viabilizam uma organização levada a cabo de um jeito específico.

### **3.1 O Afirmação na Pós na perspectiva histórica dos movimentos negros e dos negros em movimento**

“Vidas negras importam”<sup>14</sup>. Essa frase está ligada a um movimento iniciado em 2013, por três mulheres negras estadunidenses, que criaram uma *hashtag*, como forma de reagir à violência policial direcionada às pessoas negras. Desde então a frase se tornou um grande símbolo de luta antirracista, por meio da qual se propaga a necessidade do respeito às vidas negras e, de forma paralela, denunciar casos racistas. Embora exista uma pesquisa indicando o baixo engajamento e apoio de pessoas brancas ao movimento (DRAKULICH *et al.*, 2021) é inegável a repercussão mundial que a iniciativa apresentou e por ser um movimento social (MCADAM; SCOTT, 2005), permeado pelo ativismo (DAVIS; ZALD, 2005).

Na busca de compreender essas movimentações sociais especificamente ligadas às relações étnico-raciais, inicialmente caracterizei a discussão como “movimento negro”. De fato, o termo é usado por Gomes (2017) e Gonzalez (2020) para indicar expressões coletivas circunscritas na luta antirracista, bem como de promoção e valorização dos povos negros no Brasil.

Porém, na ocasião da realização da banca, o professor Dr. Cristiano dos Santos Rodrigues me fez pensar que essa nomeação silencia a pluralidade das ações realizadas por pessoas negras. Um dos autores que conseguiu captar essa nuance é Risério (2007). Ele apresenta dois grandes blocos históricos acerca dos movimentos negros. O primeiro se refere a iniciativas ocorridas entre o Século XVI e meados do Século XIX, cujo elemento comum era a luta contra escravização. Nesse período, segundo o autor, as ações não pretendiam alterar a organização social, mas o de as pessoas escravizadas pudessem se libertar dessa condição. Essas lutas sociais foram seguidas pelo movimento abolicionista, que se difere das ações anteriores pelo combate ao regime escravista, não somente da luta pela liberdade por alguns grupos. Por suas características, ele descreve o movimento abolicionista como bloco que separa os movimentos negros, localizando as expressões mais contemporâneas a partir do Século XX, cujo elemento

---

<sup>14</sup> Do original *Black lives matter*.



aglutinador é “livrar-se da linha de pobreza e da condição proletária” (RISÉRIO, 2007, p. 326).

Isso desperta uma questão interessante. Três das nossas grandes referências em estudos étnico-raciais não conseguiram explicitar a pluralidade dos movimentos negros e está tudo bem. No momento em que houver um autor que seja considerado referência completa e acabada para todo fenômeno, a ciência terá desaparecido enquanto campo de produção do conhecimento. É justamente por reconhecer a importância, mas principalmente, os limites de cada contribuição teórica é que afirmo ser raso e totalmente descabida a crença de que marcadores sociais, de qualquer ordem, possam ser considerados filtros para escolhas teóricas. Dialogo com Risério (2007), não de forma ingênua aos seus diversos posicionamentos polêmicos, mas por eu compreender que tudo que se refere diretamente ao que me proponho conhecer, me interessa. Dito isso, reconhecer os movimentos negros como plurais e diversos é uma ampliação teórica e analítica necessária.

Os movimentos negros no Brasil estão ligados ao surgimento das mais distintas organizações formadas por pessoas negras, que compartilharam posição política de enfrentamento do racismo, bem como na busca de alternativas em busca de emancipação social. Segundo Gomes (2017, p. 23), as organizações eram compostas por “políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos”, que tinham em comum a luta política, de forma explícita. Desse modo, essas práticas são consideradas um tipo específico de movimento social.

*sim menina, é... a gente tem uma necessidade, não tem para onde correr. Por mais que né, que a gente consiga acessar um nível de vida, que pode ser definido como um nível mais ou menos bom, para não dizer de uma classe média baixa ou alta, né. A gente entende que essas pessoas, na maioria branca, elas têm uma forma de conduzir a vida e nós pretos, não. Mesmo quando a gente acessa uma grana bacana, essa grana não é só para a gente, essa grana é para ajudar um primo, é para contribuir para a renda da família, da mãe, do pai, do irmão, para cuidar do irmão que sofre alguma doença. E essas narrativas, assim como nossa narrativa de ser o primeiro ou a primeira da nossa família, quer seja da nossa família do pai ou da mãe, de entrar*

*na universidade, ela se repete. Ela é comum a todos nós. Então, quando a gente pensa em coletivo, a gente já é o resultado desse coletivo porque é a condição que nossos pais não conseguiram acessar [começou a se emocionar] e eles sonharam isso para a gente. Então a nossa existência já é coletiva quando gente entra nesse lugar porque é resultado de um sonho, da mãe, do pai, do irmão que deixou de estudar e foi trabalhar para que que você conseguisse estudar. Essa narrativa ela é comum nas nossas vidas então perceber o que é coletivo é também compreender como a gente pode retribuir a possibilidade de ter chegado no lugar que a gente chegou compartilhando essa mesma energia com outras pessoas que também tem a mesma narrativa. (Dyami, participante).*

Ser negro, em uma sociedade permeada pelo racismo, impõe aos sujeitos lutas que os antecedem. A necessidade sentida por Amailton, no trecho acima, tem origem na sua condição de existência, algo que não está reduzido à dimensão socioeconômica. A partir do seu lugar ele se sente uma relação de pertença a um grupo enuncia um coletivo e que carregam uma questão comum como pontua Gomes (2017).

“O movimento negro, na verdade, é um movimento dos negros” (HANCHARD, 2001, p. 121). Essa seria a definição das ações sociais promovidas por pessoas negras, criada e compartilhada pelos próprios integrantes dos movimentos. Ela é importante por que indica que a simplificação dessas movimentações de grupos e de pessoas, embora carreguem a etnicidade como elemento comum, isso nada informa sobre como as práticas se estabelecem.

*O Ações Afirmativas e Afirmação na Pós [podem ser vistos] como movimentos negros e de negros em movimentos, porque tem muita gente que não está nessa luta mais orgânica né, institucionalizada de movimento no grupo mas está se movimentando em torno das questões étnico-raciais então eu costumo dizer que eles são os membros em movimento né fazendo a coisa acontecer embora não se digam né orgânicos assim eu acho que sim primeiro é compreender isso né*

*compreender essa dinâmica social esse sujeito coletivo que que faz as lutas né. [Zalika, participante]*

Frente às questões que se impõem, as coletividades desenvolvem meios particulares de organização. Sueli usa o termo orgânico para inscrever práticas coletivas que ocorrem no cotidiano, de pessoas que se sentem comprometidas com uma luta que lhes é anterior. Essas práticas são de luta porque partem da compreensão de que o racismo é um modelo de organização social a ser combatido, já que representa uma ameaça à existência das pessoas negras. Essa organicidade foi destacada por Hanchard (2001), ao identificar a oralidade como elemento comunicacional basilar para o compartilhamento de ideias.

Hanchard (2001) em sua obra, investigou o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo, compreendendo os anos de 1945 a 1988. Ele estudou entrevistas de 60 ativistas do movimento. Sua estratégia de acesso aos dados sinaliza que as ideias compartilhadas por esse movimento social se davam de forma majoritariamente oral. É importante pontuar que ele, após morar e trabalhar nos Estados Unidos por um tempo, voltou para o Brasil em 1988 para realizar sua pesquisa, e construiu sua obra com duras críticas aos movimentos negros no país. Para o autor:

Embora tenha havido, durante esses anos, grandes e pequenas tentativas de agregar um conjunto diferente de pessoas num movimento de cunho racial em prol da mudança social, não houve, na sociedade brasileira, nenhum movimento nacional de oposição às desigualdades e à subordinação racial (HANCHARD, 2001, p. 19).

O pensamento do autor é importante, em primeiro lugar, indicar características de alguns movimentos negros no Brasil em um período de intensas conturbações sociais, econômicas e políticas, como o período pós Segunda Guerra Mundial, A Guerra Fria, os golpes de estado no Brasil (1945 e 1964) para citar algumas, que representam um período de intensas mudanças. Outro aspecto que torna o texto do autor relevante é o fato de ser considerado o primeiro autor a teorizar sobre os movimentos negros (DOMINGUES, 2005), injustamente atribuído, já que o próprio autor cita Gonzalez (1982) para definir o movimento que se propôs estudar. Outro ponto importante é que ele é o segundo autor negro a tratar o tema, do ponto de vista teórico, embora não ativista. Além da carência de sistematização, Hanchard (2001) considera que nos movimentos não havia coerência ideológica, já que dentre os ativistas havia os que assumiram

os espectros de direita, esquerda e centro na política. Em razão desses fatores, ele considera que o argumento da diferença em torno da raça é “útil para aglutinação rudimentar” (HANCHARD, 2001, p. 118) e, por isso fraco para delimitar um movimento social.

*As pessoas negras ali empunham, com base em dados, com base na realidade social, com base em monte de coisa que o grupo tinha que fazer do jeito que a gente fez, que era empretecer aquele espaço... O constrangimento que as pessoas brancas passaram era o constrangimento social, você é branca num país racista... Mas sim, havia esse questionamento por outras vias né [...]. A proposta de empretecer a universidade é muito potente. A cada edital que é lançado, 200, 300 pessoas se inscrevem. Esse último edital acho que tinha 300 pessoas inscritas, não sei, eu olhei por alto. Isso é muito bom, porque ainda que institucionalize, que fique mais rígido, as pessoas, **você não tem como controlar as pessoas individualmente né, elas podem entrar lá e questionar tudo aquilo, inclusive questionar a forma como tá sendo feito**, e isso é bom. Quisera nós, que todos esses processos fossem assim e que tivessem pessoas negras né [risos] os desafios para eles se manter, é tentar equalizar a institucionalidade com a questão política de fato, porque não dá para negar que o caráter político está por traz do Afirmação na Pós. Ele é muito bem demarcado, isso ele não perdeu como característica, né. [Senaki, participante]*

No trecho do relato de Senaki, percebo o quanto a busca de Hanchard por sistematização e coerência é um *nonsense*. A partir do Afirmação na Pós, pessoas negras, ativistas, podem se fortalecer para acessar a pós-graduação, e a partir desse lugar, Senaki indica a possibilidade de elas interrogarem o próprio coletivo, a forma de organização. Isso porque, como bem diz, embora o coletivo seja permeado pela ideia de empretecer a universidade, a forma de buscar tal intento não pode ser considerada uma ideia aceita por todos.

Embora Hanchard (2001) tenha identificado os fluxos sociais dinâmicos existentes nos movimentos negros, ele próprio derrapa ao classificar as práticas pelas suas ausências, ou seja, ele não via coerência nem sistematização nas organizações, fatores que poderiam fortalecer o

argumento de um movimento único no país. Isto é, a pluralidade dos movimentos negros no país são uma característica elementar e singular e é base da crítica do autor. Essa ênfase não lhe permite acessar o sentido de dinâmicas que são muito particulares de cada grupo e que apontam o drama posto por Senaki, ao citar institucionalidade e a questão política.

A ausência de sistematização percebida nos movimentos negros por Hanchard (2001), seria decorrente da diferença peculiar entre o contexto brasileiro em oposição ao estadunidense, sob sua percepção. Para ele, o argumento e a estratégia culturalista usados pelas organizações brasileiras não teriam sido capazes de promover reivindicações e desdobramentos políticos, sendo que nos Estados Unidos o foco do movimento seria justamente o político. Nitidamente, o resultado da interpretação do autor é decorrente da comparação entre Brasil e Estados Unidos, tomando esse último como parâmetro de organização. De acordo com Gomes (2017), é possível perceber que, no Brasil, os movimentos negros estão, de fato, intimamente entrelaçados com a esfera cultural, o que pode estar ligado a diversas razões, inclusive com a própria dificuldade de aceitação do racismo como traço social. Hanchard (2001), procurou entender os movimentos negros no Brasil a partir de uma ordem que lhes era totalmente estranha e sua ideia pode ser refutada em Gomes (2017).

O estudo da autora é preciso em demonstrar que aquilo que ela denomina como Movimento Negro brasileiro – que operou como produtor e tradutor intercultural, já que ao mesmo tempo que deu origem à conceitos, capazes de nomear problemas antes ignorados pela supremacia

da interpretação social operada pelo mainstream científico<sup>15</sup> – Também foi responsável por estabelecer uma ponte de diálogo entre a ciência e os grupos sociais ao traduzir a linguagem científica por um lado e, por outro, produzir conceitos que deram origem a estudos científicos e políticas públicas. Entre as organizações, a autora destaca a imprensa negra paulista, constituída por Xauter, em ordem cronológica a partir do ano de 1916, Getulino, O Alfinete, O Kosmos, O Clarim d’Alvorada, A Voz da Raça, Tribuna Negra, O Novo Horizonte, Cruzada Cultural, para citar alguns. Além da imprensa, houve a Frente Negra Brasileira (1931-1937), o Teatro Experimental do Negro (1944-1968), o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial criado em 1978, sendo renomeado no ano seguinte de Movimento Negro Unificado (MNU), ainda existente na atualidade.

Gomes (2017) possui um olhar muito apurado e que produz apontamentos importantes. Diferentes grupos, operando por meio da política, da academia, da cultura, da religião e das artes, se estabelecem explicitamente contrários ao racismo e desenvolveram formas distintas de denunciá-lo e combatê-lo. Em outro trecho, Senaki faz uma analogia interessante acerca dessas combinações:

---

<sup>15</sup> Essa expressão foi utilizada por Santin (2019), em oposição à ciência periférica. A autora construiu este binômio baseado em uma relação geográfica. Em seu estudo, ela apresenta características comuns ao conhecimento científico produzido na América Latina e Caribe, porém a autora não aprofunda a noção do que toma por “centro”, e que corresponderia ao *mainstream* científico, deixando implícito se tratar de uma diferenciação meramente geográfica. Recorro a essa noção por ela proposta, por entender a pertinência de tal discussão. Porém, acredito que o parâmetro geográfico é um argumento demasiadamente frágil para suportar algumas análises. Na periferia, a lógica social hierárquica tende a ser reproduzida, o que indica que, embora a relação centro-periferia tenha amparado a delimitação de hierarquias, atualmente é possível questionar tais configurações a partir das ideias que as sustentam. Essa percepção é respaldada em Corrêa (1986), que verificou um processo de elitização na periferia, usando a ótica geográfica, assim como Santin (2019). De acordo com Corrêa, na periferia é possível perceber a reprodução da lógica hierárquica, a mesma que a estabelece como margem, e que, de forma coerente com a lógica que a exclui, nela também se estabelecem centros e periferias. Embora o trabalho da autora indique que as nacionalidades dos pesquisadores pode ser um elemento correlacionado ao número de publicações e citações em grandes periódicos, essa diferenciação não é suficiente para delimitar a desigualdade na ciência. Desse modo, é plausível considerar que o *mainstream* científico pode ser melhor compreendido a partir da existência de uma racionalidade específica, e que pelas discussões aqui tecidas, considero o Positivismo característica marcante compartilhada sob essa corrente. No sentido sugerido por mim, a forma de problematizar a relação centro-periferia utilizada pela autora apresenta uma questão: embora bem intencionada em denunciar a existência de hierarquias na ciência, tem seu argumento comprometido quando reduz a ciência periférica ao crivo da Cientometria, como parâmetro para estabelecer comparações. A crença de que qualidade pode ser mensurada (em termos quantitativos) é coerente epistemologicamente com a mesma racionalidade que cria fronteiras, diferenciações hierárquicas na ciência e as desigualdades denunciadas por Sanlin (2019), que em termos práticos, termina evidenciando que o uso de ferramental empírico construído sob a racionalidade positivista possui limites dramáticos para visibilizar alguns fenômenos, dentre eles, os relativos à desigualdade.

*Eu costumo usar a analogia do mosaico. Um mosaico, a cada peça que você coloca nele, ele se transforma, ele tem um novo desenho, a cada peça que é encaixada, esse desenho, ele era muito branco até uns 10 anos atrás. Só que as pessoas negras que vai entrando nele, elas vão modificando esse desenho, então esse desenho vai se transformando, esse mosaico vai se transformando, ele vai mudando de cor [...] eu, você, Abdias do Nascimento, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Silvio de Almeida, a gente é só um pontinho nesse mosaico, a gente vai colocando as peças, eles vão se modificando, daqui 50 anos esse mosaico tá mais equilibrado.*

Embora haja uma ideia que interessa e atrai pessoas, que é a de empretecer a universidade, Senaki indica que cada pessoa representa uma tensão diferente tanto para a luta comum quanto para o próprio grupo. Para Gomes (2017), isso é fato, pois ela própria é sujeita de tensão no espaço acadêmico na UFMG. Sua trajetória é marcada por uma aproximação com a universidade que indica o desejo de se construir acadêmica conduz à inexorável relação com a universidade, mas ao mesmo tempo, ela também a tensiona e a modifica por se sentir ligada ao ideal de empretecer a universidade. O mosaico de Senaki indica que cada ativista que assume para si essa ideia produz uma relação de forças e de ações que reverberam pela organização. Isto é, o desejo de ser um acadêmico não turva o interesse e as práticas de produção de um espaço acadêmico diferente do que está estabelecido.

Os desdobramentos dos movimentos negros estão diretamente ligados à produção e disseminação de conhecimento, fundamental na construção de consciência política e social das pessoas negras no país, por meio da denúncia do racismo e de estratégias voltadas à sua superação. Outros desdobramentos, segundo Gomes (2017), são a realização da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em 1995, a criação do Programa para Superação do racismo e da desigualdade étnico-racial”, no mesmo ano, participação na organização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, proposto pela Organização das Nações Unidas, em 2001 em Durban. Ela cita ainda a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, a criação das políticas de ação afirmativa com a criação das cotas raciais em processos seletivos em instituições de ensino superior, em concursos públicos e em institui-

ções privada, a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), nos anos 2000. Ligada ao Ministério da Educação, também foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Também houve a criação de leis reivindicadas pelo movimento desde a década de 1980, como a Lei 10.639/03 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, alterada posteriormente para Lei 11.645/08, incluindo a questão indígena.

Em diversas esferas, considerando a estética, a arte, a cultura e a ciência, houve o surgimento de iniciativas, que em primeiro plano, denunciaram o racismo. No Século XX, essas práticas estavam permeadas por uma narrativa que privilegiava a produção negra como um conjunto de saberes e culturas próprios, gerando reconhecimento e senso de pertencimento. Essa mistura ocorre porque as pessoas negras se movimentam entre as diversas iniciativas, algo marcante no relato a seguir:

*Para mim foi bom [...] eu já estava fazendo parte de um grupo chamado Entrepasto Cultural, formado pela galera dos movimentos negros, principalmente do MNU, Sindicato dos Bancários e outras turmas que estavam por aí de ativistas, e aí pelo Entrepasto Cultural, nós tivemos a ideia, nós conseguimos uma tenda de circo, e colocamos na Praça da Estação [Belo Horizonte, MG], e essa tenda ficou lá até a última década. E por essa tenda passaram Augusto Bual, Benedita da Silva, Gregório Barenblite, que é um importante escritor, muito lido pelos movimentos sociais, Dona Helena Grecco, a falecida Helena Grecco, o Olodum, foi a primeira vez que Olodum veio a BH, foi pela iniciativa do Entrepasto Cultural. Sem contar que Vanderli, Maurício Tizumba, tocavam lá quase que todas as sextas-feiras. É um circo mesmo, com bancas, com bancadas, e que a gente levou várias atividades pra lá, com isso eu me aproximei do MST [Movimento Sem Terra], uma galera do MST e os meus colegas que tinham outro cargos na coordenação, os cargos mais relevantes, eles ficavam só na militância sindical mesmo. [...] Eu também nesse período, como coordenadora cultural, eu conheci a professora, que hoje é professora no CEFET, Mariana Costa, ela é coordenadora do NEAB de lá. E foi*



*uma das coordenadoras do Afirmação na Pós, como eu disse, foi uma parceria com a UEMG e o Ações Afirmativas e aí naquela época, conheci a Mariana, conheci a Benilda Brito, que é também uma liderança até hoje do movimento de mulheres negras, e nós criamos o coletivo de mulheres negras. Não foi adiante, aliás, a gente criou um monte de coisa que cumpriu seu tempo rapidinho. [Lélia Gonzalez, participante]*

A dinâmica dos movimentos negros no Brasil é díspar, não somente dos observados nos Estados Unidos, mas de todos os demais, porque está ligada às condições sociais, culturais, religiosas, políticas, econômicas e sociais muito específicas. A partir do relato da participante Lélia Gonzalez sobre sua trajetória, a conexão com um grupo permeado pela proteção de interesses sociais, no caso, um sindicato, conferiu a ela a possibilidade de dialogar com diversos outros grupos, como outros sindicatos, movimentos sociais, instituições de ensino, além de artistas e gestores públicos da cidade de Belo Horizonte. Apesar de áreas distintas, em alguma medida os encontros estavam ligados à existência de interesses confluentes. Essa nuance, associada ao trânsito social, entendida como a capacidade de se conectar com pessoas e grupos distintos de pessoas observada em Lélia, se tornou uma condição favorável para o surgimento de novas iniciativas.

Lélia, pessoa que reconhece em si diversos marcadores sociais, pode ser encarada como uma sujeita parida no cruzo, nos termos de Rufino (2019). Uma pessoa perpassada por diversos marcadores, experencia o mundo a partir do lugar da intersecção (CRENSHAW, 1989). Nessa condição, diante da percepção da leitura e dos desdobramentos sociais relacionados às suas diferenças, a pessoa passa a ser sensível à simultaneidade dos eventos sociais e das ideias que representam formas de opressão e violência e das diversas possibilidades de enfrentamento a essa situação. Outros participantes também relataram algo parecido:

*[...] nos **movimentos negros**, entendendo como as comunidades tradicionais, e aqui eu cito o caso da minha família né, por termos a tradição do samba de coco, como eu já entendia **essa existência enquanto movimento**, um movimento de resistência, um movimento de **posicionamento político** porque elas também acessavam políticas públicas*

*para estar em determinados lugares e a gente sabia o quanto elas eram marginalizadas por isso, né. Não só pela tradição, mas também como **existiam restrições** para que essas políticas fossem efetivadas. [Dyami, participante]*

*Porque a gente sabe que o nível da pós-graduação ainda é bastante seletivo no Brasil para esses grupos os quais eu me referi, então a gente tenta **destrancar a porta** e fazer esse **aquilombamento acadêmico de resistência**. [Adisa, participante]*

O lugar atravessado por diversas formas de preconceito e racismo, ao ser tratado como encruzilhada, indica a possibilidade de agência dos sujeitos. Buscar a conexão com atores distintos e com interesses em comum e a formação de novas organizações é uma das possibilidades de agenciamento observadas em pessoas como Lélia. As conexões formadas por esses sujeitos são representadas como um movimento social motivado pela dimensão política como citado por Amailton. A formação de coletivos, assim, guarda relação com uma busca por mudança social e que na universidade, vai encontrar uma de suas possibilidades nos coletivos negros universitários, no caso do Afirmção na Pós, tratado com um aquilombamento acadêmico de resistência por Adisa (participante).

A questão da temporalidade indicada pela participante Lélia, ao relatar a curta existência de alguns grupos, é importante por revelar que a leitura dessas organizações deve levar em consideração o real plural, diverso e dinâmico do qual emergem. Isso significa que nesses grupos, os ideais em torno de duração, organização, planejamento e hierarquização são conceitos completamente alheios e desprovidos de sentido para fins de análise. Em oposição aos conceitos do *mainstream* da Administração, que privilegiam a ordem, a previsão e a amplitude máxima, as organizações ligadas aos movimentos negros abraçam a caoticidade do real. Desde Gonzalez (1982) a Gomes (2017), há o reconhecimento da presença de contradições e paradoxos nos movimentos, sendo essas algumas das nuances do mundo encarado como pluriversal (RUFINO, 2019).

*[...] mas **ele precisa dialogar** com outras movimentações que tão fazendo algo parecido e que também não tem esse diálogo, a gente ten-*

*tou num primeiro momento, a gente conseguiu trazer só pessoas, e não os grupos, em 2017 a gente até trouxe algumas pessoas de outras áreas porque aí você consegue transformar isso em algo muito mais potente, do que só por unidade que é o que tá acontecendo hoje em dia. [Senaki, participante]*

O trecho acima indica que, embora os movimentos negros sejam constituídos por pessoas agrupadas em função de interesses em comuns, isso não pode ser usado para presumir a existência de uma coesão ou de coerência. As lutas comuns não são elemento aglutinador entre os grupos e isso guarda relação com os movimentos que apresentam sentido para cada pessoa, os negros em movimentos. A aderência a uma causa e a um grupo não apaga as singularidades dos sujeitos, constituídos por crenças, valores e trajetórias amplamente distintas.

As diferenças ideológicas citadas por Hanchard (2001) somente reforçam a ideia de que se trata de movimentos, assim no plural, permeado por aquilo que seja dinâmico e multifacetado. Porém, ao contrário do que o autor interpreta, a incoerência e a falta de coesão não são impedimentos para a manutenção dos movimentos negros nem para as conquistas sociais por eles proporcionadas.

Outra análise apressada do autor é a subestimação do potencial mobilizador e modificador inerente à arena cultural. No Brasil, a via cultural possibilitou a introdução da crítica ao racismo e opressões sociais, e foi capaz de produzir avanços importantes. Guerreiro Ramos, lembrando o discurso de Abdias do Nascimento na Conferência Nacional do Negro, afirmou que, assim como o teatro possuía a capacidade de “adestrar os homens de cor nos estilos de comportamento de classe média e superior”, considerou que o Teatro Experimental do Negro (TEN), guardava capacidade cartática, configurando verdadeira experiência psicossociológica e política (MARTINS, 2020, p. 41).

Ainda segundo o autor, O TEN, fundado por Abdias do Nascimento em 1944, adotou uma técnica que ele nomeou de grupoterapia, algo também utilizado em movimentos sociais na Europa, embora se tratando de contextos e questões amplamente distintas. Técnicas semelhantes, como o Psicodrama e Sociodrama, teriam sido usadas por J. L. Moreno nos Estados Unidos. Para Guerreiro Ramos (MARTINS, 2020), a tônica do TEN e do próprio I Congresso

Nacional do Negro, realizado em 1950, não era a de ataque ou de enclausurar a questão étnico-racial às pessoas negras, mas a de visibilizar experiências, trajetórias de vida e informações, que possibilitassem reflexão e conhecimento. Os artistas do TEN eram pessoas negras, oriundas das mais diversas camadas sociais, a maior parte de favelas. A linguagem, as peças, as cenas, criavam representações do cotidiano que geravam rápida identificação, de forma sutil introduziram críticas e questionamentos a situações consideradas normais em uma sociedade marcada pelo racismo, desenvolvido e não questionado por quatro séculos. O TEN é uma, dentre as várias organizações que integraram os movimentos negros, embora, de fato, remeta a práticas essencialmente culturais por pessoas negras no Século XX, foi efetivo em proporcionar mudanças em médio e longo prazos.

Dentre as diversas organizações, o Movimento Negro Unificado (MNU) seria “o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil (GOMES, 2017, p. 32). Alguns ativistas políticos atuantes no MNU ingressaram no ensino superior a partir da década de 80 e aprofundaram a articulação entre o movimento social e a academia em uma perspectiva crítica e qualificada.

Lélia Gonzalez foi ativista do Movimento Negro e é considerada uma das primeiras intelectuais do país, tendo sido figura importante e influente para o movimento na década de 1970. Em 1982, juntamente com Hasenbalg, publicou a obra intitulada “Lugar de Negro”, na qual trata da pluralidade dos movimentos negros, entrecortados pelas dimensões de gênero e classe, para citar algumas intersecções. A obra marca a passagem de um debate amplamente desenvolvido no âmbito oral até aquele momento, para o escrito. Gonzalez (1982, p. 18-19), carrega a oralidade como traço narrativo preponderante:

Que se pense no advento da sociedade burguesa e das relações capitalistas, com seus abolicionismos e republicanismos. E que não se deixe de pensar, sobretudo, no caráter autoritário e racista da sociedade brasileira em geral, assim como nos diferentes meios que ela tem utilizado para concretizá-lo. Agora, se a gente junta tudo isso (e muito mais), uma pergunta se coloca: será que dá pra falar do Movimento Negro? É claro que se a gente adota a perspectiva acima delineada, não dá. Como não daria pra falar do Movimento de Mulheres, por exemplo. No entanto, a gente fala. Exatamente porque está apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos, ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja especificida-

de é o significante negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quando ao modo de articulação dessa especificidade.

A força do pensamento de Gonzalez (1982) evidencia algo peculiar nos movimentos negros: eles falam por sim mesmos, por meio de seus intelectuais e ativistas. O aparente paradoxo que ela apresenta no trecho acima, quando informa a impossibilidade de falar sobre o movimento negro, na intenção de unificar as práticas sociais antirracistas em uma única expressão. A própria Gonzalez é uma sujeita particular, partindo de uma ótica tão única, que até na linguagem se faz diferenciada, já que ela identificou o pretuguês.

A ideia de que os movimentos tinham voz própria também foi observada por Guerreiro Ramos, no I Congresso Nacional do Negro em 1950, ao ouvir as discussões e as interações das pessoas que participaram do evento. Pensar os movimentos, na visão do autor, a partir da lógica proveniente das elites, não possibilitava meios para perceber o que eles representavam, como funcionavam ou mesmo as formas de organização. A esse respeito, ele identificou a existência de um sentimento bem intencionado, que movia algumas utopias pelo país, mas que eram incapazes de operar mudanças sociais profundas por serem amplamente limitadas (MARTINS, 2020). Um reflexo disso é que as elites pensaram a liberdade das pessoas negras no Brasil apenas em termos jurídicos. Em termos sociológicos e econômicos, a liberdade não foi concretizada em 1888, com a abolição da escravização e isso se tornou um cenário em que a questão étnico-racial se tornou um fenômeno amplamente complexo, com desdobramentos em diversas áreas sociais e envolvendo uma grande parcela da população.

A limitação de ler e entender os movimentos negros, foi previsto por Gonzalez (1982), já que se tratava de uma dinâmica social que, embora agrupasse ideias em torno do debate étnico-racial, era entrecortado por diversas outras nuances ou pautas de esfera política. Organizações de cunho político, com diferentes formas de expressão, envolvendo classes sociais distintas e toda a complexidade que isso agrega em termos de referências socioculturais e educacionais para os sujeitos, foi reduzida a uma estrutura caótica em diversas análises. Ela reconhece a divergência, inerente à uma esfera social que acolhe a diferença e é mediada pelo interesse político. O que Hanchard (2001) não conseguiu perceber foi a possibilidade de construção a partir de uma estrutura encarada por ele como caótica, já que carente de sistematização e incoerente.

O caminho para a compreensão apontado por Gonzalez (1982) é o da especificidade das práticas criadas, e o distanciamento da intenção de reduzi-los a uma singularidade, torna capaz compreender desdobramentos sociais das iniciativas até o Século XX. A impossibilidade de reduzi-los em uma única expressão, na minha leitura, ressoa nas ideias de Rufino (2019). O mundo encarado por meio da energia de Exu, é um real que se apresenta entrecortado por diversos outros. Isso o torna complexo, plural. Os sujeitos que se colocam em encruzilhadas encarnam a forma de Exu lidar com o mundo. As movimentações das pessoas negras e dos movimentos negros que surgiram dizem respeito a ideias e ações elaboradas em lugar de atravessamentos. Logo não podem ser reduzidas em uma organização coesa e coerente.

Os movimentos negros no Brasil refletem uma complexa rede de organizações formadas por pessoas marcadas por diferenças sociais subalternizadas na sociedade, e que por isso, sua experiência de vida foi marcada por diversas formas de manifestação do racismo e do preconceito. Face a um cenário que, diferente em apresentação, mas sempre permeado pela negação de humanidade das pessoas negras, houve aqueles que assumiram uma posição de luta contra as diferentes formas de opressão e violência. A luta antirracista percebida nos movimentos negros e nos negros em movimento, pode ser lida como a existência de um ideal político comum. Essa luta pode ser lida em determinadas representações de arte, seja por meio da música, estética, dança e teatro, inclui também a religiosidade, literatura, ciência e políticas públicas, para citar algumas.

Existe uma interseção de papéis por alguns atores dos movimentos, já que muitos eram ativistas, intelectuais e atuaram na criação de políticas públicas. Isso indica que os movimentos, em específico no Brasil, foram regidos por uma dinâmica permeada pelo confronto de ideias, criação e disseminação de saberes e conhecimento além de mobilização e capilarização social, resultando em diversos avanços para a comunidade negra e a sociedade brasileira, algo que fundamenta a tese de Gomes (2017, p. 14) do “papel do Movimento Negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimento sobre a questão racial no Brasil”.

Porém, a visão hegemônica de organização demarcada por Saraiva (no prelo), que reduz as organizações à busca incansável por um objetivo tomado como comum, e que por isso, indicaria grupos coesos e coerentes, turva a visão da potência dessas práticas. A leitura das ini-

ciativas sociais observadas por Hanchard (2001), contém argumentos que deslegitimam os movimentos negros justamente por essa via, a da visão hegemônica de organização, já que não possuem coesão, coerência e um resultado comum a ser alcançado. A angústia pelos distanciamentos em relação ao padrão de organização também comparece no relato de Senaki:

*É o diálogo constante entre as produções, entre as pessoas, como os movimentos é que vai de fato transformar isso em algo **mais efetivo**. O que eu tenho visto muito são as organizações se constituindo e fazendo, e correndo atrás, mas eu vejo **pouco diálogo entre elas**. Assim, o diálogo eu digo no sentido de estratégia, de se juntarem anualmente debater estratégias, debater os rumos, que é o que a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], quando eu falo, nos juntarmos, eu falo no nível de uma SBPC da vida. Imagina uma sociedade brasileira para o progresso das pessoas negras? E se assim, esse encontro fosse anual ou bianual, além da **intelectualidade, os artistas, para debater**, não só para cantar, mas debater **os rumos do país**, você reunisse ali os professores da educação básica, os professores universitários, de fato se formasse uma sociedade negra para o progresso da ciência negra no Brasil, olha só como seria lindo isso. Os brancos já fazem. Inclusive a SBPC é muito requisitada não só no Brasil, mas no mundo inteiro pelo que produz. Mas o caráter ali não é racial, então é nesse sentido que eu falo de diálogo. Se formar uma sociedade de fato para o progresso da **ciência negra** no Brasil e acho que isso falta, e quando eu falo ciência eu **não falo só da ciência acadêmica não, mas dos povos tradicionais, dos povos originário**. [Senaki, participante]*

A leitura dos movimentos negros pela ótica de organização hegemônica as esvazia de sentido, por esmaecer aquilo que eles carregam de mais forte. Para Senaki (participante) a efetividade dos movimentos está condicionada ao nível de diálogo existente entre eles. Ele reconhece que os movimentos dizem respeito a sujeitos amplamente diversos, mas que é preciso haver a busca de uma unidade. Sua leitura, embora reflita o ideal de fortalecimento das vozes pelo espec-

tro político, pode indicar a insensibilidade para as possibilidades e pontencialidades, contidas na caoticidade e na pluralidade dos movimentos.

Minha concepção é traduzida por Saraiva (2020, p. 13), ao propor o conceito de vida social organizada. Segundo o autor, tal ideia “se refere a como os distintos grupos sociais põem em prática a organização de suas múltiplas formas de existência em sociedade”. A visão do autor reconhece os grupos por suas especificidades, ajusta os parâmetros para uma análise organizacional que respeita o contexto em que estão inseridos e com isso, rejeita as leituras parametrizadas pela universalidade, algo recorrente nas teorias do *mainstream* da Administração.

De acordo com Saraiva (no prelo), penso ser possível fazer a leitura de que o sentido dos movimentos negros é acessado na medida em que somos capazes de nos aproximar dos contextos sociais dos quais surgiram. Ele tensiona a noção de ordem, herdada de Émile Durkheim e cultivada de forma ampla e irrestrita no nível teórico da Administração, e propõe o reposicionamento desse aspecto ao plano da “microexistência social” (SARAIVA, no prelo, p. 5).

As diferenças inscritas nos sujeitos não podem ser desvinculadas dos caminhos que eles constroem. As pessoas negras enfrentam formas diferentes de manifestação do racismo. Além disso, é possível identificar outros marcadores sociais, como os ligados à classe e a gênero, e que nos movimentos deu origem a grupos com recortes cada vez mais específicos. Os sujeitos e seus atravessamentos, bem como a forma que estabelecem para lidar com as questões em busca de condições de vida mais favoráveis para si, endereçam as lutas que cada sujeito assume para si, e que no Afirmação na Pós, podem ser localizadas no plano político. A aderência dos sujeitos ao projeto de empretecer a universidade é ordem assumida pelo grupo, no nível da microexistência social. A existência dessa ordem não guarda compromisso com regularidade, coesão e coerência. Compreendo essas práticas como expressão da vida social organizada e isso e considero essa ótica fundamental para a análise dos movimentos negros, bem como dos negros em movimento observados até o Século XX, dos quais o Afirmação na Pós é tributário.

Embora nomeado teoricamente no singular por Hanchard (2001) e Gomes (2017), os movimentos negros estão relacionados ao surgimento de diversos tipos de organizações sociais que têm em comum a denúncia de diferentes manifestações do racismo e de formas de emancipa-



ção social, circunscrita na luta antirracista (GOMES, 2017; GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Considerando-se o ajuste da ótica para análise organizacional proposta por Saraiva (no prelo), a diversidade das práticas relacionadas aos movimentos negros, é possível perceber que as ausências ressaltas por Hanchard não deslegitimam os efeitos sociais por elas produzidas. As descontinuidades, os fluxos rápidos e repentinos, os paradoxos, as contradições, as desintegrações, a convergência de setores e atores de campos diferentes, tudo compõe o complexo daquilo que enuncio como movimentos negros. Aliás, é justamente o agrupamento dessas nuances, vistas como ambiguidades, considerado as propostas de Rufino (2019) e Saraiva (no prelo), que é possível pensá-la como vida social organizada no cruzo.

O Afirmção na Pós dialoga com os movimentos negros e com os negros em movimento, em processo de continuidades históricas, responsável por significar e ligar as diferentes práticas em torno de um ideário político, o que demarco como manifestação da ancestralidade. Por meio de ações dinâmicas plurais identificados por Saraiva (no prelo), estabeleceram uma forma de organização específica, naquilo que é considerado pelo grupo como possibilidade no interior e na relação com a UFMG. E é por essas especificidades que passo a tratar mais detidamente de coletivos negros universitários, na busca do delineamento dessa prática, bem como do que há de singular na forma de conhecer e lidar com o mundo, e que estão relacionadas com a construção do sujeito negro acadêmico.

### **3.2 Atualização das lutas negras e da vida social organizada na academia**

Os primeiros estudos sobre coletivos possuem uma característica comum, expressa na descrição de um movimento social com características anarquista, radical, socialista e ainda, como burocracia alternativa (ROTHSCHILD-WHITT, 1976; ROTHSCHILD-WHITT, 1979; EHR- LICH, 1981; FERGUSON, 1984, WHEELER; CHINN, 1984; COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1986). Outra especificidade destes estudos é o olhar atento a um tipo específico de coletivo: o feminista. Essa diferença é marcante porque demarca o gênero como elemento importante na compreensão sobre determinados grupos sociais.

É possível considerar que os coletivos negros sejam decorrentes dos feministas, sobretudo os existentes durante as décadas de 1970 e 1980, e nesse sentido, são entendidos como grupos de discussão, que compartilham uma visão política e intelectual interessada em formas de emancipação (ROTHSCHILD-WHITT, 1979). Para a autora, os coletivos representam uma forma de vínculo marcado por um interesse político, de cunho democrático, já que a proliferação das ideias e mobilização social ocorrem na defesa de direitos humanos, sob recortes específicos aos grupos. Esse traço comparece na descrição de Adisa e Senaki (participantes), ao relatarem o sentido do Afirmção na Pós:

*Então significa que o **racismo institucional ainda existe** nas nossas instituições e sobretudo no campo ainda de produção de conhecimento. Por que o ingresso acesso e a permanência... porque não significa também que você entrou na pós-graduação que você vai sair dela, às vezes você ingressa, mas não sai. Então o acesso e **a permanência com qualidade social** nos programas de pós-graduação **ainda não são**, estão começando a pensar em termos de democracia [...] ainda **as pós-graduações do Brasil são elitizadas** e isso que a gente tem que falar né, e é por isso que ainda **programas, cursos, projetos, como o Afirmção na Pós são necessários** de existir, porque **sem eles** muitos de nós não entraremos nesses programas. [Adisa, participante]*

*Quando você percebe como funciona essas instituições, você percebe que **os problemas sociais que a gente vive, eles são financiados por essas instituições**, eles são fomentados no sentido de não da coisa boa, mas de **perpetuação dos problemas** sociais. Eu comecei... Como eu faço Direito, quando você começa a perceber estruturas muitos rígidas, pensamentos muito descolados da realidade, você estuda muito autores de fora do país, principalmente da Europa, aí você começa a entender porque quer ser status quo. Eu comecei a entender isso no Direito, porque ele é tão difícil ser alterado, né. Tô falando **do racismo e das outras opressões**, mas é o Direito que me dá essa visão, de olhar isso aqui é muito enrijecido, aí eu começo a fazer o link né, por que? Porque **quem estuda aqui é a elite do Brasil**, não tô vendo pobre*

*aqui dentro. Quem vai ocupar esses cargos daqui a pouco são essas pessoas e, de fato, foram. Quando eu vou olhar nas turmas que eu estudei são essas pessoas que estão nesses cargos de liderança, de poder. [Senaki, participante]*

A ausência dos corpos negros no ambiente acadêmico é somente a expressão imediata de processos sociais enraizados na sociedade brasileira. Um desses processos está ligado ao racismo. A percepção de que a universidade é composta por grupos homogêneos indica uma determinada sistematização e manutenção de privilégios no âmbito acadêmico, assimetrias e injustiças sociais, como evidenciado por Senaki. Diante dessa questão, formas de ocupar a universidade, de empretecê-la, denota uma pauta política.

Se os primeiros estudos sobre coletivos buscam conceituá-los a partir de uma ótica estrutural, e por isso, tendem a explicá-los como um tipo, ainda que novo, de organização de trabalhadores (ROTHSCHILD-WHITT, 1976), essa perspectiva sofre tensão em Ehrlich (1981). Ao perceber a infelicidade na subordinação da luta contra a desigualdade de gênero à lógica de classes sociais. Para ele, a compreensão marxista está baseada na lógica de que, em primeiro, as mulheres deveriam se tornar assalariadas, para, juntamente como os homens, lutarem contra a opressão capitalista e, posteriormente, assim, obter a emancipação de classe e, por conseguinte, por gênero. O problema é que essa forma de entender coletivos ignora aspectos centrais no surgimento do próprio movimento feminista, como a opressão percebida e reproduzida entre mulheres, o que seria um sinal de que as relações de classe possuem limites na explicação de relações opressoras, muito embora a autora reconheça que esse sistema econômico intensificou a opressão de gênero, ao criar uma cisão entre trabalho assalariado e o doméstico, sendo os dois atribuídos à mulher. De forma consoante, Touraine (1989), a partir de uma ótica focada na América Latina, também concluiu que os movimentos sociais nem sempre se resumiam ao conflito de classes.

O conceito de coletivos seria decorrente de um processo histórico, desencadeado pelos movimentos sociais pela luta de direitos civis e a nova esquerda surgida na década de 1960 nos Estados Unidos. Esses movimentos correspondiam a ações e práticas sociais, seja de experimentos de contra-cultura, atos voltados a proteção do meio ambiente e ativistas defensores de comunidades (BORDT, 1997). Nesse período pré-surgimento dos coletivos, essas práticas

sociais foram vistas como formas de participação, democracia e surgimento de ideias. Todos os aspectos citados pela autora, remetem a questões de ordem política, algo que torna se torna mais sintomático na década subsequente, a de 1970, com a liberação feminina, a criação da pílula anticoncepcional e demais mudanças culturais ligadas ao feminismo. Em Bordt (1997), ainda é possível perceber um esforço de conceituação estrutural, na qual, os coletivos seriam uma prática social emergente insurgente, e por isso, foram vistas enquanto potenciais formas alternativas institucionais, ou ainda como modelos burocráticos racionais (ROTHSCHILD-WHITT, 1979).

Em outra noção, mais recente em relação às anteriores, os coletivos são entendidos como grupos de ativistas que compartilham um compromisso em prol da mudança social revolucionária. Essa noção é compartilhada por Valk (2002), e em seu estudo é possível perceber a ênfase na interseção de diferenças, no caso, a homossexualidade feminina e o feminismo, forte conexão entre o pessoal e o político, relação entendida na aproximação de trajetórias de vidas marcadas por experiências específicas e o engajamento político, características observadas em um coletivo denominado “Fúrias”. Segundo a autora, essa organização produziu um jornal e oficinas educacionais e fóruns, que foram usados como meios de divulgação de ideais e conhecimento, visando o empoderamento das mulheres. As Fúrias teriam sido importantes por consolidarem uma noção mais delimitada de um coletivo, algo reproduzido por outros grupos sociais. Se perceber implicado com diferenças subalternizadas na sociedade também é uma questão presente no Afirmação na Pós:

*Quando você é uma pessoa parda, e parda, eu entendo a partitude, sei lá se existe essa palavra, eu entendo a pessoa parda na sociedade brasileira dentro desse lugar da **mestiçagem da democracia racial**, como a pessoa que performatiza um corpo que tem **passabilidade** de transitar dentre os extremos que foram construídos de bem e mal da nossa sociedade. Eu tenho, dependendo do espaço, dentro da universidade **eu nunca fui xingada de macaca, porque o meu tom de pele, a textura do meu cabelo, o fato de que em alguns momentos eu ter uma boa oratória, né, não ser tomada pelo meu ódio profundo e eu conseguir verbalizar de forma cândida, suave, quase branca, né, o que tá acontecendo ali, me faz ter mais aceitação de que uma mulher***

*que é preta, tem o tom de pele próximo ao meu ou mais escuro, uma textura de cabelo mais crespa do que a minha, ou tem uma performance de oratória diferente da minha. O caso clássico disso, e muito triste foi o que aconteceu com o meu primo. [Ele] é um homem com o fenótipo, com os traços assim muito parecidos com os meus, porém a pele dele é muito mais escura que a minha. E ele quando fazia faculdade de terapia ocupacional, também na UFMG, ele foi chamado de macaco por um colega de sala, dentro do grupo de pesquisa que eles participaram. [Diara, participante]*

Diara (participante) reconhece características em si que remetem às diferenças que apresentam diferentes leituras na sociedade brasileira. O trânsito social a que ela se refere está profundamente ligado à existência dos marcadores, como atributos étnico-raciais, gênero e classe. Quanto menos diferenças os sujeitos apresentam em relação aos grupos hegemônicos presentes na universidade de forma histórica, maior a possibilidade de trânsito social. Para ela, ao perceber as diferenças em relação ao seu primo, procura demonstrar a existência das camadas da intolerância aos marcadores sociais subalternizados. Assim, a hierarquia das desgraças sociais termina indicando o grau de violência a que as pessoas estão sujeitas. Nem mesmo o ambiente considerado progressista e letrado da universidade escapa a manifestação racista.

A miscigenação atrai a atenção de pesquisadores há muitos anos. Uma das interpretações mais conhecidas é a do mito da democracia racial, atribuída a Gilberto Freyre. Eu mesma já reproduzi essa ideia inclusive. Freyre (1995) sequer cita o termo, mas é considerada a obra mais importante para indicar essa leitura social, segundo Maio (1999). Quem o descreve de forma explícita é Cardoso (2003) que, ao apresentar a 48<sup>a</sup> edição da obra, reconhece as críticas que indicam limites ligados à construção de Freyre, sendo as principais o silenciamento sobre o conflito de classes, sua empiria pouco convencional tendo como referência o Positivismo, os equívocos acerca dos conceitos de raça e cultura e o limite mais polêmico, os argumentos que deixam implícita a ideia de que a existência do grupo pardo no país foi resultante de relações harmoniosas. Um dos exemplos dos quais trata Cardoso, é a descrição de mulheres escravizadas em situação de amas de leite. Ele descreve a crueldade de alguns senhores de pessoas escravizadas, mas, ao falar do desempenho dessa função, termina atribuindo essa atribuição em função de um “maior poder de amamentação da mulher preta de que a branca nos países tro-

picais. A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra” (FREYRE, 1995, p. 229).

A ideia de que o desempenho de determinadas funções por pessoas escravizadas estava amparado por uma condição biológica, além de racista, procura naturalizar tal prática, provocando nas pessoas uma espécie de aceitação a essa condição. A conclusão de Freyre ainda revela uma compreensão de que as diferenças biológicas e, por consequente, as das funções sociais, garantiam um tipo de equilíbrio, harmonia na sociedade brasileira. Na soma, esses argumentos reforçaram uma lógica de que as situações degradantes seriam justificáveis, o que poderia desencorajar mobilizações políticas em contrário.

Freyre não inova no termo e muito menos na ideia remetida a democracia racial. Theodore Roosevelt, à época, ex-presidente dos Estados Unidos, visitou o Brasil em 1914 por ocasião da realização da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, evento organizado pelo Marechal Cândido Rondon, cujo objetivo era o de explorar o Rio da Dúvida, que após a expedição foi renomeado como Rio Roosevelt. Em um artigo de opinião publicado após a visita, Roosevelt (1914) destacou algumas diferenciações entre Brasil e Estados Unidos. Para ele, nos Estados Unidos a questão negra foi tratada isolando-se as pessoas negras, impedindo-lhes o convívio e a possibilidade de se integrar à sociedade, algo institucionalizado no país por meio de políticas de segregação. De modo diferente, a população miscigenada no Brasil em sua visão, era um indicador de que as pessoas negras não foram isoladas, mas “incorporadas” pelas brancas. Baseando-se em observações feitas durante sua viagem a cor das pessoas e dos cargos que desempenhavam, ele concluiu que, no Brasil, essa incorporação criou condições de integração das pessoas negras à sociedade, já que aquelas que se esforçassem, poderiam ter acesso a melhores condições de vida.

O autor também não cria o conceito de democracia racial, mas inaugura seu sentido. Sua leitura, que a princípio evoca um lugar de neutralidade, é de um tipo específico, a que procura associar apresentar a meritocracia como solução para o racismo, que nada mais é que apresentar uma solução econômica para um dilema social. As ideias de Roosevelt foram apropriadas mais tarde por acadêmicos.

Guimarães (2002) reconheceu os equívocos envolvendo a atribuição do conceito de democracia racial com base em Gilberto Freyre e se esforça em apresentar uma cronologia do surgimento do termo. Roger Bastide realizou sua primeira viagem ao nordeste brasileiro em 1944. Em março desse mesmo ano, ele publicou uma série de artigos intitulados “Itinerário da Democracia” no Diário de São Paulo, discussões com base a suas visitas feitas a Bernanos no Rio de Janeiro, Jorge Amado, em Salvador e Gilberto Freyre, em Recife. É importante lembrar que nesse momento histórico, por conta das tensões envolvendo a Alemanha, a discussão em torno de democracia e facismo estava em destaque em todo o mundo. A série de artigos encerra a consolidação do conceito de democracia racial por Bastide (1944, np):

Voltei para a cidade de bonde. O veículo estava cheio de trabalhadores que voam da fábrica, que misturavam seus corpos cansados com os dos caminhantes que voltavam do Parque dos Irmãos. População de mestiços, de brancos e negros aglomerados fraternalmente, apertados, empilhados uns sobre os outros, numa enorme e amigável confusão de braços e pernas. Perto de mim, um negro exausto pelo esforço do dia deixou cair a cabeça pesada, coberta de suor e adormecida, sobre o ombro de um funcionário de escritório, um branco que acomodava cuidadosamente as costas para receber esta cabeça como a de uma criança, como numa carícia. Isso constituía uma bela imagem de **democracia social e racial** que o Recife me oferecia no meu caminho de volta, na passagem crepuscular dos arredores de Pernambuco.

A descrição de Bastide materializa uma ideia presente desde Roosevelt (1914). Nessa concepção, a mestiçagem seria decorrente de relações harmoniosas, de convivência pacífica entre os diferentes. Em alguma medida, o relato de Bastide termina pintando um quadro romântico sobre uma cena de extrema precariedade humana. Roosevelt, por sua vez, é mais objetivo, inclusive ao reproduzir ideias explicitamente racistas. Ele usa o termo integração, para dizer a situação das pessoas negras no Brasil. Essa ideia retorna na obra “A integração do negro na sociedade de classes” de Florestan Fernandes, muito embora Roosevelt não tenha sido citado como referência.

Durante conferências ministradas nos meses de novembro e dezembro de 1944 no Estado de Indiana, Freyre usou uma expressão “democracia étnica”, termo bastante similar ao usado por Bastide (GUIMARÃES, 2002, p. 306). Com tudo isso, de forma surpreende, para o autor, os responsáveis pela popularização da democracia racial são os próprios ativistas e intelectuais

dos movimentos negros. Durante discurso de inauguração do 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, Nascimento (1950, p. 67) afirmou que:

Porque os brasileiros de cor, patrioticamente interessados no estudo dos meios que os conduzam a sua integração definitiva na nacionalidade, através da ascensão social e econômica possibilitada pela educação e pela cultura, estão praticamente liderando a elaboração de um pensamento precipitando e forçando a cristalização de uma política racial cujo conteúdo ideológico se encontra em nossa tradição, em nossos costumes, que nunca permitiram ou endossaram uma supremacia de um grupo étnico sobre os representantes de outras raças. Observamos que alargar miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada **doutrina de democracia racial**, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa como, como é o nosso caso.

O evento no qual discursou Nascimento pode ser considerado um marco nos estudos das relações étnico-raciais feitos por pessoas negras. Além então, as maiores obras de referência e as posições de visibilidades eram, se não de estrangeiros, de pessoas brancas. Essa mudança reflete a luta e a conquista por espaço dos movimentos negros na esfera acadêmica. Além dessa questão objetiva, há outra de grande importância: os movimentos negros passaram a tensionar ideologicamente os estudos étnico-raciais. É justamente por essa questão que esse conceito passou a ser exaustivamente acionado pelos movimentos negros.

Nascimento é preciso ao indicar a existência de uma doutrina, cuja existência associa desde Roosevelt (1914). Dentre as várias correntes ocupadas com a questão étnico racial, existe uma em procura vincular aspectos biológicos a outros de ordem social e cultural. Essa racionalidade está presente em Roosevelt, ao apontar a população parda do país como materialidade tipificadora das relações sociais que por aqui se estabeleceram, lógica que também comparece na proposição de Bastide.

Outra marca dessa doutrina é sua proposição peculiar de mudança. Considerando-se que o passado escravagista deixou sequelas nas sociedades e mais especificamente para os descendentes de pessoas escravizadas, a possibilidade de mudança social que anseiam poderia ser obtida por meio da busca de qualificação e dedicação ao trabalho. Isto é, trata-se de um argu-



mento criado de forma alinhada com o modelo de produção capitalista, cuja solução para problemas sociais é reduzida à dimensão econômica. Assim, a integração à sociedade dependeria unicamente de cada sujeito.

O mito da democracia racial é importante para demonstrar como uma questão social é encarada por formas amplamente distintas pelos grupos sociais. Em um contexto de mercado, associar questões biológicas a comportamentos e atitudes, atribuir responsabilidades aos sujeitos por questões que extrapolam a esfera individual e, principalmente, produzir leituras que apagam tensões, diferenças e inconsistências em favor da existência de uma unidade coesa, são ações articuladas, estratégicas que visam produzir mudanças de interesse ao mesmo tempo em que procuram desencorajar e esvaziar a resistência.

Reconheço haver uma implicação pessoal em processos mais amplos. Se perceber atravessado por características que fundamental a exclusão social é algo doloroso. Eu somente pude começar a conhecer e reconhecer minhas diferenças a partir dos 33 anos. Até essa idade, eu simplesmente não encontrava explicação para eu não conseguir oportunidades no mercado de trabalho. Eu acreditava, até aquele momento, que a dedicação ao trabalho e a qualificação seriam meus passaportes para ascensão econômica. Perceber-me uma sujeita atravessada pela dimensão étnico-racial, gênero, maternidade, classe e periferia para ficar em algumas, foi algo doloroso. A partir dessa consciência, as pessoas podem seguir caminhos distintos. Alguns, como aponta Jaime (2016), decidem não enfrentar essas questões, o que elas significam na sociedade e, por meio da assimilação, procuram se aproximar das características socialmente aceitas nos diversos espaços.

A formação de coletivos parece estar ligada às pessoas que, diante da percepção de seus atravessamentos, decidiram reagir ao sistema injusto e violento. Essa busca denota uma tensão política, campo no qual o alcance das ideias fortalece as práticas. Essas nuances aparecem no coletivo Fúrias e no Afirmção na Pós. As ideias compartilhadas por um grupo passam a ser vistas não como resultantes, mas como respostas diretas às relações econômicas, manifestas em identidades (DELEUZE, 2018). Nessa perspectiva, a opressão que atravessa os marcadores sociais molda a forma como as pessoas idealizam e estabelecem todas as demais relações. Segundo Valk (2002), o feminismo lésbico das Fúrias, ao demonstrar a incapacidade de uma mulher se sentir atraída por outras do mesmo sexo como decorrência da aceitação da visão de

mundo masculina, evidenciou que a busca da emancipação feminina deveria passar, também, pelo questionamento da forma de sentir e viver afeto. Assim, as mulheres, na busca de mudança social e emancipação, deveriam suspeitar de seus afetos e seguir seus ideais políticos. Essa lógica manifesta na ideologia difundida pelas Fúrias, pregou a submissão das preferências sexuais ao posicionamento político dos sujeitos.

Tal ideia representa a força de uma ideologia, segundo a qual, a dinâmica social é sim, permeada por limites estruturais, como as questões relativas à incorporação das mulheres no ambiente formal de trabalho, mas se manifesta no plano das crenças compartilhadas que emolduram a forma de ser e a experiência de vida das pessoas. O estudo de Valk (2002) descreve uma situação na qual a definição de uma organização social é construída, tensionada, transformada e ampliada por quem a constitui, dada a importância da produção teórica das lésbicas para o feminismo. O crescimento da multiplicidade de visões, permeada pelos espectros políticos, sendo um de seus polos o radicalismo, também diz respeito a uma esfera permeada pela tendência de complexificação em decorrência da fragmentação das ideias, e consequentemente, das tensões e disputas, como as questões relativas ao feminismo branco, o *Black Power* e o lésbico.

Uma questão importante que comparece nesse estudo é a necessidade e a busca ativa de propagação das ideias compartilhadas pelo coletivo, o que evidencia outro termo bastante peculiar na discussão sobre coletivos: o ativismo. Por meio de Valk (2002), é possível compreender que o ativismo está relacionado ao estabelecimento de uma posição política e de um movimento, feito em nível dos sujeitos, de propagação das ideias, delineando uma formação política. A trajetória de Zalika (participante) ilustra com precisão essa peculiaridade:

*Eu comecei toda **essa luta dos movimentos sociais negros** participando do grupo de União e Consciência Negra, lá **no final dos anos 80**. Na época, um pouco antes do Centenário da Abolição, havia alguns grupos discutindo a participação dos negros ou não nesse processo do Centenário, questionando o Centenário e tal. Foi ali que eu comecei a participar. De lá para cá, foi uma trajetória longa em que eu tive a **oportunidade de aprender muito com o movimento**, então quando Nilma [Gomes] sintetiza né, que o movimento negro é educador,*

*eu acho que ela foi bastante feliz né, nessa síntese, porque isso nós já discutíamos nos anos 90, a necessidade de termos a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos. Mas não era ineditismo nosso, já que Abdias do Nascimento, o pessoal do Teatro Experimental do Negro já falava da cultura africana né. Ela deveria ser base da formação da não só das identidades, mas da educação nas escolas. [...] Os nossos né, lá perto do século XVIII, **tiveram que se aquilombar, para manter a sua expressão de vida.** Em outros momentos né, as religiões de matriz africana, depois o samba... Depois de toda essa luta dos movimentos nos anos, a partir dos anos 70, compreendendo que a **educação negra** deveria ser uma **prioridade**. Isso já tinha sido pontuado lá por Abdias (autor). [...] Eu acredito que o Ações Afirmativas e agora o Afirmção na Pós **é essa continuidade** né, a luta vai ganhando **características diferenciadas a partir do contexto**, né. Então hoje nós temos várias mulheres e homens negros que concluíram a graduação. Qual o próximo passo após graduação? Eu penso que o nosso **próximo passo** tem que ser uma luta mais organizada para que a gente tenha de fato **concursos públicos com cotas raciais** para que esses negros e essas negras que se formem tanto na graduação quanto na pós-graduação e possam também **dar continuidade a essa luta por dentro**. [...] A educação pública é um direito, eu acho que o Ações Afirmativas e o Afirmção na Pós são dois programas que se inserem nesta pontuação, **na relevância de negras e negros acessarem a universidade** de terem uma formação de qualidade, permanecer e atingir o objetivo que os seus títulos né, porque a partir daí essas negras e negros assumiram compromisso ético e político, **eles também vão produzir transformação**.*

Alguns dos movimentos negros em atividade durante a década de 1970 e 1980, tinham a peculiaridade de denunciar o racismo nas representações discursivas. Os acontecimentos eram analisados em grupo e as leituras atingiam níveis tais de desconstrução, que os criados pelo ativismo conceitos, subsidiaram a discussão crítica relacionada aos direitos humanos. Um desses acontecimentos é o advento do centenário da Abolição da Escravização. A narrativa

oficial, representada pelo governo, procurou construir uma noção particular em torno do 13 de maio. Nas palavras do então presidente da república, José Sarney:

A abolição é também um exemplo. Foi feita sem **guerras nem conflitos**. O que em outros países dilacerou e dividiu, **aqui foi convergência**, conagração, **união** de vontades, entendimento e **unidade**. Jamais uma campanha conseguiu **unir** tanto o País e empolgar tantas consciências. [...] Não se pode falar da Abolição sem falar da **Princesa Isabel** e da Lei Áurea, de Caxias, do Clube Militar, os militares que aceitaram a tese de que o Exército jamais poderia ser capitão-do-mato, a perseguir os fugitivos do cativo. [...] Evoco **nossas** avós e mães cabindas, minas, jejes, na- gôs e iorubás, que velejaram de Angola, da Nigéria, do Benim, de Cabo Verde, de Guiné, de Moçambique, São Tome, de toda a África, para **se juntarem** e formarem o povo brasileiro. Sofrido povo, grande povo, ajudando-o na construção de um grande País. [...] O Brasil brasileiro, Brasil africano, que libertou a raça negra **para dela ficar escravo**, para sempre sangue do seu sangue (BRASIL, 1988, sp.).

A narrativa construída para a comemoração do centenário, aos olhos de diversos ativistas, foi vista com desconfiança. Parte do motivo pode ser acessado na declaração oficial que marcou a passagem histórica. Sarney teve iniciativas importantes, como o posicionamento publicamente contrário ao *apartheid*, restringindo as relações com a África do Sul e da criação da Fundação Palmares, criada em agosto daquele mesmo ano para promover e preservação os valores culturais da influência negra no Brasil. Porém, no que tange ao Centenário, havia uma intencionalidade, a de estabelecer uma determinada leitura acerca do processo que culminou com o fim da escravização e o de propor a unificação em torno da ficção nacionalista. Atualmente, perceber isso é algo quase imediato, mas há 34 anos, essa leitura não era óbvia. A diferença do alcance das análises é devida às denúncias, estudos, da atuação do ativismo antirracista e dos movimentos sociais.

Ao perceber os atravessamentos em função dos marcadores sociais da diferença, muitas pessoas se identificam e assumem para si uma postura ativa contra as diversas manifestações de opressão e violência. Esse é o caso de Zalika (participante). Ela reconhece a contribuição formadora advinda da luta antirracista, que inspira Gomes (2017) na elaboração de sua tese, como também indica as continuidades. O percurso da participante poderia ser identificado como uma passagem histórica. Porém, para ela, o sentido das lutas atuais e das formas de avanço estão associadas às lutas anteriores. Ela percebe que o lugar que ocupa é decorrente

das lutas de pessoas que vieram antes, abrindo caminhos. Esse modo de representar continuidades, remete ao ditado Sankofa, cuja ideia é a de que é impossível caminhar para frente, sem considerar quem veio antes. Não é uma visão simplesmente histórica, é ancestral, na medida em que ela estabelece laços entre os ativistas em movimento a partir da década de 1970 e os cursistas do Afirmação na Pós. Com isso, ela realça um sentido de continuidade política entre quem veio antes e as pessoas negras que passarão a tensionar os cargos de professores em universidades públicas.

Para Valk (2002), a partir da diversificação política observada na década de 1960, os coletivos passaram a corresponder a uma forma específica de organização social, motivada pelo caráter político. O feminismo foi a noção guarda-chuva, abrigando todos os demais ‘ismos’ que representavam as diferenças subordinadas à opressão capitalista, patriarcal e racista.

No Brasil, considerando-se o Movimento Social Negro, é possível traçar uma linha organizacional diferente da estadunidense. Historicamente, há dois momentos distintos que caracterizam as organizações, divididos pela campanha abolicionista (RISÉRIO, 2012). O primeiro está localizado entre os Séculos XVI ao XIX, período em que a característica predominante dos movimentos sociais remete à luta contra a escravidão. Neste período, as organizações sociais tinham como característica comum serem baseadas na cooperação (MISOCZKY, 2010), o compartilhamento de interesses, ideal político e dinâmica anárquica (VALK, 2002; ROTHSCHILD-WHITT, 1979; 1976; GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020).

Já no Século XX, a luta já passa a ser pela defesa de direitos fundamentais às pessoas negras. No Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, surgem diversos coletivos de feministas negras, tais como o Nzinga, Aqultune, Mãe Andressa (ROLAND, 2000). Eles já representam uma complexificação dos movimentos sociais negros, que apresentaram no Século XX diversos tipos de organizações como Teatro Negro, o Movimento Negro Unificado, Frente Negra e Imprensa Negra (GOMES, 2017; JAIME, 2016).

Em termos organizacionais, os coletivos negros apresentam elementos destacados anteriormente, desde as primeiras análises sobre movimentos sociais tais como organização de participação democrática, ideal político compartilhado (luta antirracista e por igualdade racial), educação política por meio da produção e disseminação de conhecimento intelectual, e com-

promisso com mudança social (DEAN, 2020; LÓPEZ, 2020; GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020; ROLAND, 2000).

Se o cotidiano das pessoas é moldado por aspectos ideológicos, houve a compreensão de que a luta por mudança social ocorre também pela esfera individual, e que dessa forma, não está restrita a grupos. A importância da política passa a ser encarada como possibilidade de abordagem por meio da/na vida de cada pessoa. Com isso, ativistas surgem como figuras que atuam de forma energética na mobilização social, divulgando ideias, informações, crenças e valores, apoiando-se em sua própria trajetória de vida no processo de argumentação, persuasão e legitimação, ou seja, essas figuras atuam no processo de politização. Porém, o desenvolvimento dessas figuras está associado a uma atuação política, embasada em um conhecimento intelectual (ROTHSCHILD-WHITT, 1979), muito embora se trate de um conhecimento produzido e reproduzido de forma alternativa à lógica de instituições formais (VALK, 2002). Dada a importância da divulgação do conhecimento político para os coletivos, é possível perceber no estudo da autora, um alinhamento de interesses entre ativistas e coletivos.

Até aqui considero que os coletivos podem ser entendidos como forma de organização social insurgente, composta por pessoas que possuem trajetórias de vida marcada pela opressão, e que, quando perpassadas diversos atravessamentos sociais, indicam sujeitos interseccionais, o que sinaliza a convergência de interesses e subsequente formação grupal, marcada pela dimensão política comprometida com mudança social. A educação está intimamente ligada a possibilidade de construção do conhecimento político, e isso pode estar ligado a intensidade dos debates, bem como da necessidade de difusão e alcance das ideias e das crenças compartilhadas.

A atuação dos coletivos, entendida como processo de politização baseada na produção de conhecimento crítico e disseminação de forma alternativa à formal, fez com que as pautas sociais se diversificassem, dando origem a novas iniciativas. Isso representou uma tensão tão grande em termos de definição conceitual, que motivou teóricos a considerarem essa prática não mais como movimento social, mas como novíssimos movimentos sociais (PEREZ; SOUZA, 2017; GOHN, 2016; BORELLI; ABOBOREIRA, 2011; MAIA, 2013, MESQUITA, 2008). Assim, uma visão mais atual indica que:

À diferença das entidades tradicionais, os coletivos seriam marcados por um novo ideário organizacional mais horizontalizado, por novo repertório de ação, pelo uso sistemático de redes sociais da internet, recusando-se a denominar-se militantes, como nos partidos e sindicatos, e preferindo intitular-se ativistas (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p. 311).

A definição dada pelos autores indica mudanças contextuais drásticas e a complexidade social que permeiam os coletivos no Século XXI. Alguns elementos se mantêm em relação ao entendimento das formações coletivas operárias, como a horizontalidade das relações entre os membros do grupo e o apelo político. O ativismo reflete a tendência crescente de importância das trajetórias pessoais, da compreensão da manifestação da política na vida cotidiana e, principalmente, da adoção de novas formas de produção e disseminação de conhecimento, na luta e defesa por direitos sociais.

Embora haja questões conceituais comuns aos coletivos, o desenvolvimento e a consolidação de cada um estão ligados a um aspecto social e uma pauta política específica e uma delas ocorreu no interior de instituições de ensino superior. Segundo Guimarães, Rios e Sotero (2020), os coletivos negros universitários surgem na intersecção dos movimentos negros, feminismo negro, o aumento de pessoas negras em universidade e a criação e fortalecimento de organizações negras ligadas à produção do conhecimento, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs). Características ligadas ao ativismo, como os trânsitos sociais fluidos de pessoas, guiadas por ideários sociais, entre organizações distintas, podem estar relacionadas com a rápida difusão dos coletivos negros universitários.

*A partir da lei 12.711 [2012] né, que cria **as cotas** sociorraciais nas universidades públicas, **nós** partimos para **reivindicar** também as cotas **na pós-graduação**, que tivesse uma dinâmica que contemplasse esses processos de democratização também. E aí a luta né, pelas cotas na pós-graduação. **Participei desse debate** na universidade né, no momento com o conselho universitário e tal, e aí, **também no Ações Afirmativas falávamos**; olha não dá para ficar só tensionamento, a gente tem que ter bons projetos né, as pessoas estão interessadas em ingressar na pós-graduação. [...] Essa não implementação das cotas raciais como eram demandadas pelos movimentos sociais então, é*

*quando ela [UFMG] implanta a política em 2009, [...] também foi uma demandas dos movimentos sociais, **houve uma pressão** naquele momento de várias universidades no Brasil que já tinha cotas e **aqui apontou o bônus** como uma política afirmativa. O que são marcadores na história tanto **do Ações Afirmativas** quanto **do Afirmação na Pós**, eu acho que é a implementação de cotas dentro daquele **processo de debate** nacional né. Eu acho que impacta o grupo porque se a Universidade Federal de Minas Gerais **tivesse se posicionado** favorável as cotas **lá no início dos anos 2000**, como o fez a UnB, por exemplo, eu penso que a trajetória das cotas nas instituições públicas poderia ser diferente. [Zalika, participante]*

O Ações Afirmativas surgiu em 2002, período no qual já se discutia a institucionalização das cotas, feita de forma mais intensa feita durante a década de 1990 e que culminou em Durban, em 2001. O que começou com o agrupamento de estudantes negros interessados em compreender questões étnico-raciais se tornou um grupo de referência na situação das pessoas negras na universidade. Cotas raciais se tornou um dos termos que sinalizavam a necessidade de compreender quais eram os dilemas enfrentados pelos estudantes negros na academia, o que possibilitaria traçar estratégias visando aumentar a permanência dos estudantes nas universidades.

O Afirmação na Pós teve sua origem a partir do Ações Afirmativas, criado pela professora Nilma Lino Gomes. Era comum que os participantes do Ações também estivessem envolvidos no Afirmação na Pós. Aliás, como já retratado, a formulação da proposta para a concepção inicial do Afirmação, contou com a experiência de professores e a aproximação de movimentos sociais. A partir das atividades desenvolvidas pelo Ações Afirmativas, a professora Nilma Lino Gomes percebeu ações direcionadas somente ao ingresso das pessoas negras no espaço acadêmico não eram suficientes para garantir a permanência. As cotas raciais contemplavam o acesso, porém necessárias ações mais específicas para garantir que as pessoas negras concluíssem os estudos.

No Brasil, as cotas raciais nas instituições de ensino foram a medida adotada em resposta às demandas de movimentos sociais até o final da década de 1990 por reparação histórica

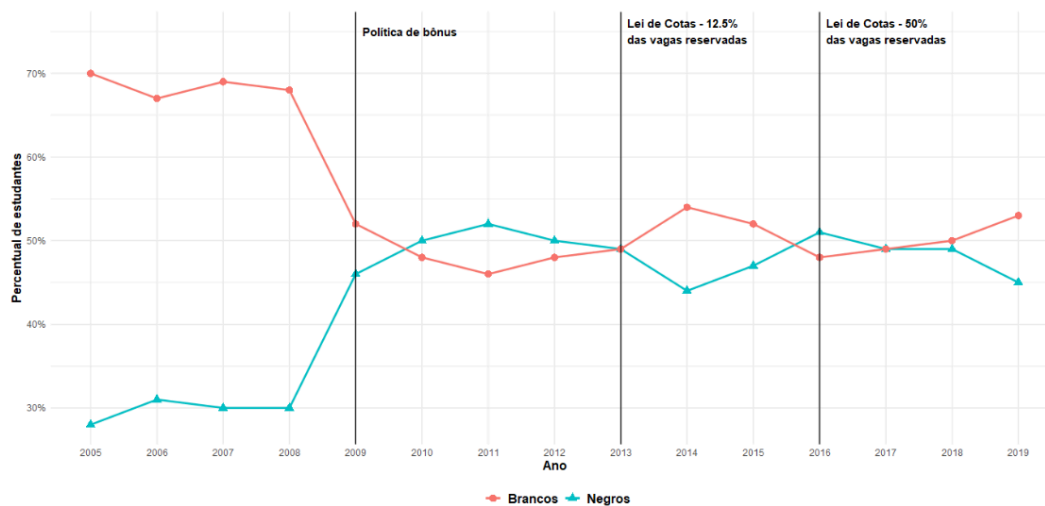


(KNIGHT; TALIB; CURTIN, 2010; SANTOS, 2001). A adoção das cotas representa uma pequena iniciativa, frente as reivindicações sociais, mas, ainda assim, são uma importante conquista, sobretudo no Brasil. Por aqui, a percepção de que o espaço acadêmico não representava a população brasileira, até o início do Século XXI já tinha sido amplamente evidenciado. Assim, o tensionamento a que se refere Zalika (participante) indica que no momento anterior houve amplo debate, e que naquele momento era necessário buscar formas de implementação efetiva das cotas na pós-graduação.

O grupo foi sensível às posições e ações da UFMG frente à crescente pressão para a implementação das cotas. Porém, a universidade se mostrou resistente. O percurso teve início com a ampliação da oferta de vagas no período noturno em 2009, com recursos provenientes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (BRASIL, 2007). Essa medida foi uma das criadas durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior pelos grupos desfavorecidos economicamente.

Após esse processo de ampliação do número de vagas, a UFMG adotou o sistema de bonificação em 2009 e que foi utilizado até 2012, ano em que a presidenta Dilma Rousseff sancionou nova lei que regulou as cotas na graduação. O bônus da Universidade Federal de Minas Gerais produziu mudanças positivas no perfil dos ingressantes. Dados da pesquisa de Paula, Nonato e Nogueira (2022), demonstram a curva do perfil dos calouros na graduação da UFMG:

**Quadro 5 – Mudança na Composição dos Ingressantes da UFMG, por Raça**



Fonte: Paula, Nonato e Nogueira (2022, p. 10).

É importante perceber que a UFMG adotou políticas de ampliação do acesso somente após a expansão das vagas criadas pelo Reuni, que em grande parte, por serem cursos ofertados à noite e em áreas específicas, foram encarados como “mais acessíveis” às pessoas pretas, pardas além daquelas com renda de até dois salários mínimos. Mesmo com mais vagas à disposição, e contrariando a postura adotada por outras instituições de ensino superior federais, como a Universidade de Brasília, que implementou de forma pioneira as cotas na graduação no ano de 2003, a UFMG adotou o sistema de bonificação, ao invés das cotas. Essa medida indica o cenário de negociação que os acadêmicos ligados ao Ações Afirmativas e, posteriormente o Afirmção na Pós encontraram na universidade.

A postura resistente observada na UFMG em relação à adoção das cotas na graduação foi tensionada por intenso debate, além da pressão de ativistas, movimentos sociais, de organizações estudantis, de técnicos administrativos, docentes, além do Ações Afirmativas com atuação na universidade desde 2002. Esse cenário sinaliza a situação das cotas na pós-graduação, aprovadas em 2017. A reunião marcada no dia 4 de abril de 2017 na reitoria da universidade para deliberar acerca da implementação da reserva foi antecedida por um ato convocado por redes sociais, reunindo estudantes, ativistas e técnicos administrativos (SILVA, 2017).

A atuação do Ações Afirmativas, criado em 2002 e do Afirmção na Pós em 2012, atraiu diversas pessoas que se identificaram com a causa, e foram importantes grupos de discussão e proposição junto à UFMG. Outra questão é que o Ações Afirmativas está diretamente relacionado a criação do Afirmção na Pós, como também da situação que o tornou necessário. Isso estabelecia entre os dois grupos uma espécie de continuidade, que na pós-graduação assume novas nuances que em relação aos dilemas associados ao ingresso e permanência de pessoas negras na graduação. Além da continuidade política de enegrecer a universidade, chamada como ideário organizacional por Guimarães, Rios e Sotero (2020), havia um fluxo intenso de pessoas entre os dois grupos, razão que faz com que Zalika (participante), use o singular para representar as duas iniciativas, e que sinaliza aproximações com coletivos.

Os coletivos negros universitários seriam um tipo de movimento social, inspirado pelas ações sociais originadas nos séculos XIX e XX de luta por direitos sociais e, posteriormente, o surgimento dos coletivos feministas entre as décadas de 1970 e 1980, constituídos sob ideal de

horizontalização das relações e decisões, de atuação política direcionada à denúncia das formas de opressão racial e a mudança social (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020). É possível perceber que o grupo responsável pela Afirmação na Pós tem origem em demandas sociais do Século XX, possui um ideário, a maioria das pessoas do grupo são negras e que desenvolveram determinadas práticas sociais visando auxiliar grupos marginalizados acessarem a pós-graduação.

Um aspecto relevante observado por Rothschild-Whitt (1979), Valk (2002), também presente em Guimarães, Rios e Sotero (2020), é a manifestação do ativismo, enquanto atuação social intelectualizada e politizadora. A intelectualidade presente nos coletivos está manifesta na autodefinição do Coletivos das Pretas:

[...] organização de mulheres negras, que tem por finalidade o compartilhamento do empoderamento às mulheres negras e suas famílias com, essencialmente, o resgate à sua ancestralidade, à autoidentificação enquanto afrodescendente e a construção de uma autoestima fortificada e fundamentada (CARNEIRO; GOMES, 2018, p. 1065).

Tal como presente em Valk (2002), é possível notar que os coletivos desenvolvem práticas específicas, e que o ativismo imprime aos grupos o compartilhamento de informações, saberes, além dos ideários políticos. Além disso, ela destaca a importância do conhecimento ancestral, capaz de gerar reconhecimento, sensação de pertencimento e valorização das diferenças próprias da negritude. Os apontamentos da autora podem ser observados na atuação do Afirmação na Pós, grupo no qual o ativismo é perpassa pela dimensão afetiva ancestral, um laço que une as pessoas na luta, algo expresso na seguinte comoção:

*[Nilma Lino Gomes] entregou na minha mão, entregou pra todos, mas foi muito significativo pra mim, porque eu a admirava muito, ela entregou na cartilha mão a cartilha, a primeira cartilha sobre a educação escolar quilombola, que é da comissão dela, que ela era relatora. Ela tinha elaborado a partir de três audiências públicas com lideranças quilombolas. Então aquilo pra mim foi significativo e eu pensei, não foi por acaso que essa cartilha veio parar nas minhas mãos. Aí eu tive a inspiração de ler a cartilha, depois esse parecer elaborado pela comissão da Nilma, foi aprovado e naquele mesmo ano, no período*

*que a gente estava no Afirmação na Pós, no curso, o parecer foi homologado e a educação escolar quilombola se tornou uma lei. [Lélia Gonzalez, participante]*

A atuação das pessoas no Afirmação na Pós era etérea, volátil e fluída. Isso porque não havia vínculos formais entre os participantes, razão pela qual a proposta de Saraiva (no prelo) é tão pertinente em precisão para observar as práticas desenvolvidas pelo grupo. Entre eles havia elos fortes. Tanto que, em alguns momentos, a conquista de alguém era relatada como motivo de orgulho e inspiração para outros, tal como se fosse uma conquista própria.

Algumas figuras se tornam referências em termos de representação e afeto. A professora Nilma Lino Gomes é citada em diversos relatos como um símbolo que desperta sentimentos como orgulho, pertença e admiração. A professora, que foi a primeira reitora negra de uma universidade pública no país (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB) em 2013 e que foi ministra durante o governo da presidente Dilma Rousseff, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, inspira e aproxima diversas pessoas. Nilma, enquanto docente, política, intelectual e ativista, participou ativamente do processo de ampliação e qualificação do acesso de pessoas negras e pobres na UFMG, já que o século XX, esses grupos eram subrepresentados na universidade.

A dinâmica dos coletivos indica uma necessidade social de representação da diferença, já que a forma mais fácil “para se produzir um monstro é amontoar determinações heteróclitas ou sobredeterminar o animal” (DELEUZE, 2018, p. 36). Ignorar a diferença inerente às pessoas é mutilar aquilo que nos torna humanos. Mais ainda, estabelecer formas prévias nas quais os sujeitos se estilham para se fazer caber, faz com que renunciem a elementos que lhes constituem, dentre os quais a dignidade e o senso de si.

Os efeitos da sobredeterminação indicados por Deleuze me fazem perceber que o ideário de enegrecer a universidade é algo com efeito bem mais amplo do que a simples diversificação das características físicas dos discentes da Universidade Federal de Minas Gerais. Se até os anos 2000, o número de pessoas negras atuando em universidades públicas como docentes e pesquisadores era ínfimo, o conhecimento ali produzido por um grupo homogêneo era alheio às diferenças sociais e, nessa situação, pode ter contribuído para um processo de objetificação

dos diferentes. A sobredeterminação presente nos estudos científicos e que fomentam a atuação de docentes e das políticas públicas não somente incorre em miopia de uma realidade social a que não é sensível, como também bestializa quem nela não se enquadra.

Por outro lado, a possibilidade de falar e produzir por si, no campo da ciência, reconhece a humanidade nas diferenças. Segundo o autor francês, a diferença humana precisa sair da caverna, ser nomeada, ser vista e reconhecida, ações que dizem respeito à capacidade humana de fixar o real por meio de representações, o que Chauvi (2001) sintetiza como conhecimento. Essa é a razão fundamental no entendimento que as diferenças de classe são uma das muitas diferenças humanas. O reconhecimento desta diferença foi importante na busca de formas alternativas de organizações sociais, mobilizadas por aspectos políticos. Compreender as manifestações e desdobramentos sociais decorrentes de um tipo de diferença estabeleceu bases para a necessidade de entender e compreender outras, todas vistas como potencialidades humanas. Os coletivos negros, em sua luta por mudança social, produzem conhecimento desafiando o estado de coisas representado por uma racionalidade racializada, que nega as diferenças raciais, e que por isso, nega a humanidade, o que caracteriza tal prática como uma representação do real que, ao contrário do conhecimento produzido de forma hegemônica na ciência, ao invés de negar o aspecto político, tem nele todo o seu fundamento.

### **3.3 Afirmação na Pós: vida social organizada parida no cruzo da academia**

Tomei os movimentos sociais como ponto de partida por entender que essa formação foi fundamental no estabelecimento e consolidação dos coletivos negros, algo observável em diversos países, mas de forma proeminente, no caso brasileiro, em função da escravização, das mudanças ocorridas no processo produtivo e as lutas por direitos sociais assumiu contornos específicos.

Os primeiros estudos realizados, ainda tratando dos movimentos sociais, os observaram e explicaram a partir de uma visão estruturalista. Na medida que o real se apresenta de forma concreta, as diferenças sociais se manifestam em características tangíveis. Nesse grupo, existem dois tipos de estudo e que irão descrever essas organizações à luz de Karl Marx e Max Weber. Essas visões possuem desdobramentos muitos distintos, inclusive políticos. Isso porque a corrente marxista é aderente à uma racionalidade que admite o real permeado por relação de cau-

salidade, ainda que de forma dinâmica. As transformações no setor industrial podem ser entendidas como causa e efeito com as observadas no setor monetário. De forma semelhante, o autor considera novamente a reciprocidade entre a área industrial e a econômica, sendo que o desenvolvimento de uma produz efeito semelhante na outra (MARX, 1894). Ainda segundo o autor:

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser (MARX, 1982, p. 180).

É possível perceber que estudos inspirados nesta ótica percebem o real por seus aspectos concretos, tangíveis, mensuráveis, e por isso determináveis. Assim o real é encarado como um conjunto de fatos, eventos e práticas encadeadas e regulares. A análise do mundo, nesta visão, deveria ser capaz de perceber tais regularidades, e o ideal de mudança é aquilo capaz de conferir ordenamento ao real. A ordem é vista como um estado social de apaziguamento das diferenças. A inexistência de classes sociais, baseada na exploração do trabalho, seria a base de uma civilização harmônica e coesa. Nestes termos, é possível perceber semelhanças entre Karl Marx e Émile Durkheim, sobretudo na análise de sua obra *Fato Social* (DURKHEIM, 1978).

Na condição de tributários dos movimentos sociais e dos negros, os coletivos negros também dizem respeito a movimentações das pessoas. O ideário de enegrecer a universidade, a partir da ótica marxista, pode ser encarada como uma proposição de ordenamento ao real. Porém, esse ordenamento não há a intenção de apaziguar as diferenças:

*A comissão, por exemplo, do Ações Afirmativas que hoje está presente na Faculdade Educação no Programa de Pós-Graduação Acadêmico mobilizando na verdade e sensibilizando diversos atores e atoras da universidade para que você não fique sozinho nessa luta né. E assim que se dá né, quando a gente pega essa perspectiva do quilombismo né. Os quilombos eles vão ter esse aquilombamento nós gostamos de dizer que é você trazer mais e mais pessoas. É essencial utili-*

*zar cada vez **mais pessoas** a favor da nossa luta que é por uma verdadeira justiça sociorracial da sociedade brasileira inclusive em programas de pós-graduação.[...] Mas a universidade em si, o que eu posso te dizer, ela vem ela não tem esse protagonismo. O protagonismo na verdade é do Programa Ações Afirmativas na UFMG num primeiro momento e também **coletivos negros e negras e abraçaram essa perspectiva** de forma muito metafórica eu falava isso com você no nosso encontro, que Grande Otelo, na época, ele percebe que um dos problemas da questão racial no Brasil é que quando o negro passa na porta ele esquece de deixar aberto. [Adisa, participante]*

O Afirmção na Pós surgiu da compreensão de que projeto de enegrecer a universidade também perpassa o acesso à pós-graduação. Gerar essa tensão não é buscar uma forma de apaziguamento das diferenças, mas assumir o seu reconhecimento. Isso porque, a disputa pelo espaço acadêmico, tem diversos desdobramentos, sendo o físico apenas o mais imediato. Essa disputa indica a existência de conflitos e de interesses distintos dentro da universidade. Isso é destacado pelo fato de que o Ações Afirmativas atraiu atores diversos que se identificaram com a causa. Essas pessoas se mobilizam em torno da ideia e é isso que as une. A luta por justiça sociorracial citada por Adisa (participante) no interior da universidade pode ser entendida como uma coletividade unida em torno de um ideal político em que a proposta de ordenamento é a inclusão e o reconhecimento dos diferentes, nessa perspectiva, o grupo não pode explicado pela visão marxista.

Outro aspecto importante para entender organizações é o político. Aqui, trato-a enquanto forma idealizada de construção da realidade, ao que cabe reforma ou revolução (MCADAM; SCOTT, 2005). Nesses termos, se as diferenças sociais estão manifestas nas classes sociais, à dominante, interessa a manutenção do *status quo*, e a trabalhadora tem a revolução como única via possível para mudança social efetiva (MARX; ANGELS, 2015).

Nesse aspecto, é possível perceber que postura resistente da UFMG em relação às ações capazes de promover acesso e permanência das pessoas negras pode ser interpretada como a manifestação de um determinado projeto político, interessado na manutenção do *status quo*. Porém, o fato de o Afirmção na Pós operar no interior da universidade, tensionando-a, sendo

meio e canal para a movimentação de diversos atores em favor de um projeto que se opõe ao *status quo*, indica que não é revolução que o grupo busca. O relato a seguir ressalta o caráter dinâmico do grupo:

*[o Afirmação na Pós é] é importante né, porque que parou, né? Ai procuro a Mônica [professora da FAE/UFMG], que coordena o Ações Afirmativas na UFMG e que também estava no projeto no qual eu participei como aluno, e faço a proposta para ela: olha Mônica, a gente precisa voltar com o Afirmação na Pós, procurar pessoas para a gente retomar esse processo, e aí ela dá todo aval, de que eu poderia ir atrás dessas pessoas, e eu fui. Fui atrás da Carina, fui atrás do Abdias Nascimento, do Roberto, da Lorena, um monte de gente, para a gente retomar o Afirmação na Pós, mas aí sem dinheiro, só com o engajamento dessas pessoas negras, que recolocaram o Afirmação na Pós de novo para funcionar. Então a gente sai daquele caráter financiado, para um caráter mais ativista, mais militante, então a gente refaz a proposta, mas a partir do nosso olhar militante dentro da universidade. Que a gente queria empretecer ainda mais aquele espaço, enegrecer, empretecer, aquele espaço, tanto faz essas duas palavras. [Senaki, participante]*

Inicialmente, O Afirmação na Pós foi um projeto criado por meio da parceria entre o Programa Ações Afirmativas na UFMG e o NEPER/UEMG, em 2012, formando um consórcio. As primeiras quatro turmas ocorrem de forma prevista no projeto “Programa de Formação Pré-acadêmica: Equidade na Pós-graduação”. Nesse período, a atividades desenvolvidas pelo grupo tinham sido planejadas e a atuação dos participantes contou com recursos provenientes da Fundação Ford. Porém, o edital previa a duração de dois anos, entre os anos de 2012 a 2014. Em 2015 o grupo realizou um relatório, sendo essas as informações que substanciam o texto de Miranda, Praxedes e Brito (2016). Porém, após a finalização desse período, alguns estudantes desejaram continuar as atividades. A partir de 2015, surgiram vários pequenos grupos de estudantes que compartilhavam informações, textos, orientações para a escrita de projetos, além das estratégias de fortalecimento dos projetos. Senaki (participante), estava inserido em um grupo e em 2017 fez a proposta para a professora Mônica de retomar a realização do



Afirmção na Pós. Essa retomada, embora tenha se valido da experiência e do grupo que atuou anteriormente no projeto financiado pela Fundação Ford, foi pensada com dinâmica amplamente distinta. A ideia era a de os discentes, acompanhados por alguns professores e professoras da FAE, se responsabilizassem por todas as atividades relacionadas a oferta do curso do Afirmção na Pós.

***Onde tá o coletivo nisso tudo? O coletivo tá por detrás, o Afirmção na Pós é um produto, que tinha validade de quatro anos pelo edital, mas o coletivo era o Ações Afirmativas. [...] o coletivo gera o produto, o produto gera outros coletivos. [Akin, participante]***

O Afirmção na Pós é o nome da iniciativa, levada a cabo por um grupo de pessoas, unidas em torno do ideal de enegrecer a universidade. Em função de compartilharem essa ideia, referiam-se a si mesmos como ativistas. Além das práticas relacionadas a um determinado ordenamento na universidade, existiam outros elementos comuns às pessoas do grupo, como o engajamento.

Touraine e Thurler (2006), destacam aspectos interessantes para delinear os sujeitos. Para eles, ator sujeito representa uma oposição ao indivíduo liberal, isolado, confinado a exercer papéis pré-estabelecidos. O ator sujeito representa a capacidade que as pessoas possuem de ser agente de transformação ou de contenção. A sociedade é constituída pelas esferas cultural, institucional e as grupais, e os movimentos sociais seriam decorrentes desta última, formados por atores sujeitos. É possível perceber que os discentes, perceberam-se atores sujeitos, tomando para si uma ideia e uma luta a ela associada, e que em última instância, se ligavam a uma proposta de mudança da universidade.

Os movimentos sociais também podem ser considerados como organizações paralegais, representam um poder político alternativo, são deturpáveis, podem ser corruptas e refratárias à lei (MALFATTI, 2011). Essa visão indica que o um coletivo não pode ser definido por um conceito positivista de organização, predominante na Administração. A força de uma ideia e a vontade de fazer com que ela se torne realidade, move as pessoas no interior do coletivo. A falta de parâmetros, de formalização ou institucionalização é reforçada por Malfatti (2011) como risco iminente de desvio. Porém, é possível perceber que o coletivo Afirmção na Pós

abraça a subversão de início, ao tensionarem o status quo na universidade. Isso indica uma que se tratam de organizações com potencial político importante, na luta por mudança social. A defesa de um ideário, de um interesse que une as pessoas, o caráter informal desta organização, a ausência de regras e normas e a abertura para a multiplicidade de ideias, fazem com que o autor tenda a enfatizar os aspectos degradantes nos movimentos sociais. Parece-me que os elementos considerados corrompidos por Malfatti, presentes na Afirmação na Pós, são justamente aqueles que o tornam potente em um curso de mudança social.

Outra perspectiva teórica é influenciada por Max Weber, e nessa corrente destaco os estudos de Rothschild-Whitt (1976; 1979). Ela realiza uma análise organizacional contida de elementos tipicamente weberianos. De forma semelhante à Marx, Weber percebe o real em termos estruturais, objetivos, porém admite a natureza caótica do real. A dinâmica social é organicamente desordenada, desequilibrada e a possibilidade de mudança, em termos políticos, é a construção. Em meio ao caos, interessa ser sensível e perceber que o se apresenta como possibilidade de construção. Ao descrever a encruzilhada, Rufino (2019) indica um real acessível naquilo que é potência, possibilidade. Essa noção fortemente apoiada em Exu, é sensível à complexidade do mundo e com isso, ordem e a organização são construções circunscritas e tensionadas pelos sujeitos.

A observação da dinâmica social alemã inspira Weber na proposição de uma teoria, a da Burocracia, um tipo de organização social capaz de oferecer um ambiente associativo, e por ela é possível estabelecer formas de controle, previsão e planejamento. A burocratização seria o meio para construir intervenções no real, na sociedade, eliminando privilégios, favorecimentos e dominação opressora, o que pode ser lido como um ideário político no autor, preocupado com igualdade social. Ele percebe que a coesão política obtida durante o feudalismo era algo imposto por uma espécie de código implícito de fidelidade e honra (WEBER, 1999). Isto é, não havia harmonia, coesão, e sim imposição de um ideal sobre os demais, o que ele considera manifestação da dominação (1982).

Rothschild-Whitt (1979) apresenta um estudo com recorte mais específico, dentre as possibilidades dos movimentos sociais. Seu intento foi o de apresentar os coletivos como organizações sociais alternativas aos racionais e burocráticas. A análise feita por ela identificou elementos estruturais comuns em cinco coletivos distintos, tais como fontes de financiamento,

uso de tecnologia e a forma democrática de organização. Segundo a definição de um ativista reproduzida pela autora:

Quando falamos sobre coletivos, estamos falando sobre a criação embrionária de uma **nova sociedade** [...]. Coletivos estão crescendo em uma taxa fenomenal em todo o país. As novas estruturas **superaram a ciência** que os analisa. A sociologia tem que se atualizar com realidade [...]. O coletivismo é uma tentativa de **suplantar velhas estruturas** da sociedade por novas e melhores estruturas. E o que torna o **nosso superior** é que a base da **autoridade é radicalmente diferente**<sup>16</sup> (ROTHSCHILD-WHITT, 1979, p. 511).

As organizações burocráticas, tal como previstas por Weber, rigorosamente democráticas, por apresentarem uma estrutura hierárquica, indicam um processo de tomada de decisão estilo *top down* e, nesses termos, não podem ser consideradas formas definitivas e universais para as questões sociais. Isso porque o senso de igualdade nessa lógica é fruto da imposição de um ordenamento que ignora a diferença. Embora Weber reconheça a natureza caótica e complexa do real, sua alternativa de ordenamento é a regulação imposta pela burocratização.

Por meio de Rothschild-Whitt (1979), é possível perceber que em coletivos há uma intenção de horizontalizar a tomada de decisão e o poder. No lugar do planejamento das ações, a resolução de problemas se dá de forma *ad hoc*. As decisões são tomadas conforme o caso. Os meios de controle em organizações dessa natureza são personalistas e moralistas, legitimadas pelo grupo de forma informal. A homogeneidade do grupo é decorrente do encontro de pessoas que compartilham visões de mundo, interesses políticos e valores em um dado momento. Enquanto a impessoalidade é característica da burocracia, nos coletivos se buscam vínculos afetivos e comunais. Se o processo de recrutamento e seleção nas burocracias é baseado na meritocracia e na incorporação da técnica, em coletivos, novos membros surgem por meio de laços de afeto e relações políticas. O sistema de incentivo está relacionado ao senso de propósito, do engajamento em prol de mudança dos membros. Em suma, se tratam de organizações anárquicas, dinâmicas e propositivas.

*Então eu acho que era muito a partir de quem tava disponível assim né os estudantes é que tomavam à frente, né. Tinha, eu acho, que du-*

---

<sup>16</sup> Tradução minha.

*as... Dois professores envolvidos. Então as decisões passavam por eles também, mas a gente é que organizava. Por exemplo, quais são as pessoas que vão dar aula? Então a gente acaba acionando a nossa própria rede, né. A gente convidava um professor para dar aula de metodologia x, convidava um aluno para dar aula sobre o problema de pesquisa, então a gente ia dividindo as tarefas de acordo com a disponibilidade, mas também a gente ia tentando pensar no perfil das pessoas, né. Então como tinha gente de muitas áreas, a gente acabou, eu acho, acabava tentando organizar a parte disso. E de alguma maneira as pessoas que já tinham experiências tanto no Ações Afirmativas, quanto no Afirmação na Pós também. [Amara, participante]*

Nessa nova fase do Afirmação na Pós, para um grupo de pessoas era importante levar a formação adiante. Continuar com a formação foi encarado como uma forma de manter a porta aberta, dando continuidade à luta antirracista na esfera acadêmica. Porém, sob novas circunstâncias, que envolviam ausência de recurso, o que se tornou farta foi a vontade de contribuir, por parte de quem via sentido, que se sentiu identificado com a iniciativa. A disponibilidade citada por Lucinda, nos termos da vida social organizada (SARAIVA, 2020), pode ser visto como um *modos operandi* no qual, um sujeito ou sujeita, com determinados atravessamentos sociais que o subalternizam, abraça a força de um ideário político e se move, seja contribuindo com sua visão acerca de uma decisão, seja na execução de uma atividade considerada importante pelo grupo. Nessa esfera, o que indica os limites do coletivo é nada mais que o sentido criado e sentido por cada participante.

Não há estrutura formal. Todo passo, por menor que pareça, é objeto de apreciação e de intenso debate. A participação mais efetiva de dois professores da Faculdade de Educação nesse momento ocorre como uma baliza institucional, já que o coletivo usava as dependências da FAE para as reuniões e para a oferta da formação. A atuação deles também funcionava, ao mesmo tempo, como uma malha que respaldava as práticas dentro daquilo que é tolerável institucionalmente pela universidade. Essa relação dos professores possibilitou ao grupo uma chancela, ainda que informal, dentro da UFMG, e ao mesmo tempo, representava alguns limites para o alcance do ideário assumido.

As atividades necessárias para a formação era algo mais ou menos compartilhado por todos. Daí, em cada edital, o planejamento dos encontros e o perfil das pessoas selecionadas era debatido. A discussão em torno de dois elementos considerados centrais naquilo que se compreende como Afirmação na Pós, indica a fluidez, o trânsito de pessoas diferentes. O ativismo acadêmico era o único elemento que unia algumas pessoas à iniciativa. Alguns deles, mesmo sem uma matrícula ativa na UFMG como estudante, mantiveram-se no coletivo. Eles também compartilhavam uma forte relação de pertencimento ao grupo, muitas relações afetivas, e apresentavam um forte senso de responsabilização pela execução e desdobramentos das atividades.

Porém, esse grupo com vínculo mais forte com o ideário de enegrecer a universidade não era suficiente para levar a cabo a oferta do Afirmação na Pós. Isso fez com eles, acionem suas redes. O grupo forma possui uma conexão tal capaz de selecionar e executar as atividades necessárias, mas cada pessoa está envolvida em outras conexões, o que os fazem se referir a essas relações como redes, tal como enunciado por Amara. Aqui, a partir do *modus operandi* percebido no grupo, algumas características identificadas por Rothschild-Whitt (1979) ficam ressaltadas, como as decisões *ad hoc*, a forma de agrupamento, engajamento e afetos existentes. Porém, Rufino (2019) lança luz para aquilo que poder considerado um fator importante para a formação do grupo.

Considerando-se um momento específico, o ideário político atrai pessoas que com ele se sentem identificadas. Isso pode ser decorrente do fato de que as pessoas que compõem o grupo são sujeitos atravessados por uma série de questões sociais. Muitos deles são ativistas com atuação em diversas áreas, como questões relacionadas ao sindicalismo, à política partidária, à representação de grupos minorizados, como os quilombos, além de movimentos sociais ligados a causa de gênero, étnico-racial e de classe. Em alguma medida, essas pessoas reconheceram seus atravessamentos pessoais, associados a marcadores da diferença e que isso tem implicação nas possibilidades de trânsito social que eles possuem. O acesso a oportunidades de trabalho, as condições em que eles as acessam, a sua própria rede de apoio, na medida que é permeado pela marginalização, os impulsionam a elaborar estratégias de enfrentamento.

Perceber os atravessamentos, contudo, não é algo considerado óbvio para pessoas marcadas pelas diferenças. A partir de Rufino (2019), penso que é uma forma de justificar a diferença

seria que tais sujeitos se percebessem de forma díspar. Se tais sujeitos podem ser nomeados como sujeitos paridos no cruzo, ser parido não significa uma capacidade nata, mas a de alguém que renasce, reinventa a si mesmo ou ainda, que pare a si mesmo em uma encruzilhada.

Esse lugar de atravessamentos é permeado por questões que causam sofrimento, como a violência física e simbólica decorrente da forma como os marcadores da diferença são lidos socialmente. Porém, ele também indica afetos, possibilidades. Os sujeitos que reconhecem seus próprios atravessamentos, encarnam Exu e passam a encarar esse lugar como potencialidade, como possibilidade de estabelecer novas relações, novos fluxos e novos afetos. Ou seja, as pessoas que se ligaram de forma tão íntima e responsiva ao Afirmção na Pós, se encontraram nas encruzilhadas atravessadas pelos processos de exclusão social.

Os sujeitos paridos no cruzo da luta antirracista se identificam com o ideário de enegrecer a universidade e, mobilizando sua própria trajetória, seus atravessamentos e suas redes, decidem e se envolvem na execução das atividades necessárias para a realização do Afirmção na Pós. Um outro aspecto citado por Amara (participante) e não previsto por Rothschild-Whitt (1979), é capacidade de um grupo parir a si mesmo. Minha leitura é feita em função de que o perfil dos cursistas é objeto de debate. O processo seletivo constituído pela construção de memórias e as entrevistas indica as pessoas que irão participar da formação. Porém, os critérios para essa seleção não são rígidos. Muito pelo contrário, esse é um dos pontos mais polêmicos do Afirmção na Pós.

Para alguns participantes, o Afirmção deve contemplar pessoas pobres, já que estão subrepresentadas no ambiente acadêmico e dispõem de poucas possibilidades de apoio à inserção na universidade. Para outros, o critério étnico-racial deve ser exclusivo, isto é, os selecionados deveriam ser pessoas pretas, pardas, quilombolas ou indígenas. Existem aqueles que acreditam que as pessoas com alguma aproximação com a pós-graduação não devem ser contempladas, por já disporem de informações importantes para o acesso. Outros acreditam que os selecionados devem ser aqueles com visível potencial de tensionar politicamente o *status quo* da universidade.

Os cursistas também são um grupo que aumenta a rede do Afirmção na Pós. Após passarem pela experiência da formação, de serem tutorados, ao acessarem a pós-graduação, eles tam-

bém passam a reconhecer seus próprios atravessamentos, identificando-se com o ideário e passando a integrar o grupo que oferta a iniciativa. Tanto que dos 19 participantes, 15 foram ex-cursistas do Afirmção na Pós.

O agrupamento formado por ativistas que reconhecem seus atravessamentos, que se identificam com o ideário político, que estabeleceram laços afetivos e que se posicionam de forma responsiva em relação às lutas ancestrais antirracistas, não pode ser encarada como uma prática sempre harmônica e coesa nos termos de Durkheim (1978).

*Eu reparo que todas as decisões que a Mônica [professora] tomou, é que **o debate era em outra instância**. Entendeu? Por exemplo, quando era na instância do programa Ações Afirmativas e Afirmção na Pós, a Mônica geralmente não tomava posicionamento, ela deixava a discussão rolar, dava suas opiniões, como debatedora. Quando saía, quando a gente falava coisas que era do campo da **Reitoria resolver**, por exemplo, ela já tinha o debate acolhido para reitoria e, “não, isso não vamos fazer”, ou “sim, isso vamos fazer, nós vamos levar o projeto pra reitoria”. **Ela era a voz da instituição** dentro das reuniões do Afirmção na Pós, das turmas 5, 6 e 7. [...] se fosse para a Mônica coordenar aquela reunião, **não ia virar o que virou** [gargalhadas]. Imagina, vamos por **ela, deixava a coisa pegar, que a gente tinha que se virar** mesmo, que a gente queria ser protagonista do rolê, não queria? [...] Eu acho que **era uma estratégia dela** para lidar com a gente. Tanto **que o povo reclamou dela dessa postura**, e ela não tomou até o final se for reparar. [Akin, participante]*

Em Valk (2002) e Rothschild-Whitt (1979) não há menção ao afeto enquanto elemento característico de coletivos. Porém, ele está lá. Isso é tão marcante que tenho comigo que o nome Fúrias, coletivo de mulheres negras descrito por Valk não é despropositado. As reuniões do Afirmção na Pós eram parte desses momentos em que os afetos eram compartilhados. Algumas pessoas, dada a energia com que debatiam e defendiam suas ideias, o faziam com o ímpeto de alguém que busca defender a si próprio. Considerando que cada pessoa está em uma encruzilhada diferente e com diferentes níveis de reconhecimento dos atravessamentos que a

perpassam, a existência de diferentes visões, posições e posturas não só é compreensível, como é esperada.

Akin (participante) rememora as reuniões acaloradas, que ao emergirem, provocam-lhe risos. O engajamento dos sujeitos paridos no cruzo perpassa suas próprias expectativas, suas angústias, além das aproximações e afastamentos no interior do grupo e que também dizem respeito aos vínculos afetivos criados. Isso configura uma esfera extremamente intensa e propulsora. As frustrações, a satisfação pelas conquistas, os próprios atravessamentos atuam todos juntos nos sujeitos. Suas proposições, a força na defesa das ideias são as de alguém que defende uma prática que o torna humano e, por isso a defesa é feita de forma visceral por alguns. O Afirmção na Pós, no seu processo de formação coletiva, configurou para muitas pessoas um meio de serem ouvidos, de terem suas ideias reconhecidas, de sentirem senso de contribuição, relevância e reconhecimento. Nessa esfera é impossível não se implicar. Eu mesma, em diversas reuniões, a partir da minha posição mais contemplativa em busca da compreensão da natureza de alguns comportamentos e ideias, me questionava sobre uma possível explicação para o nível de energia com que alguns se apegam a aspectos que, sob a minha ótica e ignorância, pareciam exíguos.

O que Akin (participante) denomina como estratégia usada pela professora Mônica pode ser interpretado como postura respeitosa com a forma das humanidades distintas se representarem durante as reuniões. Ela pode ter entendido que cada sujeito carregava um misto de sentimentos em função de memórias cindidas pelo racismo, preconceitos de toda ordem, classismo, sexismo e tantas outras iniquidades sociais. Tanto mais os sujeitos reconhecem seus cruzamentos, maior a possibilidade de analisarem a própria vida e de traçarem os ideários da própria vida e para a sociedade. A atitude da professora, a meu ver, poderia representar a da instituição universitária, que ao perceber e ouvir as manifestações originadas das interseccionalidades, se depara e reconhece seus próprios dilemas e contradições. Como representante da instituição em um coletivo negro na universidade, a professora pode ter compreendido que seu papel não era o de guiar as ações, de tomar as decisões ou mesmo o de impor uma determinada ordem às reuniões. Ela respeitou a dinâmica, a efervescência e as possibilidades que esses encontros eram para cada um e para o Afirmção na Pós.



Rothschild-Whitt (1979) evidencia a existência e a dinâmica dos conflitos. Aqui, os mesmos atributos que significam potencial de mudança social, como os vínculos afetivos e a lógica anárquica, indicam que o processo de tomada de decisão é fruto de negociação e de consenso. As diferentes origens e atravessamentos que constituem cada sujeito, a vontade de se expressar e ter suas ideias reconhecidas e a liberdade para fazê-lo, tornavam as reuniões de organização do Afirmção na Pós momentos extremamente ricos em termos de possibilidades. Muitas ideias emergiam daquela esfera. Isso também está associado à formação dos novos cruzamentos, já que de um coletivo podem surgir novas demandas e novos coletivos.

Na ótica do cruzo, o real é visto enquanto complexidade. Logo, não há cabimento pensar encruzilhas como lugar de puro contentamento. Na mesma medida em que a natureza conflituosa dos encontros de um coletivo pode ser encarada como um como berçário para novas ideias, também possuem potencial para se tornar cansativas e desgastantes.

Ao analisar minhas escrevivências inspiradas pela minha passagem no grupo em 2018 à luz das encruzilhadas de Rufino (2019), devo admitir que se parir no cruzo não é um acontecimento qualquer. Reconhecer nossos próprios atravessamentos, de alguma forma, coloca-nos *vis-à-vis* com a ficção de nós mesmos. Parir, de modo geral, é um momento de dor intensa para a mulher, e reconhecer-se, encontrar diferenças em si que são motivo de estigmatização, de preconceito, leva-nos a um lugar dolorido, por nos depararmos como nossos limites. Parir-se no cruzo pode ser entendido como uma forma de a pessoa ser capaz de engolir sua versão ficcional, apaziguada e inerte, e que, após ser mastigada e cuspidada, revela uma versão de si mesmo complexo, rico, permeado por todo tipo de atravessamentos, por limites, incoerências e inconsistências.

No Afirmção na Pós, as pessoas são convidadas a reconhecer seus atravessamentos, o que as possibilita parir-se no cruzo, abraçando-o como um traço de uma humanidade. Porém, é preciso reconhecer as lutas internas provocadas por se deparar com a própria ficção. Esse é um dos fatores que, a meu ver, está diretamente relacionado à capacidade das pessoas de se manterem ligadas a um coletivo, já que estar ali, as coloca em situação de choque consigo mesmas e com os dilemas sociais mais amplos. Lidar com isso pode representar diversas tensões, como o reconhecimento pela nobreza da luta ancestral, o ato de abrir caminho para os demais, mas também de ser o lugar de frustrações, de paradoxos pessoais. Manter-se no cruzo, inclu-

sive o gerado por um coletivo negro universitário, liga-se ao nível de saúde mental capaz de lidar com as complexidades, com as possibilidades e com os encontros.

Bordt (1997), a partir da Teoria Institucional, conceitua os coletivos como organizações insurgentes às instituições formais, mas ainda assim seriam novas instituições, permeadas por valores como descentralização, igualdade entre os membros, tomada de decisão participativa e mínima divisão do trabalho. Essas organizações teriam como elementos proeminentes a democracia participativa, a difusão de um ideal por meio da conciliação entre teoria e prática e o desenvolvimento de ambientes alternativos, elementos que, para ela corresponde um neoinstitucionalismo.

Por mais que termos como democracia e neoinstitucionalismo parecem estranhos à lógica observada no Afirmação na Pós, é interessante perceber que, o sentido do coletivo emerge justamente pelo cruzamento da instituição universitária e as demandas de grupos sociais invisibilizados pela própria ciência. Isso indica que o Afirmação na Pós pode ser encarado como um coletivo, negro em função de ser constituído em grande parte por pessoas negras, e antirracista por seu ideário de embrutecer a universidade. Essa mudança não visa o simples aumento representativo de pessoas negras na universidade, mas também o de promover ampliação do sentido de universidade e das formas de produção e disseminação do conhecimento.

Para as pessoas do Afirmação na Pós, enegrecer a universidade é algo que indica a emergência dos corpos ausentes, mas, mais profundamente, tensão e disputas em torno do conhecimento, que por muito tempo e por meio da ciência, se prestou a desumanizar sujeitos, por um processo de desontologização.

Bordt (1997) reconhece que a ausência de debate à época sobre coletivos estava na contramão de uma tendência de crescimento e diversificação desse tipo de organização social. A multiplicação dos coletivos possui diversas explicações, e uma delas está ligada a ideia de que um grupo, para ter suas ideias respeitadas, precisava pontuá-las de forma específica (VALK, 2002). Essa tendência de irradiação perpassa o Afirmação na Pós, ele próprio tributário de outros movimentos, como o Ações Afirmativas.

Outro motivo seria a necessidade de representação das diferenças sociais não contempladas nas organizações existentes. Embora realizar uma análise organizacional não tenha sido o propósito da autora, graças à riqueza de detalhes de seu estudo sobre as Fúrias, é possível fazê-lo. Esse coletivo pode ser entendido como uma organização social não gerencial, já que também apresenta uma dinâmica horizontalizada de relações e tomada de decisão. A trajetória de vida das sujeitas foi algo valioso na conformação do grupo, já que as limitações percebidas pela lógica liberal e patriarcal eram percebidas e desafiadas nas práticas cotidianas. Além da importância de pontuar a diferença e as questões sociais ligadas a ela, Valk (2002) relata a busca crescente e intensa de mobilização, divulgação das ideias e de vanguardismo. O ideal político é elo que une o grupo, tal como o ideário de enegrecer a universidade para o grupo responsável pela Afirmação na Pós.

É possível perceber que Valk (2002) percebeu o real por meio de manifestações idealizadas, intangíveis. Sendo o patriarcado e o liberalismo ideologias que delimitam a forma como os sujeitos devem experimentar suas vidas, eles também circunscrevem aquilo que não pode ser conhecido nem vivido. Logo, a mudança social está condicionada ao nível de conhecimento político dos sujeitos. Na visão do grupo “se tornar lésbica não faz de você instantaneamente pura, perpetuamente feliz e devotamente revolucionária<sup>17</sup>” (VALK, 2002, p. 10).

Essa questão se aproxima da compreensão de que sujeitos atravessados por diferenças sociais, não necessariamente se reconhecerem nem posição. Tampouco se pode presumir que sujeitos interseccionais são, por natureza e consequência, sujeitos políticos e politizados. A pessoa se deu conta das lutas internas que essas posições implicam? Ela quer ou deseja assumir essas lutas? É dessa construção, a de um sujeito ativista, a quem eu chamo de sujeito parido no cruzo, a que Valk (2002) se refere.

A produção de conhecimento neste tipo de organização é decorrente de uma explosão de energia e raiva (VALK, 2002). Sendo os vínculos entre os membros do grupo baseados em afeto, permeados pela dimensão política e estruturados de forma horizontal, a produção do conhecimento era uma necessidade por ser o meio para mudança, impulsionada pelo processo de construção coletiva de ideias. Esse choque de ideais ocorre tanto internamente, quanto externamente, como ocorreu entre ativistas do *Black Power* e as Fúrias. A intensidade das rela-

---

<sup>17</sup> Tradução minha.

ções no Fúrias conferiu um ambiente fértil para produção de conhecimento. Porém, isso também diz respeito a uma esfera extremamente conflituosa entre os membros, razão pela qual o grupo surge em 1971 e tem seu fim em 1972. A disseminação do conhecimento foi fundamental como base da educação política das mulheres. Para tanto, essa organização lançava mão de workshops, rodas de conversa e debates com grupos diversos.

*Então a gente vai tentando também né, trabalhar com a **formação política** também nesses espaços. No **seminário** na escolha de material, nas orientações, mas sempre tentando ofertar uma qualidade, uma possibilidade de fazer com que esse cursista também tenha as mesmas condições que outro, por exemplo, que fez um preparatório que não tem uma **questão voltada para as relações étnico-raciais**. Então também nós não... Popularmente dizendo, barateamos não, é uma oferta com qualidade né. Tanto é que muitos dos nossos cursistas no **Afirmção na Pós** **entraram em universidades de excelência**, estão em programas também de pós-graduação de excelência do Brasil. Então é isso, nós também vamos pela questão da qualidade. Qualidade que né, falava com você, não pode ser também qualquer coisinha ali não, não. É a qualidade também da oferta, que a gente faz e também tem **um aspecto de oficina** né. Infelizmente virtualmente não foi possível ofertar oficina, mas as oficinas também a gente busca trabalhar a dimensão das relações étnico-raciais. Então para você entender o percurso, tem a questão da **corporeidade**, onde tem a **questão politizada** e você também tem a dimensão dos **materiais que podem ser trabalhados**, mas não só. Tem um seminário, que a gente privilegia, que nos seminários **tem que trabalhar** com a dimensão étnico-racial e também tem as oficinas além das disciplinas que a gente vai geralmente também tocar em alguns aspectos, é isso. Na verdade, a **gente tem que instrumentalizar** no sentido de alfabetizar aquilo que, por exemplo, hoje no campo das relações raciais se chama **letramento racial**. A gente tem que fazer esse letramento mesmo e não é diminuir o nosso público, diminuir o nosso povo, mas muito pelo contrário, é po-*

*tencializar, emancipar de maneira digna né trabalhar os pormenores um projeto mesmo. [Adisa, participante]*

Tal como percebido no Fúrias, a questão política perpassa todas as atividades ofertadas pelo o Afirmção na Pós. Nos seminários, as pessoas convidadas apresentam um tema, relacionando-o com sua própria trajetória e com as relações étnico-raciais. Nesses encontros há o compartilhamento de histórias, muitas vezes sofridas, de experiências vividas pelos cursistas e que, até aquele momento não tinham percebido como esses episódios se relacionavam com o racismo. São momentos que marcam os presentes. São formas afetivas de troca de saberes. A contribuição de uma pessoa sobre uma experiência, se conecta com a de outra, e isso coloca o conhecimento em um plano acessível e dotado de sentido, já que dialoga diretamente como o cotidiano dos sujeitos. A abordagem política também se aplica à oferta das oficinas, das disciplinas e até nas tutorias, de formas distintas, mas que combinadas no conjunto, conferem uma formação politizada, fundamental para que os sujeitos reconheçam seus atravessamentos e sejam capazes de parir-se nos cruzos cotidianos.

Os afetos, as aproximações e afastamentos e os reconhecimentos podem ser vistos como alguns das questões que tornam o coletivo uma experiência rica, potente e intensa. É uma prática não visível nos termos de organização institucional burocrática tipicamente weberiana, porém, por meio de Saraiva (no prelo), se revela um conjunto de práticas orientadas por um determinado ordenamento social, que no caso do Afirmção na Pós, é o de enegrecer a universidade.

Outro aspecto remete a produção de conhecimento, já que Valk (2002) identificou uma crítica à proteção intelectual em favor da autoria coletiva, inicialmente decorrente de uma estratégia de proteção das identidades dos membros dos coletivos, contra a violação de direitos civis e atuação do Departamento Federal de Investigação nos Estados Unidos, o FBI. O conflito é elemento básico nesta organização, por ser política, crítica, fortemente apoiada no personalismo e vanguardismo, de acordo com a autora. Embora seja possível perceber a explicitação do ideal de relações horizontalizadas, na prática a dinâmica do grupo por ela observado apresentou disputas de poder que significam uma tensão constante. Diversos membros saíam e retornavam, como resultado de embates internos.

No que tange à relação entre o coletivo e os ativistas, segundo Valk (2002), é possível perceber que os membros são ativistas, mas não necessariamente um ativista precisa pertencer a um coletivo. O ativismo está ligado a uma atuação política intelectualizada (VALK, 2002; ROTHSCHILD-WHITT, 1979). Isto é, o estudo da autora reforça os ativistas como figuras importantes na educação política, produzindo conhecimento de forma alternativa. A minha leitura é a de que esse ativismo pode ser interpretado como atuação de um sujeito guiado por um ideal político, que nada mais é do que a proposição de mudança social específica. Para tanto, esse sujeito combina seus próprios atravessamentos para se conectar com outras pessoas. Assim, o ativista constrói um lugar dotado de um corpo de conhecimentos e de uma linguagem que gera rápida e intensa conexão com outros sujeitos. No caso do ativismo étnico-racial e a partir do Fúrias e do Afirmção na Pós, identifico como ativismo intelectualizado, a corporeidade é a camada responsável por gerar identificação. Outras pessoas negras, ao ouvir o ativista intelectual, já se reconhecem na diferença. A partir daí o ativista fala de seus dilemas, das suas vivências analisadas sob a ótica de conceitos teóricos. Nesses termos, esse sujeito produz condições de outros acessarem seus próprios atravessamentos, compreenderem quais questões mais amplas estão implicadas com suas particularidades para então serem capazes de traçar campos de possibilidade de ação, que está relacionada à emancipação citada por Adisa (participante).

#### 4 CAMINHOS QUE SE CRUZAM: A UFMG E A O AFIRMAÇÃO NA PÓS

No tópico anterior procurei realçar os movimentos negros e os negros em movimento por entender que o Afirmção na Pós, enquanto um coletivo negro se vincula a essas iniciativas de forma ancestral, perceptível pelas continuidades históricas. A luta antirracista comparece em ideários políticos específicos e circunscritos em uma encruzilhada, e que se deparam com os projetos de manutenção do *status quo*. Assim a vida social organizada parida no cruzo acadêmico realça as diferenças entre os projetos políticos distintos existentes no interior da universidade. Essa, também em perspectiva histórica, é marcada por um *ethos* que esmaece as implicações políticas na acadêmica e que, com isso, produz uma esfera com implicações específicas para os grupos subrepresentados.

Ao reconhecer que o Afirmção na Pós reúne sujeitos paridos no cruzo, e que por isso, assumiram o compromisso de reconhecerem seus próprios atravessamentos, percebo que falo de vida social organizada de um lugar específico, o acadêmico. Logo, as práticas desenvolvidas pelo coletivo são estratégias que dialogam com organização universitária, cujo *modus operandi* foi moldado por diversos grupos. Assim, neste capítulo procuro apresentar parte do que compõe o sentido socialmente compartilhado sobre a universidade<sup>18</sup> contemporânea no Brasil, que aqui associo agrupei na ideia de universidade ocidental moderna.

Salientar o ideário e as práticas das universidades, neste estudo então, é parte da construção dos atravessamentos dos sujeitos paridos no cruzo, cujas práticas estão associadas as possibilidades frentes às normas estabelecidas. Tais questões indicam a luta por enegrecer a universidade é bem mais ampla que mudança do perfil dos discentes da instituição.

---

<sup>18</sup> O uso do singular para representar a organização universitária não é devido a ignorância de sua pluralidade. Porém, do ponto de vista organizacional, é preciso reconhecer que, por mais que os sentidos e significados atribuídos a ela sejam amplamente distintos, existe um corpo mais ou menos delineado que torna possível aproximá-las.

#### **4.1 Universidade: lógica de ordenamento social por meio da produção e disseminação do conhecimento científico**

A discussão em torno das ações afirmativas em 2017 foi vigorosa. Naquela época, os meus primeiros meses na pós-graduação foram marcados justamente pela participação no movimento estudantil que pressionou a UFMG a definir as cotas na pós-graduação (SILVA, 2017). Muito embora outras universidades já tivessem institucionalizado mecanismos próprios para proporcionar acesso aos estudantes negros, quilombolas e indígenas, o impasse de opiniões e as considerações sobre a pertinência das ações afirmativas se mantinha polarizado e intenso dentro e fora da universidade. Essa foi minha primeira oportunidade de observar um desdobramento direto da dimensão política na universidade, já que foi possível perceber a existência de dois grandes ideais: sendo o primeiro o que considerei “projeto conservador de universidade” e o segundo “projeto inclusivo de universidade”, discussão presente em Ribeiro (1986). É possível perceber a existência desses discursos na sociedade, mas também e principalmente, no interior da universidade. Por mais que a educação dialogue com valores progressistas e democráticos, as formas para a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, eixos considerados basilares nas universidades brasileiras (BRASIL, 1996), estão longe de serem pontos com convergência de implementação (SILVA, 2017).

A discussão em torno do acesso e da permanência na universidade ocorre em um cenário no qual os atores sociais procuram enunciar posicionamentos distintos com base naquilo que acreditam como ideal de e para a sociedade, o que de alguma maneira se liga a seus interesses. Na visão de Teixeira e Braz (2009), toda ação social é permeada pela política e é justamente o interesse particular que impulsiona cada pessoa em uma atividade criadora. Para eles, o trabalho é a objetivação daquilo que é próprio e inerente ao humano, e materializa os ideais, as aspirações e os interesses de grupos sociais historicamente.

A discussão em torno das cotas é um aspecto ligado à dimensão política da universidade, e embora esta seja uma questão contemporânea, pode ser percebida no desenvolvimento da universidade, enquanto organização. Ao nível das crenças mais amplas elaboradas que regem essa organização social, posso sinalizar a pretensão de ela ser o berço da cultura moral da nação (HUMBOLDT, 2002) como a mais proeminente. A ambição do autor alemão inspira in-



dagações, tais como que tipo de cultura, moral e nação ele tinha em mente ao idealizar a universidade.

Na trilha desta problematização, considero útil retomar o contexto de Humboldt, amparada por Chaui (2001, p. 15) ao considerar que “toda sociedade [e por consequência, as organizações] é histórica”<sup>19</sup>. Humboldt é originário da Prússia, território atualmente localizado na Alemanha. Os séculos XVIII e XIX representaram um período conturbado para aquela sociedade, marcados por conflitos militares e civis em torno de formação territorial que culminaram na unificação. Após o fim do domínio napoleônico, em 1820, todo o continente europeu passou a amargar uma série de conflitos sociais permeados por questões nacionalistas.

De acordo com Lemos (2011), em 1871 a ascensão do general Otto von Bismarck marcou um período da centralização do poder regida pelo autoritarismo, fruto de uma orientação conservadora e voltada à monarquia expansionista. O estadista é reconhecido por sua contribuição no processo de unificação da Alemanha, mesmo em meio ao caos instalado na Europa. A contrapartida é que Bismarck, enquanto conservador, se opunha às ideias mais liberais, um cenário que resvalou no valor atribuído às organizações de ensino. O que se seguiu foi um extenso período da perda da notoriedade e do crédito atribuído aos intelectuais. Impossível não traçar um paralelo entre o contexto político da Alemanha do Século XIX e o atual no Brasil, algo que sinaliza a tendência de governos autoritários e conservadores apresentarem uma relação conflituosa com o campo da educação.

Em uma sociedade conservadora e governada sob “mãos de ferro”, Humboldt se tornou símbolo de uma nova era para as universidades, não somente por suas ideias, mas também por sua trajetória de vida, que o circunscreve como intelectual humanista. Lemos (2011) credita a Humboldt a modernização da pedagogia alemã. Ele conseguiu propor e aplicar conceitos teóricos às mudanças sociais e culturais, e mais que isso, convencer a sociedade alemã da relação interdependente entre a dimensão social e a científica, tentativa frustrada por seus antecessores desde o Século XVII. A partir de Chaui (2001), o processo desencadeado por Humboldt, enquanto intelectual, representa a constituição de um discurso ideológico, embasado por uma determinada racionalidade de representação da realidade social.

---

<sup>19</sup> Do ponto de vista da Ciência Histórica, o percurso temporal por si não constitui história propriamente dita, mas lhe é objeto inescapável. Assim, para a autora, o passado e a construção histórica sobre ele são elementos constitutivos das sociedades e para as organizações.

A ideologia pode ser entendida como “discurso que se oferece como representação e norma da sociedade e da política, como saber e como condição da ação, isso significa que promove uma certa noção de racionalidade” (CHAUI, 2001, p. 30). O projeto de universidade humboldtiano, a meu ver, inaugura uma ideologia que pretende promover mudança social, guiada pelo conhecimento científico. A partir da autora, é possível perceber que a ideologia possui um caráter político, totalizante e que se oferece como forma de ordenamento social. Se o conhecimento pode ser entendido como o conjunto de representações da realidade social, a racionalidade como sendo as regras e as representações que estão e se colocam como o próprio real e a verdade do real (CHAUI, 2001), a Alemanha conferiu a base ideológica daquilo que eu denomino universidade ocidental moderna. Essa ideologia possui características que tornam as organizações singulares, em relação ao percurso histórico de outras universidades pelo mundo e que impedem que eu trate o termo como um unísono, e mesmo considerando as civilizações ocidentais, não posso afirmar se tratar de um movimento homogêneo, ainda que hegemônico, e aqui destaco o processo de produção do conhecimento e a dimensão política que lhes são específicos.

Do processo que descrevi, percebo como herança histórica a noção de que a universidade ocidental moderna se apoia no conhecimento científico para ser, ao mesmo tempo, organização legítima, legitimada e legitimadora de produção e de disseminação do conhecimento. A questão que se coloca é que o conhecimento universitário, a rigor, deriva da ciência. Na concepção humboldtiana, a instituição tem sua vocação expressa na promoção e na potencialização da cultura e da moral social, amparados pelo conhecimento científico.

Os conhecimentos produzidos e disseminados na e pela universidade podem ser enquadrados por uma lógica, uma racionalidade própria, e são decorrentes de operações intelectuais responsáveis por produzirem coerência. A **racionalidade científica**, também presente na universidade, estabelece operações intelectuais baseadas na ideia de **objetividade**, segundo Chauí (2001). Nesse conceito, está previsto tanto a autoria, autoridade e a autorização para conhecer, por meio de um sistema que torna possível a total separação entre sujeito e objeto, que ela denomina como determinação completa. O conhecimento se torna expressão do real e da verdade sobre o real após a busca e a identificação penosas dos elementos positivos perceptíveis no objeto, e, na sequência, descarte de tudo aquilo que represente contradição à posição atri-

buída ao objeto. Assim, a ideologia que permeia a universidade possui um mecanismo de **produção de conformidade** que repele a contradição.

A conformidade é produzida por meio da produção e disseminação do conhecimento alheio aos dilemas sociais. Evidenciar esses problemas revela a contradição no ordenamento social operado pela universidade.

*Então eu acho que o Afirmação ele, eu acho que **ele escancara na verdade a grande desigualdade racial** que existe na universidade, que há pouquíssima entrada de pessoas negras na pós-graduação né. Eu acho que é o lugar mais, **é a menina dos olhos da universidade**, né então **até a graduação tudo bem ter estudante negro, mas a pós-graduação não. Eu acho que ele tem de uma certa, o racismo de forma mais forte sabe. Eu acho que a gente hoje vê muitos mais estudantes negros em função de todos esses movimentos, né. [Amara, participante].***

Humboldt (2002) explicita parte de um projeto político, no qual há uma pretensão de ordenamento da sociedade por meio da organização universitária. O fato de o autor ser reconhecido como um idealizador da universidade ocidental moderna se aplica à possibilidade de estabelecer-se uma ordem, considerada mais legítima, em função de ser guiada pela ciência e pela técnica. Esse é o argumento mais básico e por meio dele, a forma como esse projeto será levado à cabo assume contornos mais específicos. Na Universidade Federal de Minas Gerais, a falta de representação social entre os discentes, sobretudo até o fim do Século XX, indicava um dilema bem mais amplo. Para Amara (participante) o aumento dos estudantes negros na universidade, indica que há questões bem mais amplas em jogo, que somente representatividade.

Existe uma série de fatores que podem ser destacados nesse sentido. Primeiro, a resistência observada na implementação de cotas na graduação pela UFMG, já que foi considerada tardia em relação a outras universidades federais. Essa resistência é ainda mais intensa no que tange a pós-graduação. A aprovação das cotas na pós-graduação foi um passo importante, mas não indica uma conduta plenamente aceita e implementada pelos programas de pós-graduação. A

leitura dos editais feitas no processo de tutoria do Afirmção na Pós revela pouca ou nenhuma preocupação por parte de alguns programas em incluir grupos subrepresentados, já que, no detalhe, eles terminam inviabilizando o acesso por questões específicas presentes nesses grupos, como proficiência em outro idioma ou experiência em grupos de iniciação científica, para citar alguns. Em casos extremos, a conduta de alguns professores é ainda mais reveladora, como o caso na FACE/UFMG em 2018, onde, durante uma reunião foi enunciado que “a universidade não é lugar de fazer justiça social” (SILVA, 2020, p. 123). Essas ações, no conjunto, inviabilizam mudanças sociais no interior da universidade e que são fundamentais para a sua pluralização, por mais que representem uma aparente contradição ao projeto dotado de altos valores morais em Humboldt (2002).

Amara (participante) descreve a pós-graduação como a “menina dos olhos”. Essa aproximação é muito importante, pois indica a importância dessa instância para a universidade. Ora, por meio de Chauí (2001), é possível considerar a centralidade da pós-graduação na construção de conformidade com um projeto de ordenamento social. Isso não ocorre por outro meio que não o da produção e disseminação do conhecimento.

O mergulho na genealogia da universidade pode ser revelador acerca na demarcação desse ordenamento, embora ligado a processos distintos considerando-se as civilizações ocidental e oriental. É em respeito a essas diferenças e pelo escopo desse estudo que me ateno à universidade contemporânea brasileira, tributária da universidade ocidental idealizada por Humboldt (2002). Isso não significa me furtar às questões que tangem as possíveis diferenciações, e é justamente por onde começo o esforço de compreensão do que seja nossa universidade, ao menos o que considero o modelo hegemônico. Mendonça (2000, p. 131) pontua de forma precisa a noção de universidade a que me proponho tratar:

[...] a de que a instituição universitária é uma criação específica da civilização ocidental, que teve, nas suas origens, um importante papel **unificador da cultura medieval**<sup>20</sup> e que, posteriormente, ao longo do século XIX, redefinida em suas atribuições e em seu escopo, exerceu, também, um papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais.

---

<sup>20</sup> Grifo meu.

Parece ser consenso a atribuição da instituição de ensino superior de Bolonha, na Itália, como pioneiro e forte influenciador no mundo ocidental (BIANCHETTI, 2010; NEAVE, 2003). O surgimento de instituições voltadas ao ensino é, desde os primórdios, um fenômeno muito distinto e estreito ao local e à sociedade. Mas após o Século XIX, Chaui (1999) identificou um processo de mudança que correspondia aos interesses da Revolução Industrial, iniciada no século anterior, o que dialoga com a proposição de Mendonça. A universidade teria transitado de uma instituição para uma organização e, posteriormente, de um direito para um serviço, mudanças que refletem um alinhamento e o delineamento de um determinado ordenamento social por meio de um projeto político.

As organizações universitárias atuais flertam com idealização de Humboldt (2002), na produção de uma unificação social, o que a coloca no desempenho de um papel político ativo com desdobramentos sociais. De modo preliminar, é preciso situar a sociedade brasileira em um *locus* regido pelo capitalismo, no qual a lógica das trocas ocorre pela redução de toda produção social à mercadoria, processo intensificado no neoliberalismo com a financeirização e a especulação (AKTOUF, 2004). Ele demonstra como a ciência Administrativa opera enquanto agente do capital, na medida em que propaga uma racionalidade instrumental cuja noção de desenvolvimento, crescimento e sucesso somente adquirem teor semântico em um quadro circunscrito ao capitalismo. Assim, se configura toda uma produção teórica de forma acrítica e apolítica que assume o capitalismo como ponto de partida. Além disso, outros fatores sociais são considerados relevantes no país, por serem estruturais, como o racismo (ALMEIDA, 2018), fator que possui laço estreito com a desigualdade econômica e social.

A unificação é um projeto político, que indica um determinado ordenamento social proposto pela ciência, por meio do conhecimento produzido e reproduzido pela universidade. A conformidade com esse projeto se torna acessível pela forma como essas organizações problematizam questões sociais. A incapacidade de reconhecer sua importância, a escassa produção científica preocupada com a desigualdade social no Brasil, são assim, formas de inviabilizar realidades que, em última instância, inviabilizam a redução dos grupos sociais a algo uno, homogêneo e simplificado.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), embora a comunidade negra do país represente a maior parte da população (54,9%), representam

apenas 29,9% dos cargos de gerência, possuem rendimento médio inferior aos de pessoas brancas (R\$ 1.608 contra R\$ 2.796), e varia em escala negativa entre o homem branco e a mulher negra. As pessoas negras também representam a maioria em ocupações informais e em desocupação, independentemente do nível de qualificação profissional, também são maioria com rendimento mensal domiciliar *per capita* abaixo da linha da pobreza (32,9% tem ganho inferior a US\$ 5,5). Em relação à habitação, o grupo também são maioria entre proprietários dos domicílios com as piores condições. Pessoas negras têm 2,7 mais chances de serem assassinadas e são a maior parte da população carcerária. Embora o grupo seja maioria absoluta da população, no campo político é sub-representado, seja entre deputados federais, estaduais ou vereadores (24,4%, 28,9% e 42,1%, respectivamente). Esses dados significam desdobramentos do racismo nas esferas econômica e social e compõem o cenário complexo no qual se insere a universidade no Brasil.

Ora, em Aktouf (2004) é possível perceber como um determinado campo do saber, no caso, a Administração, pode produzir conhecimento e tecnologias que interessam ao mercado. Logo, ao observar as considerações de Chauí (1999) sobre a passagem de universidade funcional para a operacional, é possível perceber dois aspectos: i) as **mudanças percebidas na universidade** não podem ser dissociadas das transformações sociais ligadas ao próprio desenvolvimento do **capitalismo** e ii) a universidade, enquanto instância privilegiada pela dimensão da técnica, **fomentou o percurso do próprio capitalismo** em direção a um determinado modo produtivo considerado ideal. Considerar a conexão da universidade, do capitalismo e da sociedade está coerente com a consideração de Mendonça (2000), já que a autora assevera que essa organização social possui complexidade tal que somente pode ser compreendida em contexto. As crises pelas quais a universidade passa ao longo dos anos, podem ser vistas como questionamentos e expectativas em relação ao quadro mais amplo de referência capitalista. Assim, a universidade expressa a dinâmica social na qual está inserida e que procura ordenar.

Outro aspecto remete justamente ao fato de que a passagem da universidade de instituição para organização citada por Chauí (1999) indica justamente uma mudança que marca a introdução dessa instância de práticas sociais à lógica produtiva capitalista. Anderson (2017) chega a considerar que acadêmicos são cúmplices das reformas que representam os rearranjos produtivos neoliberais, **aprofundando a desigualdade social de forma despolitizada**. Por um lado, tem-se a produção de conhecimento que sustenta a acumulação flexível (HARVEY,

1994), algo conectado com a ascensão e consolidação de uma sociedade caracterizada pelo domínio da técnica, da ciência e da informação (LOJKINE, 1995; RIFKIN, 1995). Sendo a universidade permeada pelo conhecimento, sua história remete à elaboração intelectual e técnica voltada ao próprio capitalismo. Os dois aspectos que mencionei representam um fluxo contínuo entre universidade e sociedade.

*Na minha tese eu investiguei se a gestão da universidade se planejava para **acolher as demandas** das pessoas que entravam por cotas né. Então era todo esse movimento institucional e uma das coisas que eu observei é que, na realidade, **não havia um planejamento institucional** né. Então a medida em que as demandas surgiram em que os sujeitos iam apresentando os seus projetos, os seus processos, as suas indagações na universidade, ela ia provendo do jeito que ela achava que era mais interessante. Então com isso, eu criei essa categoria que é ela reagir né, **seletivamente as provocações, as indagações das demandas, então reativa**. Nesta categoria, eu incluo o Programa Ações Afirmativas porque a **UFMG** foi uma das universidades que **não implementou cotas** antes da legislação, antes da obrigatoriedade de cotas, isso nos mostra, como que eu vou dizer, **a quem serve a instituição**, quais são os **sujeitos que deveriam ter acesso**, direito à educação pública superior numa instituição Federal [Zalika, participante].*

Existe um duplo movimento entre universidade e sociedade, na qual a primeira sofreu mudanças que correspondem em nível político à lógica econômica, que significa uma contradição aos valores evocados pelo modelo de universidade anterior, tal como mencionado por Chaui (1999). Esta também se estabeleceu na sociedade capitalista como o lugar da supremacia da técnica, logo, instância social privilegiada na produção de modos de viver e de organizar a vida em sociedade. A manutenção desse fluxo de interesses pode ter delineado o desenvolvimento de conhecimentos e de práticas, diante da necessidade de conformidade citadas pela autora.

No que tange a UFMG, lidar com a ausências sociais pode ter sido uma questão considerada marginal. Isso justificaria a postura reativa da universidade frente às demandas colocadas por

grupos subrepresentados, conforme nomeia Zalika (participante). Quando a participante analisa essas questões pontuais de uma forma mais ampla, as inscreve no campo político, já que indicam alinhamento a grupos e interesses específicos na sociedade, e que em nada refletem preocupação com a totalidade da sociedade. O que percebo, é que ignorar problemas sociais mesmo quando se manifestam no interior da organização, a ausência de políticas de assistência aos estudantes atravessados por diversas questões sociais presentes na sociedade, como as diferenças étnico-raciais e o nível socioeconômico, e a estratégia de reagir seletivamente a questões pontuais, indicam ações e decisões dotadas de sentido na esfera política, e que de alguma forma, contribuem para a perpetuação da exclusão social.

É paradoxal pensar que a história de uma organização social voltada à promoção da diferença e da potencialidade humana pode também significar a exclusão, na medida em que determinadas diferenças não são representadas, seja por meio da percepção da ausência dos corpos e/ou da ausência da produção de conhecimento sensível a essas diferenças. E, de fato, o exame apressado das universidades pelo Brasil sinaliza organizações marcadas por elementos e contribuições de povos e culturas distintas, mas que não privilegia as questões locais. Na leitura de Ribeiro (1986, p. 4), a questão indica uma postura “**tão inconsciente de si como contente consigo mesma**”, na disseminação de lógicas, racionalidades e processos de modo irrefletido e alheio às especificidades locais, diferentes do quadro de referência europeu.

O acompanhamento da proposta de Humboldt (2002), as questões citadas por Chauí (1999) e a da influência das demandas impostas pelo sistema capitalista por Mendonça (2000), indicam que não se trata de uma inconsciência de sentido da universidade, mas de postura de alinhamento político em torno de um determinado ordenamento social.

Ao pensar a universidade constituída por um discurso, penso ser possível assumir que o *locus* da diferença e a promoção da potencialidade humana seja uma das maiores estratégias discursivas na sustentação da ideologia, segundo Chauí (1999). Kant (1986) é um grande precursor desta visão, já que idealiza o conhecimento humano. Um dos conceitos mais caros ao autor é a noção da liberdade da vontade humana. Ao polarizar instinto e razão, o autor afirma que as pessoas agem entre os intervalos destes extremos. Na pretensão de formular uma lógica universal acerca da História, ele considera que o desenvolvimento é busca constante da humanidade, a contradição entre a tendência das pessoas a pertencerem a uma sociedade ao mesmo



tempo em que tendem a se isolar e termina por considerar que a história humana é, “no seu conjunto, como um plano oculto da Natureza” (KANT, 1986, p. 15).

Kant é um dos maiores responsáveis pelo projeto Iluminista, no qual a emancipação é a bandeira máxima, muito presente no seu texto de 1784, sob o termo liberdade. Ele imagina que, para se desenvolver em plenitude, as pessoas devem ser livres, não devem agir somente guiadas por seus instintos, embora ações irracionais ou instintivas sejam inevitáveis. O idealista alemão tenta imaginar o percurso histórico como uma passagem linear progressiva de melhorias, permeadas pela sanção da natureza, como agente dotado de um plano com finalidade e racionalidade.

É preciso demarcar o Iluminismo temporalmente no Século XVIII, movimento filosófico que tem Kant como grande expoente. A denúncia da situação de menoridade humana ligada à ignorância e a importância da busca da liberdade e emancipação kantiana é recorrentemente explicada em resposta ao obscurantismo atribuído à Idade Média. A universidade moderna, entendida a partir do projeto criado por Humboldt, apresenta-se alinhada ao ideal kantiano, já que o autor alemão conceitua a universidade, promovendo-a como organização imbuída de liberdade e voltada à elevação da potencialidade humana. Em sua visão:

O conceito das instituições científicas superiores convergem em eixos que são tudo o que é imediato para a cultura moral da nação; baseados no fato de se determinarem a si mesmos, de tratar a ciência no sentido mais profundo e amplo da palavra, e de fornecer o propósito da formação espiritual e moral não de acordo com nenhuma perspectiva senão a que esteja de acordo com seu conteúdo específico”. (HUMBOLDT, 2002).

A concepção tratada por Humboldt reflete o cenário conturbado na Alemanha do Século XIX, marcada por conflitos e tensões em torno de domínio territorial, culminando na Guerra Autro-Prussiana em 1866, bem como a idealização de uma organização universitária que representasse desenvolvimento, liberdade e emancipação. Nele, é possível perceber de forma proeminente a representação de uma organização que se pretende síntese da moral e da cultura civilizatória no Estado/Nação. Essa noção me parece ser expressiva naquilo que pretendo destacar: a construção e o reforço reiterado da universidade como **integradora da universalidade**, algo

que tem suas bases fixadas no projeto Iluminista no Século XVIII e que se materializa no século seguinte em Humboldt.

Ao pensar o conhecimento e a liberdade como oposição à ignorância, a situação de humanidade indigna produzida pelo conhecimento tutelado, ideias presentes em Kant (1986) e na concepção de universidade humboldtiana, é possível perceber que a universidade ocidental moderna tenha evocado um lugar de representação das diferenças e expressão da potencialidade humana por meio das narrativas ideológicas compartilhadas até então. Considerando que o cenário do autor alemão é contemporâneo ao da Revolução Industrial, ele procura associar a utilidade da universidade para o desenvolvimento do aparato tecnológico, produzido pela ciência por meio da pesquisa, e esta é sua inovação frente às outras concepções de universidade. Enfatizar a pesquisa, ampliando a vocação da universidade, foi uma estratégia capaz de torná-la interessante e alinhada às transformações sociais e, principalmente, econômicas iniciadas na Revolução Industrial. Ocorre que essa associação produziu desdobramentos que o autor não previu.

Associada a valores considerados nobres, a universidade ocidental moderna se consolida como organização social privilegiada na produção de conhecimentos, tecnologia e organização social racionalmente alinhados a uma noção de modernidade que se coloca diametralmente oposta à experiência civilizatória evocada pela Idade Média. O estreitamento dos laços com a dinâmica econômica não ocorreu de forma parcelar e o reflexo direto desta situação: se anteriormente, o ideal de produção de conhecimento livre e promoção da diferença permeava a universidade, após sua aproximação com a lógica econômica, realizada de forma mais expressiva por Humboldt (2002), resultou em um filtro invisível, responsável por **delimitar quais e como as diferenças deveriam ser tratadas**. Esse filtro comparece em Kant sob a ideia da racionalidade. Considerando-se a necessidade de crescimento econômico, as diferenças que interessam são aquelas com potencial sob o ponto de vista mercadológico. Esse aspecto me fez perceber que a retórica de universalidade foi importante no processo de legitimação da universidade ocidental moderna, mas pode ser vista como uma estratégia discursiva que pouco reflete a dinâmica social desta instituição.

*Então eu já tinha uma significativa experiência da **discriminação dentro da academia**, a respeito **não só da questão racial**, mas tam-*

*bém a respeito dos temas que a gente tenta levar pra lá e a respeito de quem se graduou ali e quem não se graduou. Em certa medida, eu já havia percebido que, eu me matriculava em disciplinas isoladas, nesse meu processo de preparação para o mestrado, mas as minhas solicitações não eram nem lidas, porque eu não era... não tinha me graduado na UFMG. [Lélia Gonzalez, participante]*

O relato de Lélia Gonzalez (participante), é preciso para indicar que a falta da universalidade não se resume à homogeneidade do perfil discente na universidade. É possível perceber a noção daquilo considerado racional, pode ser usado com filtro para definir quais os problemas são viáveis do ponto de vista científico. A partir de seu quadro de referências, a participante relaciona a discriminação dos temas às origens dos estudantes. Porém, considerando-se que as pesquisas constituem o processo de produção do conhecimento, a decisão de quais problemas são interessantes, válidos e pertinentes não foge do confronto de sua conformidade com projetos políticos. Seu próprio percurso rumo à pós-graduação também a questão:

*Eu não passei de primeira, logo que terminei o Ação... o Afirmação na Pós em 2013, eu não fui aprovada na seleção [processo seletivo de pós-graduação na UFMG] de 2013, porque **não tinha professor que pudesse me orientar**. Mas só que eles não assumem isso, né? Então eu fui até a última etapa e na entrevista, o único professor que trabalhava um pouco mais com a subjetividade estava na banca e ficou com cara de deboche, virando os olhos e não sei o que, durante a minha fala, e fui reprovada com o argumento de que eu não soube apresentar meu projeto. Entrei com recurso e questionei porque vários professores já me conheciam e sabiam que **o argumentado dado pela banca não procedia**, porque eu já tinha passado por vários grupos de estudos e eles sabiam que a apresentação do meu projeto jamais poderia ter sido frágil, insuficiente. E aí a coisa ficou feia, no programa de pós-graduação, eles tiveram que se reunir até que uma das professoras que participou dessa reunião chegou pra mim e disse “olha, neste ano você não vai pro mestrado, pra gente não desautorizar os professores que participaram da sua banca, mas no ano quem você,*

*vai”. E aí ficou comprovado que **as reprovações** não se dava a partir da, não era sempre assim, mas elas não ocorriam sempre em função da incapacidade dos candidatos, das candidatas, mas sim, a partir do que eles entendiam do que seria **interessante ser pesquisado ou não**.  
[Zalika, participante]*

Ao diferenciar a passagem entre instituição para organização, Chaui (1999) dá pistas de que, mesmo regida sob a noção de universalidade, tal ideal não se consolidou concretamente. A partir da distinção criada por ela, entre a universidade institucional e a organizacional, fica nítida a prevalência de práticas passíveis de tratamento gerencial, que na visão da autora culminou na versão operacional. Ela inspira a ideia de que o percurso histórico da universidade ocidental moderna reflete um alinhamento crescente ao aparato econômico. Assim, a universidade teria passado a ser um lugar permeado por especificidades e não por generalidades, e isso pode ter relação com o que interessa ser pesquisado.

Essa concepção ecoa em Bourdieu (1998). A partir da análise estrutural, o autor francês denuncia como a lógica imperialista se apoiou na educação. A crença da capacidade transformadora da educação, onde incluo a universidade ocidental moderna, beira a ingenuidade, já que ele percebeu se tratar de uma organização das “mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 41). É necessário localizar o autor francês em uma sociedade com características muito díspares da brasileira, o que influencia sua visão de mundo incrédula em grandes mudanças. As desigualdades sociais entre Brasil e França são incomparáveis, mas fato é que, sendo a França um país menos desigual, a mobilidade social se torna, por consequência, também menos comum. Dito isso, há algo em Bourdieu que não posso ignorar: a influência de um projeto político conservador na construção da universidade, o que justificaria a seletividade no tratamento das questões ligadas às diferenças sociais, tal como citado por Lélia Gonzalez (participante) e na discriminação da qual fala Zalika (participante).

Emancipação, liberdade e conhecimento são recursos que produzem legitimidade para uma prática que se pretende justamente à lógica reversa, a serviço do controle e administração social. Mas do que é feito à pretensa receptividade à diferença evocada por essas organizações? Ora, esse argumento se mantém, de forma atualizada, e pode ser entendido em movimentos de

internacionalização (MOROSINI, 2006) e de integração (RIBEIRO, 2015). A internacionalização é um conceito muito diverso e, de acordo com o estudo de Morosini (2006), é descrito como processo de globalização da universidade, ampliação da atuação para além dos limites nacionais e criação de fluxos internacionais de conhecimento. Esse último aspecto é particularmente interessante porque, o que evoca, na prática, é a propriedade de patentes.

Já a integração, discutida em Ribeiro (2015), também apresenta a vontade de promover a diferença na universidade na medida da aproximação de instituições de ensino em diferentes países. Novamente, trata-se de um termo ambíguo, já que nem mesmo o Brasil, que inovou ao criar universidades voltadas à promoção da Integração, como a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2010, apresenta uma definição para o termo, que comparece na finalidade social, mas não é definido em nenhum documento oficial das instituições. A internacionalização, nitidamente mais mercadológica, e a integração, em princípio uma noção mais “humanizada”, podem ser vistas como filtros na regulação do trânsito de determinadas diferenças em um cenário no qual o modelo de universidade era alvo de críticas por ser exclutor. A diferença que interessa à universidade ocidental moderna, alinhada ao neoliberalismo, é a capacidade de se tornar mercadoria e de produzir valor. Essa noção se aplica tanto ao que é produzido pelas pessoas, quanto a elas próprias. A diferença que foge ao *status quo* não produz valor, não interessa e encontra nestas organizações um ambiente hostil.

Como vivemos em uma economia política, antes de sermos uma organização social pautada em preceitos democráticos, somos entendidos, por alguns grupos hegemônicos ao menos, como um grande mercado (LACLAU; MOUFFE, 2015; MARX, 1982). Ainda que a experiência democrática contemporânea seja frágil e sujeita a críticas, oferece mais possibilidades do que um ambiente visto somente em termos de mercado. Desse modo, as questões sociais são privatizadas e os direitos são reduzidos a serviços (CHAUI, 1999), sendo tratados no interior das organizações de modo esvaziado e ressemantizado. O sistema econômico vigente cria e aprofunda mazelas sociais, os grupos afetados se manifestam com denúncia, o Estado reage com políticas, que logo são incorporadas pelo capital como “inovação”.

*Então eu penso que o maior desafio em nível de graduação é a continuidade da lei de cotas e em nível de pós-graduação, é fazer com que*

*os programas né, os professores que estão nesses programas no conselho universitário, as gestões da universidade se atentem para processo de democratização. Porque se a gente for olhar na UFMG, **quantos programas já implementaram a política de cotas efetivamente?** Porque uma coisa é colocar lá no edital as cotas, mas será que essas vagas se efetivam mesmo? Os negros estão entrando? Ou eles estão sendo barrados? Não nos processos seletivos, eu acho que sim, ainda penso que em algumas áreas... eu tava lendo nesses grupos de WhatsApp recentemente que o Direito, se não me engano né, não quis em determinada área lá implantar cotas e qual que é o posicionamento da universidade? [Zalika, participante]*

A implementação das cotas raciais pode ser identificada no círculo descrito por Chauí. A falta de representatividade de pessoas pretas, pardas, quilombolas e indígenas nas universidades foi amplamente denunciada pelos movimentos sociais. Tal questão, associada a outros fenômenos sociais, apontaram que o racismo estava ligado a exclusão social. A reivindicação por reparação histórica aos povos negros foi reduzida a implementação das cotas sociorraciais no Brasil, na esfera da educação e de cargos públicos. As instituições implementam as cotas. Porém, os grupos beneficiários passaram a enfrentar uma esfera não preparada para acolher as diferenças sociais. A ausência de políticas mais específicas visando a permanência dos discentes indica o tratamento displicente com a efetividades das mudanças visando democratização. Em um ambiente no qual Diversidade e Inclusão se tornaram um mercado altamente lucrativo, as instituições de ensino passaram a divulgar sua adoção. Porém, internamente, o que se tem são iniciativas ainda difusas.

Tem-se um circuito do qual a universidade participa ativamente, produzindo conhecimento interessado na sustentação da racionalidade econômica e que, em suma, pode ser entendido como um projeto político baseado em um ordenamento social conservador. Esse aspecto, tratado por Bourdieu (1998), remete ao fato de que a universidade, subentendida no campo da Educação, compõe o aparato voltado à administração social como forma de garantir a ordem e a estabilidade social, consideradas condições ideais por garantirem a previsibilidade e o planejamento no ambiente liberal.

Observar os autores me faz pensar que a universidade ocidental moderna teve seu desenvolvimento emoldurado pela lógica econômica, aspecto debatido por Barcelos (1993) e, embora seu estudo esteja próximo das três décadas após sua publicação, permanece atual. O autor descreve como a educação no Brasil denota um lugar de privilégio e, nesse contexto, o grupo excluído possui características majoritariamente negra e pobre. Em estudos comparativos, em termos de desigualdade racial associada à renda, à educação e à concentração espacial, Barcelos aponta que o Brasil é mais desigual do que os Estados Unidos. Naquela época, ele considerou que o acesso ao nível primário era relativamente fácil. O gargalo era a permanência, já que entre grupos menos favorecidos a taxa de repetência e evasão eram altas. A situação descrita por Barcelos (1993) indica que a **educação é um dos elementos usados para problematizar a exclusão social**. Embora eu não possa considerar o acesso à educação determinante na possibilidade de trânsito social (PERDIGÃO, 2015), não se pode negar sua importância. A lógica econômica está manifesta neste cenário na medida em que instrumentaliza a educação, e conseqüentemente a universidade, a um empreendimento e a consequência é a manutenção das desigualdades, quando não aprofundamento e manutenção do *status quo*.

O trânsito entre o ideal sob o qual a universidade moderna foi concebida e sua aproximação e adequação à lógica capitalista pode ser considerado responsável pela evidenciação de ambiguidades no conceito e no sentido social dessa organização. O que posso considerar é que esse embate nas formas de representar a universidade reforça a concepção de que ela se molda de acordo com demandas sociais – o que no cenário atual reflete a lógica capitalista neoliberal – mas ela também é propositiva, na medida que constrói um determinado ordenamento da sociedade por meio da produção e disseminação do conhecimento científico, tal como observado por Vukasovic e Stensaker (2017), ao considerarem a universidade uma meta-organização.

E, nesse sentido, um dos temas sintomáticos a respeito das ambiguidades ligadas à universidade é justamente a discussão em torno das cotas, quer seja inicialmente na graduação, na pós-graduação ou futuramente na docência, o que justifica posições tão fervorosas (SILVA, 2017). Trata-se, nos termos aqui discutidos, de uma iniciativa e de um desdobramento político, com reflexo na forma como a sociedade se organiza e como pode passar a ser organizada. Nesse caso, as mudanças aplicadas à universidade no sentido de ampliar o acesso e a permanência de grupos sociais historicamente ausentes estão diretamente ligadas à possibilidade de

trânsito social. Ainda que não determinante, considerada a falácia da meritocracia elucidada por Perdigão (2015), o acesso à educação ainda é um importante meio para mudança social.

A universidade ocidental moderna se torna um lugar para poucos à medida que se instrumentaliza, por meio da adoção de uma racionalidade tal em que determinados processos, conhecimentos e pessoas são considerados mais adequados que outros. Nada é tão forte para sinalizar a aproximação de ideais que se retroalimentam e se reforçam do que as histórias acerca da colonização. A educação serviu de modo deliberado à via de propagação, fortalecimento e legitimação do domínio de um povo sobre outros. A lógica do domínio possui interface tanto global, como os processos institucionais que, sendo taxativa, culminam em fuga de cérebros e patentes e localmente, por meio do adestramento (BOURDIEU, 2019) proporcionado pelo ensino acrítico. Em uma frase, a organização é tensionada por uma lógica de assimilação social, na medida em que instrumentaliza a diferença e a submete à racionalidade neoliberal.

Neste tópico procurei demonstrar que o sentido da universidade é tensionado por diversas questões, como a lógica de mercado, problemas sociais, pressão de movimentos sociais. Assim, compreender a universidade, demanda uma análise que considere questões locais que exercem pressão, e cujo produto pode ser estar alinhado com uma noção de alinhamento para um determinado ordenamento social. Além desses fatores contextuais, existem as nuances históricas, elucidativas ao demonstrar que contradizer os valores morais usados para elevar a importância dessa organização no passado, é algo tão presente quanto esperado.

Interessa pontuar os meios pelos quais o sentido mais amplo de universidade compartilhado no Brasil justifica um projeto político, expresso na produção e disseminação de conhecimento que, ao evidenciar determinadas questões, invisibiliza outras. Essa dinâmica é esmaecida pelo argumento da neutralidade científica. As ausências das diferenças, sejam dos corpos que marcam atravessamentos sociais, como os negros, sejam o de temas e alternativas para as várias manifestações da exclusão social, contribuem para uma conservação do estado de coisas. Foi possível identificar elementos ligados a um aparelhamento das universidades a uma lógica responsável por filtrar as questões na UFMG, o que indica que a organização abriga projetos políticos distintos, com desdobramentos para a produção de conhecimento voltada à mudança social.



Em face da existência de proposições de ordenamento social conservador, é possível demarcar projetos distintos, dentre os quais demarco o de enegrecer a universidade. Para o escopo desse estudo, interessa compreender de forma mais detida, como se dá tal lógica no grupo e como ele representa uma tensão política à manutenção do *status quo*.

#### **4.2 A dimensão da produção e disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós**

Eu considero um episódio recente particularmente interessante para discutir os diferentes modos de produção e disseminação do conhecimento, e está relacionado com o debate do “lugar de fala”, expressão cunhada no meio acadêmico e que ganhou popularidade com a obra de Ribeiro (2017). A obra da filósofa negra e feminista não representa uma inovação em termos teóricos, já que, ao entender esse conceito relacionado ao posicionamento e posicionalidade do pesquisador, é feita em Derrida (1973), ao tratar do *locus* de representações da linguagem e da subalternidade atribuível à escrita. Porém, considero o estudo da autora pertinente e importante por revelar justamente a implicação política da construção do conhecimento e, mais, de tornar tal debate acessível a um público não acadêmico.

Entre os interlocutores de Ribeiro (2017) estão diversos grupos sociais, e dada a repercussão do trabalho, muitos se sentiram representados em sua exposição. Ao falar das especificidades das vivências, das narrativas e da teorização sobre essas vivências, ela desafia, nos termos de Schwartzman (2008), o mito do conhecimento científico neutro, isento da dimensão política. No caso específico tratado por ela, a teorização realizada por pessoas brancas sobre pessoas de outras etnias, como as negras, não pode ser encarada como processo de isenção política. Antes, contudo, o que se percebe é que diversos destes estudos representam a proposição de uma lógica que hierarquiza as diferenças sociais (BHABHA, 2007).

Ribeiro (2017) coloca em pauta um desdobramento da dimensão política do conhecimento, essa que, ao ser deslegitimada na consolidação da ciência, provocou o desprestígio de toda produção de conhecimento permeada pela implicação com o sujeito. O que eu destaco na autora é justamente a possibilidade em termos de produção e disseminação do conhecimento, que não científica. Ela evidencia a legitimidade da produção do conhecimento politizado, em oposição ao *ethos* científico hegemônico e essa é a janela pela qual se tornam visíveis diversas instâncias sociais de produção do conhecimento.

O conhecimento é produzido por diversas instâncias sociais (HESSEN, 2000; DEMO, 1995), como a cultura, as artes, a filosofia, a religião, a ciência e o folclore, para citar alguns. Como já tratado no tópico anterior, é possível demarcar singularidades e semelhanças no processo de construção do conhecimento nas diversas instâncias. Nas semelhanças, é possível realçar a identificação de um problema, a busca de uma solução e a generalização das respostas. Outro fator em comum é a política como elemento às organizações sociais (BÖHN, 2006). Em termos de singularidades, é possível destacar os interesses, os discursos, o sistema de legitimação e as estratégias de persuasão, responsáveis pelos efeitos de verdade.

*A gente em contato em contato com um pai de um terreiro de **candomblé**, vindo de Fortaleza, transforma no Afoxé Umbuaru, que é o primeiro afoxé do Cariri cearense e em meio a isso tudo, com todos os povos de terreiro, fazendo esse movimento de **entrar na universidade**, com nossas vestimentas, com nossos tambores, e provocando ali **outras dinâmicas** de perceber epistemologias para pensar aquele espaço também. Então a gente naquele momento, a gente tava sim chutando a porta. Eu entendo que hoje a nossa ideia é **ter a chave para abrir essa porta** com muita tranquilidade. Entendendo que nós agora estamos, mais do que antes, criando **possibilidades de produção do conhecimento** também dentro da universidade, enquanto intelectuais.*  
*[Dyami, participante]*

Durante a realização das entrevistas, diversas pessoas mencionaram símbolos do candomblé. A princípio, pensei que as expressões usadas foram acionadas por serem elementos de significação particulares a alguns sujeitos. Porém, o trabalho de Rezende (2022) e de forma mais específica, o de Gomes (2022), me fizeram perceber que a presença da simbologia do Candomblé nas pesquisas tinha um sentido mais amplo. A partir de Hessen (2000) e Demo (1995), é possível reconhecer uma instância social produtora de conhecimento e que, de acordo com Sodré (2019), pode ser considerado um suporte simbólico. O culto a um orixá liga o sujeito a um determinado sistema filosófico.

A ideia de Hessen (2000) não é uma visão isolada, já que Locke (1960), primeiro autor a problematizar a natureza do conhecimento, admite que o entendimento é derivado da observação e da experiência de cada pessoa, e que representam duas fontes distintas. Outro processo comum é o movimento de reflexão, momento no qual cada um realiza uma operação interna de observação do que e como se está fazendo. Locke é considerado um empirista, já que credita parcela relevante à experiência no processo de construção do conhecimento. Embora Locke apresente filtros – tais como a vinculação com a experiência e a liberdade circunscrita à liberalidade econômica e a contradição de denotar o conhecimento como fruto da experiência, mas reconhecer as verdades *a priori*, como as leis da matemática – sua linha de raciocínio admite a produção do conhecimento como possibilidade para todas as pessoas. Locke (1960) possui postura política ativa em favor do sistema produtivo vigente. Porém, é justamente do seu lugar permeado pela política que ele pode admitir a possibilidade de um conhecimento socialmente engajado e produzido nas práticas cotidianas.

Tenho, a partir dessas contribuições, que desde as primeiras reflexões sobre o conhecimento é sabido haver formas distintas de produção e disseminação. Considerando-se o silenciamento sobre a dimensão política na ciência, é possível destacar processos de outras organizações sociais para as quais ela é fator aglutinador de ideias e pessoas. Isso porque o modo de organização baseado em um conhecimento hegemônico nunca abrange a totalidade das diferenças humanas (BÖHN, 2006), o que representa ausência de representação, e mais que isso, que provoca ativamente a exclusão social. A exclusão gerada por esse cenário é propulsora de um contramovimento, de resistência, entendido eixo de formação das organizações sociais.

*Funcionava também como uma espécie de refúgio, uma coisa é eu me entender enquanto um dos três negros no meu mestrado, numa turma de 30, 31 pessoas, acessando inclusive um conhecimento de pessoas que se colocavam num lugar em que esse conhecimento por elas compartilhado ele também, ele era utilizado para me marginalizar. Porque além de ser preto, eu sou gay, sou de religiões de matriz africanas. Então alguns desses elementos performativos, eles evidenciam a minha identidade enquanto membro de religião de matriz africana no dia-a-dia, e para além disso, o fato de ser nordestino né, estar no sudeste do país sendo nordestino também é outro elemento que infeliz-*

*mente contribui para que esse **processo de marginalização** que também é racializado, **ele ganhe um reforço**, dentro de tudo isso que a gente chama de sociedade brasileira. [Dyami, participante]*

A presença de pessoas atravessadas por diversos marcadores sociais na universidade é uma situação que provoca o adensamento dos limites dos conhecimentos científicos alinhados a um ao ordenamento social comprometido com a *manutenção do status quo*. Dyami (participante), não se percebe representado pelos saberes compartilhados na universidade. Mais que isso, ele percebe que esses conhecimentos também serviam para a marginalização. Ora, se em alguma medida, um sistema onto-epistêmico privilegia determinados grupos sociais em detrimento de outros, opera em uma lógica política. Böhn (2006) reconhece os limites de representação do conhecimento científico e isso está ligado justamente ao seu engajamento político.

A questão é que esse sistema de significação do saber científico, de modo hegemônico, tem sido via para um processo ativo de desontologização dos sujeitos marcados por diferenças sociais não toleradas (RUFINO, 2019). Diversos autores pontuaram desdobramentos desse sistema, como o epistemicídio (NASCIMENTO, 1978). A negação dos saberes, da possibilidade de produção do conhecimento, a partir de um lugar marcado por atravessamentos sociais, é um mecanismo de negação da própria humanidade. Essa situação se releva por diversos meios, mas sempre permeada pelos limites da ciência.

Durante os encontros das Conferências de Promoção da Igualdade Racial, para mim foi marcante a sensação de hostilidade com que algumas pessoas de coletivos negros se referiram às pessoas acadêmicas. De acordo com Fanon (2008), é possível perceber que o conhecimento formal produzido e reproduzido na universidade silenciou as questões raciais e, mais do que isso, terminou conferindo as bases legitimadas, por meio da ciência, para a perpetuação do racismo e da lógica de assimilação. Em Nascimento (1978), tal concepção se confirma e outro aspecto vem à tona: o de que a universidade em alguma medida produziu e reproduziu conhecimentos que representam exclusão social e isso possui relação com a rechaça à academia por parte de alguns movimentos sociais negros. É em razão desses fatores que tomo a universidade ocidental moderna como contraponto, por reconhecer nela a dupla atuação política em fa-

vor das ideologias segregadoras e, ao mesmo tempo, segregação do conhecimento negro intelectual.

Traçando um paralelo entre Universidade e os Coletivos Negros, penso ser possível destacar elementos que as caracterizam. O projeto de universidade ocidental moderna, sobretudo o idealizado por Humboldt (2002), tem na ciência sua forma basilar de produção e disseminação do conhecimento. O conhecimento científico se consolidou enquanto primado da técnica e isso foi construído na promoção de alguns afastamentos, como da política. Em Weber (1993), é nítida a demarcação da universidade e do saber científico como espaços delimitados pela objetividade e racionalidade, e é esse fator a questão chave, para o autor, na defesa de uma organização social e do arcabouço intelectual capazes de sustentar a diferenciação entre as demais organizações sociais pela via técnica. Weber procura apresentar a ciência como conhecimento legítimo, por não ser contaminado pela política, algo feito pelo uso da técnica. Porém, o autor somente realça aspectos convenientes em seu argumento, já que a política é bem mais ampla do que a situação pontuada pelo autor.

A universidade se torna o lugar do conhecimento racional, lógico e objetivo, o que a coloca em um polo do processo de construção e disseminação do conhecimento. No outro extremo, posso circunscrever os coletivos negros universitários, já que esses têm na política o fator aglutinador de pessoas e dos saberes por eles produzidos e compartilhados (VALK, 2002; BORDT, 1997; ROTHSCHILD-WHITT, 1979). Isso significa que tais organizações sociais mantêm um laço estreito com a dinâmica que permeia a esfera política, a saber, o processo de negociação, o debate e o confronto de ideias, mas também da emergência de conflitos, paradoxos e contradições. Justamente por admitir a política como possibilidade de elaboração de saberes, se torna possível considerar que o alcance de ideias, crenças e saberes seja amplamente distinto dos produzidos sob o ideal da neutralidade e da objetividade.

*As pessoas estão ali tem um propósito até romântico né, de empretecer esse espaço acadêmico universitário da pós-graduação. [...]. Estando na militância organizada, é mais fácil de você compreender esses mecanismos que enganam, né, a gente consegue visualizar num discurso, numa novela, numa propaganda, a gente consegue localizar o que ele quer dizer o que não é real. Mas isso é muito mais difícil*

*para quem não exercita esse olhar crítico sobre a realidade. Então eu não sei se eu chamaria de contradição, entre o **ativismo que você já nasce** com o que de fato algumas pessoas negras realizam, elas realizam muitas vezes o que é difícil de perceber o que está por trás dessas narrativas que são racistas, homofóbicas, classistas. O **discurso do mérito** para mim é isso. Ele é tão potente que a pessoa preta, periférica, pobre acredita que se ela trabalhar ela vai ficar rica. Então a gente sabe que essa mobilidade social de classe, ela não é simples assim, ela não se dá desse jeito [...]. Você aprende pela dor, é isso que a gente **aprende quando se aproxima da religiosidade ancestral**, candomblé, se você não vier pelo amor, vai vir pela dor. Então tem gente aprendendo pela dor. [Senaki, participante]*

Senaki (participante), descreve um sujeito ativista capaz de analisar e identificar narrativas de persuasão ligadas a ideologias. Esses mecanismos discursivos exercem a função de promover aderência a uma determinada ideologia, sob o argumento de possibilitarem algum tipo de mudança social, porém não se sustentam após um exercício analítico. O discurso do mérito citado por ele, é emblemático, já que continua sendo um mecanismo que cria aderência política a um ordenamento social, marcado pela produção de exclusão social.

Há algo de complementar nos relatos de Dyami (participante) e de Senaki (participante), que diz respeito a um ativista específico. Ao indicar os marcadores sociais em si, Dyami (participante) o faz em perspectiva social. Logo, a visão que ele constrói de si mesmo revela um sujeito que reconhece seus próprios atravessamentos, e como eles dialogam com as esferas sociais, dentre as quais, a universidade. A questão é que ele abraça esses atravessamentos como possibilidade de agência, algo que, a partir de Rufino (2019), eu associo à construção de um sujeito parido no cruzo. Um dos sinais da ressignificação do lugar de atravessamentos sociais como possibilidade de agenciamento é indicado no momento que ele usa a expressão “elementos performativos” (p. 179), para identificá-los. Ser parido no cruzo é reconhecer os atravessamentos como potência, como possibilidade de agenciamento.

A visão das diferenças sociais como elementos performativos pode ser percebida na produção e disseminação do conhecimento por meio da música, das artes, da poesia e do teatro, para

citar algumas e que foram fundamentais no processo de educação racial no país (GONZALEZ, 2020; SODRÉ, 2019; GOMES, 2017). Nascimento (1978) é particularmente importante ao entendimento da negritude enquanto aprendizagem politicamente engajada, isso porque o autor apresenta a experiência do Teatro Experimental do Negro (TEN) como alternativa ao processo de embranquecimento e da alienação que ele representa. Favelados, empregadas domésticas, desempregados, além de adeptos de religiões de matriz africana se tornaram artistas e dramatizaram a experiência de vida das pessoas negras em perspectiva própria. O TEN pode ser considerada uma organização social revolucionária por ter construído um processo de aprendizagem, de compartilhamento de vivências, experiências e saberes que representaram uma visão de mundo singular, marcada pelo protagonismo negro. Outro ponto peculiar do TEN foi a recusa à doutrinação acadêmica. As produções estavam voltadas para a denúncia das formas de racismo velado, formas de resistir ao embranquecimento/assimilação, além de oferecer apoio psicológico às pessoas negras, já que muitas desenvolviam a auto-rejeição e o complexo de inferioridade.

O TEN, fundado por Abdias do Nascimento em 1944, adotou uma técnica que ele nomeou de grupoterapia, algo também utilizado em movimentos sociais na Europa, embora se tratando de contextos e questões amplamente distintas. Técnicas semelhantes, como o Psicodrama e Sociodrama, teriam sido usadas por J. L. Moreno nos Estados Unidos. Para Ramos, a tônica do TEN e do próprio I Congresso Nacional do Negro, realizado em 1950, não era a de ataque ou de enclausurar a questão étnico-racial às pessoas negras, mas a de visibilizar experiências, trajetórias de vida e informações, que possibilitassem reflexão e conhecimento. Os artistas do TEN eram pessoas negras, oriundas das mais diversas camadas sociais, a maior parte de favelas. A linguagem, as peças, as cenas, criavam representações do cotidiano que geravam rápida identificação, de forma sutil introduziram críticas e questionamentos a situações consideradas normais em uma sociedade marcada pelo racismo, desenvolvido e não questionado por quatro séculos. O TEN é uma, dentre as várias organizações que integraram o Movimento Negro, que embora remeta a um movimento realizado por pessoas negras por, no Século XX, de bases essencialmente culturais, foi efetivo em proporcionar mudanças em pequeno e longo prazos.

A representação feita por Dyami (participante) é complementada pelo relato de Senaki (participante), à luz de questões presentes no TEN. Ele caracteriza um ativista como alguém políti-

camente engajado e dotado de uma determinada capacidade analítica. Ao contrário de outros ativistas sociais que se distanciam e até rechaçam a universidade, o ativista relatado pelo participante busca ocupar a universidade, mas também se coloca como produtor e reproduzidor de conhecimento. Porém, esses conhecimentos partem de um sujeito parido no cruzo, logo, ele aciona seus atravessamentos como elementos performativos, e, nesse processo, produz um conhecimento politicamente engajado por se apoiar na diferença como elemento fundante e demarcador de humanidade. Como se apoia e valoriza as experiências cotidianas, tal conhecimento é facilmente compreendido pelos cursistas do Afirmção na Pós.

Em organizações como coletivos negros universitários, o conhecimento não é coisa, é um processo (BÖHN, 2006) compartilhado por meio da linguagem enquanto sistema também em criação, significação e ressignificação contínua, tal como previsto por Wittgenstein (1978). O conhecimento é decorrente do diálogo na relação da vida cotidiana e compreensão compartilhada, segundo Böhn (2006). Nesses termos, é possível perceber que o Afirmção na Pós indica a existência de ativistas paridos no cruzo, que constroem e reproduzem conhecimento engajado, comprometido com um ideário político, e assim, constituem uma intelectualidade diferenciada.

*A maior parte do povo preto está sendo obrigado a reduzir a vida, na luta pela sobrevivência. Nós também lutamos pela sobrevivência, diariamente. Mas nós temos que **tomar consciência**, nesse campo da **intelectualidade** e do trabalho intelectual no campo das pesquisas e tudo, a gente tem uma **responsabilidade maior** em relação aqueles que não chegaram até aqui. Isso quer dizer que a gente tá se sentido as tais? Não! Isso quer dizer de responsabilidade mesmo. E aí eu ouço de muitas mestrandas e doutorandas que me procuram, que tão travadas nas escrita, que estão com problemas com orientador, e não sei o que lá. Gente, a maioria dos orientadores é branco. **A universidade não foi construída pra nós.** [Lélia Gonzalez, participante]*

O sujeito parido no cruzo passou pelo processo de reconhecimento de seus atravessamentos, sendo a negritude, a classe, a regionalidade, o gênero, o sexo, a religiosidade e tantas outras



expressões de diferenças sociais que são marginalizadas na sociedade. O ativismo é demarcado pela adoção do ideário de enegrecer a universidade e a intelectualidade é expressa na produção e disseminação de conhecimento científico. Seus atravessamentos amplificam sua percepção sobre problemas sociais, já que, em diversas vezes, o sujeito teoriza a partir de sua própria vivência. Com isso, o sujeito do qual falo, usa seu lugar como potência, como possibilidade de dialogar com a complexidade do mundo, razão pela qual eu percebo uma aproximação dele a Exu, por ser a entidade que representa a possibilidade do devir (RUFINO, 2019).

Enquanto a ciência rechaçou a política, rotulando-a como campo caótico, controverso e de dissenso (CHAIU, 2001), os coletivos negros, dos quais destaco o Afirmação na Pós, enquanto coletivo negro universitário, abraçaram e lhe deram centralidade para o tratamento de questões sociais. Neles, as motivações, as paixões, os interesses não são negados, mas conferem luz e sentido às elaborações. Nada estabelece uma fronteira tão nítida a esse respeito do que o pensamento de Santos (2001), ao considerar que a postura científica criou mecanismos que representam um repúdio às próprias concepções. Sua posição encontra coro em Meneguetti (2011, p. 345), ao considerar que:

Um pesquisador que não reflete sobre sua condição de produção, quais são suas responsabilidades sociais, a quem serve sua produção, quais as consequências boas e más daquilo que produz, não é intelectual no sentido de Sartre.

O abraço íntimo com a dimensão política faz com que os coletivos negros apresentem uma dinâmica marcadamente iluminada pelas crenças e valores compartilhados, o que reflete o nível de reflexividade dos sujeitos envolvidos e se aproxima da intelectualidade enunciada por Meneguetti (2011). Mas esse abraço carrega aspectos amplamente complexos. Penso que enquanto a reflexividade pode ser considerada um elemento potente e inerente aos coletivos negros, há questões que se constituem como desafio, e creio, nesse momento, que a romantização seja o maior deles.

Os coletivos negros são organizações constituídas por ativistas, entendidos como pessoas que lutam por uma causa social, e que revela uma posição política (VALK, 2002). Neles, os aprendizados são produzidos e compartilhados pelos sujeitos a partir de sua trajetória de vida particular, a forma como perceberam e lidaram com essas questões (ROTHSCHILD-WHITT, 1979). Essa lógica transparece a possibilidade de algumas trajetórias assumirem um lugar

expressivo em termos de representação de forma rápida e intensa, tal como observado por Valk (2002) no coletivo Fúrias. Isso é temerário porque indica a possibilidade de um grupo assumir e adotar ideias enunciadas no calor de afetos que não necessariamente representam avanços na luta antirracista.

É justamente para evitar a ascensão de personalidades em detrimento de ideias que a ciência se consolidou como instância técnica, logo, assentada no pilar metodológico, responsável por promover a assepsia das motivações, paixões, interesses e do afeto dos conhecimentos produzidos. É nesses termos que Weber (1982) pensa a ciência, como lugar neutro e objetivo. Atualmente, o nível de problematização metalinguística acerca do saber e fazer científico delimitou os limites da noção totalizante e universal weberiana. Contudo, é necessário reconhecer que a existência da metodologia como mecanismo de mediação para a produção e disseminação do conhecimento desloca, ainda que de forma parcial e precária, a centralidade das personalidades em detrimento das ideias.

Nesse sentido, a reflexão sobre o processo científico a partir da Filosofia, acerca da construção e disseminação do conhecimento pode ser elucidativa. Smith (2018) classifica Oswaldo Porchat Pereira como um filósofo genuíno, atributo raro no Brasil na visão do autor, já que aqui o ensino da Filosofia teria ocorrido por meio de professores franceses sob o método estruturalista. De acordo com Smith, esse método gera historiadores da Filosofia, ao invés de filósofos. Em linhas gerais, de acordo com o autor, o método estrutural possui três regras que orientam a interpretação sendo que i) o **intérprete** não é um juiz, mas um discípulo do autor de referência, ii) **não separar ideias e teses do contexto** em que foram encontradas e iii) o intérprete deve **buscar a unidade**, a coerência ao interpretar. Sendo o método estrutural uma das principais formas de ensino de Filosofia no Brasil por muito tempo considerado por Smith como limitador e constituindo a Filosofia um *locus* importante sobre a reflexão do fazer e saber científico, isso indica que as bases do pensamento científico brasileiro constituíram em um horizonte limitado pela reverência ao pensamento colonizador, acobertado por uma aparência asséptica de neutralidade e objetividade.

A adoção e disseminação de mecanismos criados sob o temor da “contaminação política” revelam algo que considero relevante no campo científico: o ceticismo. Assumo, como Demo (1995), que o saber filosófico guarda a genealogia do saber científico e, nessa condição, tanto

o guia quanto o explicam. Produzir e disseminar conhecimento possui um caráter coletivo e ceticismo possui importância nesse processo. Não é algo do qual se possa prescindir, pois é condição de compartilhamento de ideias e concepções no campo coletivo, e, nesse aspecto, a ciência desenvolveu meios que revelam intensa preocupação cética em assumir narrativas como verdades.

O dilema da romantização e da ascensão de personalidades ao invés das ideias, encontra possibilidade de crítica em Rufino (2019). Para o autor, Exu é a entidade dotada de poder, capacidade de reconhecer os diferentes caminhos, os cruzos, o sentido e o significado de cada um deles. Isso é possível porque Exu representa e domina a linguagem, é ele quem lê e interpreta o mundo. Exu não exclui caminhos, por mais que representam aspectos contraditórios da humanidade. Pelo contrário, a entidade toma os eventos e os caminhos como possibilidades de construção.

Nos termos de Sodré (2019), ao considerarmos o Candomblé como sistema filosófico, a ideia e o papel do ceticismo para a Filosofia, concebida sobretudo no ocidente, pode ser associada à noção de que é Exu é consciência plena, não somente o sujeito. A esse parir-se no cruzo, a que associo a ideia de reconhecer os próprios atrevassamentos, é parte da postura de alguém que se deixa encarnar pela energia da divindade exusíaca. Advém dele a capacidade de lidar com os próprios atravessamentos, os dilemas impostos pela disputa do espaço acadêmico e pela narrativa científica, além das lutas sociais e saberes ancestrais que possibilitam o sujeito ler e perceber os ordenamentos sociais que significam opressão e exclusão social. Esse processo se aproxima do que Rufino (2019) chama de ebó epistêmico. Na sua visão:

A ciência sempre teve um tanto de macumba. Não à toa, os mestres Encantados dos cultos da Jurema, do Catimbó e da encantaria chama os ofícios de saber de "ciência Encantada". [...] Um ebó cívico que se cruza ao fazer científico, que é antes de qualquer coisa uma resposta responsável, ética e estética para com as milhões de almas subtraídas durante os séculos de colonialismo (RUFINO, 2019, p. 29).

Segundo o autor, o ordenamento social imposto pela colonização provocou uma destituição ontológica às colonizados, reduzidos a seres subordinados, algo que coincide com a leitura de Smith (2018), ao perceber a lógica do conhecimento pelo método estrutural no Brasil. O que ele identifica na Filosofia, pode ser aplicado aos demais campos do conhecimento. O ordena-

mento social imposto pela colonização impôs uma condição de menoridade que mutila a possibilidade da intelectualidade, já a margem de ação dos sujeitos é reduzida à mera interpretação de saberes alheios a realidade local e de todas as especificidades nela contidas.

Percebo, a partir do modo de produção e disseminação de conhecimento por membros do Afirmação na Pós, em uma perspectiva macumbística apoiada por Rufino (2019), a liberdade de tomar o mundo como devir expressa nos sujeitos paridos no cruzo. As corporeidades negras são suportes de Exu, e dessa forma, acessam e interpretam o mundo não por uma ótica que se apresenta como universal, como as que refletem o eurocentrismo, mas por aquilo que se apresenta como possibilidade, considerando-se os cruzos. Ativismo e intelectualidade são atravessamentos específicos dos membros do coletivo negro universitário. Esses elementos associados às trajetórias pessoais, combinadas a uma sensibilidade ampliada para acessar problemas sociais e de formas plurais de representar o conhecimento, que incluem e transcendem as publicações de *papers*, indica a potência do Afirmação na Pós, como encruzilhada, a partir da qual a possibilidade de construção é tão vasta quanto a complexidade daquilo que se considera como realidade.

Entre as várias organizações sociais que produzem conhecimento alternativo à ciência positivista, McAdam e Scott (2005) evidenciam os movimentos sociais como um dos mais expressivos e vigorosos, do ponto de vista intelectual, nos últimos 60 anos. De acordo com os autores, esse tipo de organização social já foi visto como expressão de comportamento irracional. Em 1960, a realização de estudos ajudou na leitura e ressignificação do processo peculiar dessas organizações sociais. De acordo com os autores, existem três grandes fatores ligados ao seu surgimento e o primeiro deles é a existência de uma rede de mobilização formada por pessoas com interesse insurgente ao estado social estabelecido. A oportunidade política é outro, tal como restrições impostas por política institucional. A terceira remete aos sistemas de enquadramento, que remetem à forma particular de um grupo perceber, interpretar e significar o real, dando base para ação. Entre as características de movimentos sociais estão a dinâmica processual, a centralidade do movimento e o caráter político contestatório.

As questões usadas para descrever as organizações e os movimentos sociais sinalizam que, por meio da esfera política, a resistência, o contradiscurso de Chauí (2001), encontra uma base de elementos compartilhados coletivamente, entre os quais, a capacidade de mobilização,

a capilaridade das ideias, os usos e sentidos da linguagem, as práticas sociais específicas e a transitoriedade da organização. Já que Böhn (2006) considera que essas organizações representam uma iniciativa não positivista, as formas de produção e transmissão de conhecimento não possuem compromisso com o sistema formal e institucionalizado observado na ciência positivista.

Uma das questões imperativas ligadas à produção da ciência, é a dimensão ontológica. Definir a dimensão ontológica é fundamental para a elaboração do estudo, porque ela funciona como um sinalizador do ponto de partida usado para formular um determinado conhecimento. Ela está profundamente ligada à produção do conhecimento, ideia presente em Mattos (2009), e não me refiro somente ao científico, mas a toda gnose existente na sociedade. Justamente por isso que a ontologia é capaz de delimitar um campo, já que também informa cientificidade e legitimidade de um trabalho.

Ontologias distintas significam realidades diferentes. O ser, que é aquilo que pode ser conhecido, pode estar acessível no plano concreto ou no idealizado. Conceber o mundo constituído de elementos observáveis concretamente, quer se trate de algo natural ou social, está ligado à ontologia realista. Em oposição, é possível admitir que o mundo seja mais do que está acessível concretamente, ou seja, que existem fenômenos independentes de uma concretude alcançável pelas ideias, algo que se vincula à ontologia idealista. Para Krijnen (2015), o idealismo concebe o real independentemente do pensamento do sujeito cognitivo, em que há uma primazia da dimensão objetiva, mas que se integra à dimensão subjetiva da intencionalidade e atualidade.

O autor apresenta diversos questionamentos para situar um trabalho voltado a compreender fenômenos a partir dos Estudos Organizacionais, sendo a primeira relativa à defesa da reflexão filosófica nesse campo. A esse questionamento, demonstrar a orientação ontológica confere a possibilidade de verificar-se a coerência de um estudo. Outro questionamento feito pelo autor é o de que como se pode conceber a organização a partir de uma ontologia idealista. É possível defender a organização a partir de práticas sociais, já essas caracterizam um elemento concreto da realidade, mas que também é composto por dimensão subjetiva que, embora não seja observável, existe e molda o real.

Os elementos encontrados no Afirmação na Pós estão ligados a um processo social mais amplo, com corpo suficiente para denotar uma ontologia própria, não apreendida por Mattos (2009). A percepção de uma ontologia específica se aproxima das ideias presentes em Gomes (2022), ao indicar a existência da cosmovisão. O que destaco é o lugar que singulariza a produção intelectual de ativistas que reconhecem seus próprios atravessamentos. Tal produção perpassa se deixar encarnar por Exu, para então acessar o mundo, o real, em sua complexidade e pluralidade. Exu abre caminhos, estabelece pontes entre áreas distintas, ressignifica a apreensão da temporalidade, e principalmente, esculhamba com a fixação ocidental pela coerência.

Por fim, percebo que as práticas observadas entre membros do Afirmação na Pós podem ser consideradas não um conhecimento alternativo, mas um sistema científico próprio, constituído por premissas filosóficas (SODRÉ, 2019), processos particulares de produção de conhecimento (RUFINO), de um sistema de linguagem (GONZALEZ, 2020), de um ideário político (CHAUI, 2001; 1999), por uma dimensão educadora e formadora (GOMES, 2017) e por uma ontologia própria, que por sua forma de acessar e ler o real, pode ser considerada Ontologia do Cruzeiro.

#### **4.3 Raqueando a estrutura: a nuance política a partir das vidas organizadas no cruzeiro acadêmico**

Até aqui alguns temas perpassaram a discussão, como os movimentos negros sociais, as nuances do sentido da universidade, o ativismo e os processos de produção e disseminação do conhecimento. Neste estudo, a dimensão política atravessa todos eles, razão pela qual passo a tratá-la de forma mais detalhada. Ela é parte dos atravessamentos que perpassam os membros do Afirmação na Pós, o que indica possibilidades de mudança social, como também sinaliza limites nas práticas que ali se estabelecem.

O primeiro aspecto político que realço é o mais imediato. Os movimentos negros e os negros em movimentos dizem respeito a pessoas que, por apresentarem uma série de diferenças sociais subalternizadas na sociedade brasileira, formam grupos unidos em torno de um ideário, voltado a uma mudança social que possibilita melhores condições de vida. Ora, essas organizações indicam grupos críticos ao *status quo* existente, já que ele é permeado por questões

que representam opressão, violência e desumanização dos povos negros. Esse percurso está presente nos membros do Afirmação na Pós, a importância de uma trajetória marcada por lutas sociais é tão importante, que foi tratada como critério de seleção para a participação no curso:

*Mas que com esse estudo **ela pensasse criticamente a pós-graduação**, isso era muito caro para a gente. Então assim... É, **esse requisito** e ele se concretizou como fundamental depois mesmo, porque as pessoas fizeram isso de fato, porque se interessaram, porque de fato começaram a olhar para aquele espaço **sem aquela romantização** de estar num espaço público, universitário, aquele romantismo que é a academia. E **começaram a ver ali problemas sociais graves**, de racismo, machismo, de classe, de gênero, de tudo e isso é muito bom. [...] **a gente não entra para chancelar esse espaço**, a gente entra para **disputar a narrativa**, disputar o **discurso**, disputar o conhecimento, que **ele também tem que ser negro**, também tem que ser periférico, também tem que ser LGBTQIA+, tem que ser feminista, tem que ser indígena. **Esse é o sentido** da coisa toda. Por isso que **não dá pra entrar ali e ficar só olhando**, **panguando** como a gente costuma dizer na gíria popular. [Senaki, participante]*

Existem aspectos que unem as trajetórias dos membros do Afirmação na Pós e o perfil buscado nos cursistas. O relato de Senaki (participante) indica que alguns membros, a partir de sua margem de contribuir com as decisões, privilegiavam os candidatos encarados como potenciais intelectuais ativistas. Para o grupo, era nítida a distância entre uma pessoa apresentar diferenças sociais subalternizadas e a de ela ter consciência, de ter sido capaz de reconhecer seus atravessamentos em perspectiva.

Algumas situações que vivi possuem relação com a que Senaki (participante) apontou. Por diversos fatores, eu levei muito tempo para me sentir pertencente ao ambiente acadêmico. A cor da minha pele, a forma como eu me expressava, minha forma de vestir e minhas atitudes, tudo era motivo que me marcavam como estranha aquele contexto. Na condição de acadêmica, eu me senti rechaçada em alguns movimentos sociais em função das mudanças provocadas

no meu comportamento e atitudes decorrentes da convivência na academia, e que, de certa forma e em alguma medida, compreendi que preciso me enquadrar, assimilar as normas e valores compartilhados para qualificar minha presença e minha produção naquele espaço.

Isso foi um dilema, pois essa situação me causou uma série de constrangimentos. Na universidade eu me sentia “negra demais” para passar despercebida como diferente a quem era branco. Já nos movimentos sociais, eu me sentia “negra de menos”, pois quem é preta está mais sujeito a violência imposta pelo racismo. Nas duas esferas sociais, por diversos momentos, minha atuação foi julgada em função das minhas características físicas. Essa situação teve seu ápice durante uma visita a um quilombo em Belo Horizonte, realizada por um colega, um homem branco, jovem e eu. Fomos recebidos por um líder da comunidade e, nesse encontro, conheceríamos a história do lugar e iríamos sondar a possibilidade de trabalhar com a comunidade em uma pesquisa. A minha expectativa era a de que, por ser negra, eu seria bem recebida e acolhida, e que nosso anfitrião iria se identificar comigo, não somente por eu ser negra, mas também ser proveniente de outro tipo de comunidade marginalizada: a favela.

No entanto, foi exatamente o oposto que vivenciei. O líder da comunidade se mostrou extremamente prestativo e atencioso com meu colega. Mas sua conduta comigo foi ríspida, grosseira, ao ponto de ele ameaçar nada nos dizer. Eu não o confrontei em momento algum, mas somente a minha aparência o incomodou ao ponto de motivar sua reação negativa. Dele ouvi “você chega aqui com essa aparência americanizada, de cabelo claro, jaqueta e bota de couro, e só por ser negra acha que vou te contar tudo que quer saber sobre nós?”. O que se seguiu foi terrível para mim. Vivi e revivi esse episódio diversas vezes, e cada vez que eu fiz isso, tentei ver uma nuance, algo que pudesse servir como explicação para aquela sequência desastrosa de ocorrências. Em uma frase, o líder quilombola não somente demonstrou sua contrariedade em participar de pesquisas acadêmicas, mas colocou em suspeição a minha negritude e a legitimidade da minha participação em movimentos sociais, tudo isso a partir da minha aparência. As críticas e as posições pouco simpáticas, mas sutis, a mim direcionadas durante as conferências de igualdade racial, as quais eu atribuí a uma impressão, no quilombo, foram taxativas, evidentes e categóricas.

O ocorrido divertiu muitos amigos meus, já que era mais ou menos esperado uma boa receptividade por parte do quilombo a alguém negro. Passei pela fase de me sentir arrasada, por todo



o processo doloroso de me reconhecer negra, para ser rechaçada por pessoas dos movimentos sociais. Também passei pela fase de ressignificar aquela situação, tornando-a cômica e, por fim, a de revolta. Foi algo que me marcou. Isso porque me dei conta do que vivenciei naquele dia de forma explícita e violenta, ocorria a todo momento, mas de forma sutil. Percebi que em movimentos sociais e em meio ao ativismo antirracista algumas pessoas pareciam assumir que determinadas posições e opiniões somente são legítimas em função de um lastro material, ligado ao corpo dos sujeitos.

A situação que descrevi é decorrente da vinculação do corpo, dotado de sentido e significado estético ao nível de consciência política, e considero que tal debate apresenta diversos paradoxos, já que esse mecanismo pode produzir simplificações arriscadas. Em Jaime (2016), a análise da trajetória de executivos negros de duas gerações em São Paulo indica que essas pessoas desenvolveram estratégias diversas, que lhes conferiram algum trânsito social, entre as quais muitas de ordem estética. O fato que aproxima os relatos em Jaime (2016) e a situação que demarco é que as mudanças realizadas por essas pessoas significaram uma tentativa de se aproximar de uma estética considerada ideal, e, por isso, hegemônica. Os executivos e executivas descreveram situações em que procuraram se enquadrar ao mesmo tempo que terminaram se distanciando das pautas políticas e dos movimentos negros.

Jaime (2016) não problematizou o porquê na medida que os executivos e executivas ascendiam na carreira se distanciaram de movimentos negros e do ativismo. De igual modo, os participantes da pesquisa não relatam situações consideradas negativas envolvendo movimentos sociais ou ativismo negro. O que é possível perceber foi a absorção e reprodução de atitudes e comportamentos por esses executivos, na tentativa de se enquadrar minimamente nos espaços empresariais, e que podem ser lidos de formas amplamente distintas, já que os movimentos negros consituem um fenômeno diverso, tendo em vista somente o cenário brasileiro. Nesse sentido é possível identificar algumas correntes que veem mudanças realizadas pelos executivos em Jaime (2016) e talvez por mim, como uma tentativa de embranquecimento. Aqui posso destacar dois intelectuais negros importantes para a criação da repulsa aos negros considerados traidores ou negros não suficientes, sendo Fanon e Nascimento. Vou iniciar minhas considerações a partir de Fanon (2008, p. 95):

Se ele [seu paciente com complexo de inferioridade] se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu

complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a **conscientizar seu inconsciente**<sup>21</sup>, a não mais tentar um **embranquecimento** alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais. Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: **branquear ou desaparecer**, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir.

Fanon foi um médico psiquiatra, filósofo político e intelectual negro. Ele nasceu em 1925, na Martinica, uma ilha colonizada pela França. Por ser negro e colono, Fanon descreveu o processo desenvolvido por seus compatriotas ansiosos por ascensão econômica e social. Havia uma espécie de rito social compartilhado, segundo o qual estava previsto que jovens martinicanos migrassem para a França, procurassem prostíbulos e mulheres brancas para desposá-las, aprendessem a falar o francês falado na França (Martinica apresenta variações), aprendessem e reproduzissem a sociabilidade francesa. Ao conjunto de atitudes realizadas com intuito de assimilação, Fanon nomeia de embranquecimento, sendo crítico a essa lógica vista como única possível de mobilidade social para uma pessoa negra em uma sociedade marcada pelo racismo. A questão importante em Fanon, e, talvez, ignorada por ativistas que considero portadores de posições radicais, é a distinção que o autor faz entre consciência e inconsciência.

Nascimento, nascido no Rio de Janeiro, em 1914, foi considerado um polímata por dominar conhecimentos em diversos campos, já que foi professor universitário, ativista de direitos humanos, artista plástico, dramaturgo e intelectual negro. Segundo ele:

Uma afirmação exemplar emitida pela ideologia racial brasileira: a assunção de que as pessoas de origem índia ou africana preferem ser rotuladas de brancas e a simultânea presunção de que a benevolência da estrutura social em lhes concedendo o privilégio do *status* de “branco” (NASCIMENTO, 1978, p. 76).

Embora falando de sociedades distintas, Fanon e Nascimento tratam de questões que podem ser aproximadas. Nascimento apresenta diversos dados na busca de demonstrar que o racismo considerado ameno no Brasil, na verdade, representa um sistema sofisticado de extermínio da

---

<sup>21</sup> Grifos meus.

população negra, inclusive na esfera da produção do conhecimento, com o epistemicídio. O que haveria de diferente da manifestação do racismo no Brasil para em outras sociedades com contingente menor de população negra seria o uso de estratégias que turvaram a forma de encarar a violência, ao distorcer fatos, pesquisas e notícias, como estratégias persuasivas ao que ele considera ideologia racial brasileira. Sob tal discurso, no Brasil, os efeitos do racismo não seriam de ordem violenta por uma série de fatores que amenizaram a condição de ser negro, e que significariam trânsito econômico e social para pessoas negras, tendo em vista a presença de elementos que as aproximasse da referência branca, algo decorrente do privilégio citado por Nascimento.

A partir destes trechos, procuro salientar que, em alguma medida, eles descrevem a existência de uma hierarquia da desgraça, na qual, quanto menos elementos negroides as pessoas tivessem, maior sua possibilidade de trânsito e maior acesso à privilégios elas teriam, embora nunca em condição de igualdade com pessoas brancas. O problema, a meu ver, foi a forma como os autores foram lidos e interpretados por determinados grupos sociais, inclusive nos movimentos negros. O que eles descreveram como sendo condições impostas à possibilidade de existência e sobrevivência de pessoas negras por sociedades permeadas pelo racismo, fomentou a crítica e a ira entre pessoas negras. Algumas pessoas pretas passaram a acusar pessoas pardas de traírem a causa, por não serem legitimamente pretas e por não estarem sujeitas às mesmas questões. No campo político, no qual se localizam os movimentos sociais e o ativismo existem posicionamentos de toda ordem, em função da lógica de produção do conhecimento que é inerente destas instâncias sociais.

O desdobramento desta situação é que pessoas negras são tratadas como traidoras da causa política antirracista por não refletirem uma determinada estética representativa dos movimentos. Isso explicaria a rechaça que eu sofri nas conferências de igualdade racial. Tal questão é a ponta de um processo que acredito ser, embora lamentável, extremamente rico, os movimentos sociais e o ativismo possuem contradições e paradoxos, e que não são abordados em função do receio de descredibilizar toda a luta por causas sociais legítimas. Eu me deparei com um dilema parecido no estudo realizado com quilombos urbanos (SILVA, 2019), já que a observação mais detida dessas organizações não hegemônicas colide com o quadro romântico de um grupo homogêneo, pequeno e oprimido que enfrenta a sociedade perversa.

Considerando as situações expressas em Jaime (2016), Fanon (2008) e Nascimento (1978) e as que vivenciei, a construção da negritude é algo amplo, interpretado e analisado de forma distinta, sobretudo em organizações ligadas ao movimento negro. Essa situação é um dos pontos que indica que tais organizações não são homogêneas, pois apresentam paradoxos, contradições e dilemas. A existência de processos que condicionam a vida de pessoas negras não pode ser considerada argumento contra elas próprias. Como Fanon destacou, existe uma dimensão da consciência ou não na assimilação e reprodução de regras, crenças ou condutas sociais que oprimem, as quais é possível admitir, funcionam como estruturas de opressão justamente por serem de difícil percepção.

O embranquecimento citado pelos dois autores se refere a um processo, dentre outros tantos, produzidos e reproduzidos em contextos racistas, e que impõe uma série de restrições ao modo de ser, viver e conhecer das pessoas. No caso do embranquecimento, é possível destacar dois fenômenos: o primeiro é decorrente de uma política de estado criada com objetivo de aumentar o número de pessoas brancas no país (NASCIMENTO, 1978). Um dos motivos para tal decisão era a tendência de superação do modelo escravagista a nível de mundo, sobretudo na Europa e, logo, tudo que remetia à escravização foi vinculado ao atraso, inclusive as próprias pessoas negras.

Na expectativa de se inserir dentre os grupos de sociedades civilizadas, modernas, no Brasil foram produzidos, ativamente, diversos mecanismos políticos na busca de ascensão. Na mesma esteira houve as mudanças sociais carregadas do mesmo teor, ou seja, mudanças que pudessem amenizar tudo que remetia à negritude, e daí decorrem as transformações da textura de cabelo, os cremes clareadores de pele, a adoção de determinados estilos de roupas, os tons deste vestuário, acessório. Com base em Fanon (2008) até a linguagem pode ser encarada como uma forma de embranquecimento que, no Brasil, emprega expressões regionais marginalizadas, como nas favelas. Temos, então, dois tipos de embranquecimento: o institucional e o social. As duas formas significam processos opressores e violentos, porque condicionam a existência de pessoas, e, mais que isso, nega-lhes a possibilidade de existir, já que estabelece a condição de pertencimento social à negação da sua diferença.

O detalhe que escapa a algumas leituras sobre o processo de embranquecimento é ignorar a diferença entre sujeição normas subjetivas impostas como única possibilidade precária de

existência as pessoas que possuem diferenças sociais subalternizadas e a decisão consciente de imprimir mudanças no próprio corpo, seja qual for a referência. É desta diferença que Fanon (2008) trata ao considerar que seu papel profissional era o de conscientizar o inconsciente de pessoas que se submetiam a essa lógica perversa e transformavam suas vidas em um percurso penoso de se afastar da negritude. A questão a ser combatida é a submissão inconsciente a um padrão, não o direito de mudar o próprio corpo. Negar essa possibilidade às pessoas negras, sob qualquer argumento, reforça e aprofunda o território de interdição. Em última instância, considero que o uso impositivo de conceitos, derivados de qualquer instância social produtora de conhecimento é algo pretencioso, *ahistórico*, *apolítico* e antiético.

Reitero que “se um projeto social totalizante oprime minorias, trocar esse ideal por outro não muda a lógica opressora. Creio que a luta antirracista não visa moralizar a vida de pessoas, pois todas, inclusive as negras, têm direito a vestirem-se, casarem-se, portarem-se como quiserem” (SILVA, 2019, p. xvii). Penso que a reprodução da lógica opressora seja um risco iminente para os grupos sociais a ela submetida, que mesmo sob o afã de emancipação, já que segundo Almeida (2017), essa é um estado, um patamar permanente e estagnado, mas de uma busca contínua.

No campo político existe um ideal, talvez ainda influenciado pela promessa impossível derivada do Iluminismo, de emancipação decorrente do esclarecimento. Daí a operação lógica é que, quanto maior o esclarecimento, maior possibilidade de emancipação. A este aspecto, a origem do mito da emancipação e do esclarecimento total nem é tão importante. Trágicos são seus efeitos. Essa crença tem motivado posições radicais em movimentos sociais e ativistas, que refletem um ideal de esclarecimento totalmente lastreado no corpo, já que ele é considerado político por si só.

Não pretendo desconstruir a noção de corpo político, porque compreendo que a dimensão estética carrega sentidos e significados. Algumas concepções africanas sobre o tempo compartilham a ideia de que o corpo é lugar de construção e processamento de linguagem (MARTINS, 2021). Foi por meio da estética, que o movimento *Black Power* e o Rastafári adquiriram notoriedade, visibilizaram a diferença, bem como os efeitos do racismo (LOPES; FIGUEIREDO, 2018). O corpo produz diálogos e é capaz de promover reflexões a uma velocidade invejável por outras instâncias e justamente por isso que a noção de corpo político é tão cara ao

desenvolvimento das lutas antirracistas e dos movimentos negros. Essa capacidade de comunicação se dá justamente pelo caráter estético do corpo.

Considero que a estética foi a via que possibilitou a discussão acerca do racismo e da violência dele decorrente, já que, por meio imagético, toca dimensões variadas da vida social, como a política, perceptível nos movimentos negros. Assim, tal como conclui Oliveira (2007), a partir de Hannah Arendt, que o corpo é político e assim, já que uma das formas de manifestação estética seja a corporal, é possível destacar a interface dotada de sentido político.

Nas questões que apresentei, procurei descrever situações que apontam para o risco inerente ao campo político, sendo um deles a radicalização. Ser negro e se perceber como negro são matérias distintas. É exatamente por isso que a consciência a que se refere Fanon (2008), pode ser associada ao reconhecimento de um, dos vários atravessamentos a que uma pessoa está sujeita.

Embora eu me debruce sobre a questão étnico-racial, o processo que descrevi pode ser observado em outras dinâmicas sociais, como as relativas às diferenças de gênero e sexualidade e que também sinalizam ambiguidades em movimentos sociais. No estudo de Saraiva, Santos e Pereira (2020), a reflexão acerca das masculinidades e heteronormatividade, é possível apreender que, entre pessoas gays, quanto mais reproduzem a estética e a dinâmica heteronormativa, mais trânsito social e econômico possuem. Em outro trabalho, Moura, Nascimento e Barros (2017) fortalecem tal compreensão, considerando que a feminilidade é o fator relevante para a experiência do preconceito.

Em 2008, foi realizada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, convocada por meio de decreto presidencial. Aguião (2016) estudou como se davam as disputas internas ligadas ao movimento LGBTQIA+ em ocasião das conferências. O evento, marcado pelo ideal de construção de políticas públicas por meio da participação social, foi oportunidade para se perceber os paradoxos internos ao movimento. Uma passagem da autora é particularmente expressiva:

“não só travestis são mortas, lésbicas também são estupradas e esfaqueadas, **principalmente as mais masculinizadas**”<sup>22</sup>. Em seguida a sua fala, ouviu-se um grito de uma travesti da plenária: “**mas a gente morre mais!**”. Então uma mulher-lésbica-branca se levantou para defender a manutenção do texto original, seu argumento foi o de que todos sofrem violência, mas é preciso reconhecer que as travestis e transexuais **sofrem mais** e algumas pesquisas existentes comprovariam isso. Então a tréplica da mulher-lésbica-negra, na tentativa de um acordo, propôs que fossem acrescentados ao texto: “**em especial**, travestis, transexuais e lésbicas masculinizadas”, pois, segundo ela, as masculinizadas sofreriam tanta violência quanto as travestis (AGUIÃO, 2016, p. 292-293).

O que chamei de hierarquia das desgraças sociais aqui comparece de forma expressa. Em ocasião das conferências, nas quais é preciso definir representantes que se prestam a interlocutores de um grupo social e, por isso, um lugar de poder político, o processo de escolha e definição dos representantes é um momento dramático para expor questões paradoxais dos movimentos sociais e do ativismo. Sob o espectro político, para tais grupos, o campo estético, corporal é chave que confere representação. Quanto mais marcadores da diferença o sujeito possui, mais representativo ele é considerado em termos políticos.

Mas, ao perceber os paradoxos que envolvem os movimentos sociais e o ativismo, sobretudo os relativos à negritude, algo que talvez esteja relacionado com a ironia usada por Risério (2007, p. 10), com o termo “comissário racialista neonegro do politicamente correto”, interrogo os limites em torno da dimensão política. Embora tenhamos uma produção teórica sob o tema étnico-racial desde o Século XX, a dificuldade de se definir quem é negro no Brasil (CIRQUEIRA; RATTIS, 2010), problema revelado pelas políticas de ação afirmativas (SILVA, 2017), indica que o argumento estético é frágil por não gerar problematizações mais profundas, por deixar margem ampla para interpretações ambíguas e paradoxais.

A compreensão de que o racismo como um discurso – dinâmico na medida que se altera em suas formas de promover modificações nas vidas das pessoas, o que na prática denota um processo de sofisticação responsável por manter essa lógica operante – motiva Senaki (participante) indicar que o grupo busca fortalecer pessoas negras que apresentam determinadas características como o ativismo, justamente por serem capazes de vivenciar a universidade e

---

<sup>22</sup> Grifos meus.

ao mesmo tempo interrogá-la. Ocorre que, em função dos processos de atualização das manifestações de processos opressores, a busca de pessoas sempre capazes de identifica-las parece ser um ideal intangível.

Cada pessoa possui suas diferenças. Parece óbvio que reconhecer essas diferenças seja algo positivo aos sujeitos porque em alguma medida, isso lhes confere maiores possibilidades de enfrentamento das questões que lhes oprimem. Porém, o lugar de reconhecimento dessas diferenças é desconfortável. Durante o percurso na pós-graduação, eu me deparei diversas vezes com a ficção de mim mesma. Até os 33 anos, vivi sem reconhecer que eu era negra, e essa ignorância me protegia da ideia de que a cor da minha pele já era suficiente para eu estar mais propensa a mazelas sociais, do que uma pessoa branca.

Saber nos implica. O lugar de reconhecimento dessas diferenças é o cruzo, já que nele, os sujeitos conseguem perceber seus atravessamentos. Porém, a encruzilhada é um lugar poderoso, desafiador e desestabilizador. Parir-se no cruzo é uma situação, não uma condição. Logo, o nível de implicação pessoal associada ao ativismo intelectual relacionada às vidas organizadas no cruzo acadêmico possui uma temporalidade particular para cada pessoa.

No que diz respeito à atuação científica, correntes críticas também demarcam uma posição politicamente engajada. Uma delas se ocupa dos desdobramentos sociais provocados pelo colonialismo. Os movimentos sociais provenientes da América Latina podem estar associados à origem da abordagem pós-colonial (SCHERER-WARREN, 2010). A partir de sua noção de movimento social ligado a uma identidade específica, compromisso com mudança social e ação coletiva, a efervescência social produziu ideias críticas em relação à noção de centro/periferias e colonização, que evidenciaram relações de dominação com base nas diferenças sociais. A opressão e a violência decorrente do sistema colonial representam um ato paradoxal ante ao apelo de modernidade enquanto sinônimo de progresso. Tais ideias influenciaram os estudos pós-coloniais, ao sinalizarem práticas, lógicas e ações sociais arraigadas no cotidiano. Por meio dos estudos pós-coloniais, a partir dessa problemática local, busca-se interrogar questões relativas:

- Ao posicionamento do intelectual em relação aos sujeitos de seus estudos;
- À relação entre experiência, representação e reconhecimento;



- À construção de plataforma de direitos humanos que comportem necessidades dos sujeitos subalternos;
- À construção de formações discursivas por meio de práticas articulatórias em rede que contemplem a historicidade dos sujeitos subalternos. (SCHERER-WARREN, 2010, p. 21).

Como é possível perceber nos destaques feitos pela autora, os elementos centrais nesta abordagem teórica a colocam em posição de confronto político com a ciência positivista, hegemônica. Embora eu considere neste trabalho que a ciência teve seu processo de produção do conhecimento tecnocrático consolidado pelo apagamento da dimensão política que lhe é inerente, e que isso fez com que as questões de diversos grupos sociais não fossem retratadas ou alcançadas por esse saber, tal ocorrência motivou movimento insurgente no próprio campo científico, manifesto no surgimento de abordagens críticas, como o Humanismo Radical e a Pós-estruturalista, para citar algumas.

No caso do pós-colonialismo, tratar o posicionamento assumido por quem realiza a pesquisa se contrapõe ao fazer científico neutro tão evocado por Weber (1993) e apolítico na escrita. A ênfase na experiência, representação e reconhecimento está ligada à noção das especificidades dos sujeitos tais como cognitiva, repertório de conhecimento e de linguagem, cultura, dimensão social e econômica, que podem ser limites para ver, compreender e interpretar a experiência do outro. Se o conhecimento é expresso pela capacidade de criar representações do real, a narrativa de alguém que vive uma determinada experiência é prerrogativa que o torna mais sensível para descrever tal experiência do que alguém que não viveu a mesma experiência. Essa situação já estava prevista desde Locke (1960), o problema em algumas interpretações é tomar a experiência como espaço de interdição, inconsistência também presente no autor, já que existem processos onto-epistêmicos que possibilitam o tratamento de questões que não somente pela via empírica.

Tal aspecto é tratado por Bhabha (2007, p. 111), que identificou que “um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de fixidez na construção ideológica da alteridade”. O autor indiano, juntamente com outros nomes do norte global, tais como Stuart Hall (2003), Paul Giroy (2007) e Boaventura de Souza Santos (2010), são autores importantes por suas contribuições à corrente pós-colonial. Esses e os demais autores pós-coloniais possuem em comum a explicitação de um posicionamento político específico, que os une em torno

de um determinado sistema de produção e disseminação do conhecimento, e esse aspecto é particularmente interessante, pois é possível identificar diversos pontos políticos comuns aos autores, tais como gênero e raça/etnia, ligados à trajetória de vida e que, em alguma medida, remetem a Schwartzman (2008), ao demonstrar o vínculo entre a política e o conhecimento. Não raramente, autores críticos como Frantz Fanon e Milton Santos estiveram vinculados a movimentos sociais e ativismo, algo que indica o ligamento estreito de um posicionamento político e de uma intelectualidade peculiar. Nos termos do próprio Santos (2001, p. 34):

A postura científica é incompatível com repúdio em assumir as próprias concepções, sendo essa condição a exata diferença entre o intelectual e o letrado, sendo que esses últimos “não podem ou não querem mostrar, à luz do dia, o que pensam”.

A partir da afirmação na Pós, é possível reconhecer que o grupo reúne pessoas que se identificam com um ideário, geralmente tiveram inserção em movimentos sociais e são intelectuais, que nos termos de Santos (2001), produzem um conhecimento científico politicamente engajado.

*São pessoas comprometidas com a transformação social. A democratização em todos os espaços, principalmente da educação superior, independente dos níveis, graduação ou pós-graduação. São pessoas que trabalham, estudam e tiram um tempo pra se dedicar, pra serem voluntários a trazer o conhecimento que eles têm sobre alguma área, para que esse curso aconteça e que mais pessoas entrem na pós-graduação. Voltado para os grupos marginalizados, público do Ações Afirmativas. [Carla Akotirene, participante]*

Os membros do grupo compartilham uma preocupação mais ampla em termos sociais. O enfrentamento de questões ligadas às suas diferenças, em alguma medida, contribui e o liga em uma luta ancestral, já que há o reconhecimento daqueles que vieram anteriormente. Se o ideário é bem delimitado, o de enegrecer a universidade, o ideal de luta antirracista é bem mais amplo e diversificado. Na esfera da produção do conhecimento científico, é pontuado pela realização de estudos críticos ao Colonialismo. Porém, a forma de diálogo como os conhecimentos já consolidados na ciência pode divergir entre os membros.

*Ao meu ver Elisângela, os europeus plantaram na ciência essa ideia deles de tornar tudo universal é uma grande consequência da **ilusão de superioridade deles**. E ilusão de superioridade sempre é consequente da **cegueira** do conhecimento, isso que eu tô falando é com base no filósofo Edgar Morin [...]. Tem muitas pessoas negras, graduandas, pós-graduandas que ficam sofredas com essas coisas que a gente vê na academia, que começam a **defender que a gente só leia trabalhos de pessoas negras**, que a gente faça uma **ciência afrocentrada**, e que não sei o que, e questiona essa ciência **eurocentrada**, e eu falo, gente, **nós temos que ler de tudo**.*

*Hoje nesse bate-papo aqui, eu só citei de pessoas negras, a Nilma e a Yone, os outros todos, as outras pessoas que eu citei são pessoas brancas. Quer ver? Edgar Morin, francês. Norbert Elias, alemão. Quando eu falei da opção que os europeus fizeram de deixar de lado a subjetividade porque eles estavam passando fome, eu falei isso com base no psiquiatra que foi contemporâneo de Freud chamado Alfred Adler. Com base num físico teórico chamado Fritjof Capra, que conta a história da Revolução Científica ocorrida na Europa entre os séculos XVI e XIX e aí ele que cita Francis Bacon e Descartes, Galileu Galilei, nesse **investimento no desprezo da subjetividade**. Um físico branco, físico teórico.*

*Essa é minha habilidade, gosto de **transitar entre várias caixinhas**, é uma postura transdisciplinar que é explicada pela teoria de Barasab Nicolescu, um físico teórico branco, que sistematizou a teoria da transdisciplinariedade. Então, como eu, **filha da diáspora africana**, que **não sou africana** e também **não sou europeia**, que nasci nesse contexto do racismo aqui no Brasil, vou ficar só com teorias africanas, ou vou ficar só com teorias europeias? [...] então **eu me sinto na responsabilidade de construir as teorias que dizem respeito à minha realidade**, à nossa realidade. Por isso, eu tô convencida que eu tenho direito de acessar tanto a literatura africana, quanto a*

*ocidental, oriental, de tudo quanto é parte do mundo. [...] sou humana e tudo que fala sobre a condição humana, é do meu interesse. [...]Eu não vejo sentido nisso. Ninguém se relaciona sozinho. Os brancos estão nesse contexto também, querendo ou não, estão nesse contexto. [Lélia Gonzalez, participante]*

As leituras de como o engajamento político influencia a produção científica politicamente engajada são amplas. A participante Lélia Gonzalez, conhece algumas propostas, construídas sob a ideia que uma das formas de enfrentar a dominação colonial é desconsiderar a produção científica originada em países anglo-saxões. Em um momento próximo ao fim da entrevista, a que ela se refere como *pate-papo*, ela recuperou a autoria de todos os conceitos que ela citou ao longo de quase 150 minutos de conversa. Tão raso quanto relacionar o nível de consciência política em função da aparência, é a definição da leitura e conhecimento de teóricos usando como critério sua origem de nascimento. A fragilidade dessa posição, encarada como possibilidade de agência a grupos latino-americanos, questiona a hierarquização dos saberes, produzindo novos sistemas de exclusão. A questão política no interior da ciência está ligada a quem serve os conhecimentos produzidos. Compreender essa questão indica que a agência no campo científico demanda estratégias bem mais embasadas. Uma das possibilidades é apresentada pela própria Lélia Gonzalez (participante), ao indicar que para ela, o sentido da produção do conhecimento está ligado aquilo que diz respeito a sua realidade. Para tanto, ela transita por meio das áreas, dos campos da ciência enquadrados em uma lógica preocupada na acumulação do conhecimento, em detrimento do sentido por ele criado. A posição adotada pela participante pode ser aproximada de questões presentes em Rufino (2019, p. 30).

Obviamente, Exu constitui-se como um fenômeno anterior a presença do empreendimento colonial. Essa afirmativa se dá orientada a partir do que se versa na cosmologia iorubana e nos seus cruzos com outras culturas negro-africanas. Assim, Exu compreende-se como o princípio dinâmico das existências.

A participante fala por si mesma e reconhece a possibilidade de transitar entre as disciplinas, teorizada por Barasab Nicolescu, estratégia que ela mobiliza mediante o que considera dotado de sentido para a construção do conhecimento. Porém, percebendo-a como sujeita que reconhece os próprios atravessamentos e que encarna a energia de Exu, de fato, a noção de espaço de interdição não se sustentaria. Exu dialoga com o mundo, ele próprio é o senhor da lingua-

gem. Ele borra limites, traz a dúvida onde há certeza e ignora as delimitações de campos científicos, demarcações temporais e toda forma de escassez, de simplificação das possibilidades. Com isso, a atuação transdisciplinar por parte da participante, pode ser aproximada a percepção de conhecimento em Rufino (2019).

Ao enfatizar os aspectos políticos presentes no Afirmação na Pós enquanto um coletivo negro universitário, procurei destacar as possibilidades de agenciamento como também os limites por meio da análise das vidas organizadas no cruzo acadêmico. A questão étnico-racial sinaliza a aproximação do grupo à luta antirracista, que a liga a iniciativa os movimentos sociais, sobretudo os realizados até o Século XX.

A luta antirracista perpassa a compreensão do que é ser negro no Brasil, discussão permeada por uma série de fatores, que a tornam algo profundamente ligada ao contexto em questão. Dada as particularidades do desenvolvimento do tema no país, várias leituras feitas, inclusive a partir dos movimentos sociais se tornaram conhecidas. Uma delas procura legitimar a representatividade de pautas políticas pelas características físicas dos sujeitos. Outro desdobramento da dimensão corporal associa consciência política a atributos físicos. Essa questão indica um risco inerente a esfera política de radicalização das proposições e reprodução de lógicas de exclusão. Considerando-se o valor das trajetórias pessoas para os movimentos sociais, um risco iminente em práticas politicamente engajadas é a romantização do sentido desses grupos na sociedade. Além disso, a falta de reflexividade por parte dos membros pode levar a visões distorcidas da realidade social, na qual, os ativistas intelectualizados detêm um conhecimento e uma consciência superior aos demais.

Outra questão que emerge da esfera política é fato de que, considerando o processo de produção e disseminação do conhecimento feita no âmbito do Afirmação na Pós, quais são as ações podem ser interpretadas como possibilidade de agenciamento. O conhecimento científico considerado hegemônico se desenvolveu invisibilizando a dimensão política, ao mesmo tempo em que contribui para o processo de desontologização e desumanização de povos. A partir do coletivo, existem práticas de produção do conhecimento consideradas politicamente engajadas, e que por serem focadas na realidade social vivida, reposicionam a possibilidade de teorizar, de pensar e de agir sobre as questões sociais. A meu ver, esse processo é dotado de um sistema de conhecimento próprio e que valoriza os saberes e as potencialidades de pessoas

marcadas por diferenças. Esse agenciamento diz respeito ao reconhecimento dos próprios atravessamentos e das possibilidades de ação circunscritas a realidade dos sujeitos, ao invés de propor uma solução considera totalizante e simplista, como a do não uso de autores anglo-saxões.

## 5 MALANDRO QUE É MALANDRO SE CRIA NA QUIZUMBA

Durante a realização da pesquisa, alguns aspectos despertaram minha atenção de forma especial. Eles se referem a situações que eu considerei paradoxais, como se fossem peças que não se encaixavam no quadro que eu estava montando. Esses aspectos são esperados e inerentes de grupos humanos, como pude perceber no estudo acerca de quilombos (SILVA, 2019). Porém, essa explicação é genérica demais para ser aplicada de forma indistinta a toda situação que desafia nossa interpretação. Ignorar questões complexas exatamente por serem desafiadoras pode levar a um comportamento antiético do ponto de vista científico. Por outro lado, lançar luz sobre elas significa nos comprometer com desdobramentos, que em grande medida, estão fora no nosso planejamento.

Identificar essas situações é algo complexo e compreendê-las é uma tarefa ainda mais difícil. Na realização desse estudo, encontrei eventos em três níveis distintos. O primeiro deles envolve questões contextuais mais amplas, como ligação histórica e política. A segunda se refere a paradoxos enfrentados a nível de estrutura, em que os integrantes do Afirmação da Pós desejam benefícios proporcionados por modelos de organização antagônicos. Por fim, irei problematizar paradoxos internos no nível de consciência dos sujeitos, e que indicam a heterogeneidade do grupo. A chave para compreender como o coletivo lida com tantos fatores aparentemente contraditórios e que em alguma medida, representam ameaça às atividades, veio justamente da possibilidade de entender a condição da vida social organizada parada no cruzo.

Cada encruzilhada é única em termos dos encontros e encontros que provoca, leitura possível a partir de Rufino (2019). Estar no Afirmação na Pós, um coletivo universitário negro que defende o enegrecimento da universidade, significa se construir em um cruzo atravessado por fatores sociais, históricos, políticos e econômicos. Além de campos distintos, os ativistas e acadêmicos ainda precisam lidar com paradoxos, contradições e ambiguidades que indicam a quizumba a que estão submetidos.

Para esses sujeitos, parar-se no cruzo é um ato contínuo de construção e desconstrução. A cada mudança, eles gingham, dançam, malandram situações de precariedade. A quantidade e a com-

plexidade da quizumba é superada no cotidiano, no negear, no malandrar que encontra a fresta de possibilidade, frente a todo um cenário de incerteza. Pensando no “malandro que governa a cidade” (RUFINO, 2020, p. 79), a malandragem é, para os sujeitos paridos no cruzo, a possibilidade organizativa na quizumba.

O malandro dialoga com Exu. A ele interessa menos julgamentos maniqueístas e mais a dimensão objetiva do cotidiano. Interessa empretecer a universidade. A partir desse ideal, os sujeitos se colocam em um lugar de cruzamentos, de tensionamentos produzidos por organizações e interesses distintos. Orientados por um ideal, eles se movimentam, gíngam, acessam frestas e mantém a realização do Afirmação na Pós, mesmo em situações com ausência de recursos.

Esse achado se liga à possibilidade de uma ontologia do cruzo, porque diz respeito a existências singulares, acessadas em cruzamentos. Esses por sua vez, são constituídos por diversas esferas da vida social e por isso, também apresentam e impõe aos sujeitos a contradição, paradoxos e ambiguidades. Ao que parece, essas existências lidam com esse nível de complexidade por meio de um movimento próprio, o da gíngam, a malandragem e que indicam uma inventividade que se explora as frestas, as fissuras, mesmo em cenários de extrema adversidade e que diz respeito a possibilidades de agenciamento.

Tendo em vista a observação desses fatores no Afirmação na Pós, e sua ação orientada para a enegrecimento da universidade, é possível considerar que a ontologia do cruzo também indique uma ciência outra, que a desenvolvida sob aos ideais positivistas. Isso porque ela é aderente a questões apontadas por Machado (2019) ao identificar uma cosmovisão específica no Brasil, desenvolvida por pessoas negras, caracterizada por uma consciência de inter-relação de elementos naturais e fenômenos. Os problemas emergem do cotidiano dos sujeitos, e são influenciados por questões distintas que ao se cruzarem, dão origem a condições singulares. A cosmovisão da que trata Machado informa uma racionalidade distinta, capaz de ler os problemas em sua complexidade, em sua inter-relação com elementos distintos, cruzados, que os processa e os analisa, mas que ao invés de fragmentar os saberes provenientes da experiência, os integra a natureza, pois é de onde partem enquanto fragmento do real. A construção e disseminação de conhecimento de forma integrada, transdisciplinar e mais próxima do cotidiano dos sujeitos, que compreendo ser o que Machado enuncia como natureza, pode ser considera-



do um sistema científico distinto do que se consolidou como hegemônico.

Essas proposições serão exploradas nos tópicos subsequentes, nos quais procurei destacar as especificidades contextuais, locais e individuais, especificamente atravessadas pelas questões paradoxais e ambíguas, bem como das possibilidades construídas pelos sujeitos que compõe o coletivo do Afirmção na Pós.

### **5.1 Quem é a Fundação Ford no Rolê?**

A primeira situação da qual me refiro remete a algo anterior à fase empírica e está ligada a financiamento. Desde que considerei o Geledés como organização de estudo, percebi a presença da Fundação Ford de forma recorrente em organizações e movimentos negros. A atuação da entidade no Brasil data de 1960, momento no qual fez “doações a universidades públicas e instituições do governo brasileiro” (BROOKE, 2002, p. 13). Essa atuação se tornou mais concreta após a inauguração do escritório no Rio de Janeiro, em 1962.

Segundo Brooke (2002), que é professor inglês e que passou a viver no Brasil desde a década de 1960, uma das primeiras doações foi de cerca de US\$ 5 milhões, em valor atualizado, recurso direcionado à Fundação Getúlio Vargas, essa que se manteve como uma das beneficiárias. O objetivo da obra publicada pela editora da USP é reunir a história pela própria Fundação, do que foram os 40 anos de atuação no Brasil. A partir da filantropia, foram desenvolvidos cinco eixos de atuação sendo 14934 de atuação são muito amplos e abarcam esferas importantes da sociedade brasileira. Brooke (2002) reconhece que refletiu muito em aceitar a empreitada de descrever a narrativa, já que a amplitude das ações e a diversidade de organizações beneficiadas era considerada um desafio.

Na obra, foram registradas as 50 organizações, ordenadas segundo as doações recebidas, que reproduzo a seguir com valores atualizados:

**Quadro 6 - 50 Maiores Beneficiárias da Fundação Ford no Brasil (Em dólares de 2022<sup>23</sup>)**

N	Beneficiário	Montante
1	Universidade de São Paulo	\$38,286,009.50
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro	\$32,229,672.80
3	Fundação Getúlio Vargas	\$26,190,546.20
4	Sociedade Brasileira de Instrução	\$20,921,537.00
5	Universidade Federal de Viçosa	\$19,510,598.50
6	Universidade Federal de Minas Gerais	\$16,375,044.58
7	Universidade Federal da Bahia	\$15,570,313.47
8	Universidade Federal do Ceará	\$14,834,034.91
9	Universidade de Brasília	\$11,405,989.77
10	Fundação Carlos Chagas	\$11,385,721.21
11	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	\$10,744,173.36
12	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	\$10,181,077.05
13	Universidade Federal do Paraná	\$9,853,413.62
14	Sociedade Civil Bem-Estar da Família no Brasil (Bemfam)	\$9,198,406.74
15	Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (atual Cefet/RJ)	\$8,764,357.62
16	Universidade Federal de Pernambuco	\$8,348,393.46
17	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	\$8,231,763.71
18	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	\$7,995,376.03
19	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	\$7,737,667.98
20	Estados Unidos do Brasil	\$7,449,556.25
21	American International Association for Economic and Social Development	\$6,769,350.24
22	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)	\$6,512,496.57
23	Governo do Estado de Minas Gerais	\$6,501,035.62
24	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência (FUNBEC)	\$5,483,659.07
25	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)	\$5,330,913.88
26	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	\$5,320,298.80
27	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP)	\$4,848,924.15
28	Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPESC)	\$4,132,177.21
29	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)	\$3,911,253.47
30	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	\$3,824,809.57
31	Geledés – Instituto da Mulher Negra	\$3,793,570.22
32	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)	\$3,513,098.55
33	Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)	\$3,331,384.41
34	Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)	\$3,300,296.26
35	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	\$3,270,485.12
36	Fundação Universidade Federal do Acre	\$3,200,870.13
37	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	\$2,984,255.75
38	Instituto Sócio-Ambiental (Isa)	\$2,956,898.55
39	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)	\$2,897,537.83
40	Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)	\$2,774,922.31
41	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA)	\$2,675,449.96
42	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS)	\$2,654,148.31
43	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	\$2,463,985.68
44	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	\$2,451,966.49
45	Laspau: Programas Acadêmicos e Profissionais para as Américas	\$2,412,952.62
46	Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC)	\$2,356,212.90
47	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)	\$2,335,735.00
48	Universidade Federal do Pará	\$2,314,897.99
49	Universidade Federal de Juiz de Fora	\$2,314,094.67
50	Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo	\$2,309,189.64

Fonte: Brooke (2002, p. 50-51).

<sup>23</sup> Valores calculados com o CPI Inflation Calculator ([https://www.bls.gov/data/inflation\\_calculator.htm](https://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm)).

Além de expor os valores, o autor relata o destino dos valores. Os recursos destinados à Capes foram usados para financiamento de bolsas e programas de formação especializada, tanto para docentes quanto para discentes de pós-graduação. Em 1966, foram destinados recursos à UFMG para o desenvolvimento de ensino e pesquisa em ciência política na universidade. A USP contou com recursos destinados ao desenvolvimento de um programa de graduação em economia na universidade, em 1969. De modo geral, o relatório indica a destinação dos recursos para formação de professores, infraestrutura, premiações, concessões de bolsas de estudos, além de realização de pesquisas.

Observar uma tabela de recursos na casa dos milhões de dólares, distribuídos para organizações amplamente distintas, ressalta a questão de qual foi o critério adotado. A esse respeito, Brooke (2002) afirma haver uma série de imprecisões. No início, o intuito da Fundação Ford era de investir em organizações e programas de desenvolvimento da agricultura, já que consideraram ser essa uma vocação natural do país. O autor descreve o critério para reunir os dados para a construção da obra, mas não explicita o processo de concessão das doações.

Os registros das doações demonstram uma forte atuação da entidade junto a organizações responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país, pela formação de profissionais estratégicos. Além disso, houve interlocução com organizações centrais para o desenvolvimento econômico, como órgãos de governo e do BNDES. Outro fato curioso é que em conjunto, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) e o Geledés, à primeira vista, parecem destoar dos interesses iniciais de investimento considerados prioritários pela Fundação Ford no Brasil.

Embora Brooke (2002) se atenha as ações realizadas entre as décadas de 1960 a 2000, fato é que a Fundação Ford se manteve ativa no país após esse período. Durante a live intitulada “Conferência de DURBAN - 20 Anos, Programa Ações Afirmativas na UFMG” (FAE, 2021), Benilda Brito compartilhou algumas das dificuldades enfrentadas pela delegação brasileira, formada por 500 pessoas. Uma das maiores foi a financeira, considerando a necessidade de transporte, estadia e alimentação para um grupo grande de pessoas. A esse respeito, Benilda Brito afirmou que o grupo não recebeu apoio do governo brasileiro e recebeu recursos da Fundação Ford. De fato, segundo o Geledés (2021) outras organizações ajudaram no financiamento da delegação brasileira à Durban, mas a principal foi a Fundação Ford.

Ao iniciar as pesquisas com o Afirmação na Pós, percebi que a Fundação Ford também estava ligada à sua criação:

*Essa ideia de Afirmação na Pós ou, em outras palavras, trabalhar com estudantes de segmentos negros, negras, quilombolas, indígenas, para o ingresso em programas de mestrado e doutorado no caso do nosso Afirmação na Pós, ao longo dos anos ele perpetuou na dimensão do mestrado, originou-se dessa **Matriz do IFP** do formato da **Fundação Carlos Chagas**. [...] Lá nos idos de 2005/2006 havia no Brasil uma experiência chamada Fundação Ford e essa Fundação, o trabalho da **Fundação Ford**, nomeava bolsistas Ford/ IFP. Existe até uma bibliografia considerável disponível, hoje ele foi pioneiro porque ele **focou na possibilidade de acesso de estudantes negros** de regiões não só do Sudeste, mas também havia um caráter regional Sudeste, Sul, Nordeste, Norte, e também tinha os critérios por gênero, por faixa econômica. E aí a partir desse grupo você se submetia a um processo, um processo seletivo que a seleção ocorria em nível Brasil, tanto para proposta de mestrado e doutorado.*

*Eu me lembro que era um processo **extremamente concorrido**, só para você ter ideia, com aproximadamente 15, 20 bolsas sendo distribuídas entre mestrado e doutorado, 50 bolsas, eram mais de mil inscrições de todo o Brasil. Quem conduziu a entrevista época foi a nossa saudosa pesquisadora Fúbia Rosenberg. [...]O programa ele só existiu no Brasil devido à participação e contribuição de um professor também que está se aposentando na Faculdade de educação que é o Professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves.*

*Ele havia então dois percursos: o preparatório que eles chamavam de **pré-acadêmico** e você então entrando na condição de bolsista, que era quando você passava no processo de seleção de Mestrado. Então esse pré-acadêmico, era um ano de preparatório que você então tinha contato com disciplinas acadêmicas que era texto, melhorar a escrita*

*do texto acadêmico, a questão de elaboração do projeto, E também o inglês, né. Então eles também faziam muita questão de fortalecer a questão da língua estrangeira seja ela qual você decidisse. [Adisa, participante]*

O IFP foi fruto de uma parceria entre a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas. Como já dito, essa última selecionou pesquisadores e formulou o edital para distribuição de recursos. Porém, o modelo de pré-acadêmico era apenas um, frente a outras iniciativas criadas pela organização. Segundo dados de Brooke, além de investimentos diretos feitos a instituições de ensino superior públicas e privadas, a Fundação Ford também financiou bolsas de estudos para candidatos a pós-graduação. Havia programas de intercâmbio para discentes matriculados no mestrado e doutorado no Brasil.

Segundo Adisa (participante), a Fundação Ford foi pioneira em promover projetos voltados a ação afirmativa, visão compartilhada por Rosemberg (2013). A atuação da organização pode ser considerada extensiva, já que investiu tanto em organizações quanto em grupos sociais oriundos de grupos sociais minorizados. O IFP tinha uma estrutura pré-definida para o pré-acadêmico e concentrava as atividades no desenvolvimento da escrita acadêmica e do idioma. Contudo, a finalização da parceria e o fim do financiamento, provocaram mudanças significativas no Afirmação na Pós, dando origem a uma organização que, embora tivesse propósito semelhante, passou a operar de forma amplamente distinta.

*Nessa primeira etapa, que a gente vai chamar de **Etapa Ford**, é esse edital, com bolsa para quatro anos, são quatro turmas, eu entro na segunda turma. A primeira turma, tinha a Cláudia, que tava quase formando, primeira turma foi ela, segunda turma foi eu e ela, terceira turma eu já assumo. [ano] 2012, 2013.*

*O que aconteceu depois que acabou os quatro anos da Fundação Ford, os **negros acadêmicos que estavam ali vinculados ficaram órfãos**. Não aconteceu do dia para noite, mas de repente não ia ter mais turmas do Afirmação na Pós, [...] e no último ano a gente fez um seminário e tal, tal, tal e o que encaminhou nesse seminário é que era*

*importante e tudo mais, mas a gente tava pensando nos Editais Abdias, que era novidade, e as pessoas tentaram por outros meios, e aí é quando a Shirley lançou um curso de internacionalização, da história quilombola, enfim. São os projetos que foram aprovados no **edital Abdias [do Nascimento]**, mas depois teve corte de verbas e as **pessoas tiveram que adaptar isso pra uma verba menor.** [...]*

*Aí pula esses dois anos, que eu acho que deixa a história sem sentido, essa que é questão. A Fundação Ford acabou, ficou dois anos no leu, e **começou uma coisa de movimento estudantil**, parece que uma coisa que é desvinculada da outra, mas não é desvinculado, **uma coisa só existe por causa da outra**, por causa da Fundação Ford, por causa do Edital da Fundação Ford, do Taquinho [Professor Eustáquio Brito, UEMG] e Shirley [Professora Shirley Miranda, FAE/UFMG] que puxaram o projeto, quando eles pararam deixaram a faculdade órfã. E vários movimentos, não esse só o que eu falei, mas só o que eu participei que eu posso dar notícia, mas vários movimentos começaram a **tapar esse buraco, com coletivos mesmo.** Tipo, alguns com família, outros com não família, o meu era misto, né, parente e não parente...*

*Aí dois anos e meio depois, a segunda versão do Afirmação na Pós, com as turmas 5, 6 e 7, que é até onde eu tenho notícia. De 1 a 4 foi com a fundação Ford, 6 e 7 independentes, **mas houve dois anos aí, que é crucial para entender esse negócio**, agora parece, que o Natal [Professor Natalino] tá retornando. Teve a turma de 1 a 4, ficou dois anos sem Afirmação na Pós, depois veio as turmas 5, 6 e 7, que aquele que a gente participou [Abdias Nascimento, participante].*

As primeiras turmas realizadas sob o Edital do IFP, ocorreram segundo a estrutura definida pelo projeto criado e aprovado pelo Ações Afirmativas, em parceria firmada com a UEMG e o CEFET. Nesse período, os recursos necessários para a realização de todas as atividades foram financiados pela Fundação Ford. Isso envolveu o pagamento de bolsas a discentes que

atuaram na execução de tarefas administrativas e dos professores que ofertaram o curso. É em razão dessa configuração que Aki [participante] se refere a esse primeiro momento como etapa Ford.

O período ocorreu entre os anos de 2012 e 2014, em que ocorreram as turmas 1, 2, 3 e 4 de acordo com Miranda, Praxedes e Brito (2016). Após esse período, houve um processo de finalização do projeto. Os professores responsáveis pelo Afirmção na Pós produziram um relatório final das atividades realizadas, que subsidiou o texto desses autores. Também foi realizado um seminário em 2014, e nele alguns discentes manifestaram o desejo de que a iniciativa tivesse continuidade.

A partir de 2015, alguns desses discentes, egressos do Afirmção na Pós, usaram sua experiência para continuar o projeto. Esse período é justamente onde começa algo que caracteriza o grupo como um coletivo negro universitário, cuja *modus operandi* pode ser encarado como vida social organizada no cruzo. Inicialmente formaram-se dois grupos principais, sendo Akin (participante) referenciado a um deles.

Nesse sentido, a vontade e a participação dos discentes foi fundamental para a continuidade do Afirmção na Pós. Isso porque as atividades desenvolvidas por eles ocorreram sem nenhum suporte institucional. Akin (participante), reuniu pessoas negras interessadas em se preparar para os processos seletivos de pós-graduação e chegou a sediar encontros em sua própria residência. O outro grupo continha um número maior de discentes egressos do Afirmção na Pós da etapa Ford. De modo semelhante a Akin (participante), eles também estavam empenhados em garantir a manutenção do pré-acadêmico, se organizaram de modo semelhante, e mantiveram os professores do projeto extinto, como referência em termos de organização sendo a professora Shirley Aparecida de Miranda (FAE/UFMG) e o Professor Eustáquio Brito (UEMG). A professora Shirley estabeleceu uma ponte entre a realização das atividades definidas pelo coletivo e a universidade. Isso foi fundamental em um período em que o básico, antes garantido pela vigência do contrato com a Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas, como utilização de salas e equipamentos, já não era possível sem um novo projeto.

Akin (participante) se juntou a esse grupo e fortaleceu a construção caracterizada pelo protagonismo discente. Durante essa nova fase do Afirmção na Pós, muitos dos discentes e os

professores envolvidos na oferta da iniciativa estavam envolvidos em outros projetos. Esse trânsito de pessoas terminou contribuindo para o andamento das atividades, razão pela qual, ao rememorar as ações realizadas, durante a produção da pesquisa, muitos dos participantes citaram projetos distintos.

Essa fluidez em um momento de funcionamento sem o respaldo de um projeto foi uma estratégia desenvolvida pelo grupo de forma totalmente orgânica. Embora vários professores tivessem contribuído para a realização do Afirmção na Pós durante os anos de 2012 a 2014, a partir de 2015, vários não puderam permanecer envolvidos de forma tão próxima. A própria professora Nilma Lino Gomes, cuja trajetória na UFMG se mistura ao surgimento do Ações Afirmativas, em 2013 foi nomeada Reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a primeira mulher negra nesse cargo no país. Já em 2015 foi nomeada ministra pela presidenta Dilma Rousseuff, para o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Esse trânsito de pessoas entre projetos distintos foi ressaltado pelo participante ao se referir a outro edital, denominado Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Esse, diferente do IFP, foi desenvolvido pelo governo federal em 2013, por meio do Ministério da Educação, e tinha como premissa promover acesso e permanência de pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, além de transtornos de desenvolvimento. O programa visou tanto universidades brasileiras como no exterior (CAPES, 2014). A professora Shirley teve seu projeto denominado “Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais: Saberes, Territorialidades, Culturas no Contexto do Programa Abdias do Nascimento”, tendo como a Universidade de Coimbra (Portugal) como IES no exterior (BRASIL, 2015).

Além de ser responsável pela criação do Edital que levou ao surgimento do Afirmção na Pós, a Fundação Ford foi citada em outra situação durante a realização das entrevistas.

*Um dia eu recebi uma chamada de uma mulher que eu não conhecia, e ela me disse assim “eu tive referências do seu trabalho, e eu acho que ele se enquadra no perfil que eu tô procurando”. Ai eu pensei, uai, essa não é cliente, futura cliente, que*



*perfil é? Aí ela falou assim “estou em viagem”, era virada de ano, “volto no início de janeiro, eu gostaria que vc marcasse uma conversa, escolhesse um local pra gente conversar, um café na região Centro-Sul”. Aí, fiquei muito desconfiada, aí eu marquei um café lá na praça da liberdade, era uma mulher negra, que foi bolsista da Fundação Ford, originária de uma das favelas de Belo Horizonte e que hoje é professora numa universidade no exterior. [Lélia Gonzalez, participante]*

Brooke (2002) descreve a destinação de recursos para a realização de intercâmbios, pagamentos de bolsas estudantis e formação de docentes. Porém, a descrição de Lélia Gonzalez lança novas nuances sobre a questão. Ao perceber a dimensão e a profundidade de atuação da Fundação Ford no Brasil, diversas questões se tornaram uma incógnita. Por que uma organização com tamanha importância em termos de financiamento não é citada por estudos com análises sobre universidades brasileiras? Por que estudos sobre o desenvolvimento dos movimentos negros no Brasil não fazem referência à contribuição da Fundação Ford? Quais são as implicações financiamentos feitos ao longo dos anos em organizações consideradas estratégicas para o desenvolvimento da ciência, política e governo do país?

Parece-me que uma das chaves para compreensão dessas questões é justamente tornar opacas as relações políticas que envolvem a produção e a disseminação do conhecimento. Demo (1995) é um autor pertinente para introduzir a discussão acerca do conhecimento, uma vez que seu esforço de demarcar os limites da metodologia científica tangencia o senso comum e a ideologia. Para ele, o conhecimento é produzido pelas pessoas em diversas instâncias sociais, e a diferença entre elas seria a forma como cada conhecimento é produzido e reproduzido.

O autor imagina polos entre o senso comum e a ideologia e, ao centro, a ciência. Segundo sua representação, estas instâncias de produção do conhecimento se intercomunicam, se tocam e, em razão disso, não é possível traçar um limite rígido capaz de diferenciá-las. Elas também têm em comum, um processo mais ou menos genérico para a produção e reprodução do conhecimento, sendo a identificação de um problema, a tentativa de solucioná-lo e, posteriormente, a busca da generalização da solução. Como *locus* de produção do conhecimento, a especificidade de cada uma estaria ligada à forma com que cada conhecimento é produzido. O

conhecimento proveniente do senso-comum seria ingênuo, crédulo, na medida que não dispõe de algo que parametrize as crenças, o que, em sua visão demarcaria um tipo de conhecimento “ultrapassado” (DEMO, 1995, p. 18).

No outro extremo de produção do conhecimento, estaria a ideologia, sob a qual haveria um tipo de produção do conhecimento: comprometido, engajado como posições sociais e interesses específicos, e nesse caso, tendenciosa em direção a um ideal em detrimento de um real. A ideologia seria um sistema de crenças, visão de mundo, lente e forma de representar o real de modos específicos, como também uma racionalidade peculiar de produzir conhecimento, justificá-lo e reproduzi-lo. Quanto à ciência, seria um processo de produção do conhecimento dotada de coerência, consistência originalidade e objetivação. Novamente, não seriam termos suficientes e determinantes para cravar um território do conhecimento científico, mas uma noção flexível, já que está ligada, em última instância, a uma interpretação e aplicação dessas noções, próprios do que ele descreve como método científico para produção do conhecimento.

A posição de Demo (1995) é interessante pelo que ela provoca, já que sua análise leva à noção de que a ciência e a ideologia são distinguíveis, embora ainda dotadas de limites turvos que se intercomunicam. Ao que parece, a forma de ele explicar tal permeabilidade é criando uma diferenciação na própria ciência, ao entender que “nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é intrínseco, pois está no sujeito e no objeto” (DEMO, 1995, p. 19). Uma inferência possível a partir de tal consideração era a de que, existem campos da ciência que apresentam relação com a ideologia de outra ordem, que não a intrínseca ao sujeito e ao objeto. Embora Demo (1995) tenha lido Chauí, não se pode considerar que ela compartilhe de tal noção, já que:

Todavia, por que considerar a racionalidade do Real com ideológica? Afinal, o primeiro crítico da ideologia jamais negou a racionalidade do real. Evidentemente, não é ideológica a admissão da racionalidade do Real, mas sim aquilo que nossa ciência entende por racionalidade. Esta é posta como sinônimo de não contradição, pois o contraditório suposto como sinônimo do irracional. Através dessa identificação entre racional e não contraditório, a ciência está, como a ideologia, afirmando a não-história. [...]. Por que, agora, ciência e ideologia estão tomando estas assim próximas? Por que, com a nova ciência, a manipulação não terá limites, e visto que a finalidade da ideologia é a manipulação, a ciência ele oferece a imagem de um objeto manipulado inteiramente manipulável, por que é produzido pelas próprias operações científicas.

Com isso, a ciência mantém e reforça o desejo da ideologia de coincidir com aquilo que é proferido pelo seu próprio discurso, pois o que ela profere (como ideologia), ela mesma (com ciência) construiu (CHAUI, 2001, p. 33).

Entender a ciência como uma ideologia é uma concepção bem mais ampla do sugere Demo (1995). Em Chaui (2001), o ideológico não se caracteriza pela intensidade ou manifestação de subjetividade e objetividade, sendo que essas próprias noções seriam operadores lógicos do discurso ideológico. São mecanismos que asseguram coerência ao conhecimento produzido. Já que a ciência, assim como as demais instâncias sociais de produção e reprodução do conhecimento, apresenta formas particulares de apreender o real, a ideologia está manifesta na forma como se racionaliza a apreensão do real, não na admissão que o real possui uma racionalidade. Nós nos voltamos para o cotidiano, para o mundo, chamado de real pela autora, e o observamos e o compreendemos a partir de lentes herdadas por diversas instâncias. A partir dessas lentes, as leituras sobre esse real podem ser muito variadas e tendem a estar coerentes com as lentes das quais são originárias.

A origem da distinção citada por Demo (1995) estaria ligada à tensão entre filósofos e sociólogos, e pode ser entendida como a disputa de quem teria a supremacia da representação do real. Ao admitir que “conhecer é fixar o real em representações (fatos ou ideias)”, a autora descreve a rivalidade entre tais campos científicos como uma competição pela supremacia da representação do real (CHAUI, 2001, p. 137). A reivindicação filosófica pelo *status* da verdade estaria no fato de que concebem a ideia, enquanto o argumento sociológico tem como apelo, o conhecimento do fato. Ocorre que a capacidade de representar o real é limitada, já que “pensar é acolher o risco do trabalho do acontecimento sem pretender fixá-lo num racional positivo completamente determinado” (CHAUI, 2001, p. 137). Se o real não pode ser apreendido e representado em sua totalidade, é possível pensar que, da totalidade daquilo que pode ser conhecido, existe aquilo que, de fato, se torna conhecimento. Essa reflexão é decorrente da preocupação com a natureza do conhecimento e, nesse aspecto, a produção sobre o saber científico é importante para entender a política como dimensão do conhecimento.

Recorro a outro autor que estabelece uma aproximação interessante e, aqui pertinente, ao tratar da universidade, da ciência e da ideologia. Para Schwartzman (2008), essas produções sociais compõem a política do conhecimento e, nesse sentido, realizam política a todo o tempo. O autor abandona a noção ingênua na qual o conhecimento seria o mero acúmulo de in-

formações, definições e elaborações teóricas. O que em Chauí (2001) aparece como pista, no autor comparece como evidência, sendo que, para ele o “problema político tem sido o de explicitar as condições que permitem o desenvolvimento de formas de conhecimento dinâmicas, criativas, dotadas de riqueza e profundidade, e socialmente relevantes” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 5).

A partir de Chauí (2001), penso estar nítida a noção de que há um limite para a produção do conhecimento e, em Schwartzman (2008), tal limite pode ser expresso pela dimensão política. Assim, a política é chave para entender porque determinadas construções se tornam conhecimento em detrimento de outras. Se a política é fronteira que torna possível o conhecimento, o pensamento subsequente é o de que todo conhecimento é político. Ocorre que pensar a política remete a uma dimensão vinculada a interesses, aos processos de negociação e conflitos, algo simplesmente não admitido na racionalidade científica. E nesse ínterim que Schwartzman (2008) descreve como a ciência desvincula a política da produção do conhecimento que lhe é própria. Para o autor, durante o Século XIX, uma das crenças mais difundidas pelo Iluminismo seria a que a ciência poderia livrar a humanidade da política. A razão e o esclarecimento seriam as bases para práticas sociais baseadas na técnica, entendida como forma testada e comprovada do melhor saber e/ou melhor fazer, sem margem para negociações e conflitos, esses considerados expressões de irracionalidade.

Na visão de Schwartzman (2008), o problema foi que, ao se colocar descontaminado da dimensão política, o saber científico também criou a base da deslegitimação de toda produção que fosse política. O positivismo de Comte, reforçou a ideia de conhecimento proveniente da necessidade, sob o manto da liberdade. A ciência foi encarada como forma de organizar a sociedade, de forma racional, e aqui, subentenda-se, livre da irracionalidade, do conflito e da negociação próprios da dimensão política. Assim, a ciência estabeleceu para si um lugar privilegiado de produção de conhecimento ao silenciar a dimensão política que lhe é inerente, como também estabelece um cenário de aversão a tudo que remeta à política.

Da discussão aqui descrita, considero razoável admitir de que a atuação da Fundação Ford junto a universidades públicas e privadas, órgãos de governo, organizações não governamentais de movimentos negros e feminista além de outras entidades pode ser analisada para além do engajamento por mudança social, declarado por Brooke e Witoshynsky (2002). Ora, Demo

(1995) e Chauí (2001) contribuem por sinalizar a interrelação entre ciência e ideologia. Essa última inclusive, é perspicaz ao desvelar os operadores lógicos de uma ideologia, responsáveis por criarem uma narrativa coerente. A narrativa de Brooke Brooke e Witoshynsky (2002) é coerente com a finalidade social da Fundação Ford, sendo uma organização filantrópica, a natureza de sua atividade é aderente ao investimento em programas de desenvolvimento social. Porém, essa camada coerente encobre outras dimensões, como a política. É justamente por isso que Schwartzman (2008) se faz necessário, no sentido de apontar a possibilidade de análise política desse quadro.

Essas questões pavimentam uma via até Chaves (2019). O autor dedicou 10 anos a uma pesquisa que relaciona a questão negra, a Fundação Ford e a Guerra Fria. Os achados do autor são reveladores, nos termos de Chauí (2001) e Schwartzman (2008), questões de ordem política. O percurso de Chaves tem início no período pós Segunda Guerra Mundial. Logo após a finalização do conflito, houve o início de uma tensão entre polos ideológicos distintos, conhecida como Guerra Fria entre os anos de 1947 e 1991. Segundo Chaves (2019), a Fundação Ford, que a esse tempo já tinha presença internacional consolidada, em conjunto com o governo estadunidense, planejou ações consideradas estratégicas para seus interesses políticos e econômicos. Para tanto, seria necessário investir na construção de uma “esquerda não comunista ou socialismo democrático” (CHAVES, 2019, p. 19). A operação tinha como objetivo promover um agendamento intelectual, uma espécie de modelação da agenda científica e política de países selecionados.

Esse agendamento era feito por meio de financiamento de organizações diversas, principalmente as conhecidas como as *think tanks*, sob o argumento altruísta do voluntariado voltado à promoção do bem-estar. Para o autor, no período pós-guerra, a Fundação Ford construiu uma agenda considerada política racial, cuja proposta se baseia na:

- 1) Formação de lideranças
- 2) de renovação de costumes sociais e políticos;
- 3) de estabilização em relação a formação de vida do livre mercado;
- 4) de adequação à ordem política democrática.

Vale destacar que após o fim da Segunda Guerra Mundial, o debate em torno dos direitos humanos foi tratado como pauta prioritária, e teve seu cume na criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Em tese, ela representa um conjunto de orientações para a

formulação das constituições e diretrizes para a vida em sociedade nos diversos países. Porém, ela não tem força de lei. Assim, após sua proclamação, diversas organizações passaram a divulgá-la e a reforçar sua importância.

A atuação da Fundação Ford encontrou nesse cenário um terreno propício para acessar organizações em países distintos, por ser uma instituição filantrópica ocupada no desenvolvimento de pautas relacionadas aos direitos humanos. Os eixos ligados à agenda política racial indicam um conjunto de ações capazes de promover uma mudança ideológica na ciência, na sociedade, na economia nas relações político-internacionais. Esse cenário interessa na medida em que após o fim da Segunda Guerra Mundial, a dimensão ideológica passou a ser considerada estratégica e fundamental para o desenvolvimento social e político dos interesses de organizações estadunidenses.

A definição de uma agenda e de eixos intervencionistas advém da própria experiência de crescimento da Ford e logo depois da Fundação Ford nos Estados Unidos. Um ambiente estável e seguro, bem ao modo toquevilleano, se mostrou adequado e interessante. Nessa situação, a difusão das pautas em torno do combate à pobreza e inclusão de grupos minorizados, ocorreu sob moldes pré-definidos pela Fundação Ford, e eram restritos ao bem-estar social circunscrito a uma agenda democrática. Isso significou um meio de alastrar ideologias de forma orgânica, naturalizada.

Em nível local, a Fundação Ford já possuía conhecimento de estratégias consideradas assertivas para o crescimento e criação de um cenário considerado favorável. No plano externo, as investidas ideológicas da URSS na Europa estavam se tornando recorrentes e bem-sucedidas. A partir de Moscou, foram criados os “Congressos pela Paz Mundial”, sendo os mais importantes ocorridos em 1949 em Wroclaw, Paris e Nova Iorque. Chaves (2019) descreve que, a partir desses congressos, a URSS foi convincente na associação dos Estados Unidos como “direita”, “racista” e de “violência militar”. Logo, a construção da URSS como esquerda, passou a se sedutora para países colonizados e para elites intelectuais na Europa.

Essa situação estimulou a polarização ideológica pelo mundo e é justamente nesse cenário que intelectuais passaram a ser considerados como estratégicas por seu potencial de também serem ideólogos, logo, de promover influência. A criação de uma agenda político-racial é uma,

dentre outras várias possíveis consideradas estratégicas na disputa por poder e dominação política e econômica. A Índia e países do Oriente Médio e da América Latina foram selecionados como áreas prioritárias de intervenção. Para o autor, essa escolha foi tanto em função de serem regiões pobres quanto também por apresentarem intelectuais com forte influência marxista, e por consequência, resistente ao que ele chama de “americanismo” (CHAVES, 2019, p. 80).

A afinidade entre ideais marxistas e alguns dos valores cultivados pela URSS levou à popularização de ambas, no período da Guerra Fria. A esse crescimento, lideranças estadunidenses responderam com campanhas que denunciavam o cunho antidemocrático da URSS. A democracia propalada pelos Estados Unidos possui bases no racionalismo e humanismo racionalista, que também são fonte de princípios para o marxismo. Desse modo, Chaves (2019) afirma que a crítica ao marxismo não poderia ser feita de modo direto. Porém, a antipropaganda feita à URSS aumentou sua evidência e do marxismo, resultando em uma desastrosa publicidade feita pelo Estados Unidos.

É nesse contexto que a atuação da Fundação Ford passa a ser vista como importante. Enquanto instituição, sua capacidade de atrair intelectuais já era conhecida. A esse período, a organização também acumulava *expertise* sobre as flexibilidades a que tinham acesso sob o rótulo da filantropia, tanto em termos fiscais, quanto de capilaridade em outras organizações e países. A participação da organização está ligada a uma mudança ampla de campanha publicitária. A publicidade antimarxista deu lugar a “apologia ao desenvolvimento” (CHAVES, 2019, p. 99).

O desenvolvimento seria uma oposição ao provincianismo, ao tradicional. A ascensão do desenvolvimento como ideal de sociedade não passava por outra via que não a da ciência, tecnologia e Ciências Humanas. Segundo o autor:

A política de formação de quadros intelectuais da Fundação Ford, que integrava esforço mais amplo da instituição em projetos de reforma universitária, **foi precursor na formação desse novo tipo humano**, específico para as áreas em desenvolvimento. Desde abertura dos seus primeiros escritórios na Ásia e no Oriente Médio, em 1952, e na África, em 1958 seus programas de se dirigiam a formar esse profissional: **pessoa atualizada teoria de ponta na ciência sociais**, empenhada na formulação de análises ideológicas autóctones que acenassem positivamente ao princípio ca-

pitalista de desenvolvimento (CHAVES, 2019, p. 102).

Diante dessas questões, é possível perceber que o início das atividades da Fundação Ford no Brasil, em 1960, estava conectado em uma ação a nível internacional, envolvendo países em condições específicas. As ações tinham como propósito influenciar a formação ideológica de pessoas que muito provavelmente se tornariam referências em áreas importantes da ciência, economia, política e governo. A ideologia capitalista foi introduzida na produção e a disseminação do conhecimento em países em processo de desenvolvimento.

Uma formação com bases ideológicas não problematizadas aliada à ojeriza causada pela dimensão política no interior da ciência foi o ambiente propício para a consolidação de um modelo de educação acrítico ao sistema capitalista, apolítico e ahistórico. Embora a análise de Chaves (2019) tenha como elemento central a questão negra durante a Guerra Fria, seus próprios dados, e o montante da ordem em milhões de dólares relatados por Brooke (2002) deixam evidentes que não se trata de doações feitas por um movimento filantrópico, mas de investimentos para promoção de uma mudança social baseada em uma ideologia específica.

A esse processo interessava alcançar pessoas consideradas promissoras. Atrair e selecionar pessoas assim em determinados contextos poderia ser um desafio. No caso brasileiro, o nível de acesso ao ensino superior refletia a desigualdade social, sendo pessoas negras o maior grupo sub-representado. Diante desse fato, os processos seletivos pré-acadêmicos foram importantes como forma de identificação de pessoas com potencial acadêmico.

Trata-se de uma lógica de amplo agenciamento de áreas consideradas importantes para a autonomia dos países, com desdobramentos em diversos campos. A partir de 1950, países africanos e latino-americanos foram considerados prioritários para os Estados Unidos, “os melhores centros de estudos eram patrocinados pela Fundação” (CHAVES, 2019, p. 102). Equipes de pesquisa das universidades de Boston, Northwestern, Chicago, Wisconsin, Berkeley, Stanford, Indiana, Columbia, Yale, Howard e Michigan State constituíram a gestão de estudos africanos por meio de um comitê acadêmico formado pela Fundação Ford, pelo *Social Science Research Council* e o *American Council of Learned Societies*. Esse movimento foi decisivo para o desenvolvimento daquilo que hoje é conhecido e reconhecido como estudos africanos.



A Fundação Ford se consolidou como a “maior investidora global na área acadêmica de estudos raciais” (CHAVES, 2019, p. 228). Por meio do financiamento, ela terminou evidenciando determinadas correntes teóricas em todos os países em que atuava. Nos Estados Unidos, a corrente afrocentrista, caracterizada pela construção de um ideal estético, científico e religioso da africanidade, foi considerada importante por eticamente se opor à violência, apresentar aderência ao pluralismo político, a partir das dimensões individuais e psicológicas. No plano do desenvolvimento social, interessava apoiar grupos que pudessem compor uma burguesia média negra, segundo Chaves (2019).

Existem elementos no argumento afrocentrista que convergem com a lógica da democracia racial. Um cenário isento de tensões violentas pela diluição das diferenças é propício para o crescimento da economia de mercado. Outra questão é que a ênfase ao aspecto individual e psicológico do afrocentrismo se assemelha à ideia de integração pela via econômica. Diante da exclusão gerada pelo racismo, essas concepções reforçam uma lógica de mudança social baseada no esforço individual.

Ao que parece, dentre as diversas correntes de conhecimento étnico-racial, em termos políticos, existem algumas com proposições alinhadas a interesses de determinados grupos econômicos. A partir de Chaves (2019) é possível indicar a existência de elementos construídos e reproduzidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que reforçam o modelo produtivo e econômico defendido por representantes dos Estados Unidos. Via de regra, embora as teorias sobre raça e etnia se ocupem, de modo geral, da situação das pessoas negras em diversos contextos pelo mundo, bem como em possibilidades de mudança, existem proposições que procuram fortalecer o aspecto coletivo, político, enquanto outras terminam fragilizando essa dimensão.

Um desdobramento teórico dessa situação pode ser acompanhado em torno do debate acerca do colorismo, conceito cunhado por Walker (1983). De modo sucinto, os estudos desenvolvidos acerca desse conceito apontam para o fato de que em uma sociedade permeada por valores racistas, a presença de elementos negroides nas pessoas termina influenciando em seu trânsito social. Esse debate também dialoga com questões ligadas ao embranquecimento, já discutidas. Por vezes, é possível perceber que determinadas interpretações dos eventos sociais descambam para as acusações ao grupo pardo, distanciando-se da questão mais ampla. Embora

essa situação possa indicar uma confusão sob a ótica política, é possível perceber sua importância por fortalecer um processo de mudança social baseada em esforço individual, uma vez a coletividade não é considerada “legítima”.

As questões que apontei não são suficientes para apontar a convergência entre organizações e a ascensão de determinadas ideias e pessoas; porém, são importantes por sinalizar a existência de fluxos de interesses. A partir das questões apontadas por Chaves e Brooke, estou convencida que aquilo que tomamos por referência em termos científico e de ativismo negro, em alguma medida foram permeados por influência da Fundação Ford. Durante as entrevistas, tive a impressão que a maior parte das pessoas ainda não havia problematizado a presença reiterada de uma entidade em diversas organizações e eventos dos movimentos negros, em especial no próprio Afirmação na Pós. A questão indica uma ambiguidade. Porém, a reflexão histórica acerca do desenvolvimento dos movimentos negros e dos negros em movimento no país revela uma série de questões que aparentemente são inconsistências. Uma dessas inconsistências eu já mencionei, e se refere à origem do mito da democracia racial.

A existência dessas ambiguidades é inerente à vida em sociedade, já que é formada por grupos e interesses distintos (CHAUI, 2001). No que tange ao Afirmação na Pós, o grupo se articulou a partir das informações, recursos e relações possíveis para continuar o processo. O enfretamento das adversidades, da falta de recursos, de apoio indica a persistência do grupo na manutenção do Afirmação na Pós, mesmo após a finalização do projeto com a Fundação Ford.

Rufino (2020) me faz pensar que o percurso do Afirmação na Pós ao lidar com ambiguidades não é ingênuo. Um aforismo reproduzido por ele, é bastante pertinente: “a principal virtude de um malandro é se passar por otário na frente de um otário que pensa que é malandro” (RUFINO, 2020, p. 76). Ao descrever a cidade, ele ressalta a existências das fissuras, das contentas, das tretas, dos conflitos que trazem humanidade e afeto aos espaços ocupados. Em referência a Michel de Certeau, ele fala de uma cidade que pulsa, que vibra, que é movimento. Se os grupos constroem a cidade, o real, por movimentos específicos, às pessoas paridas no cruzo é possível lhes atribuir a ginga, enquanto especificidade de movimento. Diante da precariedade, o riso, a inventividade, a malemolência, são ações que dizem respeito a formas atualizadas de agenciamento. Elas podem ser vistas como “saídas lúdicas praticadas nessas bandas que configuram a lógica da disputa em favor do mais fraco. A arte do mais fraco é, então, também a

arte da ginga” (RUFINO, 2020, p. 77).

É possível perceber que o financiamento proveniente da Fundação Ford foi importante para o surgimento do Afirmação na Pós, como também é inegável a importância dessa para a promoção do acesso e permanência para pessoas sub-representadas na universidade. Essa questão imposta por um contexto, já que quando o Afirmação é criado, a Fundação Ford já tinha mais de 50 anos de atuação no Brasil. A manutenção do Afirmação demandou dos participantes ginga, para driblar as ambiguidades mais amplas, e que dizem respeito a aspectos econômicos, sociais e políticos divergentes.

## 5.2 Institucionalização: os paradoxos em torno do financiamento

Nos primeiros anos de existência do Afirmação na Pós o financiamento não foi uma preocupação em função do ser uma atividade prevista pelo edital do IFP. A partir de 2015, as pessoas interessadas em manter a oferta do pré-acadêmico passaram a ser diretamente responsáveis pelo processo de tomada de decisão. Porém, tiveram que lidar com os custos associados ao desempenho das diversas atividades. Eles desenvolveram arranjos diversos para dar continuidade à iniciativa.

*O desafio é o financiamento, porque as pessoas estão ali **voluntariamente**. A gente sabe que as pessoas precisam comer, precisam vestir, precisam beber e aquilo ali é um trabalho e como tal **deveria ter algum fomento**, algum financiamento. [Senaki, participante]*

Sem recursos, as pessoas passaram a se empenhar nas atividades por meio do voluntariado, o que era um desafio para muitos. A maioria dos discentes atuando no coletivo era de egressos da própria iniciativa e já havia concluído mestrado ou doutorado. Porém, em termos financeiros, dedicar parte de seu tempo ao voluntariado significava obter menos recursos para si mesmo. Os cursistas também enfrentavam dificuldades para frequentar as aulas presenciais. O campus da UFMG está localizado na região da Pampulha, divisão administrativa de Belo Horizonte relativamente distante da maior parte dos bairros periféricos. Para acessar o campus, muitos dos cursistas necessitavam de usar duas conduções ou mais. Diante da falta de recursos, eles criaram medidas para ajudar quem não tinha condição financeira. Uma das iniciati-

vas eram os lanches coletivos realizados nos intervalos dos encontros. Diante da condição, cada um levava algum alimento e no intervalo uma mesa com o lanche era servida a todos. Esse momento acabou se tornando um importante momento de troca afetiva entre cursistas e membros do coletivo.

A cada nova turma criada, o desgaste pela falta de recursos se acumulava. Essa situação levou a um grande impasse em termos de estrutura. Para o coletivo, o fim da “Era Ford” significou o surgimento de uma organização independente, horizontalizada, cujo protagonismo discente era marcante. Esse desenho organizacional é valorizado pelo grupo, pois se reconhecem nessa estrutura. Contudo, essa autonomia implica ausência de institucionalização. O desempenho das atividades de modo informal impede que o grupo possa disputar recursos capazes de financiar as atividades, como o pagamento de bolsas.

Considerando-se os processos de formalização na UFMG, a iniciativa poderia ser formalizada por meio de alguma modalidade de extensão universitária. Conforme minhas escrivências, cheguei a participar de discussões específicas sobre a criação de um programa de extensão universitária. Os benefícios da institucionalização eram importantes, já que, além do acesso a recursos, o grupo poderia emitir certificados reconhecidos pela UFMG, tanto para os cursistas quanto para quem participou da oferta da iniciativa. A questão é que, a institucionalização implicaria mudança no desenho organizativo construído pelo grupo há anos.

*Então Karen e S [participante], tava por outro caminho, até que um dia eu vi até na... Eles saíram no programa da rádio da UFMG, falando um pouco desse outro caminho, mas falando também que ia inaugurar a turma, do Afirmação na Pós, mas de forma mais **autônoma, né, mobilizado, mas com o interesse de institucionalizar.** Eu falei tá, legal, vou continuar na minha aqui. [gargalhadas]. Eu continuei ali fazendo os negócios com os meninos, ajudando a fazer projeto, e a gente foi fazendo uma coisa assim, a minha ideia era pegar um pouco da escrita acadêmica, um pouco de **maldade** com os meninos, e a ideia dos meninos era **pegar as maldades que eu tava passando** para passar pro mestrado profissional. Então tava todo mundo ali, **capacitando um ao outro**, não tinha nada de Akin*

(participante) é caridoso, **era uma coisa cíclica**, uma troca, eu queria me especializar assim e tal, tal, tal, então funcionava **no esquema de troca** e que foi um pouco esse sistema quando a gente ficou órfão, que era juntar **um círculo e cada um se ajudando**, sabe? Uma coisa meio romântica, tilelê [risos] eu era mais agressivo, nunca fui muito tilelê, eu era mais pá, pá, pá, a galera então [falou] demorou, vamo detonar! Aí com essa turma em paralelo e a outra turma com o negócio, a Karen veio falar comigo para juntar as coisas, ela já tava com uma turma grande eu acho, poucos tutores, e eu tava com essa turma e tal, que tinha até meu sobrinho Leonardo, cé vê como a coisa era, tinha até parente, [risos] tinha parente, tinha amigo, era amigo do parente, era um ciclo, entendeu, **não era uma coisa institucional**, o que tinha era a intenção de institucionalizar, mas como eu já tava fazendo isso, por que não? [gargalhadas]. Aí já tô nesse rolê mesmo, tá vamo juntar, pelo menos a gente vai ter laboratório, porque a grande dificuldade **era arrumar um lugar para mexer com computador**, e o Ações tava um pouco já fechando com essa coisa de todo mundo ficar entrando no Ações direto, já tava tendo umas queixas e não tava conseguindo mais usar o espaço [risos], que é do Ações, o escritório, [...] então a gente tinha que pegar laptop, mas aí eu falei para eu participar eu tenho que trazer essa galera que já tão ajudando. Isso foi o pós-ford, no primeiro ano. [...] e quando o curso volta **parece um ato altruísta**. Eu li mesmo, algumas coisas que alguns tutores escreveram, num vou falar o nome, mas realmente quando eles narram isso, parece um passe de mágica, parece que um grupo de militantes altruístas resolveram reabrir o Afirmação na Pós, depois de dois anos. Eu acho que **essa narrativa é muito simplória**, para falar a verdade. Elas poderiam estar em casa, mas é militância, um grupo de militantes. Ninguém ganhou dinheiro, você ganhou dinheiro? Eu não ganhei dinheiro, ninguém ganhou. [Akin, participante]

A informalidade do grupo também representou uma dificuldade no acesso as estruturas físicas

da UFMG e no uso de equipamentos. A necessidade de preservar o patrimônio da universidade tornava imperativa a responsabilidade sobre o desempenho das atividades do grupo. Nesse sentido, o Ações Afirmativas foi importante para o grupo conseguir fazer uso de espaços e equipamentos. Contudo, essa situação não era ideal, já que era necessário haver controle das pessoas, tanto do grupo quanto dos cursistas. Essas nuances eram um dilema constante para quem participou da oferta do Afirmção na Pós, razão pela qual Akin (participante) considera simplórias as narrativas acerca da iniciativa que silenciam esse paradoxo.

Em diversos momentos, Abdias Nascimento (participante) usa o termo “maldade” com sentido próximo ao de conhecimento. Isso é particularmente interessante, já que esses usos ocorreram na descrição dos arranjos estabelecidos pelos discentes para se ajudarem mutuamente. O que ele enuncia como “maldade” é uma expressão de peso ancestral, que indica as trocas feitas pelas pessoas em situação desfavorável, como forma de mudar uma situação. Desde o contexto escravista, eram comuns arranjos criados com base na “maldade” aprendida entre os escravizados, e que formas criativas, bem elaboradas para driblar a organização vigente e seu controle pretensiosamente absoluto. O percurso eclético e transdisciplinar de Risério (2012) evidencia essa situação, ao perpassar os movimentos negros no Brasil. Para os povos negros, a astúcia, os arranjos criativos, a ginga, são marcas distintivas porque informam a vida social organizada em uma sociedade na qual o racismo prevalece. Essas características podem ser associadas a Exu. Jagun (2015, p. 116) descreve a entidade como:

O mais polêmico de todo o panteão das divindades. Ele é **dual**<sup>24</sup>. É o bem e o mal. É o certo e o errado. É **astuto**, vaidoso, violento, libidinoso. Ele também é bom, justo, sincero e amigo. Mas não ocupa o lugar de opositor do bem. Exu não é o contraponto do criador. Ele não tem por objetivo destruir a obra de o louro, nem prejudicar por e simplesmente suas criaturas. É Show não é como o diabo na concepção judaico-cristã. Ele **provoca os instintos** do homem, mas não o domina. Isso região ambição, por exemplo. E este sentido é dúbio. Ambição pode ser extremamente positiva, à medida que serve muito como impulso para o progresso e para as conquistas, como pode ser sinônimo de inveja, mesquinha, sordidez e injustiça.

Exu transita entre mundos diferentes e é por isso que é considerado o mensageiro, o guardião da linguagem. Dele emana uma energia poderosa, aparentemente ambígua na compreensão ocidental por sua tradição maniqueísta. A dualidade em Exu confronta os sistemas de certe-

---

<sup>24</sup> Grifos meus.

zas. A essas questões se somam as ideias de Rufino (2019, p. 35), ao considerar que ele é “señor das astúcias, dos escapes, das esquivas, das antidisciplinas, da peça, da síncope, das rasuras, do viés, sucateios, festas e frestas. Inventa e recria mundos nos lampejos das imprevisibilidades cotidianas”.

Segundo Jagun (2019) cada pessoa pode possuir um Exu, o Bara. Ele representa a potência humana, na medida em que possibilita acesso à energia fundamental, criadora. Poderoso e, ao mesmo tempo acessível, sua divindade é a mais humana dos orixás na medida que ela representa a dualidade, a ambiguidade, já que as pessoas também vivem, convivem com os demais também transitando entre polos de valores.

É possível considerar que o caráter ambíguo, dual e astuto de Exu dialoga com o desenvolvimento da “maldade”, tão necessária como forma de romper situações adversas para os movimentos negros e negros em movimento. Onde havia a certeza de controle, de interdição, de apagamento de humanidades, modos de ser e viver, conhecimentos, tradições são construídos e transmitidos às próximas gerações. Quanto maior a pretensão de controle, mais presente se tornou a inventividade, a ginga, a malícia sendo instrumentos de agenciamento para os sujeitos.

A malandragem, a arte do escape, de se comunicar usando o corpo, foram estratégias cultivadas ao longo dos anos, como possibilidade de proteção à humanidade de um grande contingente no Brasil. Exu é cultuado de forma tradicional em boa parte do continente africano e os descendentes dos povos em diáspora que se estabeleceram no Brasil, desde sua chegada, usaram dessas ações para proteger todo saber e prática ancestrais.

Para as pessoas paridas no cruzo, dominar a “malícia”, produzir artimanhas, transitar em esferas ambíguas, contraditórias e até paradoxais foram todas possibilidades de enfrentamento ao racismo e a exclusão social. Nos termos de Martins (2021, p. 2021) essas práticas podem ser associadas ao conceito de encruzilhada, enquanto “operação semiótica que nos permite clivar as formas que daí emergem”. Desde os tempos de colonização e escravização, a humanidade de pessoas negras tem sido negada por meio do racismo. Essa situação indica o nível dos enfrentamentos para construção e disseminação dos saberes próprios desses povos. Nesse contexto, a encruzilhada foi e se mantém o meio estruturador dos saberes negros, da intelectualidade

que lhe é própria.

Enquanto *quizomba* se refere a festa, de acordo com Simas, Rufino e Haddock-Lobo (2020) *quizumba* indica um conflito, confusão envolvendo muitas pessoas. O racismo produz confusão, indica um jogo desigual e é nesse lugar, da contradição como condição estruturante das relações sociais, que a malandragem, a astúcia e traquinagem se estabelecem como aspectos de uma semiótica específica, a da encruzilhada. É importante salientar que a encruzilhada não é lugar para dissolução de conflitos. Sendo ela ligada a Exu, seu sentido é justamente é muito mais aderente a desestabilização de certezas consideradas universais, o que indica seu caráter disruptivo.

Essas questões sinalizam que, muito embora cada participante do Afirmação na Pós tenha uma posição particular para as questões que perpassam situações paradoxais, o cotidiano do coletivo é marcado por arranjos criativos e inventivos. O desenvolvimento desses arranjos reforça a ideia de que a existência dos paradoxos é reconhecida, e as estratégias para seu enfrentamento nem sempre são ações de choque direto ou de desconstrução da lógica mais ampla. Trata-se, portanto, de estratégias que tornaram possível a realização das atividades consideradas importantes para o grupo, mesmo em um cenário adverso, paradoxal que envolve a necessidade de financiamento, a estrutura organizativa do grupo e a relação com a UFMG.

### **5.3 Os tons da política: os sujeitos e seus paradoxos no Afirmação na Pós**

Nos tópicos anteriores procurei indicar os paradoxos envolvendo o Afirmação na Pós. O mais amplo deles possui relação com o contexto macrossocial. Essa demarcação indica que o grupo se insere em uma dinâmica complexa permeada por questões históricas, culturais e econômicas com desdobramentos para as instituições de ensino superior no país, para os movimentos negros e para conhecimentos tratados como repertório conceitual para tratar questões sociais. Também dediquei espaço para compreender os dilemas locais a que o grupo está submetido. Essas análises apontam para o fato de que as conquistas do coletivo são decorrentes dos arranjos criativos, astutos e orientados por questões práticas e objetivas do cotidiano, e desse modo, refletem as possibilidades para a vida social organizada no cruzo, mesmo em um contexto adverso e desigual. Ou seja, as construções feitas pelo coletivo responsável pelo Afirmação na Pós são aquelas possíveis em um contexto paradoxal.



Tal como em nível macrossocial e local, o interior do grupo também apresenta contradições. Compreendo que esse debate seja delicado, já que se trata de um grupo que já enfrenta inúmeros desafios. Mas é importante pontuar que esse estudo emerge de um *lócus* de produção de conhecimento específico, e, muito embora eu seja sensível à dimensão antirracista, esse estudo não é guiado por valores unicamente políticos. Longe de produzir silenciamentos, a construção desse estudo me mostrou a importância da explicitação das informações e do tratamento a elas dado, considerados etapas inescapáveis de produções científicas (DEMO, 1995).

Reflexões como essas não enfraquecem politicamente as organizações sociais. Elas são necessárias por representarem uma tentativa de aproximar-se do real, do cotidiano dos sujeitos em sociedade. A construção de narrativas de um “nós contra eles”, pode refletir falta de repertório teórico e, por esse mesmo motivo, não possibilita avanço efetivo quanto a questões sociais graves tratadas na esfera científica.

A existência de um coletivo fortemente apoiado em uma base política não pode ser considerado sinal de homogeneidade. Cada pessoa é única em sua própria trajetória de vida, construções e valores e por vezes as discussões esbarram nessas diferenças pessoais.

*Sempre tinha **alguém para me confrontar**. [risos]. Acho que era uma coisa pessoal, mas hoje em dia nem chega mais pessoal, tipo, tem várias coisas assim, tipo, professores, eu em si, isso não era importante, saca. A questão é que tinha várias pessoas que se organizaram né, de outras formas, e essas pessoas se juntaram depois voltaram pra o Afirmação na Pós, pra tentar fazer o Afirmação acontecer com estrutura por exemplo. Uma coisa que é difícil sem estrutura. [...] mas ele acolhe bem as pessoas. [...] **A questão não é eu. A questão é o que podemos fazer quando estamos em coletivo, quando não estamos dispersos.** [Akin, participante]*

A dimensão coletiva não apaga as individualidades. Todas as atividades ligadas, direta e indiretamente, à oferta do pré-acadêmico, envolvem um processo de discussão em grupo. O grupo preza pela manutenção desse espaço como esfera de negociação e a acordo coletivo. Ao longo

das edições, é possível perceber que algumas pessoas participam mais da discussão do que outras. Ao se posicionarem, usam seu repertório pessoal para embasar sua visão. Essa exposição ajuda o grupo a compreender as diversas nuances das decisões em pauta.

Desse modo, é uma esfera permeada pela política. E tal como em Valk (2002), é possível perceber que ambiente de confronto de ideias, na mesma medida em que emana energia alimentada pelo embate, pelos conflitos, também é tensionada pelas questões pessoais, pelas relações de poder e nível de consciência política dos próprios indivíduos. No interior do coletivo, era comum o surgimento de tensões em torno de pessoas por diversos fatores. Isso é algo esperado, já que é recorrente em organizações desse tipo e que, inclusive, pode ser um elemento que a torna especialmente potente para construção e disseminação de conhecimento permeado pela política. O confronto de ideias, as competições, as relações de poder formam uma quizumba, um cenário de conflitos, e que exatamente por isso, propulsor de novas ideias, de criação de novas possibilidades.

*O Teodoro falou que ele **não gostava de mim** porque... por causa que eu reprovei ele na banca, olha para você vê, isso foi no ano passado, no ano retrasado. [...]. Sabiam e não falaram nada, porque **pode deixar preto queimado**, não tem problema deixar o Akin queimado e tal. Agora, falar que eu expulsei ele, sendo [eu fui] o único voto a favor, **isso tem alguma coisa de política?** Tem! É brincar de policiamento dentro do Ações, brincar de ser facista dentro do Ações Afirmativas [...] e **ainda reivindicar que os professores não tomam postura disso?** Então tipo, isso é coisas que acontece com o Akin, talvez vários outros, Joaquim, Marcos, acontece com vários alunos pretos na faculdade com certeza, não é eu... eu pra dormir bem, eu tenho que ter a certeza que o problema não seja o Akin [risos] senão nem durmo. [Akin, participante]*

Alguns dos embates podem marcar profundamente os participantes. Na esfera política, os limites que definem o repertório argumentativo são bem mais flexíveis do que o científico, por exemplo. Isso significa que em alguma medida, as posições serão influenciadas pelos afetos, pelas relações prévias, mas também pelos desafetos. Em alguns momentos, percebi que as

memórias de Akin lhe geraram perturbação, principalmente as situações em que ele percebeu que sua condição de homem negro representou uma questão, mesmo no interior de um coletivo negro universitário.

Ele reconhece que todos eles elementos, por mais que aparentemente não tenham relação direta com as discussões, influenciam as relações. Em certos momentos, construções valorizadas pelo grupo são acionadas de forma ambígua, como estrutura horizontal protagonizada por discentes, mas que em certos momentos é usada por algumas pessoas para criticar professores.

*O problema não é o Akin, o problema é ser negro na universidade e isso infelizmente incomodar tanto negro quanto branco. Isso é fato. O Gabriel passou a graduação toda falando que o pessoal do Ações era burguês. Eu, Lucíola, ela falava isso comigo e com a Lucíola. Não é burguês, mas é como se a gente fosse os negros privilegiados da faculdade. O Gabriel sempre ganhou bem, e ele falando que **eu era o negro privilegiado**, porque eu tava no Ações, porque a gente, estudava, porque a gente pesquisava, porque a gente fazia essas coisas desde a graduação. A gente, viajava, a gente ia pro quilombo conhecia pessoas e tal. Isso era mania do povo de Ciências Sociais [acusação de privilégio]. Porque as Ciências Sociais, tipo assim, é claro, lá tem o Conexões que era ótimo, da Psicologia trabalhando com a Maria Tereza, mas se apoiar nisso pra falar que o nosso não presta, é só **uma picuinha**, entende o que eu tô falando? Isso não pode ganhar uma dimensão social, política, eu me recuso. [...] **Isso é individual**, são ataques individuais que acaba atacando o grupo, porque tá incomodado com um indivíduo. [Akin, participante]*

Há dor no relato de Akin. Percebi que, durante o relato, ele se deu conta da existência de limites no nível de consciência política, mesmo entre ativistas em um coletivo. É preciso lembrar que, nessa esfera, as pessoas se agarram a crenças pelos mais diversos motivos, mas sempre compartilham ideais. Elas lutam por isso, dedicam anos a uma causa, porque acreditam na possibilidade de uma mudança social. Enquanto ativista, pode ser desolador perceber que en-

tre ativistas negros antirracistas, pode haver reprodução de ideias de sistemas opressores, como o racismo e o machismo, para citar alguns deles.

Além da reprodução dessas lógicas opressoras, há tensões de toda ordem. A descrição de Akin [participante] reflete leituras individuais que enquadram outros sujeitos do grupo. No interior do coletivo, essas leituras são testes contínuos para a legitimidade e para a representatividade de quem enuncia posições. Nesses termos, posicionar-se é se expor, e essa posição poderá ser confrontada.

A questão interessante é que um dos elementos mais usados para testar essas posições é o da coerência. A quizumba se forma justamente porque em um coletivo as posições, as realidades e as consciências estão em constante movimento: são acessadas e lidas pelos sujeitos paridos no cruzo. A mudança, a contradição e o paradoxo são tão presentes que os considero constitutivos do ambiente permeado pela política. Isso significa uma esfera de conflito constante. Seja do sujeito consigo mesmo, já que a apropriação de novos saberes e seu desenvolvimento político o faz adotar novas ideias e novas posturas, seja no nível do grupo, uma vez que toda decisão implica benefícios e malefícios ao grupo. E por fim, ainda resta as contradições impostas pela dinâmica da sociedade, com seus traços sociais, culturais e históricos e que impactam as possibilidades de vida social organizada.

Outro dilema a que a descrição de Akin [participante] pode ter se aproximado é da já antiga tentativa de interpretar questões sociais a partir de elementos concretos, como o corpo. Essa lógica está presente no argumento de Roosevelt (1914), Bastide (1944) e em Freyre (1995), já que ao analisarem a existência de uma população mestiça no Brasil, acreditaram que essa situação era suficiente para intuir relações harmônicas e pacíficas. Esse tipo de análise deu origem ao mito da democracia racial, noção superada após a realização do Projeto Unesco (MAIO, 1999). Ironicamente, o projeto criado para sistematizar em termos sociológicos e antropológicos a solução brasileira para o convívio de raças diferentes entre os anos de 1951 e 1952, terminou revelando que tal concepção se resumia a uma crença. Entre os diversos pesquisadores do Projeto Unesco, estava Roger Bastide, o que significa que ele próprio reviu sua análise feita em 1944.

Recuperei essa discussão por perceber a repetição de um equívoco. A base lógica da democracia racial é a pretensão de uma análise sócio-antropológica feita a partir de atributos fenotípicos da população. Esse tipo de análise produziu uma leitura equivocada da realidade (MAIO, 1999). Atualmente, há consenso acerca do caráter mitológico dessa leitura; porém, o tipo de análise que a originou continua sendo usado. Digo isso porque ao longo da realização da pesquisa percebi ser comum a crença de que fatores fenotípicos, como a cor, são indicativos de questões sociais, como a política. Ao que me parece, podem derivar daí alguns os embates dos quais Akin estava sujeito, embora para ele isso não fosse algo óbvio por se tratar de um grupo de ativistas que compartilhavam o ideal de empretecer a universidade. Reconhecer as próprias diferenças em um grupo, é um fator forte e consistente. A sensação de pertencimento e identificação geradas por coletivos (VALK, 2002) pode sugerir erroneamente que as pessoas compartilham o mesmo nível de consciência política.

Já mencionei meu percurso por movimentos sociais, alguns ligados ao movimento estudantil durante minha adolescência, passando por movimentos político-partidários e, por fim, os negros, e como essa trilha influencia a minha percepção sobre os conceitos ligados à negritude. De forma específica, este último me deu uma experiência marcante por tocar em uma questão objetivamente ligada a mim, o fato de eu ser negra. Posso salientar, que todos os movimentos dos quais participei, os negros eram os que mais me diziam respeito. Para minha surpresa, a participação nestes movimentos foi justamente a mais perturbadora que experimentei. Durante o ano de 2017, participei de diversas rodadas da Conferência de Promoção da Igualdade Racial, promovida pelos municípios, estados e pela União. Aquele período marcou meu primeiro no mestrado em Administração da UFMG.

A Conferência de Promoção da Igualdade Racial prevê o diálogo entre movimentos sociais, acadêmicos e sociedade em torno de iniciativas de combate ao racismo e promoção das diferenças étnico-raciais e foi instituído durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, por meio de decreto. A dinâmica ocorre de maneira local, momento em que são realizadas conferências regionais nas cidades, após as de âmbito municipal, estadual e por fim, federal. O fruto destas conferências é a consolidação de um documento com diretrizes que devem ser implementadas por meio de políticas públicas.

Inicialmente, eu não conseguia conter o entusiasmo em participar de um evento como esse, na condição de acadêmica. Uma das primeiras questões que me deparei na universidade foi a ausência normalizada de pessoas negras, já que a presença naquele espaço se justificaria de forma unívoca ao mérito, o que funciona como uma manta para cobrir processos históricos de produção de desigualdade (SILVA, 2017). Assim, considerei importante participar das conferências, imaginando ser um evento com pequena participação acadêmica. Nisso eu estava correta. O que eu não previ foi a reação de repúdio com a qual fui tratada por diversas vezes durante as rodadas do evento. Durante as discussões voltadas ao debate de eixos sobre a realidade brasileira, minhas proposições resultaram, de forma reiterada, em críticas ferrenhas e muitas delas, feitas com o intuito de me desacreditar naquela esfera. Foram críticas feitas a mim, por pessoas negras e que compartilhavam ideal antirracista. Por algum motivo, essas críticas me indicaram que os conhecimentos provenientes da esfera científica continham um significado muito amplo e, por isso, despertavam interpretações diversas. Essa situação me gerou profunda decepção. Foi assim, de forma dura, real e objetiva que percebi haver uma tensão entre movimentos sociais e acadêmicos.

Tal como presente em minha experiência, Böhm (2006) considera que a política seja o campo no qual dialogam com diversas instâncias sociais, tais como os movimentos Sociais, o ativismo, os Estudos Organizacionais e as organizações sociais. Cada uma destas instâncias constitui um conjunto de representações do real construído e reproduzido de uma forma específica (CHAUI, 2001). O surgimento dos Movimentos Sociais está ligado a um campo político. Eles são compostos por formas organizacionais distintas, podendo ser as já estabelecidas, como as gerenciais e as pouco conhecidas, consideradas emergentes (MCADAM, SCOTT, 2005). Elas ainda podem ser insurgentes, informais, ligadas a dinâmica coletiva da vida social em defesa de interesses de uma coletividade, e por isso possuem um caráter político, de modo que representam uma posição crítica, já que desafiam a lógica estabelecida e propõem mudanças reformistas.

Este tipo de organização social tem atuação justificada no campo político, por representarem a defesa de interesses de grupos sociais específicos. A organização dos interesses de forma coletiva, fortalece a questão perante a sociedade na medida em que proporciona visibilidade e sensibilização para a causa. Isto é, movimentos lutam por uma mudança social. A intenção não é superar o sistema social, mas obter a melhor forma de nele viver. Sendo originados pela

dimensão política, é comum que os movimentos sociais estejam permeados pelo ativismo. Ele apresenta características díspares, já que não é necessário que as pessoas estejam organizadas em grupos (DAVIS, ZALD, 2005). O ativismo está mais ligado ao compartilhamento de ideias, de conceitos, de crenças e ou de valores. A contiguidade dos conceitos com a vida comum e sua linguagem acessível, são responsáveis pela identificação, mobilização e engajamento das pessoas de modo rápido. Os conceitos surgem por meio de reflexões do cotidiano e sua concepção não possui nenhum critério rigoroso.

Os conceitos derivados do ativismo podem ser considerados uma constelação formada pelas mais diversas ideias. Além disso, os conceitos podem ter as mais variadas interpretações e repercussões. Isso porque já que tais ideias se capilarizam por meio das conversas do dia-a-dia, não há como perceber como as pessoas irão compreender nem tampouco como irão reproduzir ou aplicar os conceitos. Ainda usando uma metáfora astronômica, sendo os conceitos provenientes do ativismo uma constelação, o ativismo pode ser comparado a uma nebulosa, um berçário estelar fértil em produzir ideias, que podem ser fortes, potentes, altamente convincentes e em função disso se capilarizam com muita facilidade. Tudo isso ocorre de forma orgânica, sem prévio planejamento ou aplicação de recursos técnicos ou sofisticados. Justamente por isso, Davis e Zald (2005) consideram que, não raramente, o campo científico se apropria de ideias provenientes do ativismo.

No Brasil, existem diversos movimentos sociais e ativismos a eles ligados, como os criados sobre a temática de gênero e os étnico-raciais, algo que percebi durante a participação nas conferências de igualdade racial e confirmado em Machado (2007). Na época, transitar entre a esferas acadêmica, ativista e de movimentos sociais foi algo que me provocou profundas reflexões. Na condição de negra, eu senti não pertencer à universidade por vários motivos, relativos à cor da minha pele, à minha linguagem, à forma de me vestir e minhas atitudes. Enquanto acadêmica, eu me senti rechaçada em alguns movimentos sociais em função das mudanças provocadas no meu comportamento e atitudes decorrentes da convivência na academia, e que de certa forma e em alguma medida, compreendi que preciso me enquadrar, assimilar as normas e valores compartilhados para qualificar minha presença e minha produção naquele espaço. No tópico intitulado “Raqueando a estrutura: a nuance política a partir das vidas organizadas no cruzo acadêmico”, falei mais detidamente sobre a minha sensação em alguns momentos de “negra demais” e “negra de menos”.

Essa sensação é justamente em função de que a negritude ser uma consciência, uma concepção. Enquanto a cor da pele é um atributo físico, ser negro é uma categoria sócio-política. Ao que parece, isso pode ser um dos motivos pelos quais discussões acerca da negritude, de relações étnico-raciais e antirracistas são tão amplas, distintas, paradoxais, ambíguas, e até radicais. Por consequência, essas características também estar presentes em movimentos negros e ativistas. É possível haver contradições e dilemas, tais como o da acusação e a rejeição às pessoas consideradas “traidoras da causa”, por não serem negras o suficiente, já que seu corpo não refletiria a estética considerada símbolo de esclarecimento e emancipação próprios de uma negritude.

Foi com indignação que percebi essa dinâmica, primeiro, por eu me sentir afetada por ela, algo fundamental para que eu perceber que essa questão existe, e segundo, porque compreendo que ela está permeada de confusões e ambiguidades. Parte dessas ambiguidades está relacionada a leituras equivocadas acerca de intelectuais negros como Frantz Fanon e Abdias do Nascimento, na tentativa de lastrear a associação direta entre corpo e nível de consciência política. Outra questão é que tal lógica significa a reprodução de uma racionalidade opressora, já que impõe interdições às pessoas. Por fim, ela parte de uma noção ambígua de negritude, já que procura definir relações sociais exclusivamente ao caráter fenotípico.

Mencionei diversos aspectos que comparecem em movimentos sociais, ativistas e em textos científicos, já que é comum que este último se aproprie de questões originárias dos dois primeiros, como a Teoria da Contingência (DAVIS; ZALD, 2005; MCADAM; SCOTT, 2005), o que é compreensível, pois um problema pode ser tratado em cada instância social, na busca de compreensão e soluções. Também é compreensível admitir diferentes interpretações, pois o quadro de referência da produção de conhecimento de cada instância social é diferente dos demais.

Ocorre que, para cada interpretação, é possível elencar desdobramentos a ela ligados. No caso da consideração sobre a negritude, percebo que o termo toca diversos campos, tais como Estética, Etnicidade e Racialidade, Política, Filosofia, Sociologia, Antropologia e Educação para citar alguns. A confusão que menciono nas interpretações de Fanon (2008) e Nascimento (1978) pode estar ligada ao uso do termo negritude como uma totalidade, e não em seus aspectos distintos. Em cada campo, a negritude reflete questões que se manifestam de formas



distintas. Algumas apresentam interface, como por exemplo, os casos em que pessoas precisam mudar seus corpos para serem aceitas em determinados locais, situação que penso poder ser tratada sob várias óticas, as quais destaco a política e a estética. É justamente desse processo de assimilação do qual trata Fanon. Porém, o fato de que em alguns espaços pessoas negras apresentam uma determinada estética nada informa sobre seu nível de consciência política e da ausência de racismo.

Embora existam pontos de contato entre os campos de conhecimento e a negritude, desconsiderar suas diferentes manifestações significa forçar a redução de um fenômeno a favor de uma posição analítica. Pensar que o corpo resume o nível de esclarecimento político das pessoas é um processo de simplificação analítica e pode ser associado ao surgimento de posicionamentos radicais. Embora apresentem ambições de emancipação social, elas terminam reproduzindo de lógicas opressoras, por recriarem territórios de interdição. São numerosos os casos de ativistas, personalidades, ou mesmo intelectuais negros que apresentaram atitudes contraditórias e paradoxais, como é o caso de feministas reproduzirem machismo e pessoas negras reproduzirem racismo. E isso é uma possibilidade plausível, já que a aparência que assumem nada diz sobre sua capacidade de problematizar questões sociais, por mais que essas lhe toquem diretamente.

Como visto em Nascimento (1978), o acesso ao conhecimento formal desracializado não confere meios para que as pessoas negras sejam capazes de refletir criticamente sobre si e sobre a dinâmica social. Logo, ante o dilema da luta pela inserção social, ainda que precária, podem não somente se submeter à assimilação como única via possível para se fazerem existir, como também reforçar e reproduzir tal lógica. As contradições, a falta de coerência e as ambiguidades observadas nas sociabilidades são reflexo do quadro social mais amplo, e impõem aos sujeitos questões nas várias esferas cotidianas. É por reconhecer o ambiente no qual os paradoxos são elementos constitutivos das relações e amparada por Simas, Rufino e Haddock-Lobo (2020), que considero tal panorama como uma quizumba.

A construção da negritude se mostra um processo de compreensão de si e do mundo, a partir de um lugar de manifestação da diferença, no caso, a do corpo negro. Em face as questões enfrentadas pela presença de características fenotípicas, as pessoas desenvolvem meios para viver e se estabelecer. Um dos meios é justamente o desenvolvimento da consciência política,

e que faz com o sujeito passe a perceber o real de forma distinta, produza conhecimentos de forma diferente como também dissemine esse conhecimento por meio singular. Dada a importância do ativismo antirracista para a realização do Afirmção na Pós, é possível perceber que as práticas dos sujeitos estão sujeitas às ambiguidades contextuais do quadro de onde emergem. Por mais que o grupo seja formado por pessoas engajadas na luta contra processos opressores é possível que, no cotidiano, as pessoas reproduzam essas lógicas, o que não as torna traidoras da causa.

Sendo a negritude uma consciência política, é possível analisar iniciativas que fortalecem ou enfraquecem tal concepção. Nesse sentido, a criação de parâmetros físicos tomados como meio de mensuração dessa consciência pode ser vista como decorrente de narrativas fragmentadoras e que enfraquecerem os movimentos negros na luta antirracista. É pela especificidade desses desafios à realização do Afirmção na Pós, que acredito ser possível demarcar os integrantes como sujeitos paridos no cruzo. A realização do pré-acadêmico indica as possibilidades da vida social organizada em contexto de quizumba. Logo, demanda a cada pessoa lidar com suas próprias contradições, com as do coletivo e com aquelas impostas pela sociedade. Não se trata de um processo comum, mas o de um lugar de enfrentamentos e desconstruções contínuas, e que por vezes, podem ser dolorosas ou desconfortáveis.

Estar e permanecer na quizumba não é fácil porque implica enfretamentos. Ela é sinal de cruzamentos conflituosos, ambíguos. Isso não deve ser encarado como algo negativo, já que o próprio Exu se vale das ambiguidades para desestabilizar os regimes de certeza (RUFINO, 2019, JAGUN, 2015). Estar na quizumba demanda desenvolver habilidades específicas e como nas demais esferas sociais, a ginga, a malandragem, a inventividade cotidiana conferem a leveza e resistência aos sujeitos para lidarem com situações adversas, desde a sociedade, no grupo e até as de nível pessoal. Parir-se no cruzo possibilita ao sujeito reconhecer que, em face da sua ignorância e da impossibilidade de apreensão de todo o conhecimento, ele está sujeito a incoerências. É um lugar de construção e reconstrução de si, tendo como premissa a mobilização de conhecimentos politizados e politizadores.

## **SOBRE AS POSSIBILIDADES DE FECHAMENTO**

O objetivo deste trabalho foi o analisar o cruzo, enquanto possibilidade de acesso à dimensão política de produção e disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós, um coletivo negro universitário. Realizei um estudo sob o método indutivo e de abordagem qualitativa, por compreender que essas são escolhas pertinentes para explorar uma prática social em profundidade. O primeiro objetivo específico definido para a realização desse estudo foi o de **conhecer** as práticas do grupo responsável pela oferta do Curso de Extensão Formação Pré-Acadêmica: “Afirmação na Pós”, o que foi feito por meio de entrevistas em profundidade e escrivências. Para identificar as práticas, iniciei um percurso teórico a fim de compreender em perspectiva social e histórica, o desenvolvimento dos movimentos sociais, bem como dos negros em movimentos. Esse percurso conceitual foi importante para que eu fosse capaz de ler e significar as práticas percebidas no Afirmação na Pós. Foi possível perceber que os movimentos sociais negros geralmente são apresentados no singular, o que sugere erroneamente se tratar de um processo social homogêneo.

Os movimentos negros observados entre os séculos XVI e XIX, foram marcados pelo ideário de luta contra escravização, compartilhado socialmente por pessoas negras, por ela representar um processo de desumanização e violência brutal, tanto em nível físico quanto simbólico. A abolição da escravização no fim do Século XIX seria um demarcador de novas demandas sociais, e nesse sentido, os movimentos sociais passaram a refletir a busca por melhores condições econômicas, já que no país, a liberdade para as pessoas escravizadas significou total desamparo, resultando as pessoas negras à pobreza e a subcondição humana.

No Século XX, os movimentos sociais passaram a apresentar uma diversificação das demandas sociais e das pautas políticas. Já no fim desse período, sobretudo o fim do *apartheid* na África do Sul em 1995, houve um fortalecimento das instâncias internacionais de debate sobre as comunidades diaspóricas africanas. A realização de conferência em Durban em 2001 foi considerada o auge de um debate crescente em torno das alternativas de reparação histórica aos povos afrodescendentes. No Brasil, a implementação de ações afirmativas, com a adoção das cotas sociorraciais no âmbito da educação, foi considera uma alternativa exequível a tais

demandas. Embora represente uma fração das reivindicações feitas ao longo de anos pelos movimentos negros, as cotas são um avanço importante.

Os movimentos negros na perspectiva histórica brasileira, foram organizações permeadas pelo trânsito social de pessoas negras. Os vínculos fluídos indicam uma organização que se multiplica como um processo de enraizamento, de capilarização. Os ativistas transitavam por diversas áreas como a política governamental, imprensa, universidades, comunidades e organizações culturais. Esses movimentos sociais deram origem a novas possibilidades de organização, reunindo pessoas de classes, origem e até de raças diferentes, mas que tinham em comum ideários políticos, sobretudo antirracistas e de direitos humanos.

A luta pela vida, durante o período de escravidão, e por melhores condições de vida após esse período, pode ser sintetizada sob a ideologia antirracista. Enquanto ideal, essa premissa une de forma ancestral diversos movimentos. Pude perceber que a existência de um ideário político e organizações altamente fluídas eram um traço comum entre movimentos sociais negros. A atualização e o aprofundamento dos problemas sociais vivenciados por pessoas negras também tensionaram mudanças nos movimentos sociais. Os coletivos negros universitários, entre os quais trato do Afirmção na Pós, representam um processo de continuidade histórica em relações as iniciativas anteriores. Trata-se de formas distintas, atualizadas, e que podem ser consideradas derivadas das lutas antirracistas.

Além das conquistas no campo de direitos humanos, outra dimensão tributária dos movimentos negros é a Educação. Foi possível perceber que, além da ampliação por direitos sociais, essas organizações ao longo do tempo desenvolveram saberes, conhecimentos produzidos e compartilhados de forma específica e que são responsáveis pelo conhecimento antirracista existente. Trata-se de uma dinâmica muito particular, que emerge da esfera política e que dialoga com outros saberes, dentre os quais os científicos, produzidos e compartilhados em universidades.

A partir da ampliação do acesso de pessoas negras às instituições de ensino superior, as dificuldades encontradas por estudantes negros revelaram o despreparo no acolhimento por essas organizações. As cotas foram importantes como meio de criar acesso, mas principalmente, por significarem que as pessoas negras também tinham direito ao espaço acadêmico. Grande parte

das pessoas negras no país é atravessada por outras questões sociais, como a pobreza. Isso produziu reflexos na permanência desses estudantes no ensino superior, como a dificuldade com outros idiomas, repertório cultural distinto do da classe média, a necessidade de trabalhar e, no caso de mulheres negras, conciliar os estudos com a maternidade (quando é o caso), tarefas domésticas e com outros familiares. Essas questões contribuíram para o surgimento de coletivos negros universitários, funcionando com um núcleo de trocas, de solidariedade e de afeto, visando garantir a permanência de estudantes em espaços considerados hostis. Entre os diversos grupos existentes, alguns focaram na questão do acesso e permanência de pessoas negras na pós-graduação, como é o caso do Afirmação na Pós.

Esse percurso me sinalizou que esses grupos sociais apresentavam práticas antirracistas amplamente distintas. Assim, adotei as escrituras e as entrevistas em profundidade como meios para acessar informações detalhadas sobre o cotidiano do Afirmação na Pós. A escrita, enquanto método de construção de dados, é potente em promover aproximação com o cotidiano dos grupos. A possibilidade de mobilizar as reminiscências associada a uma narrativa dotada de estética peculiar à favela e da possibilidade da criação ficcional, pareceu-me ser acertada para recuperar minhas próprias percepções, já que eu tive passagem pelo grupo durante o ano de 2018.

Rememorar a experiência nessa lógica me fez perceber a luta cotidiana dos integrantes do coletivo para a oferta do pré-acadêmico. O engajamento das pessoas é algo tão forte que mobiliza pessoas em trabalho voluntário, mesmo quando o tempo dedicado a ele significou menos disposição para o próprio sustento. Frente às dificuldades de recurso que o grupo enfrenta a ginga dos integrantes indica um movimento criativo em busca de alternativas.

A segunda forma de construção de dados usada foi a realização das entrevistas em profundidade. Amparada por questões teóricas preliminares, elaborei um roteiro, que serviu como orientação mínima dos assuntos considerados centrais para subsidiar a construção da tese. Após realizar os procedimentos formais para a realização da pesquisa mediante o comitê de Ética da UFMG, passei a procurar antigos contatos, de pessoas com as quais convivi. Essas relações anteriormente estabelecidas conferiram a participação de 19 pessoas, que tiveram ou ainda se mantêm vinculadas ao Afirmação na Pós. O rito para garantir a confidencialidade das informações foi preservado. No que pese ao ambiente de pesquisa, procurei criar uma esfera mais

dialógica, mais interativa do que a ideia rígida de entrevista costuma indicar. Isso propiciou conversas interessantes e ricas em detalhes.

O segundo objetivo específico foi o de **problematizar** os atravessamentos das vidas paridas no cruzo organizadas na academia, o que foi feito por meio da Análise dos Cruzos. Para realizar esse procedimento, compreendi que era necessário adotar uma ótica analítica tão plural quanto às práticas do grupo em questão. Isso porque as pessoas que compõem o Afirmação na Pós, em geral são pessoas negras e que apresentam outros atravessamentos sociais. A existência desses atravessamentos dialoga com a noção de interseccionalidade, na compreensão da subjetividade específica desenvolvida por sujeitos que apresentam diferenças subalternizadas na sociedade. A visão de Angela Davis tem se tornado a referência mais atual de interseccionalidade, responsável por uma leitura centrada em raça, classe e gênero. Considero ser esse o principal diferencial em relação a ideia de atravessamento, por compreender que ela não se resume as diferenças comumente tratadas pela concepção interseccional.

Pude perceber que em geral os integrantes do coletivo são pessoas com passagens em movimentos sociais e que, por isso, familiarizadas com processos de denúncia e reivindicação por direitos sociais. Foi possível identificar práticas que indicam que os sujeitos passam por um processo de reconhecimento dos próprios atravessamentos, pois são capazes de compreender como questões sociais mais amplas reverberam em sua própria vida, e quais são as possibilidades de agenciamento que se estabelecem. Trata-se, em sua grande maioria, de ativistas, em função de que compartilham um determinado ideário político, unidos no Afirmação na Pós no propósito de enegrecer a universidade.

A percepção de que se tratam de vidas organizadas no cruzo, informa tanto o caráter fluído, dinâmico com que as pessoas se movimentam, como também indica um lugar social muito específico. O que atrai e une pessoas é a existência de um ideário dotado de sentido e que faz com que pessoas distintas abracem a causa, mesmo em se tratando de pessoas economicamente desfavorecidas no exercício de trabalho voluntário.

Além de sujeitos atravessados por questões sociais diversas serem ativistas, os membros do Afirmação na Pós também são intelectuais, pois produzem e disseminam conhecimento científico. Sua produção científica é alimentada, influenciada por trocas das mais diversas feitas

em coletivo. Nessa esfera, pessoas com atravessamentos diversos, mobilizam seu repertório social para ofertar as atividades do Afirmação na Pós. Essas práticas os atualizam sobre novas nuances do racismo, tanto no ambiente acadêmico, como na sociedade. Eles usam esses aprendizados como fonte para as construções teóricas e para formar politicamente os cursistas do Afirmação na Pós. Ou seja, um mesmo sujeito marcado por diferenças sociais subalternizadas se insere em organizações sociais por direitos humanos distintas e cria conhecimentos específicos a partir desse lugar.

Esses conhecimentos são confrontados por outros sujeitos na esfera política. As ideias consideradas dotadas de sentido se disseminam de forma capilar. Algumas características desses conhecimentos seriam o enfoque em problemas de ordem objetiva, concreta percebidos por esses sujeitos com múltiplos atravessamentos e a linguagem acessível. É possível que a combinação dessas duas características crie condições para rápida identificação com as ideias, gerando rápida difusão de conceitos criados por ativistas. Esse percurso pode ser demarcado desde as primeiras manifestações dos movimentos negros, sendo que em coletivos negros universitários, penso ser possível agregar a possibilidade de teorização originada em um lugar de atravessamentos. Por ser tributário dos movimentos negros, as características acerca da produção e disseminação do conhecimento que mencionei, soma-se a possibilidade de teorização. Nessa visão, é possível identificar um lugar no qual se cruzam os atravessamentos pessoais, os conhecimentos construídos na esfera política e a produção e disseminação de um conhecimento científico, de um tipo politicamente engajado. Considero que essa lógica distinta da científica orientada pelo Positivismo, no que tange a produção e disseminação de conhecimento.

Outra questão que identifiquei acerca dos atravessamentos da vida social organizada parada no cruzo da academia é mais uma nuance com lastro histórico. A escravização foi um modelo de organização produtivo, baseado na exploração de sujeitos considerados não humanos. Nesse quadro, as possibilidades de humanizar a existência foram descobertas e desenvolvidas sob um sistema estruturado para o controle absoluto dos sujeitos. As lutas antirracistas transmitem saberes e práticas construídas na ginga, na malandragem, que tapearam as formas pretensiosas de controle absoluto das pessoas escravizadas. Esse histórico informa uma sociedade marcada por ambiguidades, por paradoxos e contradições, características relacionadas à quizumba.

Durante o estudo foi possível destacar esferas distintas de quizumba. A maior reflete o plano social, a sociedade da qual o Afirmação na Pós emergiu. O passado de escravidão, associado à ideologia racista, configura um cenário permeado por contradições. Uma delas se refere ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos. A atuação da Fundação Ford desde a década de 1960 no Brasil aponta para a possibilidade agenciamento científico. Isso significa que o quadro teórico do qual se dispõem atualmente, de alguma forma foi afetado por interesses dessa organização. A diversidade política no campo quadro teórico acerca de raça e etnia é um sinal de que o agenciamento científico pode ter afetado, mas não suprimido, correntes teóricas desconsideradas como interesse. Isto é, é possível que a consolidação de alguns estudos e de suas ideias, tenham prevalecido em função da ginga, da malandragem por eles desenvolvida.

Existe a quizumba local que se refere aos dilemas e ambiguidades que o coletivo enfrenta na oferta da Afirmação na Pós. Em termos de estrutura, a informalidade do grupo garante uma dinâmica de tomada de decisão horizontalizada e protagonismo dos discentes. Porém, essa condição informal impede que o grupo dispute e acesse editais de fomento. A institucionalização como atividade de extensão, formaliza o grupo junto à UFMG, porém assume uma estrutura distinta da que o grupo construí. Esse dilema está ligado ao surgimento do Afirmação na Pós, já que foi criado em função do edital do IFP, uma parceria entre a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas. A realização das atividades do Afirmação na Pós tem contado com a ginga de seus integrantes, que buscam as possibilidades para financiamento, recursos, manutenção da organização estudantil e o caráter socialmente engajado do pré-acadêmico.

Por fim, a quizumba também está presente no plano individual. Além das ambiguidades contextuais e locais, existem aquelas a que os próprios ativistas estão sujeitos. Embora a maior parte dos integrantes do grupo sejam pessoas negras empenhadas na luta antirracista, que produzam e compartilham conhecimento politicamente engajado, estão sujeitos a reproduzir ideias vinculadas a ideologias opressoras, como o machismo, o racismo e o classismo. Além disso, em coletivos também é permeado por tensões que envolvem disputas por poder e influência. Ao que pude perceber, trata-se de pessoas em ato contínuo de de construção e desconstrução. A quantidade e a complexidade da quizumba é superada no cotidiano, no negear, no malandrar que encontra a fresta de possibilidade, frente a todo um cenário de incerteza. Assim, o percurso do Afirmação na Pós em lidar com ambiguidades não é ingênuo. A malandragem é,



para os sujeitos paridos no cruzo, a possibilidade organizativa na quizumba. Dominar a “malícia”, produzir artimanhas, transitar em esferas ambíguas, contraditórias e até paradoxais foram todas possibilidades de enfrentamento ao racismo e a exclusão social, que no Afirmção identífico como arranjos criativos inventados no cotidiano.

O último objetivo específico realizado foi o **de analisar** a construção e disseminação do conhecimento presentes no Afirmção na Pós, enquanto possibilidade de sistema de saber singular, originado e significado na encruzilhada. Foi possível perceber que a produção e a disseminação de conhecimento por membros do Afirmção na Pós indicam questões peculiares. O primeiro fator é o de que a formação política dada no curso ou adquirida na passagem por movimentos sociais proporciona às pessoas a reconhecerem seus próprios atravessamentos.

Um dos requisitos para cursar o pré-acadêmico do Afirmção na Pós é que o candidato tenha trajetória em movimentos sociais. Isso já indica o caráter marcadamente político da iniciativa. Durante a formação, o conteúdo é dividido entre o instrumental necessário para a construção de projetos de pesquisas a nível de pós-graduação e conteúdo político, que compreende letramento racial e conhecimento de legislações específicas. Durante a formação, os cursistas leem autores negros, nacionais e internacionais e são familiarizados com as lutas recentes em torno da implementação das cotas nas universidades. Além do uso de artigos e livros, a oferta de encontro, seminários, oficinas e até mesmo as tutorias, é marcada por um processo de disseminação do conhecimento de forma ampla, que envolve *performances* artísticas, rodas de conversa, música e o teatro.

A combinação desses elementos gera um contexto no qual as pessoas se sentem convidadas a reconhecer e problematizar seus marcadores sociais. Para muitos cursistas, os seminários do Afirmção na Pós foram a primeira oportunidade de elas se reconhecerem negros e de compreenderem o que isso significa em um cenário permeado pelo país. Essa descoberta, tal como outras, gera ao mesmo tempo, um salto em termos de consciência, mas, também, de desconforto, em função de, a partir daquele momento a pessoa passar a reconhecer diferenças em si que são subalternizadas na sociedade e isso a implica na luta antirracista.

Apesar do desconforto gerado no processo, os sujeitos se tornam mais sensíveis em reconhecer problemas sociais, já que diversas vezes reconhecem as questões por serem familiares.

Outra questão ligada aos sujeitos diz respeito ao ativismo. Muitos dos membros relataram um senso de compromisso que transcende a noção histórica. Esses relatos eram permeados por um reconhecimento da importância e valor das lutas daqueles que vieram antes, encarado como uma continuidade da luta, de forma atualizada, e vínculo à noção de ancestralidade.

Como se tratam de acadêmicos, os membros do grupo produzem e compartilham conhecimentos. Porém, o fazem em uma perspectiva plural, já que é dotada de uma ótica diferenciada para acessar a complexidade das realidades sociais, que assume a esfera política como ponto de partida do saber científico, no caso, de um comprometido com questões sociais. Por fim, existem membros do coletivo que problematizam a política na própria ciência. Essa nuance se manifesta na busca de questões ligadas à realidade social. Em função das aproximações, as práticas dos sujeitos podem ser vistas como dotadas de sentido a partir de saberes permeados pelo Candomblé, enquanto campo de significação simbólico e filosófico.

As práticas observadas pelo coletivo indicam que uma das formas para reconhecer os próprios atravessamentos é parir-se no cruzo. Nessa condição, o sujeito acessa capacidades, atributos associados a Exu, e é capaz de ver e compreender as encruzilhadas, como também os dilemas, os paradoxos em si e nas relações sociais. Esses fatores conferem ao sujeito uma possibilidade distinta de agenciamento, segundo o qual, as diferenças sociais, que anteriormente estavam associadas à subalternização, desontologização e desumanização, são deslocadas e se tornam a base para uma produção científica politicamente engajada com mudança social.

Em síntese, diante das questões que emergiram do processo empírico e teórico, foi possível perceber que a produção e disseminação do conhecimento no Afirmação na Pós, enquanto um coletivo negro, apresenta características que o vinculam de forma ancestral a movimentos negros e de negros em movimentos existentes no país até o Século XX. A dinâmica para a oferta do curso é feita a partir das vidas paridas no cruzo acadêmico. Isso indica um lugar muito específico, de um sujeito atravessado por marcadores sociais, pela trajetória ligada a movimentos sociais, pelo ativismo, e por uma intelectualidade politicamente engajada em meio a quizumba. A combinação desses fatores indica a produção e disseminação de um conhecimento específico, que combina saberes compartilhados socialmente, conceitos provenientes dos movimentos sociais, artísticos, além dos científicos.

Por todos esses fatores, considero que a produção e disseminação do conhecimento a partir do Afirmção na Pós não se relaciona à vertente positivista. A existência de tantas interseções e as formas como os sujeitos transitam por elas, a aproximação a experiência à uma lógica própria do Candomblé, enquanto sistema simbólico, os lugares de atravessamentos todos esses aspectos são cruzos. Eles indicam as possibilidades, a pluralidade, as contradições, as continuidades históricas, a ancestralidade e a tradição. Logo, o acesso ao cruzo não se dá por uma ótica de simplificação do mundo, mas que reconhece e promove sua complexidade.

Exu é entidade, mas também é sistema de pensamento e é linguagem, o que o tornam senhor da leitura e da interpretação do mundo. A divindade rechaça qualquer forma de aprisionamento, seja de pensamento ou das humanidades. Enquanto símbolo, a encruzilhada e Exu se revela como meio potentes de crítica ao saber estabelecido na ciência considerada hegemônica, apoiada no positivismo. Mais do que isso, o Candomblé é constituído por valores e pressupostos tão robustos que são capazes de sustentar uma ciência outra. Ao invés de buscar legitimidade por uma pretensa neutralidade, a implicação política é marca central nessa concepção. Isso porque os cruzos se vinculam aos atravessamentos específicos de cada sujeito. Os problemas partem do cotidiano, da esfera imediata, concreta que circunda os sujeitos. Logo, são evidenciados, tratados por saberes múltiplos, transdisciplinares. Isso permite a construção de uma análise rica, plural, e insubmissa do ponto de vista positivista. Os saberes provenientes dessa construção são integrativos, isto é, permanecem dotados de sentido em relação à realidade da qual emergiram.

Ao invés de fragmentar para compreender, Exu propõe abraçar o devir. A tradição positivista representa uma pretensão de superespecialização como forma de aprofundamento nos problemas para seu tratamento, o que resultaria no saber totalizante. Exu representa a uma via diferente, na qual se assume a impossibilidade de conhecer os fenômenos em sua totalidade, que seu sentido emana da natureza, do cotidiano e que dessa forma devem ser tratados. Justamente por isso, aquilo que consideramos conhecimento está condicionado no tempo, espaço e por esse motivo não pode ser considerado totalizante.

Exu desafia a certeza das verdades universais e interroga os sistemas de enclausuramento. Enquanto sistema de pensamento, a partir de Exu é possível tecer críticas aos sistemas de conhecimento científico que, na medida que percebe o mundo por meio das regularidades, os

fenômenos mensuráveis, inviabiliza e desumaniza a natureza cotidiana das relações sociais. Por consequência, também é possível interrogar o sentido das universidades, na medida que produzem e reproduzem esses saberes de forma acrítica e apolítica.

Diante dos achados desse estudo, a **tese** que defendi é a de que **no Afirmação na Pós, enquanto coletivo negro universitário, a produção e a disseminação do conhecimento indicam a existência de uma Ontologia do Cruzo**. A observação e análise da vida social organizada dos membros permitiu identificar elementos que apontam uma gnose distinta, que aponta um campo, a forma de acesso e como esse campo se apresenta enquanto real. Por meio dela, os problemas de pesquisa emergem da realidade dos sujeitos. O repertório que compõe o quadro de referência para leitura e análise dos fenômenos é plural, na medida que considera os saberes tradicionais, a religiosidade, os ditados populares, as expressões artísticas e culturais e o conhecimento científico. A cientificidade é fruto do ebó epistêmico que concilia responsabilidade, ética e estética com valores ancestrais e tradicionais ligados à encruzilhada.

É preciso pontuar que o desenvolvimento desse estudo não foi feito de modo progressivo rumo a um resultado esperado. A discussão aqui apresentada foi uma possibilidade por eu própria ser uma sujeita que, ao conhecer e abraçar seus atravessamentos no percurso acadêmico, me propus a reconhecer e significar a experiência de outros sujeitos com os quais me identifiquei. Um dos meus próprios atravessamentos é o religioso. Durante a infância e adolescência, tive uma educação rigorosamente evangélica. Embora eu lute para desconstruir ideias tão arraigadas herdadas desse período, estou sujeita a reproduzir ideias preconceituosas.

Outra questão é que minha perspectiva acerca do Candomblé está resumida às leituras que fiz. Reconheço o esforço que empreguei para desenvolver a tese, mas também preciso demarcar que meu nível de envolvimento com o Candomblé pode indicar imprecisões, má interpretação ou ambiguidades. Durante a pesquisa, essa questão surgiu e desde então assumi o compromisso de conhecer o Candomblé de forma experiencial, o que se estende enquanto compromisso de aprimorar os achados provenientes desse estudo.

Esse estudo não procura se tornar expressão última de um fenômeno observado em um grupo. A intenção é justamente a de perceber quais as possibilidades vislumbradas partem dos achados aqui apresentados. Enquanto mulher negra, pobre, favelada, mãe e tantos outros marcado-

res sociais que me atravessam e que já foram motivo de vergonha e submissão, abraço esses atravessamentos por me aproximarem de práticas densas, complexas e sofisticadas, dais quais emergem diversos questionamentos.

O primeiro deles remete ao sentido de universidade que compartilhamos no país. O quanto essa organização, em sentido amplo, tem atuado de forma responsável e comprometida com a sociedade brasileira? O quanto essa organização reflete compromisso com redução das desigualdades sociais, promovendo justiça? O quanto ela tem sido meio para ampliarmos o conhecimento e o reconhecimento das expressões e saberes próprios dos povos locais? Em que medida o conhecimento e a reprodução do conhecimento feito por elas dialogam com a realidade do Brasil?

Diversos desses questionamentos me acompanham durante o percurso acadêmico, e creio que o processo de discussão e implementação das cotas em instituições de ensino superior, sejam uma pequena situação, mas muito representativa no sentido de indicar dilemas. Problematizar novos sistemas de pensamento, a meu ver, contribui para construirmos outra ciência e outra universidade, mais próximas e sensíveis às singularidades do nosso país.

## REFERÊNCIAS

AGUIÃO, S. Não somos um simples conjunto de letrinhas?: disputas internas e (re) arranjos da política “LGBT. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 279-310, 2016.

AKTOUF, O. **A Administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996. 269 p.

ALMEIDA, J. A. M. Identidade e emancipação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, e170998, 2017.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S.; KUMALO, S. H. (De)coloniality through indigeneity: Deconstructing calls to decolonise in the South African and Canadian university contexts. **Education as Change**, v. 22, n. 1, p. 1-24, 2018.

ALVES, J. A. L. Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, p. 198-223, 2002.

AMOUREUX, J. L. Introduction: to ‘work on our limits’ through ‘permanent critique’ In: AMOUREUX, J. L **A practice of ethics for global politics**: ethical reflexivity. New York: Routledge, 2016. p 1-25.

ANDERSON, G. How education researchers have colluded in the rise of neoliberalism: what should the role of academics be in these Trumpian times? **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 30, n. 10. p. 1006-1012, 2017.

BARCELOS, L. C. Educação e desigualdades raciais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 15-24, 1993.

BASTIDE, R. Itinerário da Democracia III – Em Recife, com Gilberto Freire. **Diário de São**

Paulo, 31 ago. 1944.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELO HORIZONTE. **Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**. Belo Horizonte, 03 out. 2018. Programa de Certificação em Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/selo-igualdaderacial>. Acesso em 15 fev. 2023.

BELO HORIZONTE. Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. **Certificação do Afirmção na Pós**. Destinatários: Integrantes do Afirmção na Pós. 20 nov. 2017. 1 mensagem eletrônica.

BENJUMEA, C. C. The quality of qualitative research: from evaluation to attainment. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 24, n. 3, 2015.

BIANCHETTI, L. O processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 110, p. 263-285, Mar. 2010.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BÖHM, S. Depositioning organization: the politics of resistance. In: BÖHM, S. **Repositioning organizations theory**: impossibilities and strategies. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. p. 104-137.

BORDT, R. L. How alternative ideas become institutions: the case of feminist collectives. **Non Profit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 26, no 2, p. 132-155, 1997.

BORELLI, S. H. S.; ABOBOREIRA, A. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 1, n. 9, p. 161-72, 2011.

BOURDIEU. P. **Questões de sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BORDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A., CATANI, A. (Org.) **Escritos de educação**: Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Resultado do processo de seleção do edital No - 1/2014**. 16 nov. 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=27521-editais-secadi-abdias-nasc-pdf&category\\_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27521-editais-secadi-abdias-nasc-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em 07 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais. Portaria nº 552 SE-Su/MEC, 25 de jun. de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 16 dez. 2022.

BRASIL. **Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura**. Presidência da República, Casa Civil, Biblioteca da Presidência da República, Brasília, DF, 13 mai. 1988. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/40.pdf/view>. Acesso em 24 out. 2022.

BROOKE, N. O escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002: um apanhado histórico. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Fundação Ford, 2002. p. 13-53.

BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Fundação Ford, 2002.

CAPES - **Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento**. 24 abr. 2014.



Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programas-encerrados-internacionais/programa-de-desenvolvimento-academico-abdias-nascimento>. Acesso em 07 dez. 2022.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.

CARDOSO, F. H. Um livro perene. In: FREIRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

CARNEIRO, G. M.; GOMES, I. M. A corporeidade “das pretas”: identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória. **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1063-1076, 2018.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CASEY, C. Organizational analysis now. In: CASEY, C. **Critical analysis of organizations: theory, practice, revitalization**. London: Sage, 2002. p. 8-26.

CHAN, A. Reflection, reflexivity, reconceptualisation: life story inquiry and the complex positionings of a researcher. **Reconceptualizing Educational Research Methodology**, v. 1, n. 8, p. 27-39, 2017.

CHAUI, M. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999.

CHAUI, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAVES, W. **A questão Negra**: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970). Curitiba: Appris, 2019.

CIRQUEIRA, D. M.; RATTS, A. Mas quem é negro no Brasil? Uma contribuição para o debate acerca das cotas raciais nas universidades brasileiras. **Revista Universidade e Sociedade**, ano XX, v. 46, p. 51-60, 2010.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. **The Combahee river collective statement: black feminist organizing in the seventies e eighties**. New York: Kitchen Table Women Of Color Press, 1986.

CONFERÊNCIA DE DURBAN - 20 Anos, Programa Ações Afirmativas na UFMG. Direção: Produção: Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=av5P5Zt5RL0>. Acesso em 13 out. 2022.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, 1989.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, p. 171-188, 1 sem. 2002.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> > Acesso em 20 mar 2019.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. **Revista Subjetiva**, 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-18324d40ad1f>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. **Geosul**, v. 1, n. 2, p. 70-78, 1986.

CUNLIFFE, A. L. On becoming a critically reflexive practitioner. **Journal of Management Education**, v. 4, n. 28, p. 407-426, 2004.

DANOWSKI, D. O hiper-realismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. **Sopro**, v. 70, p. 2-11, 2012.

DAVIS, G. F.; ZALD, M. N. Social change, social theory, and the convergence of movements and organizations. In: DAVIS, G. F.; MACADAM, D.; RICHARD, W.; MAYER, S.; ZALD, M. N. (Ed.) **Social movements and organization theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 335-350.

DEAN, A. Cultural community wealth: project pride (people re-collecting insightful data effervescently) a Commemorative Memorial Black Collective in Trenton, NJ. **Genealogy**, v. 4, n. 78, 2020.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

DEMO, P. **Introdução à metodologia**. São Paulo: Atlas, 1995.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: EDUSP, 1973.

DIVERSA – Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ações Afirmativas: mais perto da justiça Social. **Diversa Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 3, n. 8, out. 2005.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro. **Topoi**, v. 6, n. 11, p. 381-384, jul./dez. 2005.

DRAKULICH, K.; WOSNIAK, K. H.; HAGAN, J.; JOHNSON, D. Whose lives mattered? How White and Black Americans felt about Black Lives Matter in 2016. **Law & Society Review**, v. 55, n. 2, p. 227-251, 2021.

D’SILVA, M. U.; SMITH, S. E.; DELLA, L. J.; POTTER, D. A.; RAJACK-TALLEY, T. A.; BEST, L. Reflexivity and positionality in researching African-American communities: lessons from the field. **Intercultural Communication Studies**, v.25, n. 1, p. 94-109, 2016.

DURKHEIM, E. O que é fato social. In: DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 87-109.

EHRlich, P. R. An economist in wonderland. **Social Science Quarterly**, v. 62, n. 1, p. 44-49, 1981.

EMERSON, R.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Notas de campo na pesquisa etnográfica. **Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2014.

EUROPEANA. Pioneers Maria Skłodowska-Curie. **Exhibitions**. Disponível em: <https://www.europeana.eu/en/exhibitions/pioneers/maria-sklodowska-curie>. Acesso em 11 mai. 2021.

EVARISTO, C. **Becos de memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVENS, T.; HANDELMAN, D.; ROBERTS, C. Introduction: reflexivity and selfhood. In: EVENS, T.; HANDELMAN, D.; ROBERTS, C. (Ed.). **Reflecting on reflexivity: the human condition as an ontological surprise**. New York: Berghahn books, 2016. p. 1-20.

FAE - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG. Conferência de DURBAN - 20 Anos, **Programa Ações Afirmativas na UFMG**. YouTube, 29 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=av5P5Zt5RL0> Acesso em 5 dez. 2022.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.

FAUSTINO, C. **Estado de libido** – ou poesias de prazer e cura. São Paulo: Oralituras, 2020.

FERGUSON, K. E. **The feminist case against bureaucracy**. Philadelphia: Temple University Press, 1984.

FINLAY, L. The reflexive journey: mapping multiples routes. In: FINLAY, L.; GOUGH B. (Ed.). **Reflexivity**: a practical guide for researchers in health and social sciences. Oxford: Blackwell, 2003. p. 1-20.

FREITAS, M. C.; ÉSTHER, A. B. A Declaração de Incheon e o desafio da educação inclusiva: considerações sobre a relação estabelecidos-outsiders numa universidade federal brasileira. In: IX CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS, 2018, Madri. **Anais...** Madri: GIGAPP, 2018.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 1995.

GALTON, F. **Inquiries into human faculty and its development**. New York: AMS Press, 1983.

GEERTZ, C. Thick description: toward an interpretative theory of culture. In: GEERTZ, C. **The interpretation of culture**. New York: Basic Books, 1973. p. 3-30

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Brasil e Durban 20 anos depois**. Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/brasil-e-durban-20-anos-depois-versao-online.pdf?utm=brasil-e-durban-20-anos-depois&action=download>. Acesso em 13 out. 2022.

GEDEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra**. Geledés, 21 abr. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>. Acesso em 30 out. 2022.

GEPHART, Robert P. Qualitative Research and the **Academy of Management Journal**. v. 47, n. 4, p. 454-462, Aug. 2004.

GOMES, J. M. A. **Festa no terreiro**: dinâmica da vida social organizada na festa de um Terreiro de Candomblé. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. 111 p.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, v. 34, e197406, 2018.

GOMES, N. L.; SANTOS, C. A.; SILVA, N. N.; FERREIRA, S. J. Identidades e corporeidades negras: formação de professores voltada para a diversidade étnico-racial. In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Anais...** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2004.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research** New York: Aldine Transaction, 1967. 271 p.

GOHN, M. G. M. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan/abr. 2016.

GONZALEZ, L. Movimento ou movimento negros? In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 18-20.

GONZALEZ, L. Cantos do Brasil [Entrevista concedida a] Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. **UAPÊ: Revista de Cultura**, n. 2, mar. 2000.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro; Zahar, 2020.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, A. S. Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. **Estudios Sociológicos**, v. 20, n. 59, p. 305-333, maio/ago. 2002.

GUIMARÃES, A. S. A.; RIOS, F.; SOTERO, E. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 434 p.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUMBOLDT, W. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. **Um mundo sem universidades?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

HUMBOLDT, W. Werke in fünf Bänden. Bd. IV. **Schriften zur Politik und zum Bildungswesen**, Stuttgart: J. G. Cotta, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Pesquisa de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41. 2019.

JAGUN, M. **Orí: a cabeça como divindade, História, cultura, filosofia e religiosidade africana**. Rio de Janeiro: Litteris, 2015.

JAYME, P. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial**. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2016.

JUNGBLUT, A. Práticas ciberativistas, agência social e cibercontecimentos. **Vivência – Revista de Antropologia**, v. 45, p. 13-22, 2015.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KNIGHT, F. W.; TALIB, Y.; CURTIN, P. D. A diáspora africana. Im: AJAYI, J. F. A. **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 875-904.

KOCH, T. & HARRINGTON, A. Reconceptualizing rigour: the case for reflexivity. **Journal of Advanced Nursing**, v. 4, n. 28, p. 882-890, 1998.

KRIJNEN, C. **The very idea of organization: ontology today: Kantian and Hegelian reconsiderations**. Boston: Brill, 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEITÃO, D.; GOMES, L. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, p. 41-65, 2017.

LEMOS, F. Wilhelm von Humboldt Introdução [sobre reformas no sistema de ensino] tradução e notas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 1, p. 207-242, 2011.

LOCKE, J. An essay concerning human understanding. In: DENNIS, W. (Ed.). **Readings in the history of psychology**. Washington: APA, 1960. p. 55-68.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, D. A.; FIGUEIREDO, Â. Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 6, n. 8, 2018.

LÓPEZ, P. P. Black Lives, black words: transnational solidarity and collective artistic activism. **Atlantis: English Studies**, v. 42, n. 2, p. 197-213, 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.



MCADAM, D.; SCOTT, W. R. Organizations and movements. In: DAVIS, G. F.; MACADAM, D.; RICHARD, W.; MAYER, S.; ZALD, M. N. (Ed.) **Social movements and organization theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 4-40.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, 2007.

MACHADO, V. **Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2019.

MAIA, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.

MALFATTI, S. A. Os movimentos sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 6, p. 217-228, 2011.

MARTIN, J.; FROST, P. Jogos de Guerra da cultura organizacional: a luta pelo domínio intelectual. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 219-251.

MARTINS, H. V. Usos dos discursos psi: a questão racial (1930-1950). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 72, p. 33-47, 2020.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARX, K. **Grundrisse**. (1857-58). London: Penguin Books, 1973.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital**, Volume III. London: Penguin Books, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MATTOS, P. L. C. L. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos aprender com este mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 349-360, 2009.

MENDONÇA, A. W. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-150, ago. 2000.

MENEGHETTI, F. K. Tréplica - O que é um ensaio-teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 343-348 2011.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 179-207, 2008.

MIGNOLO, W. D. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (Coord.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. p. 26-49.

MIRANDA, S. M.; PRAXEDES, V. L.; BRITO, J. E. Afirmção na pós-graduação: experiências, as tensões, as articulações e deslocamentos de uma proposta de ação afirmativa na pós-graduação em Minas Gerais. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, V. (Org.). **Ações Afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2016. p. 61-88.

MISOCZKY, M. C. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Org.). **Organização e Práxis Libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Org.). **Organização e Práxis Libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P.; BARROS, D. F. O problema não é ser gay, é ser feminino: o gay afeminado nas organizações. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 11, p. 1478-1541, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: um processo de racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, A. Inaugurando o 1º Congresso do Negro Brasileiro. 1º Congresso do Negro Brasileiro, 26 ago. 1950. In: NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Disponível em: [https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/o\\_negro\\_revoltado](https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/o_negro_revoltado). Acesso em 09 dez. 2022.

NASCIMENTO, E. L. O simbolismo dos Adinkra. IN: Nascimento, E. L.; Carlos Gá, L. (org.). **Adinkra**: sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Cobogó: IPEAFRO, 2022.

NASCIMENTO, E. L.; CARLOS GÁ, L. (org.). **Adinkra**: sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Cobogó: IPEAFRO, 2022.

NEAVE, G. The Bologna Declaration: some of the historic dilemmas posed by the reconstruction of the community in Europe's systems of higher education. **Educational Policy**, v. 17, n. 1, p. 141-164, 2003.

NENCEL, L. Situating reflexivity: voices, positionalities and representations in feminist ethnographic texts. **Women's Studies International Forum**, n. 43, p. 75-83, 2014.

OLIVEIRA, J. L. **A fundação do corpo político no pensamento de Hannah Arendt**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OTTO LILIENTHAL MUSEUM. Short Biography of Otto Lilienthal. **Biography**. Out. 2013. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150206155638/http://www.lilienthal-museum.de/olma/ebiog.htm>>. Acesso em 11 maio 2021.

PAULA, A. P. P. Aproximações entre Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: por uma abordagem pós-crítica radical para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 705-725, 2020.

PAULA, A. P. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; BARRETO, R. O.; KLECHEN, C. F. A tradição e autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 10-23, jan./mar. 2010.

PAULA, G. B. NONATO, B. F. NOGUEIRA, C. M. M. **Ações afirmativas e estratificação horizontal**: comparação entre bônus e Lei de Cotas na UFMG. 14 jan. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3488/6370>. Acesso em 16 dez. 2022.

PESSANHA, E. A. M. **Necropolítica & epistemicídio**: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PERDIGÃO, D. A. **O canto da sereia?** A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PEREZ, O. C.; SOUZA, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2017.

REZENDE, A. F. **“Aqui cada um faz o seu rolê”**: práticas organizativas dos blocos de rua afro do carnaval de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

RIBEIRO, D. **Universidade para quê?** Brasília: UnB, 1986.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, F. A. Unila e Unilab: uma abordagem sobre o processo de integração internacional do ensino superior a partir das Universidades Federais no Brasil. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, v. 6, n. 1, p. 63-71, 2015.

RIBEIRO, K. **O que é filosofia Africana?** Investigações Epistemológicas na construção de sua legitimidade. Monografia (Graduação em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron, 1995.

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os Movimentos Negros.** 2. ed. São Paulo, 34, 2012.

ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. **Tirando a máscara:** ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

ROOSEVELT, T. Brazil and the Negro. Outlook Magazine, 21 fev. 1914. **Sagamore Hill National Historic Site.** Disponível em:  
<https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/Digital-Library/Record/ImageViewer?libID=o279297&imageNo=1>. Acesso em 09 dez. 2022.

ROSEMBERG, F. **Ação afirmativa na pós-graduação:** o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC/SEP, 2013. Disponível em:  
<https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/article/view/2454/2408>. Acesso em 13 out. 2022.

ROTHSCHILD-WHITT, J. Conditions facilitating participatory- democratic organizations. **Sociological Inquiry**, v. 46, n. 2, p. 75-86, 1976.

ROTHSCHILD-WHITT, J. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 509-27, 1979.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RUFINO, L. Seu Zé para prefeito. In: SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 68-70.

SANTIN, D. M. **Ciência mainstream e periférica da América Latina e Caribe: configurações e padrões de especialização**. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, A. M. A luta permanece: entrevista com Sueli Carneiro. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 1, jun. 2020.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, M. **O intelectual anônimo**. Brasília: Correio Brasiliense, 2001.

SARAIVA, L. A. S. Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. **Gestão.Org**, v. 5, n. 2, p. 118-134, 2007.

SARAIVA, L. A. S. Diferenças e territorialidades na cidade como ponto de partida. In: SARAIVA, L. A. S. (Org.). **Diferenças e territorialidades na cidade**. Ituiutaba: Barlavento, 2020. v. 1, p. 11-29.

SARAIVA, L. A. S. Dinâmicas da vida social organizada de homens gays em aplicativos de relacionamento. **Organizações & Sociedade**. (no prelo)

SARAIVA, L. A. S.; SANTOS, L. T.; PEREIRA, J. R. Heteronormatividade, masculinidade e preconceito em aplicativos de celular: o caso do Grindr em uma cidade brasileira. **Brazilian Business Review**, v. 17, n. 1, p. 114-131, jan./fev. 2020.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010.

SCHWARTZMAN, S. Universidade e Ideologia: a política do conhecimento. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>. Acesso em 08 jun. 2021.

SILVA, E. J. F. Enfrentando uma dívida histórica: a UFMG aprova cotas na pós-graduação. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 428-456, 2017.

SILVA, E. J. F. **Entre vivências e lembranças de uma comunidade quilombola**: história, memória e discurso. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

SILVA, E. J. F. Universidade para quê e para quem? Uma análise crítica dos discursos institucionais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 7, n. 1, p. 120-150, jan-maio 2020.

SILVA, F. R.; CARRIERI, A. P. Reframing “Organizations and Society” from the Escrivências: for a Form of Management from and in the Gaps. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 101, p. 385-413.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças**: uma filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2020.

SMITH, P. J. **Uma visão cética do mundo**. São Paulo: UNESP, 2018.

SODRÉ, M. Um novo sistema de inteligibilidade. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 1, n. 1, p. 66-73, jan./jul. 2013.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, v. 28, n. 11, p. 1667-1698, 2007.

SOUZA, F. Negros com ensino superior têm mais dificuldade para achar vaga qualificada. **UOL Economia**, 20, nov. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/11/20/pesquisa-negros-com-ensino-superior-nao-conseguem-emprego.htm?>. Acesso em 29 out. 2022.

SULLIVAN, S.; SPICER, A.; BÖHM, S. Becoming global (un)civil society: counter-hegemonic struggle and the indymedia network. **Globalizations**, v. 8, n. 5, p. 703-717, 2011.

TEIXEIRA, J. B.; MARCELO B. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível em: [https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/522/1/CapitulodeLivro\\_ProjetoEticoPol%C3%ADtico.pdf](https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/522/1/CapitulodeLivro_ProjetoEticoPol%C3%ADtico.pdf). Acesso em 14 mai. 2021.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Campinas: Unicamp, 1989.

TOURAINÉ, A.; THURLER, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

VALK, A. M. Living a feminist lifestyle: the intersection of theory and action in a lesbian feminist collective. **Feminist Studies**, v. 28, n. 2, p. 303-332, 2002.

VUKASOVIC, M.; STENSAKER, B. University alliances in the Europe of knowledge: Positions, agendas and practices in policy processes. **European Educational Research Journal**, v. 17, n. 3, p. 349-364, 2018.



WALKER, A. **In search of our mothers' gardens**. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEBER, M. Ciência como vocação. In: WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Parte II. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1993. p. 655-693.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 2 v. Brasília: UnB, 1999.

WHEELER, C. E.; CHINN, P. L. **Peace and power: a handbook of feminist process**. New York: Margaret Daghters, 1984.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Oxford: Blackwell, 1978.

WODAK, R. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 1-13.

## GLOSSÁRIO

**Ancestralidade:** repertório cultural transmitido às gerações, seja por via oral ou gráfica, sendo considerada um meio importante de suporte à construção e afirmação de identidades (MACHADO, 2019). Na visão da autora, ela pode ser compreendida como um princípio que orienta as relações sociais, seja por meio da dimensão religiosa, dos valores sociais compartilhados, bem como das diversas possibilidades culturais. Representa a multiplicidade das formas de reterritorialização das expressões culturais de origem africana, já que estão em constante atualização (MARTINS, 2021). Em outra concepção, indica um repertório de saberes pluriversais em processo de constante ressemantização por comunidades diaspóricas, em função da necessidade de luta pela existência, sendo a inventividade um traço marcante (RUFINO, 2019). Pode ainda ser compreendida como expressão de resistência ao movimento de destituição ontológica citada por Rufino (2019).

**Coletivos Negros:** um tipo de movimento social, inspirado pelas ações sociais originadas nos séculos XIX e XX de luta por direitos sociais e, posteriormente, com o surgimento dos coletivos feministas entre as décadas de 1970 e 1980. Eles são constituídos sob ideal de horizontalização das relações e decisões, de atuação política direcionada à denúncia das formas de opressão racial e a mudança social (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020). Além disso, a presença de ativistas em coletivos negros é realçada por diversos autores, o que reforça a ideia de seu caráter político (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020; VALK, 2002; ROTHCHILD-WHITT, 1979). Os coletivos representam uma forma de vínculo marcado por um interesse político, de cunho democrático, já que a proliferação das ideias e mobilização social ocorrem na defesa de direitos humanos, ocupados com questões relativas às pessoas negras.

**Coletivos Negros Universitários:** organizações sociais autodenominadas, formadas por estudantes universitários e pessoas com vínculos distintos em instituições de ensino superior. Sua ocorrência é considerada recente, já no século XXI e que têm em comum o agenciamento, a formação e a organização de pessoas politicamente engajadas na qualidade do acesso e permanência de pessoas negras no ambiente acadêmico. Embora apresentem contornos considerados novos em termos de organização social, podem ser compreendidos com uma forma atualizada de organizações ligadas aos Movimentos Negros (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020). Ainda de acordo com os autores, entre os membros de coletivos existe a rechaça ao

termo "militante", sendo usado o termo "ativista" para indicar um membro de um coletivo negro universitário.

**Cruzo:** indica um lugar (físico ou imaginado) de atravessamentos, e dessa forma, seu sentido é associado às possibilidades que residem no devir, em um real marcado pelo inacabado, incompreensível e não ordenado, segundo a racionalidade moderna ocidental (RUFINO, 2019).

**Ebó:** "em suma, as múltiplas tecnologias inventadas e praticadas como possibilidade para a potencialização das energias que nos movem na barra para abertura de caminhos e acúmulo de força vital" (RUFINO, 2019, p. 43). Do ponto de vista religioso, trata-se de uma prática sagrada de mistura, sendo o cruzamento de materiais ou símbolos, cuja combinação emana energia.

**Encruzilhada:** A partir da significância derivada do Candomblé, a encruzilhada pode ser entendida como um lugar sagrado, remete a uma formação em formato de cruz, indicando um ponto no qual diferentes caminhos se cruzam, formando esquinas. Logo, representa uma oposição a toda formação enunciada como central. Segundo Martins (2021, p. 53), em uma "concepção religiosa e filosófica da gênese da produção espiralada do conhecimento, a encruzilhada é um princípio de construção teórica metafísica, um operador semântico pulsionado de significância, ostensivamente disseminado nas manifestações culturais e religiosas brasileiras de predominância Nagô e naquelas matizadas pelos saberes Banto". Nessa concepção, ela é associada ao encontro de conhecimentos produzidos e transmitidos em um tempo circular, espiral. A espiral representa a noção de continuidade. Assim, a encruzilhada estabelece conexão entre diferentes povos, saberes, temporalidades e vivências, o que também detona seu caráter dinâmico complexo e sobretudo, não essencialista.

**Exu:** conhecido "como agenciador de todo processo de semiose, e, portanto, de produção e comunicação de sentido, Exu é também conhecido como intérprete linguista do sistema" (MARTINS, 2021, p. 53). É uma entidade cultuada em diversas regiões pelo mundo. De acordo com a tradição Yorubá, quando associado à Ifá (outra divindade), Exu representa a possibilidade de criação e tradução dos saberes (MARTINS, 2022).

**Movimentos Negros:** Organizações sociais distintas em estrutura e semelhantes na denúncia de diferentes manifestações do racismo e de formas de emancipação social, compostas principalmente por pessoas negras, mas também por pessoas não negras que se identificaram com a causa social (GOMES, 2017; RISÉRIO, 2012; GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Há dois momentos distintos que distinguem os movimentos negros, divididos pela campanha abolicionista (RISÉRIO, 2012). Segundo o autor, o primeiro está localizado entre os Séculos XVI ao XIX, período em que a característica predominante dos movimentos remeteu à luta contra a escravidão. Neste período, as organizações sociais tinham como característica comum serem baseadas na cooperação (MISOCZKY, 2010), o compartilhamento de interesses e ideal político e dinâmica anárquica (VALK, 2002; ROTHSCHILD-WHITT, 1979; 1976; GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020). Já no Século XX, a luta passou a ser pela defesa de direitos fundamentais às pessoas negras (RISÉRIO, 2012). Assim, os contextos históricos distintos estão associados a interesses específicos em questão. Embora os movimentos negros abarquem uma complexa e heterogênea forma de organizações sociais, Gomes (2017) percebe uma continuidade histórica, já que se tratam de processos de atualização das reivindicações e da luta antirracista.

**Movimentos Sociais:** Fenômeno complexo, associado a ação coletiva permeada por laços de solidariedade, leitura considerada ponto comum em Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber (MACHADO, 2007). Ele define tais organizações como "formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social" (MACHADO, 2007, p. 252). O surgimento dessas manifestações estaria associado a modificações na sociedade não assimiladas por determinados grupos. Nessa concepção eles podem ser compreendidos como necessidade de mudança e seriam organizações pré-institucionais, ou seja, que ocorrem de forma anterior ao enquadramento imposto pelas formas de controle social (MAFALTI, 2011).

**Quizumba:** conflito em que se envolvem numerosas pessoas; confusão. trata-se, provavelmente, de uma corruptela da palavra quizomba; festa (SIMAS, RUFINO E HADDOCK-LOBO, 2020 p. 75).

**Sankofa:** símbolo derivado dos Adinkras, entendidos como conjunto ideográfico geralmente "estampado em tecido, esculpido em pesos de ouro, talhado em peças de madeira anunciado-

ras de soberania. Nele, o princípio Sankofa significa conhecer o passado para melhorar o Presente e construir o futuro (NASCIMENTO, 2022, p. 19). Ele representa um símbolo que remete aos "ditados populares" No Brasil, uma espécie de saber compartilhado socialmente por via oral. De acordo com a tradição de povos da África Ocidental, o Sankofa é explicado como "nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás" (NASCIMENTO; CARLOS GÁ, 2022, p. 27). Segundo a autora, o Sankofa e demais símbolos Adinkras, representam um sistema africano de registro cuja importância é imensa, pois refletem a história e a transmissão de saberes de comunidades africanas. Assim como os hieróglifos egípcios, os Adinkras são anteriores a invenção da escrita árabe, o que desestabiliza crenças compartilhadas socialmente acerca da capacidade de registro consideradas avançadas. O símbolo foi criado a partir da representação de uma ave, olhando para trás (FIGURA 2), sendo a Figura 3 um tipo de combinação usando a imagem de duas aves. Algumas das representações mais conhecidas do Sankofa são:

Figura 2: Sankofa Pássaro



Fonte: Nascimento, Carlos Gá, 2022, p. 27.

Figura 3: Sankofa União



Fonte: Fonte: Nascimento, Carlos Gá, 2022, p. 28.

**Yorubá:** (ou iorubá) conjunto de comunidades localizadas na porção oeste do continente africano, que correspondem a territórios da Nigéria, Benin e Togo, sendo a língua iorubá o principal elemento em comum, com algumas variações. Em função disso, o termo remete a uma série de saberes e crenças compartilhadas socialmente (LOPES; SIMAS, 2021).

## APÊNDICES

### Apêndice A – Roteiro de Entrevista em Profundidade

#### Apresentação da pesquisa

**Título do estudo:** Dinâmica racial na universidade

**Objetivo:** analisar a dinâmica política na produção e disseminação do conhecimento em um coletivo negro universitário da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Procedimento do estudo:** O participante será solicitado a responder questões colocadas pela pesquisadora. As discussões ocorridas no âmbito da entrevista terão o áudio gravado e transcrito. Posteriormente, as informações serão analisadas pela pesquisadora. A identificação dos respondentes e das empresas serão sempre preservadas.

**Declaração de consentimento:** solicitar ao participante o consentimento de participação no estudo.

---

#### Perfil do Participante

- Nome;
- Idade;
- Naturalidade;
- Marcadores sociais;

#### Introdução

- Com você conheceu o Afirmação na Pós?
- Qual o papel você desempenha/desempenhou no grupo?

#### Tópico 1 – Descrição do Afirmação na Pós

- Como você descreveria o grupo responsável pelo Afirmação na Pós?

- Você conhece a história do Afirmação na Pós? Quais são os momentos mais importantes?
- Como você descreve o papel do Afirmação na Pós perante a Universidade?

### **Tópico 2 – Organização interna**

- Quais são as atividades mais importantes desenvolvidas pelo grupo?
  - Como são definidos os critérios para eleger os cursistas?
  - Como é feito o acompanhamento dos cursistas?
- Como se organizam para realizar as atividades?
- Quais são as possibilidades para participar do grupo?
- Quem seriam as pessoas chaves na organização do grupo?
- Como são selecionadas as pessoas que oferecem as aulas do curso?

### **Tópico 3 – Conhecimento e Política**

- Como é o processo de construção do conteúdo do curso?
- Como o curso está estruturado?
- Quais conteúdos se referem a dimensão instrumental da formação?
- Quais conteúdos/atividades podem ser vistos como formação política?
- Como o curso ajuda no desenvolvimento político dos cursistas?
- Como a dimensão política da formação é articulada com a atividade de suporte à redação dos projetos de pesquisa?

### **Tópico 4 – Afirmação na Pós e a Universidade**

- Como você descreveria a relação do Afirmação na Pós e a Universidade?
- Como é a relação entre os alunos e os professores no Afirmação na Pós?
- Como você descreve o papel da Universidade no Afirmação na Pós?

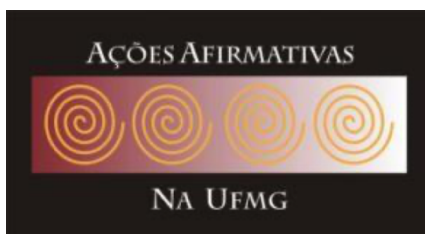
### **Tópico 5 – Desafios e Possibilidades**

- Quais as dificuldades enfrentadas para o grupo tomar decisões?
- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos cursistas?
- O grupo já manifestou alguma dificuldade com relação à universidade?
- Como o curso é financiado?



## ANEXOS

### Anexo A – Edital Programa Ações Afirmativas na UFMG



### PROGRAMA AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMG "AFIRMAÇÃO NA PÓS 2022"

O Coordenador do Curso de Extensão Formação Pré-Acadêmica: "Afirmção na Pós", Professor Natalino Neves da Silva, no uso de suas atribuições, torna pública esta Chamada para estudos de preparação para concorrência em processos seletivos em cursos de pós-graduação, no nível mestrado, nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, em programas de: educação, educação física, letras/linguística/literatura, história, geografia, psicologia, ciências políticas e programas interdisciplinares, conforme as disposições a seguir estabelecidas.

#### 1 Objetivo Geral

- Preparar candidatos/as para a seleção em programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, tendo por referência as ações afirmativas para a população indígena, negra e quilombola.

#### 1,1 Objetivos Específicos

- Ofertar disciplinas que contribuam para o fortalecimento acadêmico dos/as estudantes egressos de cursos de graduação, a fim de possibilitar sua formação para a continua-

de de estudos em nível de pós-graduação *stricto sensu* [mestrado);

- Promover seminários para conhecimento dos programas de pós-graduação e socialização de estratégias de formação acadêmica;
- Fortalecer a promoção político-identitária de candidato/a indígena, negro/a e quilombo-la.
- Apoiar candidatos/as na inscrição em processos seletivos de programas de pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado.

## 1. **Grade Curricular do Curso**

1.1 O Curso de Extensão Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós 2022 será constituído pelos componentes curriculares: a) Tutoria; b) Disciplinas; c)

1.2 Oficinas; d) Seminários; e) Lives/Webinários.

1.3 A Tutoria consiste no apoio à construção do projeto de pesquisa e inscrição nos processos seletivos de mestrado.

1.4 As disciplinas que compõem o currículo são: escrita acadêmica, elaboração de projeto, metodologia de pesquisa, entre outros, ocorrerão às sextas-feiras (noite) e aos sábados (manhã e tarde), conforme calendário disponibilizado no primeiro encontro. Não serão ofertadas disciplinas de língua estrangeira.

1.4.1 As datas de realização das oficinas, seminários e lives/webinários etc., serão combinadas previamente com a turma.

## 2. **Carga Horária, Horário, Duração do Curso e Informações**

3.1. O Curso de Extensão Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós 2022 terá carga horária de 60 horas de duração.

3.2. As aulas ocorrerão às sextas-feiras, (das 19h00 às 21h00), e aos sábados, (das 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00), durante os meses de julho e agosto de 2022, integralmente por meio de plataforma virtual.

3.3. As atividades de tutoria terão início em julho e se estenderão até o final do curso, conforme disponibilidade e agendamento do quadro de tutores(as) participantes.

3.4. Os horários dos encontros poderão ser remanejados, mediante aviso prévio, em casos fortuitos, de força maior ou a critério dos responsáveis pela formação.

## 4 **Quem pode se candidatar**

4.1 O/a candidato/a deve:

- ser brasileiro/a ou estrangeiro/a portador/a de RNE (registro de nacionalidade estrangeira), com residência permanente no Brasil;

- ter diploma de graduação em curso superior reconhecido pelo MEC;
- pertencer a um ou mais dos grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior, ou seja: a) provir de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas e/ou educacionais; b) identificar-se como negro/a ou indígena (candidatos/as devem apresentar o Termo de Autodeclaração de Identidade Indígena, acompanhado: a) do Registro de Nascimento Indígena (RANI) e/ou da Carta de Recomendação, emitida por liderança indígena); quilombola (candidatos/as devem apresentar Carta de Recomendação, emitida por liderança quilombola da comunidade de origem);
- pretender cursar um programa de pós-graduação - nível mestrado *stricto sensu*, no Brasil (credenciado pela CAPES) ou no exterior (com titulação equivalente à nacional), nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, em programas de: educação, educação física, letras/linguística/literatura, história, geografia, psicologia, ciências políticas e programas interdisciplinares etc.;
- Apresentar a documentação arrolada no item 5.

#### **5 Documentação necessária para realizar a inscrição**

O/A candidato/a, para inscrever-se, deverá preencher o formulário eletrônico de inscrição disponível no link [https://forms.gle/N8SCsiOOBRvIP6Qh6\\_e](https://forms.gle/N8SCsiOOBRvIP6Qh6_e) e submetê-lo, de forma completa, durante o período de vigência das inscrições. Para o seu preenchimento será necessário constar os seguintes documentos digitalizados (cada documento em arquivo único de no máximo 1 MB):

- a) Cópia nítida de documento de identidade e CPF; b) Cópia de diploma ou histórico de conclusão de curso de graduação; c) Memorial de Intencionalidade de Pesquisa, elaborado pelo/a próprio/a candidato/a, que deverá conter os seguintes itens: nome do/a candidato/a, as razões pelas quais deseja fazer o Curso, um breve histórico de vida, da trajetória acadêmica e da participação em movimentos socioculturais; intenção de pesquisa com tema e justificativa (**Máximo 3 páginas, fonte times new roman, tamanho 12, espaço 1,5**), que deverá ser enviado também por meio do link: [https://forms.gle/N8SCsi00BRvIP60h6\\_do](https://forms.gle/N8SCsi00BRvIP60h6_do) **do dia 06 ao dia 08 de junho de 2022.**
- Só serão aceitos os pedidos de inscrição que atenderem a todas as exigências deste Edital. As inscrições com documentação incompleta ou enviadas fora do prazo conforme estabelecido neste Edital serão indeferidas. Nenhum documento poderá ser ane-

xado ou alterado após envio da inscrição.

## **6 Processo de Seleção**

6.1 O processo de seleção constitui-se de duas etapas, sendo:

- I) Homologação e avaliação do memorial de intencionalidade de pesquisa.
- II) Entrevista.

6.2 A primeira etapa é eliminatória e classificatória. Serão distribuídos 10 pontos, sendo que para classificar o/a candidato/a deverá obter a nota mínima de 7 pontos para a sua classificação. Nesta etapa serão classificados até 60 candidatos/as.

Em caso de empate serão observados os seguintes critérios:

- a) ser candidato/a mais velho/a;
- b) ter maior pontuação no memorial de intencionalidade de pesquisa.

6.2.1 Os critérios avaliados consistem em:

- a) ter experiência em movimentos sociais e culturais, ações coletivas ou atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade ou grupo social;
- b) ser egresso/a de programa de ação afirmativa no ensino superior, na modalidade de cotas raciais e PRO-UNI;
- c) Avaliação do Memorial de Intencionalidade de Pesquisa. A distribuição das notas de cada um desses itens está disponível no Anexo 1.

6.3 A segunda etapa é classificatória e consiste na realização de entrevista com o/a candidato/a aprovado/a e classificado/a na primeira etapa. Serão distribuídos 10 pontos, sendo que para classificar o/a candidato/a deverá obter a nota mínima de 7 pontos. Os critérios que serão observados na entrevista constam no Anexo 2 deste Edital.

6.3.1 A ausência do/a candidato/a no dia e hora marcada para entrevista acarretará em eliminação. Não cabe recurso contra o resultado das etapas deste processo seletivo.

6.3.2 Para obter a certificação no Curso de Extensão, serão observados os seguintes critérios: o mínimo de 75% de frequência e a elaboração e entrega de um pré-projeto.

6.3.3 Os resultados de todas as etapas estarão disponíveis na página da Faculdade de Educação: [www.fae.ufmg.br](http://www.fae.ufmg.br) Em caso de dúvidas em relação ao processo seletivo, os/as candidatos/as poderão enviar mensagem de e - mail para o seguinte endereço eletrônico: [afirmaconaposgraduacao@gmail.com](mailto:afirmaconaposgraduacao@gmail.com)

## 7 **Calendário de Seleção**

- Inscrição: do dia 06/06/2022 até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, do dia 08/06/2022;
- Avaliação da 1- etapa e divulgação da lista dos classificados para entrevista a partir do dia 15/06/2022. A lista dos/as classificados/as para as entrevistas estará disponível na página da FaE/UFMG;
- A realização da entrevista será entre 27/06 e 29/06/2022. O dia, horário e o link da sala para entrevista serão enviados no e-mail informado pelo candidato no formulário de inscrição no processo seletivo.
- Resultado: 01/07/2022;
- Início do curso: 02/07/2022.

### **7. Número de vagas**

40 (quarenta) vagas.

5 (cinco) vagas remanescentes.

**Anexo 1**

Quanto à distribuição de pontos

<b>Crítérios</b>	<b>Pontuação</b>
Experiência em movimentos sociais e culturais, ações coletivas ou atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade ou grupo social	2,0
Egresso/a de programa de ação afirmativa no ensino superior, na modalidade de cotas raciais e PROUNI	2,0
Avaliação do Memorial de Intencionalidade de Pesquisa	6,0

**Anexo 2****Crêterios de que serão observados na entrevista**

<b>Cr�terios</b>	<b>Pontua�o</b>
Fortalecer a inser�o de candidato/a que mais necessita da a�o afirmativa	6,0
Potencial para inserir em Programas de P�s-gradua�o	2,0
Viabilidade de acompanhamento de tutor/a	1,0
Disponibilidade para participar do curso	1,0